

plura

Revista de Ciências Sociais



30.1

revistas.usp.br/plural

fflch

plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP

30.1

Departamento de Sociologia Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Profª. Drª. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretora: Profª. Drª. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 30, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo

Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo

Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais

Ada Rízia, Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo

Caio Moraes Reis, Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo

Jessica Mazzini Mendes, Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo

Monitor (Discente de Graduação em Ciências Sociais - bolsista ACBD/USP)

Rodrigo da Silva Rocha

Comissão Executiva (Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP)

Bárbara Ferrari Brandi, Camila Crumo, Emerson Rodrigues da Cunha Palmieri, Fernanda Reis Nunes Pereira, Fernando José Filho, Gabriela Soares Schmidt, Helena Wilke, Hugo Cavalcanti Bispo, Jéssica Melo, Jéssica Horing, João Alfredo Xavier de Freitas, Juliana Kiyomura Moreno, Matheus Henrique H. dos Santos Fagundes, Martha Hitner dos Santos, Mateus Alves de Mendonça, Max Luiz Gimenes, Nathalia Mansour, Patrícia J. Rezende, Raimundo Paulino da Silva, Vanessa Nobre Nunes, Vinícius Madeira Maia, Vítor G. Q. de Medeiros, Wendell Marcel Alves da Costa

Comissão organizadora do dossiê "Sociologia Digital e suas reflexões"

Veridiana Domingos Cordeiro (Orcid: 0000-0001-9666-4386), Letícia Pereira Simões Gomes (Orcid: 0000-0002-6329-6115), Leopoldo Garcia Pinto Waizbort (Orcid: 0000-0002-9789-9758), Camila Assunção Crumo (Orcid: 0000-0002-2264-9260), Rodrigo Brandão de Andrade e Silva (Orcid: 0000-0003-0127-4989)

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flávio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.

e-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2023. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 30, n. 1, jan./jun., 2023 (publicado em junho de 2023).

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ACBD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO

Dossiê

Sociologia Digital e suas reflexões

A formação da sociologia digital: emergência de uma nova especialidade na sociologia ou um campo para repensar a própria sociologia?	5
Veridiana Domingos Cordeiro, Letícia Simões Gomes, Leopoldo Waizbort	
Redes sociotécnicas, ação social e democracia na Ciberpólis: reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades.....	23
Ricardo Massao Nakamura Nasser, Tamara Tania Cohen Egler	
A “Corte” nas redes: uma análise dos perfis dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Twitter	43
Maria Gorete Marques de Jesus, Pablo Emanuel Romero Almada, Mariana Celano de Souza Amaral	
Socializando no Instagram: relações sociais e emoções juvenis durante a pandemia da covid-19	70
Fernanda Sousa Rodrigues, Lila Cristina Xavier Luz	
As <i>sugar babies</i> são empresas e os <i>sugar daddies</i> são investidores-anjo: uma análise sobre os relacionamentos <i>sugar</i> e suas vinculações com elementos de uma racionalidade neoliberal	86
Jorge Leite Júnior, Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa	
Redes de solidariedade e práticas de resistência através de interações online e offline entre familiares de pessoas encarceradas	108
Alana Barros Santos	
A Sociologia Digital na era do big data: apontamentos preliminares e problemáticas teórico-metodológicas na pesquisa sociológica.....	128
Thiago Bicudo Castro	
Off/On: La construcción de la identidad virtual a través de la socialización por videojuegos y la producción de nuevas relaciones sociales en los márgenes de lo virtual y lo no virtual	149
Cristóbal Caro Villegas, Alejandro Marambio-Tapia	

Resenha

A ludopolítica do trabalho: um olhar marxista sobre os jogos digitais ..	169
André Campos Rocha	

Artigo

- No armário da memória: contando histórias sobre roupas 175**
Clara Calazans Espindola, Alexandre Bergamo Idargo

Tradução

- Como surgem sociedades divididas? 196**
Rudolf Stichweh
Traduzido por José Vitor Silva Barros

Entrevista

- Outras casas, outras leis – entrevista com Nair Jane de Castro Lima . . . 213**
Victor Hugo Criscuolo Boson

A formação da sociologia digital: emergência de uma nova especialidade na sociologia ou um campo para repensar a própria sociologia?

Veridiana Domingos Cordeiro^a, Letícia Simões Gomes^b,
Leopoldo Waizbort^c

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS TRAZIDAS PELA DIGITALIZAÇÃO DO MUNDO

Nas últimas décadas, as mudanças tecnológicas transformaram o modo como conhecemos e o modo como nos relacionamos. Desenvolvimentos tecnológicos em três áreas principais devem ser especialmente considerados: a criação e a expansão de redes e tecnologias de telecomunicações; o domínio da eletrônica, que possibilitou a construção de dispositivos computacionais; e a criação de protocolos e aplicações da internet. A relação entre esses desenvolvimentos tecnológicos é central para entender a dinâmica de transformações na sociedade trazidas pela normalização de tecnologias digitais.

O primeiro ponto diz respeito à infraestrutura, ou materialidade, da expansão das telecomunicações. Desde a consolidação e disseminação das telecomunicações (como o telégrafo elétrico no século XIX), inovações como o acesso a redes de eletricidade e a construção de redes físicas de conexão (por exemplo o cabamento, inclusive submarino) foram peças-chave para que a internet viesse a se desenvolver. Esse processo infraestrutural também engendrou o estabelecimento de padronizações e a construção de medidas que viabilizassem a comunicação. Entidades como a ITU (*International Telecommunication Union*) e a IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*) foram importantes para garantir a interoperabilidade das redes de telecomunicações e o desenvolvimento de novos padrões, como a conectibilidade sem fio (*wireless* ou *Wi-Fi*).

O segundo ponto é o rápido desenvolvimento tecnológico nas áreas de eletrônica e computação, que altera a própria forma de registro de informações. Em contraste com as formas analógicas, que não contam com formatos eletrônicos

a Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

b Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

c Professor de sociologia na USP e pesquisador do CNPq.

de transmissão de informações (como o papel impresso, a arte em tela, etc) e que operam a partir de fluxos contínuos de informação, tecnologias digitais passam a produzir e registrar informações através de linguagens estruturadas com códigos binários. Assim, quando se fala em tecnologias digitais, isto é, resultados estabilizados de processos sociais de desenvolvimento tecnológico, é preciso ter em conta essa materialidade, que garante o funcionamento desses instrumentos enquanto mediadores corriqueiros das relações sociais contemporâneas. Ou seja, tecnologia digital, aqui, diz respeito tanto ao *software* – programas codificados que providenciam instruções para o funcionamento do computador – como ao *hardware* (aparelhos físicos), complementares na execução de códigos digitais (também conhecidos como códigos binários) e nas infraestruturas que os suportam. Tecnologias digitais contemporâneas utilizam plataformas de computação – ambientes nos quais o *software* opera, neles incluídos os sistemas operacionais, *browsers*, apps e os *hardwares* de processamento, que suportam o *software* e gerenciam os fluxos de dados no computador.

O terceiro ponto diz respeito à combinação de inovações nas áreas de conectividade e computação, que possibilitaram a criação, o desenvolvimento e a consolidação de redes entre tecnologias digitais (a internet), concomitantemente à multiplicação das regulações e dos protocolos de comunicação da internet – como o TCP/IP e a *World Wide Web* (Allen, 2008). Atualmente, a relevância e pervasividade das tecnologias digitais resulta do investimento em modalidades de transmissão de dados digitais de forma também digital – ou seja, sem contar com a reconversão do dado digital em analógico (como, por exemplo, se faz ao imprimir um documento). A internet, na década de 1960, foi um desenvolvimento técnico pensado para o estabelecimento de redes de comunicação e compartilhamento de dados entre computadores separados, utilizada somente por militares, universitários e especialistas em tecnologias. Seu alto custo, a necessidade de manutenção e de infraestrutura complexa, combinadas a capacidades analíticas ainda restritas, limitavam sua expansão comercial e replicabilidade.

Avanços no campo da eletrônica envolvendo o barateamento e a redução do tamanho das máquinas propiciaram uma expansão da infraestrutura necessária para o uso mais abrangente de hyperlinks no acesso à internet. Contudo, a web só esteve disponível ao público em geral por intermédio de um provedor comercial em 1994. Desde então, a web também passou por modificações, grosseiramente historicizadas como interações da web. A Web 1.0 foi o momento da primeira expansão da malha digital para estratos sociais mais amplos; o acesso ocorria via linhas telefônicas e os softwares eram instalados fisicamente em computadores

de mesa (PCs). Nesse contexto em que havia momentos e locais específicos para se acessar a internet, ela restringia-se a estratos sociais médios e altos¹. Era então possível pensar em termos de conexão-desconexão, de realidade/virtualidade, de online/offline (Pew Research Center, n/a; Lupton, 2015; Allen, 2008).

Já a Web 2.0 (também referida como social web) é situada nos primeiros anos do século XXI, em que o desenvolvimento de tecnologias de conexão utilizando fibra ótica, banda larga e acesso a wi-fi (*wireless*) mudou a forma de acesso e de instalação de softwares e outros programas, beneficiadas pelas maiores velocidades de conexão. Aliada à infraestrutura (expansão de malha telefônica e de sinal) e posteriores avanços na eletrônica que possibilitaram a expansão e barateamento de smartphones (ou pequenos computadores portáteis), a proliferação e a “democratização” dessas tecnologias digitais facultaram o acesso à internet de quase qualquer localidade, a quase qualquer momento. Situações de desconexão tornam-se mais raras, ainda que fortemente marcadas por formas desiguais de acesso e de consumo por entre grupos sociais e territórios.

Até a Web 2.0, a automação dos aparelhos comumente utilizados necessitava de intervenção e mediação humana. Protótipos de objetos e aparelhos inteligentes (smart) abriram novas possibilidades. Nesse sentido, a Web 3.0 — também referida como *“Internet of Things”* — diz respeito a esse novo desenvolvimento eletrônico, em que os objetos digitalizados cotidianos (os “smarts”) conseguem acessar a internet e comunicar-se entre si, trocando informações sem ou com pouca intervenção humana.

A referência a essas inovações materiais deve ser acompanhada de uma ponderação sobre o trabalho humano. Para além do desenvolvimento humano que dá origem às infraestruturas e aos dispositivos digitais, que produzem e registram dados, esses registros são o produto da ação humana. Todas as ações mediadas por tecnologias digitais — e, atualmente, interações com tecnologias também — dão origem a dados. A opção por coletá-los, armazená-los, os formatos que assumem, suas formas de classificação, organização, aproveitamento e análises deles derivadas, os seus graus de publicidade e acesso — todas essas ações estão relacionadas ao discernimento humano.

Atualmente, coleta-se e arquiva-se dados digitalizados relacionados às nossas interações cotidianas com tecnologias em rede, inclusive procura em sites de busca, ligações, compras, agências governamentais e operações bancárias. Também se

¹ Pesquisas sobre o acesso à internet são concentradas geograficamente. Para acesso à internet nos EUA, ver Pew Research Center (S/A). Para Brasil, consultar PNADs e Silva (2015).

armazenam conteúdos gerados conscientemente pelo próprio usuário (como participação em plataformas de mídias sócio-algorítmicas). A geração da quantidade de dados, tão variados e de qualidades tão distintas, quando agregados, podem compor o que se chama de “*big data*”, e que é visto como potencial fonte de valor, ao conter a possibilidade de extração de informações a partir de análises auxiliadas por processos automatizados (inteligência artificial). Assim, as capacidades da Web 3.0 estão associadas ao uso e à geração de dados, à extração de padrões e correlações que proporcionam aos “*smart objects*”, o que seria a sua “inteligência”.

O esboço cronológico sugerido permite observar ainda a sucessão dos estudos sobre tecnologia e das representações analíticas sobre esses fenômenos. Logo nos primeiros anos de popularização das tecnologias computacionais, as primeiras áreas que demonstraram interesse neste processo foram as áreas de comunicação, mídia e estudos culturais. A sociologia, enquanto disciplina, só foi ver nas tecnologias digitais a emergência de novas dinâmicas de sociabilidade décadas depois. Entre os anos 1970 e 90, os estudos culturais e comunicacionais dedicados às novas tecnologias enfatizavam, principalmente, seus aspectos futurísticos e distópicos, e entendiam o terreno das tecnologias computacionais como uma dimensão totalmente separada da realidade material, uma “realidade virtual”. Essa foi a era do “cyber”, termo que expressava a experiência desincorporada transcorrida no “cyberespaço”, um outro mundo acessado por intermédio de um avatar digital. Do início dos anos 1980 aos primeiros anos do século XXI, foram feitas diversas referências ao “cyberespaço”, “cyberfeminismo”, “cyberculturas”, “cybercrimes”, “cyberracismo”, “cyberpunk”, “cyberbullying”, e assim por diante (Lupton, 2015; Miskolci, 2016).

Com a expansão do uso de tecnologias digitais para praticamente todos domínios da vida social, e a facilidade de incorporação e transporte (como pelo uso de celulares e tecnologias vestíveis – ou “*wearables*”), percebeu-se que a distinção entre virtual/real expressa no termo “cyber” era insuficiente para reconhecer a incorporação das novas tecnologias digitais nas atividades do cotidiano. Atualmente, não é mais possível pensar o universo digital como um espaço separado de nossa realidade material; as duas dimensões estão/tornaram-se bastante imbricadas. Dessa forma, “cyber” perdeu espaço, enquanto categoria analítica, para termos mais contemporâneos, como “virtual” e, posteriormente, “digital”, mais focalizados em características técnicas ou potencialidades dessas tecnologias, ao invés de localizá-las em um mundo virtual separado. Chegamos enfim ao uso do termo “digital” para designar as tecnologias computacionais e as transformações do mundo e da vida sociais resultantes de seu uso disseminado.

Mas, quando se fala em realizar uma “sociologia digital”, a isso se refere? Qual seria o status do “digital” em uma “sociologia digital”? Essas reflexões, impostas para a sociologia contemporânea, já eram vislumbradas por sociólogos como Andrew Abbott que, no ano 2000, em “Reflections on the Future of Sociology”, constata e problematiza a escassez de instrumentos teóricos, metodológicos e técnicos da sociologia para alcançar essa multiplicidade de dados surgidos com ampliação da internet. Abbott indagava se o arcabouço teórico-metodológico forjado no começo do século passado daria conta de interpretar as transformações sociais pelas quais a sociedade digital estava passando. A reflexão sistemática do campo sociológico sobre “o digital”, é, portanto, eminentemente contemporânea.

NOVO DOMÍNIO OU SOCIOLOGIA REPENSADA?

Quando se fala e se ouve de “sociedade digital”, “vida digital”, “era digital” — similares ou equivalentes —, surge uma questão decisiva: em que medida a ruptura assinalada nessas expressões, em que o digital pretende qualificar uma condição nova e diferenciada, permite que se continue a utilizar o que se utilizava anteriormente à essa condição nova e diferenciada? A esfera pública pensada em termos pré-digitais permite que se pense em esfera pública digital? Em esfera pública no mundo digital, na vida digital, na era digital? Em que medida a transformação epocal que as denominações com a adjetivação “digital” (ou equivalentes) é compatível com o novo fenômeno que se quer nomear e compreender?

Esse tipo de questionamento põe em questão a condição de novidade e de diferença que se atribui ao objeto — o mundo, a vida, o tempo e até mesmo o humano — e, em mesma medida, coloca em questão o conjunto das categorias, noções, conceitos que costumeiramente são utilizados para descrever e tentar compreender o mundo, a vida, o tempo e o humano. Não se trata de uma nova questão. Para utilizar os termos de Collingwood, “O que está em disputa é o tipo de semelhança e o tipo de diferença” (Collingwood, 1939, p. 62²). O mundo digital é tão similar ao mundo pré-digital, que é possível continuar utilizando as mesmas categorias para explicar os mesmos fenômenos em um e outro? O que sugere que a diferença entre ambos talvez não seja tão significativa, a ponto de requerer esse qualificativo, o “digital”. Ou, o contrário: será que a diferença instaurada pelo digital não é de tal monta, que seria preciso, em paralelo à qualificação, requalificar as categorias para poder pensá-lo? Simplesmente requalificar as categorias usuais, ou atualizá-las para sua versão digital ou buscar constituir novas categorias, que

² Todas as traduções, quando não assinalado, são responsabilidade das autoras.

sejam já desde a raiz formuladas tendo em vista a novidade e a diferença do fenômeno que se quer descrever, analisar, compreender?

Novas categorias não significam necessariamente novos termos, nova terminologia; mas a repetição terminológica cria ambiguidade e imprecisão. Já uma inovação terminológica estaria em sintonia com a inovação societal: para algo novo e diferente, uma nomeação nova e diferente. Uma sociologia do mundo digital se confronta com as mesmas exigências e desafios que a sociologia do mundo ainda não digital; ela precisa oferecer descrições, análises e conceitos do mundo em que vivemos; para isso, depende, evidentemente, de um enquadramento teórico que lhe permita observar o mundo e, então, falar dele (ou ao menos tentar).

No entanto, uma sociologia desse mundo digital tem, como sua própria ideia pressupõe, exigências próprias e específicas, e repousa, de modo mais ou menos explícito, conforme é formulada, na percepção — ou no pressuposto, ou na tese — de que essa sociedade que ela pretende observar, descrever e analisar é uma sociedade na qual o digital ocupa uma posição chave e decisiva, a ponto de oferecer o seu qualificativo. Não uma sociedade e ponto; não uma sociedade qualquer; mas, precisamente: “sociedade digital”. Mais ainda — embora aqui as ênfases possam variar um pouco —, trata-se de uma sociedade digital, ou de uma era digital, ou de uma digitalização da vida. E é precisamente essa transformação epocal, na qual o que antes não era digital, hoje é, que exige de uma sociologia que pretende descrever esse mundo novo e diferente a definição, aplicação e refinamento constantes de seus instrumentos de observação e análise, assim como de seus conceitos. Retomando Collingwood, é preciso saber o melhor possível o que há de similar e o que há de diferente; pois, ao qualificar o que há de diferente com o que há de similar, perde-se a capacidade de assinalar a diferença que faz diferença. A questão, então, é: qual é a diferença que faz diferença?

Há dificuldade em responder essa pergunta. Tomando por exemplo o conceito sociológico de “interação”, remete-se a um regime de presença, em que os agentes em interação se encontram presentes face a face. Desde o momento em que esse conceito assentou suas raízes no pensamento sociológico, ele se deparou com um fenômeno novo, à época, que o colocava em xeque e que funcionou justamente como “a exceção que confirma a regra”: a carta. No século XIX europeu, ocorreu um letramento comparativamente grande da população, assim como o desenvolvimento do sistema postal. Em função disso, a carta passou a circular de maneira intensa e a possibilitar uma forma, até então inédita, de comunicação em regime de ausência. Evidentemente, as cartas e seus símiles existem desde a Antiguidade, desde a invenção da escrita, mas o letramento foi sempre muito restrito. Somente no

século XIX europeu se tem, pela primeira vez, um letramento de massa, e somente no século XIX europeu se tem um serviço postal desenvolvido o suficiente para dar vazão à produção como que industrial de cartas.

A carta permitiu algo que somente a interação presencial possibilitava, mas agora em regime de não-presença, de ausência. Seria a carta uma forma de interação? Ou a interação via carta seria uma outra coisa? Para formular nos termos utilizados anteriormente: a carta é uma novidade, mas é também diferente? Ou uma mesma novidade? Desde então, inúmeros outros sistemas técnicos e/ou sociotécnicos possibilitaram a expansão da comunicação em regime de ausência: do telégrafo e do telefone, passando pelo computador, aos aplicativos de celular (Kittler, 2019; Carey, 2009; Innis, 2007). É de interação que se fala, ou de alguma outra coisa, que, por falta de termo, continuamos a denominar “interação”?

Se se continua a dizer que a interação digital não apresenta grande diferença face à interação não digital, pois seriam dois lados da mesma moeda ou até mesmo um *continuum*, é possível dizer que “interação” ainda seja um bom termo para descrever o que está ocorrendo. Mas também pode-se entender que haja grandes diferenças entre uma conversa virtual e uma presencial. Nesse caso, o uso do termo “interação” talvez não seja uma escolha descritiva e analítica adequada, pois quanto mais adequada a denominação, potencialmente maior o rendimento analítico, maior e melhor a compreensão do fenômeno. A presença física imprime um outro aspecto à interação, ausente da interação em regime virtual e não-presencial. O regime de presença coloca em evidência dimensões do humano e precisamente do “inter-humano” que são nubladas, prejudicadas, mutiladas ou eliminadas pelo regime de não-presença. Elementos intermediadores como web câmeras, microfones, processadores, conexões, hardwares e softwares impõem limitações técnicas, ao mesmo tempo em que criam algo novo — que se poderia talvez dizer: uma “realidade virtual”.

Evidentemente, vive-se em ambos os regimes, trafegando de um ao outro continuadamente, por vezes sem perceber — a ponto, inclusive, de por vezes se adotar procedimentos de um em outro e vice-versa. Cabe à sociologia contemporânea entender as fronteiras de um e outro, quão fixas ou voláteis podem ser. Sobre esse aspecto, Dirk vam Lehm (2007) comenta:

Os desenvolvimentos tecnológicos recentes desafiam um princípio fundamental da interação social, que é a copresença física dos participantes em situações sociais. Novas tecnologias computacionais parecem fornecer aos participantes recursos suficientes para organizar suas ações e atividades “exatamente como” em situações

de copresença. Um grande corpo de pesquisa surgiu em disciplinas relacionadas à sociologia, como, por exemplo, o trabalho cooperativo apoiado por computadores, que explora a interação em locais distribuídos (...) A exploração do trabalho distribuído ajudou a revigorar o interesse dos sociólogos em realizar pesquisas sobre a organização social da interação. No entanto, também trouxe à tona a tensão entre os conceitos de “interação” usados nas ciências da informação e da computação e aqueles desenvolvidos na sociologia, o primeiro contando com uma separação entre ‘emissor’ e ‘receptor’, o segundo mantendo as características sociais particulares da interação. Os próximos anos mostrarão se a sociologia será capaz de desenvolver ainda mais suas teorias e métodos para apreender as novas formas de interação emergentes à luz da atual revolução tecnológica (Lehm, 2007, p. 2364).

Há pouca dúvida de que nossas formas de vida cotidiana estão permeadas por tecnologias digitais. Sociologicamente questiona-se se conceitos tradicionais como “interação”, “cultura” e “sociedade” seriam abrangentes ou atualizados o suficiente para reconhecer que *softwares* computacionais e aparelhos de *hardware* não somente subjazem, mas de fato constituemativamente o tecido e a dinâmica sociais. Mais do que isso, é pertinente questionar se a própria constituição do humano, naquilo que faz com que os humanos sejam, precisamente, humanos, também não sofreu (ou está sofrendo) uma profunda transformação. Se isso for verdade, estamos de fato face a algo novo e diferente, que pede caracterização, análise e compreensão, e que precisa ser designado do modo o mais adequado possível. Assim a adjetivação “digital” faria sentido: vida digital, sociedade digital, mundo digital, *homo digitalis*.

Embora seja evidente que nossas formas de vida comportam temporalidades múltiplas e complexas, em que podemos apontar domínios de espaço e tempo mais ou menos permeados pelo digital, ainda assim podemos identificar enclaves não-digitais em um mundo digital. Mas, de todo modo, é cada vez mais difícil viver subtraindo-se desse domínio, no duplo sentido do termo “domínio”. A isso se soma a convergência. O exemplo mais imediato é o telefone inteligente, para o qual uma série já praticamente infinda de inovações sociotécnicas convergem (Katz, 2007). Aqui, convergência designa precisamente uma característica importante do digital, sua capacidade de transferência e manipulação em diferentes tecnologias cuja contraface é a conectividade (Van Dijck, 2013). Dados digitais prestam-se otimamente à convergência e à conectividade, e também ao armazenamento e manipulação, o que torna a questão dos dados especialmente importante no mundo, na vida e no cotidiano digitais — donde emerge discussão e problematização dos “Big Data”.

Fronteiras entre domínios e embaralhamento das mesmas fronteiras e domínios, pertinência, impertinência e/ou inadequação do uso de conceitos, a preponderância ou não do digital sobre a vida social: todos esses aspectos e dimensões pedem ser compreendidos com arcabouços teóricos específicos, que vêm lançando perspectivas distintas sobre essas transformações. Cada qual irá prover diferentes tipos de abordagem. Indiquemos algumas possibilidades: o determinismo tecnológico, a construção social da tecnologia, a modelagem social da tecnologia, a domesticação da tecnologia, e a teoria ator-rede.

O determinismo tecnológico comporta o discurso do impacto da tecnologia digital na nossa vida: são duas dimensões, a tecnológica e a societária, uma impactando a outra; a tecnologia é vista como um agente externo que age sobre a sociedade, embora o grau dessa agência e o grau de passividade/receptividade da sociedade variem conforme os autores (Kline, 2007).

A construção social da tecnologia, baseada no construtivismo social, é mais ou menos o oposto do determinismo tecnológico: argumenta-se que as tecnologias nascem de processos sociais e por isso são por eles modeladas; invenção e inovação são criações sociais, influenciadas pelas relações de força presentes na sociedade. Isso também significa que adoção de uma determinada tecnologia é influenciada e mesmo reconfigurada por variados fatores sociais. É como se a sociedade impactasse a tecnologia, para pensarmos o contrário do determinismo tecnológico (Bijker, 2007).

Uma terceira modalidade para pensarmos as relações de tecnologia e sociedade é o que se poderia denominar modelagem social da tecnologia e ela se situa mais ou menos entre as duas perspectivas indicadas anteriormente. Agora trata-se de indagar:

como circunstâncias societárias permitem a emergência de tecnologias, que possibilidades específicas e que constrangimentos essas tecnologias propiciam, e que práticas concretas de uso, a partir dessas possibilidades e constrangimentos, realizam-se, são rejeitadas e retrabalhadas na vida cotidiana (Baym, 2015, p. 45).

Uma quarta perspectiva seria o que ficou conhecido como “domesticação tecnológica”, nos quais se investiga como inovações tecnológicas são concretamente inseridas na vida das pessoas e como estas as utilizam e remodelam de acordo com seus interesses, capacidades e práticas. Especialmente essas duas últimas modalidades detêm um interesse reforçado pelos modos criativos como as pessoas subvertem, manipulam, reformulam o digital; como as práticas sociais criam e

recriam o digital, impingindo sentidos e efeitos tanto esperados, como inesperados (Knox, Walford, 2016).

Nesse sentido, uma quinta modalidade é fornecida pela “teoria ator-rede”, caracterizada como um “codeterminismo”. Diferentemente das concepções de sociedades que entendiam a dimensão do “social” composta apenas por “humanos”, a teoria ator-rede considera que os humanos não apenas agem, mas também “são agidos” quando em interação com os entes não humanos (os objetos e suas materialidades). Esse tipo de abordagem permite representar o mundo social a partir de relações compostas por entidades humanas, entidades não-humanas (nesse caso, a tecnologia) e símbolos: elementos heterogêneos que estão conectados na forma de uma rede (“redes sociotécnicas”) e que permitem influenciar outras relações dessa rede (Muniesa, 2007), permitindo considerar artefatos como agentes (*actants*) no interior dessas redes sociotécnicas, que se reconfiguram a todo momento de formas inesperadas.

Em tal dinâmica instaura-se uma condição comunicacional (pois a própria comunicação é de caráter sociotécnico) eminentemente processual, assentada em associações, relações e interações, mais ou menos efêmeras, mais ou menos duradouras, conforme o caso. Nessa direção, pode-se indagar, em mesma medida, o que há de “social” e o que há de “técnico” naquilo que costumamos chamar de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter etc.). Van Dijck (2013, p. 12) diria que são “sistemas automatizados, que fabricam e manipulam conexões” entre seres humanos. Os seres humanos estabelecem ligações uns com os outros, e isso é a sociedade, que alguns também denominam a dimensão de socialidade. Mas, nas assim chamadas “redes sociais”, quem estabelece as ligações não são os humanos, nem é um “quem”, mas um “o quê”: os sistemas automatizados, baseados em algoritmos. Isso significa que, na verdade, encontramos nesse “social” uma “ambiguidade deliberada” e funcional:

O significado de ‘social’ parece englobar tanto as conexões (humanas) como a conectividade (automatizada) (...). As companhias tendem a enfatizar o primeiro significado (a conexão humana) e minimizar o segundo significado (a conectividade automatizada). (...) Entretanto, ‘tornar social a Web’ significa na realidade ‘tornar técnica a socialidade’. A socialidade codificada pela tecnologia torna as atividades das pessoas formalizadas, manuseáveis e manipuláveis, permitindo às plataformas estabelecer a socialidade nas rotinas cotidianas das pessoas. (...) A mistura de conexão humana e conectividade automatizada ocorre quando atividades sociais são traduzidas em conceito algorítmico (Van Dijck, 2013, p. 12-13).

As “redes sociais” funcionam através desses algoritmos. Então, de fato, depara-se com uma outra coisa, que não conviria denominar “social” — dado que o social é o humano, e não a máquina —, mas talvez “sociotécnico”. Além disso, há temporalidades em jogo: as redes sociais estabelecem múltiplas conexões tecnicamente mediadas que em geral podem ser assíncronas. Ademais, a técnica que ampara essas conexões é mais do que uma interface passiva, ao criar ativos, impressos pelos algoritmos, que mediam tais conexões. Desse modo, as relações indivíduo-indivíduo são frequentemente substituídas por relações mediadas pela tecnologia, conformando algo como indivíduo–máquina/tecnologia–indivíduo.

Com o passar dos anos a própria maneira como conceituamos o mundo social foi se inspirando na nomenclatura digital. *Network*, *clusters* e centralidades e a própria ideia de redes sociotécnicas são termos que passaram a ser usados para descrever a maneira como as coisas se conectam no mundo social. Novas conexões, relações, hierarquias e formas de sociabilidade sugiram através dessas tecnologias.

Até mesmo as noções de espaço e de tempo precisam ser pensadas de outra maneira, pois o armazenamento de informação e as múltiplas conexões trazidas pelo digital possibilitaram formas de transtemporalidade e transespacialidade que garantem que a continuidade de conexões (que, no passado, provavelmente iriam se perder). Por exemplo, o armazenamento de informações, conversas, relações que o Facebook permite talvez não fosse possível antes dele. Em grupos de Facebook da turma do colégio, há compartilhamento de fotos, conversas com pessoas que talvez nem houvesse interesse em contactar — determinadas formas de memórias compartilhadas abrem a seus integrantes outras formas de se relacionar. Para além da possibilidade de conexão transcendendo fronteiras espaciais, o acesso a coisas no passado e a projeção de outras no futuro são realizados com mais facilidade. Uma sociedade em rede põe em questão a proximidade geográfica ou temporal como critério de delimitação dos grupos sociais.

Inspirados em Georg Simmel, um dos fundadores da sociologia, seria preciso inquirir, por um lado, como e em que medida as sociotécnicas digitais criam mundos (mentais e práticos, reais e virtuais) e, por outro, como e em que medida o mundo (mental prático, real e virtual) cria sociotécnicas digitais. Esses processos mútuos, recursivos, dinâmicos e contingentes oferecem renovados e contínuos desafios analíticos e conceituais, assim como práticos, para todos os viventes daqueles mundos.

Eis porque a sociologia digital talvez não seja um subcampo ou especialidade disciplinar, autônoma e bem delimitada, mas antes um rol de reflexões que, se há vinte anos estavam circunscritas a questões e problemas específicos, hoje devem

ser colocadas no centro de quaisquer trabalhos sociológicos, já que o digital vem se tornando indissociável da vida social no mundo contemporâneo. Se antes o mundo digital poderia ser circunscrito como um fenômeno localizado, hoje ele inunda todos os domínios da vida humana, digitalizando assim o nosso próprio mundo, definindo, impactando, modelando ou codeterminando (*et cetera*, conforme a perspectiva que adotarmos) práticas, processos e estruturas sociais.

São transformações profundas no mundo social e para a sociologia. Por isso a pertinência deste dossiê e de outras iniciativas que destaque este rol de problematizações e reflexões. Para delinear minimamente o escopo desse conjunto de estudos, consideramos aqui sob o guarda-chuva da “sociologia digital”, os trabalhos que, de alguma maneira, lidem com uma ou algumas dessas quatro frentes:

- a) Estudos que discutam conceitualmente as novas configurações do mundo contemporâneo;
- b) Estudos que lancem mão de técnicas digitais e/ou de dados coletados e/ou produzidos no ambiente digital. Aqui, as tecnologias digitais trazem ponderações sobre sua inteligibilidade e transparência durante sua manipulação em pesquisas sociais (Marres, 2017, p. 34);
- c) Estudos que lidem com questões epistemológicas e/ou éticas relativas ao uso de instrumentos e/ou dados digitais em pesquisas sociais;
- d) Estudos que tenham como objeto de investigação os mais variados fenômenos ligados às transformações trazidas pela digitalização da vida social, destacando que tecnologias digitais estão associadas a diversas transformações sociais (Marres, 2017).

De acordo com Marres (2017), uma sociologia digital deve estar atenta às transformações digitais; em suas palavras, uma “sociologia tecno-consciente”. Dificilmente poderíamos traçar um campo disciplinar bem delimitado, denominado sociologia digital. Originalmente, as reflexões sociológicas sobre o digital emergiram de outros domínios, que foram congregados sob o guarda-chuva do que ficou conhecido como “humanidades digitais”. Como era de se esperar, o interesse e a reflexão sobre esse universo de problemas, temas e questões vieram de universidades e departamentos com um histórico de estudo e de reflexão sobre a tecnologia. A consolidação dos estudos sobre a sociedade digital depende, em grande parte, do processo de desenvolvimento prévio do tema por entre as disciplinas de humanidades. Por exemplo, por especificidades da consolidação das humanidades nos Estados Unidos, o estudo sobre o digital está mais localizado

nas escolas de comunicação social e psicologia social (Zuboff, 2018). Há também uma vertente crescente dos estudos críticos de tecnologia e raça em expansão nos EUA (Noble, Benjamin, Byfield). Já no Reino Unido, a expressividade dos estudos sobre ciência e tecnologia, de um lado, e dos estudos culturais sobre mídias de massa, de outro, contribuiu para a configuração de um campo interdisciplinar sobre tecnologias computacionais, e de uma sociologia/antropologia dos algoritmos (Beer, Seaver, 2017; Marres, 2017; Kitchin, 2017). Na Austrália, por sua vez, a maior vivacidade no tema provém menos de sociólogos e mais das escolas de jornalismo e de mídias de massa (Lupton, 2015).

SOCIOLOGIA DIGITAL NO BRASIL E O PAPEL DESTE DOSSIÊ NESTE CONTEXTO

No Brasil, as frentes seguem, mais ou menos, aquelas indicadas por Marres. Bragato, Nicolas e Sampaio (2012) argumentam que, na virada do século, pesquisas sobre internet e política orbitavam, de forma difusa, sobre o ciberespaço e suas potencialidades. Aos poucos foram se consolidando “estudos empíricos voltados a objetos mais específicos, articulados à compreensão de que a internet agrupa uma série de práticas, plataformas, usos e relações sociais específicos” (p. 139).

A trajetória dos estudos sobre internet no Brasil aconteceu de formas distintas nas fronteiras disciplinares. Miskolci e Balieiro (2018) identificaram uma tendência similar à dos países anglo-saxões, em que houve um interesse inicial derivado dos estudos culturais (de comunicação e da antropologia) sobre cibercultura, ao passo que a sociologia esteve mais interessada em objetos que configurariam o estudo da “sociedade da informação” ou de uma “sociologia das tecnologias da informação” (p. 138). Os principais eixos de pesquisa por eles identificados foram: a) movimentos sociais, formas de ação coletiva e “ciberativismo”, b) mídias digitais, afetividades, gênero e sexualidade, c) cibercultura e ciberespaço, d) práticas e instituições sociais, e) desigualdades e inclusão digital e f) reflexões metodológicas.

Essas temáticas persistem, como veremos, em diversos artigos que compõem este dossiê, em que outras frentes da sociologia e antropologia convergem com as preocupações da sociologia digital para o estudo de uma sociedade digital. Mas, também, observamos o surgimento de investigações dedicadas à conceituação das novas configurações da vida social contemporânea. Optamos, assim, por apresentar o dossiê a partir das frentes propostas por Marres (2017) e discutidas anteriormente.

O ensaio “Redes sociotécnicas, ação social e democracia na Ciberpólis: Reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades”, é uma expressão dessa preocupação teórico-conceitual. Nele,

Nasser e Egler (2023) discutem como a ‘revolução digital’ modificou as relações temporais e espaciais da existência e interação humanas. A partir da qualificação, de um lado, de novas formas de associativismo e ação sociais, e, por outro, das conformações de modelos de organização social pautados na expansão e pervasividade do capitalismo de vigilância, os autores desenvolvem a noção de *ciberpólis*, em que as fronteiras analíticas entre virtualidade e realidade se tornam progressivamente mais indistintas, na medida em que a experiência vivida conjuga heranças da modernidade disciplinar em novas dinâmicas de vida, espaço, tempo, e saberes.

A maior parte dos artigos do dossiê, no entanto, mobiliza técnicas e/ou dados digitais. O artigo “A ‘Corte’ nas redes: uma análise dos perfis dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Twitter”, de Almada, Jesus e Amaral (2023) busca analisar como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) utilizam as redes sociais, em particular o Twitter, e como isso pode impactar a percepção da população sobre a legitimidade do Poder Judiciário, levantando questões sobre a neutralidade e imparcialidade dessas autoridades. Este artigo destaca a importância de compreender as diversas formas de utilização das redes sociais por diferentes atores e instituições, bem como a necessidade de uma reconceitualização da pesquisa em direção a uma sociologia digital. Além dos dados serem digitais, a pesquisa aplica metodologias que envolvem a sociologia computacional, como a reconstrução de redes (grafos) para melhor visualização dos dados. A partir da análise dos dados, os autores mostram como os ministros utilizam o Twitter para promover suas atividades e dialogar com seus seguidores, mas isso os coloca sob críticas e ataques que podem afetar a confiança na instituição.

“Socializando no Instagram: relações sociais e emoções juvenis durante a pandemia da covid-19” também parte de dados coletados no ambiente digital. Neste texto, Rodrigues e Luz (2023) realizaram uma etnografia digital com jovens universitários durante a pandemia de coronavírus, em que observaram as dinâmicas de sociabilidade dessas pessoas no Instagram. Fortemente influenciadas pelas características próprias da arquitetura da rede sociotécnica, as autoras analisaram como as pessoas interlocutoras mobilizaram diferentes estratégias de apresentação de si e de suas vivências em um contexto pandêmico.

O terceiro artigo que parte de dados coletados e produzidos digitalmente, “As *sugar babies* são empresas e os *sugar daddies* são investidores-anjo: uma análise sobre os relacionamentos *sugar* e suas vinculações com elementos de uma racionalidade neoliberal”, está interessado em explorar as formas pelas quais relacionamentos *sugar* mobilizam plataformas digitais para sua concretização. A partir da análise de um site proprietário específico para relacionamentos *sugar*

heterossexuais, em que se discutem sua arquitetura e propostas básicas, Benichio e Leite Jr. (2023) falam de práticas, representações e estratégias que circulam entre as pessoas usuárias da plataforma, em particular sobre sua articulação com práticas neoliberais de empreendedorismo e representações de si.

Na interface entre a mobilização de dados coletados em contextos digitais e o debate epistemológico, a contribuição de Alana Santos (2023), intitulada “Redes de solidariedade e práticas de resistência através de interações online e offline entre familiares de pessoas encarceradas”, volta seu olhar para os contextos de solidariedade e resistência de famílias de pessoas encarceradas em uma penitenciária feminina. Para além de discutir os materiais coletados em ambientes digitais, a autora parte de seu trabalho etnográfico para refletir sobre práticas de comunicação digitalmente mediadas por redes sociais e tece considerações de ordem metodológica e epistemológica sobre o fazer etnográfico em/por contextos digitais. Propõe ainda, a partir da noção de “tecnologias da vida”, investigar como as práticas e experiências cotidianas dessas famílias mediadas pelo WhatsApp entram na construção de redes de solidariedade e afeto.

A discussão epistemológica sobre as articulações do digital na teoria, dados e métodos é aprofundada no artigo de Thiago Bicudo Castro (2023), “A Sociologia Digital na era do *big data*: apontamentos preliminares e problemáticas teórico-metodológicas na pesquisa sociológica”, discute os rumos da sociologia face às mudanças tecnológicas trazidas pela digitalização do mundo. O surgimento da sociologia digital tenta dar respostas a essa realidade ao explorar as relações sociais mediadas por tecnologias digitais e ao utilizar técnicas de pesquisa auxiliares ao método sociológico tradicional. O autor foca na questão do *big data*, como sendo um dos principais temas de estudo da área que mobiliza debates teóricos, epistemológicos e sobretudo metodológicos. A disponibilidade de *big data* no mundo contemporâneo leva o sociólogo a conhecer outras técnicas de pesquisa que não se igualam às clássicas formas de pesquisa amostral, levando à necessidade de uma revisão crítica da produção bibliográfica que relate sociedade e tecnologias informacionais. Castro discute como a sociologia está sendo desafiada a lidar com a transformação tecnológica atual e a utilização de ferramentas das ciências sociais computacionais pode auxiliar na análise de fenômenos sociais. No entanto, a abordagem levanta questões sobre a padronização do comportamento e a querela entre métodos qualitativos e quantitativos, sendo necessário repensar a prática sociológica no contexto da sociedade digital.

Por fim, as últimas duas contribuições tratam de fenômenos associados à digitalização da vida social. O artigo “Off On: La construcción de la identidad

virtual a través de la socialización por videojuegos” discute o espaço virtual de socialização que o jogo *World of Warcraft* oferece e como os jogadores constroem suas identidades virtuais dentro desse espaço. A pesquisa se baseia em entrevistas e observação participante da comunidade do jogo. Marambio-Tapia (2023) aborda também a importância da socialização virtual e a existência de uma identidade virtual, que está ligada às características psicológicas do jogador e sua interação com o jogo. Nele, o autor discute como os códigos morais estabelecidos pelos jogadores são importantes para manter a ordem e a coesão da comunidade virtual e para regular as tensões na construção das identidades.

O dossiê encerra-se com a resenha de André Rocha sobre o livro “Marx no fliperama: videogames e luta de classes” de Jamie Woodcock, lançado em 2019. Rocha (2023) resume a análise marxista de Woodcock sobre a indústria de videogames – uma indústria que cresceu muito com a era digital – abordando questões relacionadas ao trabalho, à exploração e ao capitalismo no contexto dessa indústria em rápido crescimento.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew (2000). Reflections on the Future of Sociology. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 2, p. 296-300.
- ALLEN, Matthew (2008). Web 2.0: an argument against convergence? *First Monday*, v. 13, n. 3. www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2139/1946 (acesso em 27/04/2023).
- BAYM, Nancy (2015). *Personal Connections in the Digital Age*. New York: Wiley Press.
- BEER, David (2017). The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1, p. 1-13. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1216147>
- BIJKER, W. E. (2007). “Technology, Social Construction”. In: RITZER, George (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden: Blackwell (versão digital).
- BIJKER, Wiebe; LAW, John. (Ed.) (1992). *Shaping technology / Building society*. Cambridge/ London: MIT Press.
- BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra; SAMPAIO, Rafael Cardoso (2012). Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. *XXXVI Anais do Encontro Anual da Anpocs*.
- CAREY, James (2009). *Communication as culture*. New York: Routledge.
- CASTRO, Thiago Bicudo (2023). A Sociologia Digital na era do big data: apontamentos preliminares e problemáticas teórico-metodológicas na pesquisa sociológica. *Plural*, v. 30, n.1, p.128-148.

- COLLINGWOOD, Robin George (1939). *An Autobiography*. Oxford: Oxford UP.
- GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (Ed.). (2014). *Media technologies*. Cambridge/London: MIT Press.
- INNIS, H. A. (2007). *Empire and communications*. Toronto: Dundurn.
- JESUS, Maria Gorete Marques; ALMADA, Pablo Emanuel; AMARAL, Mariana Celano (2023). A “Corte” nas redes: uma análise dos perfis dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Twitter. *Plural*, v. 30, n.1, p. 43-69.
- KATZ, James. E. (2007). “Telephone” In: RITZER, George (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden: Blackwell (versão digital).
- KITCHIN, Rob (2017). Thinking critically about and researching algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n.1, p. 14-29. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154087>
- KITTLER, Friedrich (2019). Gramofone, filme, typewriter. B. Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/UERJ.
- KLINE, Ronald. R. (2007). Technological Determinism” In: RITZER, George (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden: Blackwell (versão digital).
- KNOX, Hannad; WALFORD, Antonia (2016). Is there an Ontology to the digital? In: *Society for Cultural Anthropology*. <https://culanth.org/fieldsights/is-there-an-ontology-to-the-digital> (acesso em 27/04/2023).
- LATOUR, Bruno (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LAW, John (1992). Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems Practice*, v. 5, n. 4, p. 379–393.
- LEHM, Dirk Vam (2007). “Interaction”. In: RITZER, George (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden: Blackwell (versão digital).
- LEITE JUNIOR, Jorge; BARBOSA, Bruno Henrique Benicio Alves (2023). As sugar babies são empresas e os sugar daddies são investidores anjos: uma análise sobre os relacionamentos sugar e suas vinculações com elementos de uma racionalidade neoliberal. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.30.1, jan./jun., 2023, p.86-107.
- LUPTON, Deborah (2015). *Digital Sociology*. London: Routledge.
- MARRES, Nortjee (2017). *Digital Sociology: The Reinvention of Social Research*. New York: Polity Press.
- MISKOLCI, Richard (2016). Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 275-297.

- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo (2018). Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, v. 6, n. 12. <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/352>.
- MUNIESA, Fabian (2007). “Actor-network theory” In: RITZER, George (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Malden: Blackwell (versão digital).
- NASSER, Ricardo Massao Nakamura; EGLER, Tamara Tania Cohen (2023). Redes sociotécnicas, ação social e democracia na Ciberpólis: reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./jun., 2023, p.23-42.
- PEW RESEARCH CENTER (S/A). *Internet/Broadband Fact Sheet*. <https://www.pewresearch.org/internet/fact-sheet/internet-broadband/#panel-48odace1-fd73-4f03-ad88-eae66e1f4217> (acesso em 27/04/2023).
- ROCHA, André (2023). A ludopolítica do trabalho: um olhar marxista sobre os jogos digitais. *Plural*, v.30, n.1, p. 169-174.
- RODRIGUES, Fernanda Sousa Rodrigues; LUZ, Lila Cristina Xavier (2023) Luz. Socializando no Instagram: relações sociais e emoções juvenis durante a pandemia da covid-19. *Plural*, v. 30, n. 1, p. 70-85.
- SANTOS, Alana Barros (2023). Redes de solidariedade e práticas de resistência através de interações online e offline entre familiares de pessoas encarceradas. *Plural*, v.30, n. 1, p. 108-127
- SEAVER, Nick (2017). Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems. *Big Data and Society*, v. 4, n. 2. <https://doi.org/10.1177/2053951717738104>
- SILVA, Sivaldo Pereira da (2015). Políticas de acesso à internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. *Cadernos Adenauer XVI*, n. 3, p. 151-171. http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/2015_SILVA_Acesso-Internet.pdf (acesso em 26/04/2023).
- VAN DIJCK, José (2013). *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford: University of Oxford Press.
- VILLEGRAS, Cristóbal; MARAMBIO-TAPIA, Alejandro (2023). Off/On: La construcción de la identidad virtual a través de la socialización por videojuegos y la producción de nuevas relaciones sociales en los márgenes de lo virtual y lo no virtual. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./jun., 2023, p.149-168
- ZUBOFF, Shoshana (2018). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs.

Redes sociotécnicas, ação social e democracia na Ciberpólis: reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades

Sociotechnical networks, social action and democracy in Ciberpólis: reflections about the hybridization of space, the development of surveillance capitalism and the subjectivities

Ricardo Massao Nakamura Nasser^a, Tamara Tania Cohen Egler^b

Resumo O escrito tem como desígnio discutir, em âmbito sociológico, político e econômico, o processo de ascensão da sociabilidade mediada pelas tecnologias da informação e comunicação baseadas nas redes sociotécnicas, os efeitos desse tipo de interação sobre a subjetividade humana e sobre as relações espaço-temporais e corpo-espaciais. Estabelece como esteio epistemológico a formulação de um espaço híbrido e vivo, existente na interface entre o virtual e o concreto denominado Ciberpólis. Elenca as etapas de consolidação dos estudos sociais em tecnologia e inovação e o processo de reconhecimento da realidade que se conecta com os intensos fluxos de dados e informação, abordando a consolidação do capitalismo de vigilância, apontado como nova faceta do sistema econômico e cultural vigente, que se estabelece pelas bases do monopólio, do controle e da manipulação. Por fim, lança questionamentos específicos acerca da questão da democracia na conjuntura do sul global inserido na Ciberpólis e os caminhos societários possíveis para transformação do espaço das redes em *locus* inclusivo, plural e equitativo.

Palavras-chave Sociologia digital. Redes sociotécnicas. Ciberpólis. Capitalismo de Vigilância. Democracia.

a Mestre em Política e Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq (2020-2022). Pesquisador Associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço (LabEspaço/IPPUR/UFRJ). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4549-4951>

b Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora 1B do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço (LabEspaço/IPPUR/UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6549-7343>

Abstract The purpose of this paper is to discuss, in a sociological, political and economic context, the process of rise of sociability mediated by information and communication technologies communicated in sociotechnical networks, the effects of this type of interaction on human subjectivity and on space-time relations and body-spatial. It establishes as an epistemological mainstay the formulation of a hybrid and living space, existing at the interface between the virtual and the concrete called Ciberpólis. It lists the stages of consolidation of social studies in technology and innovation and the process of recognizing reality that connect with the intense flows of data and information, addressing the consolidation of surveillance capitalism, identified as a new facet of the current economic and cultural system, which is established on the basis of monopoly, control and manipulation. Finally, specific questions are raised about the issue of democracy in the context of the global south inserted in the Ciberpólis and the possible societal paths for transforming the space of networks into an inclusive, plural and equitable “locus”.

Keywords Digital sociology. Sociotechnical networks. Ciberpólis. Surveillance Capitalism. Democracy.

INTRODUÇÃO

O acelerado desenvolvimento tecnocientífico experimentado pelas sociedades na contemporaneidade – do pós grandes-guerras aos dias de hoje – trouxe à tona o domínio digital através da centralidade das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no esteio do cotidiano (Castells, 1999) e de suas atividades – trabalho, educação, mobilidade, serviços, lazer, saúde, acesso à informação, cultura, e uma miríade de possibilidades na tônica da vida urbana. Processos como a digitalização e virtualização modificaram a cena social introduzindo dispositivos e instrumentos que tornam a experiência vivida uma prática híbrida, entre concreto e virtual, real e simbólico, espaço dimensional que denominamos Ciberpólis.

Este escrito tem como desígnio apresentar a construção epistemológica da Ciberpólis como importante chave de compreensão no campo da sociologia digital, retratando as pinceladas constitutivas de sua solidificação (Bourdieu, 1998) desde quando manifestada por Egler no ano de 1996. Em sequência, busca-se analisar sob enfoque interdisciplinar o papel das redes sociotécnicas na transformação da sociabilidade e na elaboração de novas formas de comunicação e ação social, que desdobram o significado tradicional de movimentos sociais e promovem a inclusão de novos atores e cenas à vitrine social.

Incorporam-se, por claro, a partir das denominadas teorias ator-rede (Latour, 1994), compreensões que transformam a mirada sociológica no que se refere à

interação entre humanos, não-humanos e os objetos na era informacional. Nessa esteira, é também assinalada a conjuntura específica a que se insere a periferia do capitalismo informacional, suas demandas sociais, conflitos, questões e emergências frente à ordem democrática e participativa, sem olvidar as mutações do próprio capital, agora sob o signo da vigilância (Zuboff, 2019).

Por fim, debruçando-se sobre o arcabouço teórico e metodológico criado no seio dos estudos sociais sobre tecnologias e desenvolvimento humano, todavia resgatando a categoria biopoder (Foucault, 2000), o trabalho realiza um movimento de aprofundamento analítico no sentido da compreensão sobre alcance e efeitos derivados da utilização em larga escala dos algoritmos nas relações mediadas pelas TIC's, investigando transformações nas subjetividades a partir da utilização da internet e, sobretudo, das redes sociais.

Dessa forma este artigo está organizado em introdução, referencial teórico-metodológico, duas seções analíticas, além das considerações finais, de forma que seja entregue ao(à) leitor(a) uma apreciação palatável, em sequência lógica e histórica, munida de exemplificações sobre os fenômenos abordados em cada seção. Todas as referências bibliográficas utilizadas encontram-se sinalizadas ao longo do escrito, bem como comentadas quando necessário, em notas de rodapé. Importa, em suma, aos autores, que ao final da apropriação textual, seja possível uma observação crítica sobre o processo de construção de um campo interdisciplinar do saber, voltado aos estudos sobre o impacto das tecnologias sobre a vida social – as Sociologias Digitais, seu percurso histórico e importância para a interpretação do hoje e seus sempre renovados desafios políticos, coletivos e individuais que transbordam a mera justificação tecnológica, demandando um esforço para além dos paradigmas disciplinares do conhecimento tradicionalista.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A SOCIALIZAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: PINCELADAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIOLOGICO E A FORMAÇÃO DA CIBERPÓLIS

A Sociologia compreendida como campo do saber profundamente lastreado nas relações entre diversos, suas formas de existência, de vida e sociabilidade, vem encontrando nas últimas quatro décadas, de forma cada vez mais acelerada, o dilema das mediações tecnológicas e suas consequências no que tange às relações espaço-temporais e, por conseguinte as relativas ao domínio urbano, ou seja, o enclave corpo-cidade.

Na seara dos estudos urbanos, os processos espaciais, seja de construção do simbólico ou do concreto, no âmbito do *locus vital*, perpassam por uma miríade de mudanças e transformações que descendem da incorporação de ritos, hábitos e práticas replicadas pela coletividade na denominada “sociedade informacional”, conforme afirma Castells (1999). Tal percepção, porém, ocorreria não de forma uniforme e uníssona pela literatura sociológica, pelo contrário, a admissão da influência das tecnologias da informação e da comunicação (TIC’s) no âmbito da pesquisa social iniciou-se tímida, sob a preocupação de que tal temática, até o momento restrita às investigações em ciências da computação e informática, pudesse suplantar as bases epistemológicas há tanto disputadas no campo social, substituindo o real pelo efêmero.

Há, no entanto, que se admitir que tais resistências, ao invés de sufocarem o interesse acadêmico e a necessidade de estudo das relações humanas mediadas por tais sistemas e instrumentos, produziram um processo de conhecimento calcado em pinceladas, em aprofundamentos teóricos e analíticos que produziram uma considerável totalidade ao longo do tempo, como leciona Bourdieu (1998), ou seja, uma construção de conhecimento em etapas e despida de prenóções e preconcepções do real, além do descolamento do afã de produzir respostas em meio à contextos e conjunturas pouco cristalizadas relegou ao terreno das investigações sociais em ciência, tecnologia e inovações uma materialidade ímpar, hoje reconhecida epistemologicamente.

Em retrospecto, as primeiras antevições acerca do impacto desse fenômeno sobre as relações homem-tempo e homem-espacó delineavam uma espécie de “espacó sobreposto”, ou seja, conforme Egler (1996), “pensar que a internet formava uma nova cidade, acima da cidade industrial e deslocada dela mesma”. A segunda pincelada acrescentou a compreensão de que não havia, em verdade, uma nova cidade, mas sim uma totalidade mais complexa, uma engenhosidade entre real e virtual, um imbricamento de novos sentidos e situações com potencial desdobraamento em relações mediadas (Egler, 2000). A terceira análise, por sua vez, em grande salto epistêmico, permitiu que se lançassem os olhos à formação de uma “colonização por redes” (Egler, 2004). Isso ocorreu a partir de um movimento de transição entre pesquisa teórica e observação analítica que permitiu a investigação de fenômenos advindos da introdução massificada de redes sociotécnicas no domínio virtual, que se relacionavam com diversas esferas da vida, como a comunicação e o lazer, o governo eletrônico, a ciber-resistência e o ciberativismo, a produção de novas formas de interação e a movimentação de objetos por meio das TIC’s, hoje compreendida e nomeada como “internet das coisas”.

A incorporação paulatina, nos estágios epistemológicos descritos, das propostas advindas das teorias ator-rede (ANT), com destaque para as construções de Bruno Latour (1994) e Michel Callon (1986) promoveram o desenlace necessário para admitir as já visualizadas transformações nas relações cotidianas entre indivíduos humanos, não humanos e objetos, de forma a suplantar definitivamente entendimentos baseados em hierarquias tradicionais do conhecimento que consideram os objetos tecnológicos simplesmente como significados, ignorando sua materialidade, potencial de agência e características específicas que são tão relevantes quanto as simbólicas.

Para tanto, transcrevemos a provocação instaurada por Latour (2012):

bem à maneira do sexo na Era Vitoriana, os objetos nunca devem ser mencionados, mas sempre sentidos. Eles existem, naturalmente, mas não são alvo de pensamento, de pensamento social. Como servos humildes, vivem à margem do social, encarregando-se da maior parte do trabalho e nunca são representados como tais. Parece não haver veículo, meio ou porta de entrada para inseri-los no tecido formado pelos outros laços sociais. Quanto mais os pensadores radicais insistem em atrair a atenção para os humanos nas margens e nas periferias, menos citam os objetos. (Latour, 2012, p. 111, grifos nossos).

Dessa forma, na esteira do desenvolvimento de um conhecimento específico na sociologia digital, entende-se finalmente por Ciberpólis¹ (Egler, 2007) o espaço de encontro entre o físico e o virtual, de interação entre o concreto e o digital, entre humano e não-humano. Em outras palavras, envolve as duas faces da vida contemporânea, por vezes indissociáveis, representações do pensar e agir, da coexistência entre os âmbitos público e privado, sede do pseudoanonimato, palco de processos imanentes de poder – “de baixo para cima”, horizontais, democráticos, e por outra frente autoritários, frutos do desenvolvimento acelerado do capital informacional e do poderio de seus representantes em busca de dominação biopolítica e obtenção de lucro em cifras nunca antes vistas.

1 Ver “Ciberpólis: Redes no governo da cidade”, de Tamara Tania Cohen Egler, para um aprofundamento na compreensão do arcabouço teórico, epistemológico e analítico que resultou no vocábulo definidor referido. De mesmo modo, a obra explicita detalhadamente orientações metodológicas sobre o objeto de pesquisa, apresenta a arquitetura das redes sociotécnicas e o papel das políticas públicas e da sociedade civil na moderação e apropriação dos efeitos tecnológicos.

O título do livro nasce da categoria *Polis*, que está referida à dimensão pública da vida em sociedade – é o tecido social que resulta dos fios invisíveis e formam um organismo entre iguais, que definem uma ação política em defesa dos interesses coletivos. Em outras palavras, os homens não existem individualmente; eles só existem socialmente. [...] Seu objetivo é trazer elementos analíticos associados à reflexão sobre a sociedade da informação e seus efeitos sobre o espaço urbano, particularmente no que se refere à existência de um Ciberpólis que se integra à cidade industrial, tornando sua totalidade mais complexa. (Egler, 2007, p. 8-9, grifos nossos).

Pode-se afirmar, nesse sentido, que a conexão entre mudança no ritmo de vida nas metrópoles, acompanhada de uma persistente crise societária forjada no seio dos processos de esgarçamento da escala temporal, levou à imprescindibilidade da pesquisa sociológica referenciada em novos paradigmas, na percepção da inegável digitalização e virtualização das relações humanas e da hibridização do modo de vida no capitalismo pós-moderno. A referida crise societária contemporânea, abordada exaustivamente na obra de Ana Clara Torres Ribeiro, pode ser assim compreendida:

a crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. Apesar da relevância destes processos, os seus ângulos mais dolorosos tendem a permanecer ocultos pelo ativismo estimulado pela efervescência consumista. Esta efervescência, que altera o ritmo das grandes cidades, decorre da financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade que objetivam o embelezamento de áreas privilegiadas e a circulação confortável para somente alguns segmentos da população urbana (Ribeiro, 2006, p. 24)

Tendo como ponto de partida o fato de que as redes sociotécnicas instauraram uma nova força e função do espaço virtual, perfazendo neste a expressão de um poder político – público ou privado – a partir de mecanismos de geração de dados, que, por sua vez, são endereçados a um sem fim de indivíduos e comunidades, num sentido de coordenação social, chega-se ao consenso de que as formas tradicionais de organização burocrática do Estado e do Capital sofreram significativas alterações, *status* que provoca rebatimentos no cotidiano, na vida privada – cada vez

menos privativa, exclusiva, íntima – e assim nos estratos do trabalho, da ação, da interação, da produção do conhecimento e da sociabilidade como um todo.

Multiplicam-se, nesse contexto, as possibilidades de associação mediada por TIC's, como já adiantado, o ciberativismo torna-se presente na cena da ação social, sendo elevado ao posto de ação-chave no processo político, dado seu poder de disseminação, persuasão, aglutinação e transposição de fronteiras tradicionais, ignorando o limiar das limitações do espaço físico, da tessitura terrestre, alcançando o mediato e imediato, o esperado e o inesperado, o receptor imaginado e todos os demais impactados pela informação, dinamizada por meio de fluxos e influxos coordenados por algoritmos.

Trata-se, portanto, da presentificação de um espaço público virtual para o exercício da vontade coletiva (Habermas, 1998), considerando que a lógica da informação detém grande poder e vantagens reprodutivas sobre os demais setores das sociedades (Castells, 1999). A sociedade, nesse passo, não pode ser mais entendida como estrutura rígida de laços sociais, passando a existir através de vínculos líquidos, das associações entre indivíduos humanos, não-humanos e os artefatos – configuradas espacialmente – através da mediação tecnológica, em forma de rede (Latour, 2012).

PENSAMENTO E AÇÃO SOCIAL NA CONJUNTURA DA PERIFERIA DO CAPITALISMO INFORMACIONAL: REFLEXÕES SOBRE AÇÃO, DOMINAÇÃO E DEMOCRACIA

As novas formas de *agir, organizar, convencer e reivindicar*, advindas do contemporâneo movimento de hibridização da vida, ou seja, do paulatino apagamento das fronteiras entre as dimensões do virtual e presencial, nos trazem a necessária reflexão sobre as possibilidades do cotidiano, onde a relação espaço-temporal se representa por meio de ciclos, repetições, realizações e mais especificamente, no importante vocabulário sociológico de Pierre Bourdieu (1998), na noção de *habitus*.² Em tal sentido, importante frisar que a questão dos globalismos, da expectativa de criação de novas perspectivas e desigualdades, além das

2 Refiro-me à categoria desenvolvida por Pierre Bourdieu. O *habitus* consiste em um sistema de repertórios intelectuais, comportamentais, revelador de marcas de diferenciação social, podendo ser compreendido como articulação entre os capitais econômico, cultural, social e simbólico que confere a determinados grupos distinta posição na hierarquia social. É uma manifestação individual e coletiva, mecanismo de mediação entre indivíduo e coletividade, sendo internalizado pelos processos de socialização, incluindo a educação formal. Dessa categorização decorre a observação de que Bourdieu não se inclinava à rigidez do estruturalismo preponderante sobre a ação individual nem tampouco se inclinava a um individualismo sociológico que deposita no indivíduo a capacidade de exercer o monopólio da ação.

consequências desse novo tipo de desenvolvimento na estrada do capital, especialmente em relação à periferia do mundo, fora pensada pelas ciências sociais no Brasil, nas vozes de Octavio Ianni e Torres Ribeiro:

as noções de espaço e tempo, fundamentais para todas as ciências sociais, estão sendo revolucionadas pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos incorporados e dinamizados pelos movimentos da sociedade global. As realidades e os imaginários lançam-se em outros horizontes, mais amplos que a província e a nação, a ilha e o arquipélago, a região e o continente, o mar e o oceano. As redes de articulações e as alianças estratégicas de empresas, corporações, conglomerados, fundações, centros e institutos de pesquisas, universidades, igrejas, partidos, sindicatos, governos, meios de comunicação impressa e eletrônica, tudo isso constitui e desenvolve tecidos que agilizam relações, processos e estruturas, espaços e tempos, geografias e histórias. O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e reterritorializam-se em outros espaços, com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático (Ianni, 2001, p. 249-250, grifos nossos).

Nesse ponto, acho extremamente interessante relembrar uma obra de Octavio Ianni, *Enigmas da modernidade-mundo*, onde ele diz da viagem. Na viagem segue-se para frente, e não para trás. Diz ele com toda clareza: “aquele que parte nunca é o mesmo quando regressa” (Ianni, 2000, p. 31). *Ou seja, depois que partimos e avançamos todas essas décadas – para pior ou para melhor em diferentes aspectos, mas em grande parte para outros mundos –, não se pode voltar e permanecer como uma espécie de herdeiros a fazer a contabilidade do nosso passado, nem para o positivo, nem para o negativo, mas sim vivendo a experiência do presente e do futuro.* (Ribeiro, 2013, p. 112, grifos nossos).

O avançar “para outros mundos”, presente na citação de Ribeiro em face da obra de Ianni, indica uma nova experiência de ação, esta correspondente às formas de movimento da vida, de começar, conduzir, guiar, encaminhar-se ao enfrentamento individual e coletivo das condições impostas pelo sistema econômico capitalista, pela crise societária e pela consequente vigilância tecnológica trazida no seio das redes sociotécnicas que operam, senão, por meio de mandamentos implícitos, transmitidos através dos ainda não tão conhecidos algoritmos, que

direcionam os sentidos na manipulação dos instrumentos tecnológicos através da experiência de seus usuários. Visão, audição, tato, olfato e paladar, como percepções do corpo encarnado, tornam-se objetos de controle, medição, mineração e reorientação - processos nem sempre perceptíveis, conscientes e, portanto, democráticos..

Nas condições de contemporaneidade, a disjunção tempo-espacó foi especialmente aguçada pelos meios de comunicação virtuais baseados em redes sociotécnicas. Como afirma Thompson (1998), criam-se “formas de simultaneidade não-espacial”. Entretanto, para ir além, a comunicação digitalizada promove uma mutação ainda mais profunda no entendimento sobre a temporalidade, legado da modernidade:

as tecnologias avançadas de comunicação e a velocidade da circulação de informações produzem uma outra temporalidade, que se vem chamando de tempo real. De fato, num mundo posto em rede técnica, modifica-se a experiência habitual do tempo: virtualmente conectado a todos os outros, cada indivíduo pode ser alcançado, sem demora nem período marcado, por qualquer um. (Sodré, 2007, p. 19).

Nessa esteira, “preparando o terreno” no sentido do avanço no tema, recordemos a percepção da ação explicitada politicamente em Arendt:

é da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda origem. [...] O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. *O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo.* (Arendt, 2007a, p. 190-191, grifos nossos).

A leitura da ação em Arendt proporciona o pensamento da manutenção da pluralidade de formas de agir baseada na percepção da singularidade do homem, de sua condição política baseada na socialização, o que traz questionamentos inerentes ao fluxo de migração dos movimentos de aglutinação política tradicional para os espaços híbridos ou virtuais de enfrentamento e agência: estaríamos, enquanto

sociedade, substituindo o espaço de embates – terrestre, palpável, observável – por outro desconhecido e manipulado? Não seria tarefa intelectual necessária lançar preocupações emergentes em relação à democracia autoafirmada desses espaços mediados pelas TIC's? A já desmascarada neutralidade virtual representa menores ou maiores riscos à dimensão política da ação em relação à arena tradicional – o espaço urbano presencial?

De certo, todos esses questionamentos direcionam reflexões já anunciadas nas produções sociológicas e que buscam a equalização das desigualdades que advém do concreto e respingam sobre o virtual, mas, sobretudo, das novas desigualdades, aquelas criadas ou recriadas na dimensão digitalizada, na medida em que os usos sociais da internet ganham contornos cada vez mais amplos, reivindicatórios e que funcionam como ressonância dos desconfortos e indignações – individuais e coletivas – do corpo social que vivencia as adversidades da sociedade informacional.

A formação de uma nova faceta capitalista baseada na reprodução da vigilância e do controle, que finca seus alicerces nas fragilidades e disfuncionalidades do poder constituído – especialmente quando Estado e sociedade ainda estão atrelados à mecânicas burocráticas típicas da modernidade em suplantação – e que não surpreendentemente se utiliza de brechas legislativas e regulamentares para lançar mecanismos de observação e operação que induzem a conduta dos usuários de TICs, especialmente através da experiência de utilização de grandes redes sociais, ao passo da ignorância majoritária sobre a existência de tais “chaves de controle” e da impotência de indivíduos ou pequenas coletividades diante do poder econômico, financeiro e político de megacorporações é alvo de análises recentemente publicadas por nomes como Shoshana Zuboff³, Mark Andrejevic⁴ e Evgeny Morozov⁵.

3 Sua mais aclamada obra, publicada em 2019 cunhou a expressão “capitalismo de vigilância”, explorando os sentidos de um sistema econômico baseado em tecnologias e instrumentos de captação e controle de sentidos humanos. Cf. Zuboff, Shoshana (2019). *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. São Paulo: Intrínseca.

4 Professor da Monash University, em Melbourne, Austrália, tem especial interesse por comunicação e liberdades no contexto da sociedade mediada por tecnologias. Suas obras “iSpy: Surveillance and Power in the Interactive Era”, “Automated Media”, e mais recentemente “Facial Recognition” causaram grande impacto pela tenacidade do discurso de alerta sobre os mecanismos de automação e controle autoritários, sorrateiros e antidemocráticos.

5 Considerada sua grande contribuição para o campo dos estudos sociais em tecnologia e inovação, Evgeny Morozov em “Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política” proporciona ao leitor um panorama analítico sobre os sistemas de controle e dominação presentes nas práticas e métodos das megaoperadoras de tecnologias da informação e comunicação, apontando para um pós-capitalismo forjado através de algoritmos e poderes escusos.

Após vinte anos de pesquisa de campo, encontrei uma mesma lição com centenas de variações. A divisão do aprendizado, assim como a divisão do trabalho, é sempre conformada por disputas sobre as seguintes questões: Quem participa, e como? Quem decide quem participa? O que acontece quando a autoridade falha? Na esfera do mercado, o texto eletrônico e o que se pode aprender a partir dele nunca foram nem podem ser “coisas em si”. Eles estão sempre já constituídos pelas respostas a essas questões. Em outras palavras, eles já estão incorporados no social, e suas possibilidades estão circunscritas pela autoridade e pelo poder. O ponto-chave aqui é que o texto eletrônico, quando estamos tratando da esfera do mercado, já se encontra organizado pela lógica de acumulação na qual está incorporado, bem como pelos conflitos inerentes a essa lógica. A lógica de acumulação organiza a percepção e molda a expressão das capacidades tecnológicas em sua origem, sendo aquilo que já é tomado como dado em qualquer modelo de negócio. (Zuboff, 2018, p. 23).

Nesse contexto, as megacorporações (*Big-techs*) realizam um processo de dominação que se inicia na incubação de protótipos de instrumentos tecnológicos, concepção de mecanismos, funcionalidades e atributos exclusivos, formas de blindagem contra observadores externos e “vazamento” de dados. Tal atuação, distanciada dos atributos tradicionais de verificação social e estatal conduzem para um círculo de produção extremamente fechado e destinado à obtenção de monopólios econômicos e culturais, extrema lucratividade e dependência humana – situação última observada na conjuntura da pandemia de COVID-19, momento em que as plataformas de videoconferência, teleatendimento e trabalho remoto se popularizaram de modo exponencial ao passo da necessidade comunicacional provocada pela essencialidade do distanciamento social por restrições sanitárias.

O questionamento sobre a existência de democracia (ou quais seus “novos termos”) no esteio das redes encontra robusta resposta: não há definição geral, muito embora o fenômeno seja globalizado, dado que transmuta a cada momento e personifica o caráter provisoriamente intangível daquilo que foge ao conjunto normativo estatal, regional e global, subtraindo igualdades através de rusgas e fissuras das “democracias do real”. É necessário, em outra direção, pensar sobre as formas de ação social no sentido da construção de uma contraposição à hegemonia das *Big techs*, seja no sentido da apropriação consciente das tecnologias, seja através do desenvolvimento de novos Marcos Civis e pactos políticos que permitam, em termos de regulamentação, evitar um estado de anomia, fatal para as liberdades e possibilidades democráticas, especialmente no sul global.

Conforme aponta Ianni (2001), trata-se de adequar a atuação pública no sentido mais aguçado da globalização imposta pelo avanço dos meios técnicos e científicos na qual se incluem as TIC's; e, para além dessa tarefa, como ressalta Ribeiro (2014), destacar os sentidos e a essencialidade da ação social, como forma de aglutinação entre o pensado e o concreto, entre o desejado e o disposto, de forma a ofertar esquemas de produção social que ultrapassem os limites da crise societária, da malograda experiência governamental em termos de atuação na escala dos monopólios informacionais e dos muros – visíveis e invisíveis – que cercam as políticas públicas no segmento de CT&I, sobretudo as de corte social e espacial, reconstruindo os sentidos de permeabilidade, capilaridade e universalidade, desígnios democráticos que deveriam ser refletidos na *práxis* pública.

BIOPODER NA CIBERPÓLIS: APROFUNDANDO O ALCANCE E EFEITOS DOS ALGORITMOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE INTERNET, SOCIAIBILIDADES E SUBJETIVIDADES

As expressões de dominação e controle, vistas anteriormente, podem ser compreendidas como formas de violência simbólica, no sentido que cerceiam a experiência social, o diálogo consciente e a livre manifestação do pensamento por meio da interferência de direcionamentos ocultos e reorientações, a exemplo do que realizam os algoritmos nas redes sociotécnicas. Tal “manifestação inebriada” pode ser esclarecida nas palavras de Emmanuel Terray:

a violência simbólica é, antes de tudo, uma violência opaca: esta dissimulação lhe confere [...] uma eficácia específica; no seu fundo, entretanto, ela permanece sendo irredutivelmente violência. Noutras palavras, ela não constitui uma espécie distinta, autônoma e auto substantiva de violência, que poderia se opor à violência física, ao uso brutal da força; particularmente, ela não é passível de ser utilizada de forma independente. Em sua origem [...] e em seu núcleo central, ela é e continua sendo violência física; simplesmente, esta violência física é mascarada, revestida e, logo, esquecida. (Terray, 2002, p. 77, tradução própria)

Compreendida a acepção de violência simbólica acima elencada, compete frisar os denominadores de tal espécie, tão presente no ambiente virtual: dissimulação, opacidade, aparente intangibilidade, desmaterialização, fugacidade. Nesse sentido, podemos reunir à baila os conhecimentos sobre os usos políticos das tecnologias e o processo de monopolização da CT&I – questões apresentadas no item anterior deste escrito e que convergem para os questionamentos sobre a erupção demo-

crática na era informacional – no desígnio de avançar para a análise da lógica de biopoder existente no contexto das redes por meio da reprodução e repetição de elementos sensoriais – imagens, sons, escritos, símbolos, cores, estilos, padrões de comportamento e disciplina.

Para Michel Foucault (2000), o biopoder não tem como eixo de investida o indivíduo enquanto *persona* na métrica da unicidade. Ao inverso, trabalha com as condições que promovem ou não um dado padrão para manipulá-lo até que se considere como “normal ou comum”, ou seja, o esperado. Dessa forma, o paradoxo padrão-desviante se forma, não obstante observemos a partir das experiências nas redes sociais o exaustivo volume de informações – implícitas e explícitas – que apresentam sob o viés de “tendências”, modos e práticas de vida que passam a ditar os itinerários de conduta individual e coletiva, demarcando uma linha de exclusões, de degradação e novas formas de discriminação e diferenciação negativa.

Na correlação disciplina/tecnologias, opera o pensamento de Foucault:

uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (Foucault, 2000, p. 288-289).

Em tal esteira a Ciberpólis se ergue em meio a um complexo sistema de dados, transformados a partir de processos de deciframento em informações, sejam estas verdadeiras ou falsas, genuínas ou não, destinadas exclusivamente ou intencionalmente ao receptor ou não. Aqui, importa destacar a relevância de se compreender a forma como os mecanismos de poder e saber, que estão no terreno da pós-modernidade, se lançam sobre as subjetividades, buscando alterá-las, massificá-las e padronizá-las. Do estilo de vida urbano aos hábitos alimentares, passando pela etiqueta da moda e do consumo, pelo império da perfeição corporal, da busca por formas e contornos esteticamente considerados ideais, ao convencimento político-partidário e a adesão a comunidades⁶ e janelas de pertencimento:

6 Acontecimentos recentes no Brasil e em diversos outros países apontam para a difusão de redes e comunidades extremistas, baseadas na reunião de adeptos de ideologias de violência, extermínio e intolerância. São exemplos práticos dessa realidade o aumento exponencial do número e alcance de redes neonazistas, células terroristas e com enfoque nas teorias da supremacia racial

tudo ocorre na Ciberpólis em termos da reprodução e exaustivo compartilhamento de dados e informações.

Se a modernidade emerge sob um tensionamento de poder presente em todos os lugares e em todo o tempo, sob exemplo do que o utilitarista Jeremy Bentham encerrou como panóptico – formulação resgatada pela *episteme* foucaultiana em análises que exemplificam a sociedade do controle na proliferação de instituições totais – manicômios, conventos e prisões, como analisaria Erving Goffman em obra homônima⁷, a pós-modernidade centra seu controle nos esteios do biopoder, agora repaginado sob a forma de instituições virtualizadas e suposta ausência de controle na arte de “pensar a vida” – efeito psicológico causado pela forma opaca como se apresentam os algoritmos. Em tal situação de pseudoliberdade onde o sujeito crê realizar escolhas livremente sem, porém, considerar que as próprias opções dispostas no espaço híbrido possuem preconcepções e diretrizes de natureza ética e econômica, instaura-se um campo propício para enganos, inconsequências e o danoso processo de desinformação, cuja estrutura central são as *fake-news*.

Ressaltemos que o fenômeno das “falsas notícias”, juntamente com a expressão “pós-verdade” foram direcionados aos holofotes a partir do ano de 2016 após dois acontecimentos políticos marcantes e polêmicos no plano global, quais sejam, a eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos da América e o processo de saída da Inglaterra da União Europeia (*Brexit*). Em comento, a ideia central que permeia a terminologia “pós-verdade” e *fake-news* é a premissa da existência da era informacional onde a produção e circulação de dados e transformação e informações (verdadeiras ou não) ocorre de maneira quase instantânea. Nessa esteira, as formas convencionais de organizar, selecionar, eleger, classificar, considerar as informações se tornam temporalmente inviáveis, cedendo espaço ao ato de compartilhamento sem checagem, o que promove o processo de desinformação. A informação sem critérios de fonte, desígnio, canal e autor possuem alto potencial de se espalharem pelas redes, ao sabor dos algoritmos, muitas vezes na intenção de manipular emoções, influenciar decisões e formar opiniões destrutivas ou discursos de ódio (Mans, 2018).

e sexual, conforme apontam dados compilados por diversas investigações, como a conduzida pela Professora Adriana Dias, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e dados da SaferNet, organização não governamental que reúne cientistas da computação, professores e pesquisadores envolvidos na missão de defender e promover os direitos humanos na internet. Cf. SOUZA, André de.; MARIZ, Renata.; LEAL, Arthur. Número de investigações a casos de apologia ao nazismo cresceu no país no último triênio. *O Globo*, 10/02/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/numero-de-investigacoes-casos-de-apologia-ao-nazismo-cresceu-no-pais-no-ultimo-triennio-25388017>. Acesso em 12/02/2023.

⁷ GOFFMAN, Erving (1999). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Não se olvide, ademais, que a operacionalização das redes ocorre por meio da produção de dados, e os primeiros a serem incorporados aos estoques ou bancos são os que dizem respeito ao “rastreamento do usuário”, ou seja, um rol de informações dispostas pelo próprio indivíduo, que as aporta conforme o cadastro e o próprio uso doméstico das redes sociotécnicas. Assim, gênero, raça, sexualidade, geolocalização, idade, renda, afinidade política, religião, escolaridade são alguns dos dados primordiais na configuração do uso atual da internet e seus serviços, moldando expectativas e permitindo a entrega de “conteúdo personalizado”, de acordo com a sequência e padrão de cliques e buscas. O panóptico então torna-se onipresente, onisciente e objetivo, assumindo não só a função disciplinar, mas uma atuação comissiva sobre a volitividade do sujeito, projetando ao alcance do usuário possíveis produtos, serviços, informações e desinformações. Direitos humanos como proteção à intimidade, privacidade e vida familiar⁸, liberdade de expressão⁹, não discriminação¹⁰, igualdade¹¹, propriedade intelectual¹² e bem-estar social¹³ encontram-se em risco diante do excesso de vigilância, rastreabilidade e instantaneidade de atos virtuais, cujas consequências, dado o hibridismo da Ciberpólis, encontram rebatimentos concretos na vida cotidiana.

Nesse cenário, consolidam-se *fenômenos emergentes* que atestam a inexistência da já contestada “pretensa neutralidade das redes” (Morozov, 2018). O racismo algorítmico, em tal itinerário, representa a materialidade do processo de transferência de prenóções (Bourdieu, 1998) aos sistemas baseados em Inteligência Artificial, que reproduzem uma infinidade de dados eivados de liames raciais, cuja natureza discriminatória se projeta sobre o cotidiano da população negra sob a

8 Artigo 12º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Artigo 5º, X, da Constituição da República de 1988.

9 Artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Artigo 5º, IV, da Constituição da República de 1988.

10 Artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um dos objetivos fundamentais a serem perseguidos pela República Federativa do Brasil, segundo o artigo 3º, IV, da Carta-Maior. Princípio-base de extensa legislação nacional como a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Estatuto da Igualdade Racial; Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e Adolescente; Lei 7.716/1989; Decreto nº 592/1992; Decreto nº 678/1992; Lei 9.029/1995; Decreto nº 4.377/2002, entre outros diplomas legais vigentes.

11 Artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e artigo 5º, caput, da Constituição Cidadã.

12 Em decorrência do artigo 17º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 5º, XXII, da Constituição da República de 1988. Lei 9.279/1996 e diversos Decretos e Leis posteriores que especificam a proteção à propriedade intelectual.

13 Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Expressão contida no texto do Preambulo Constitucional. A garantia do bem-estar social é competência comum entre os entes federativos segundo o artigo 23 da Constituição da República de 1988. Um dos primados da ordem social brasileira segundo o artigo 193 da Carta-Maior.

forma de aprofundamento da diferenciação, perfilamento e exclusão racial, agora sob nova configuração, qual seja, através da mediação por dispositivos tecnológicos.

Em termos objetivos, o racismo algorítmico é revelado a partir de constatações, como a da predominância absoluta de registros visuais referentes a pessoas brancas em bancos virtuais de imagem – independente do assunto ou referência de busca – da perpetuação de “filtros de adequação” para linguagem e audiovisual em redes sociais que ignoram a diversidade racial e étnica, reportando como inadequados termos, registros e marcações (*hashtags*) que remetem à cultura afro, e especialmente, a partir da maximização da utilização de sistemas de reconhecimento e identificação facial e corporal que apresentam funcionamento reiteradamente inadequado em relação a corpos, expressões e identidades negras (Silva, 2022).

Nessa direção, a utilização de dispositivos de captura e comparação visual para fins acusatórios, em âmbito administrativo ou criminal, cristaliza a existência de novas dinâmicas sociais que reinventam o panorama antidemocrático de controle, poder e decisão presente no capitalismo de vigilância e que possui como pressupostos a opacidade, o autoritarismo e o caráter persecutório. (Zuboff, 2019). Não se olvide que tais usos e condutas, relacionadas à Inteligência Artificial, derivados justamente da não neutralidade das redes, se estabelecem como verdadeira defrontação aos direitos humanos e fundamentais instituídos (Almeida, 2019), revelando uma face da Ciberpólis que se pretende oculta e que deve, portanto, ser exposta, na medida em que agrava sobremaneira as condições de existência e sociabilidade de populações historicamente apartadas do desenvolvimento, da igualdade de oportunidades e do bem-estar social.

Ainda no campo da emergência de questões relacionadas ao alcance dos algoritmos, *gadgets* e a transformação das subjetividades, em paralelo, observa-se a eclosão de novas formas de inconformismo, estafa e desequilíbrio psicossocial diretamente ligadas ao consumo excessivo de conteúdos disseminados a partir de redes sociais. O adoecimento humano pelo excesso informativo, fruto da *hiperconectividade* – rapidamente aprofundada no contexto da pandemia de COVID-19 – adquire contornos mais severos, afetando sem desvios a formação de identidades, autopercepções e transformando conceitos intersubjetivos basilares como adequação, pertencimento, realização, bem-estar, equilíbrio e beleza.

O processo ininterrupto de comparações – sujeito a sujeito – provocado pela imersão em realidades virtuais que impõem, por automaticidade, novos padrões de comportamento, status e sucesso, tornam cada vez mais comuns os chamados transtornos de dependência tecnológica e de ansiedade informacional, que como espécies de cibernoses, conforme aponta a literatura em psicologia e saúde cole-

tiva (Weil, 2000; Young, Abreu, 2011), têm percorrido as sociedades consideradas desenvolvidas e o sul global de forma considerável, imprimindo novas frentes de sofrimento pelo comprometimento da inteligibilidade emocional e das *compreensões mais íntimas sobre ser e ter* (Silva, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução digital transformou o espaço, as fronteiras entre ser e estar, as relações homem-tempo e corpo-espacó, engendrando uma construção híbrida a qual denominamos Ciberpólis. Em tal dimensão, os fluxos de comunicação, levantamento e cruzamento de dados atuam de forma quase instantânea, deslocando o eixo da razão e provocando consequências sobre a formação e a manutenção das subjetividades, particularidades e excepcionalidades. Como visto, a Ciberpólis não se trata de um espaço sobreposto, como inicialmente pensado, ainda na década de 1990, mas sim uma interface viva que conjuga virtualidades e concretudes, visto que a experiência humana incorpora os saberes da era informacional sem esquecer completamente as marcas deixadas pela modernidade e por sua disciplina e controle.

Novas formas de ação social, associativismo e reivindicação surgem a partir da observação da capacidade do alcance das mídias sociais, que ignoram barreiras físicas e territoriais, transportando informações com fluidez e velocidade, a despeito de sua origem e verificação, a um sem fim de receptores, conectados através de instrumentos e ferramentas que muito embora, *prima-facie*, representem uma democratização do acesso à informação, revelam posteriormente um verdadeiro arcabouço de manipulações, reorientações e direcionamentos que desvelam os processos comunicativos mediados pelos algoritmos, que interferem no uso e apropriação tecnológica a partir de cálculos e inteligência artificial.

Em tal direção, por fim, observa-se a fixação de um novo modelo de capitalismo centralizado no poder das grandes corporações tecnológicas – o capitalismo de vigilância ou capitalismo de plataformas – performado através de sentidos como o monitoramento, o monopólio, o uso pernicioso de brechas deixadas por um sistema societário e de Estado que herda esquemas burocráticos mais afinados ao século XX do que a contemporaneidade. Os questionamentos sobre a democracia nessa conjuntura, especialmente ao sul global vêm a tona, os riscos e disfunções regulamentares apontados na esperança de acender luzes na formação de contraposições coletivas inclusivas e pautadas no compromisso do combate à falácia da neutralidade das redes sociotécnicas e da possibilidade de anonimato para fins destrutivos como a criação de processos de desinformação através de *fake-news*.

e propagação de discursos de ódio, novas formas de discriminação, perfilamento social e outras violações de direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra/Pólen.
- ARENKT, Hannah (2007a). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- ARENKT, Hannah (2007b). *La promessa de la política*. Buenos Aires: Paidós.
- BOURDIEU, Pierre (1996a). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Correa. Campinas: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre (1996b). *Sur la télévision*. Paris: Liber.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 01/11/2022).
- BRASIL (1992). DECRETO Nº 592/1992. Brasília, Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm (acesso em 14/09/2022).
- BRASIL (1992). DECRETO Nº 678/1992. Brasília, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/do678.htm (acesso em 14/09/2022).
- BRASIL (2002). DECRETO Nº 4.377/2002. Brasília, Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm (acesso em 14/09/2022).
- BRASIL (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990. BRASÍLIA, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm (acesso em 10/10/2022)
- BRASIL (2010). Estatuto da Igualdade Racial. Lei 12.288/2010. BRASÍLIA, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm (acesso em 10/10/2022).
- BRASIL (2003). Estatuto da Pessoa Idosa. Lei 10.741/2003. Brasília, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm (acesso em 05/10/2022).
- BRASIL (1989). LEI 7.716/1989. BRASÍLIA, Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm (acesso em 05/10/2022).
- BRASIL (1995). LEI 9.029/1995. BRASÍLIA, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm (acesso em 05/10/2022).
- BRASIL (1996). LEI 9.279/1996. BRASÍLIA, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm (acesso em 04/09/2022).

- BRASIL (2015). Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei 13.146/2015. Brasília, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. (acesso em 05/10/2022).
- CALLON, Michel (1986). *Mapping the dynamics of science and technology: sociology of Science in the real world*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- DELEUZE, Gilles (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: 34 Letras.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (2000). A imagem do espaço numérico. *Anais do IV Simpósio da Sociedade Ibero-americana de Gráfica Digital*. Rio de Janeiro/RJ.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (2004). *Redes no espaço da sociedade da informação*. Relatório de Pesquisa. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (2007). *Ciberpólis: Redes no Governo da Cidade*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.
- FOUCAULT, Michel (2000). *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving (1999). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- HABERMAS, Jurgen (1998). *Direito e democracia. Entre factibilidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- IANNI, Octávio (1999). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio (2001). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LATOUR, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA.
- MANS, Matheus (2018). A Era da Pós Verdade. *Revista .BR*, ed. 14, ano 9, pp. 5-11. <https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/3/revista-br-ano-09-2018-edicao14.pdf>. (acesso em 01/11/2022).
- MOROZOV, Evgeny (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humano> (acesso em 08/11/2022).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1998). Tecnologias de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v.2, n.2.

- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2000). A natureza do poder: técnica e ação social. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v.4, n.7, p.13-24.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2006). A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. *Observatório Social de América Latina*. Ano VII, n. 21, p.23-32.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2013). *Por uma sociologia do presente: Ação, técnica, espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2014). *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- SANTOS, Milton (2008). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP.
- SILVA, Flávia Gonçalves da (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 28, p. 169-195. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n28/v28a10.pdf>. (acesso em 01/11/2022).
- SILVA, Tarcizio da (2022). *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc.
- SODRÉ, Muniz (2007). Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes*. ECA-USP. a. 1, n. 1, p. 15-26.
- SOUZA, André de.; MARIZ, Renata.; LEAL, Arthur. Número de investigações a casos de apologia ao nazismo cresceu no país no último triênio. *O Globo*, 10/02/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/numero-de-investigacoes-casos-de-apologia-ao-nazismo-cresceu-no-pais-no-ultimo-trienio-25388017>. Acesso em 12/02/2023.
- TERRAY, Emmanuel (2002). “Réflexions sur la violence symbolique”. In: LOJKINE, Jean (org.) *Les sociologies critiques du capitalisme: en hommage à Pierre Bourdieu*. Paris: Presses Universitaires de France.
- THOMPSON, Jhon (2008). A nova visibilidade. *Matrizes*. ECA-USP. a. 1, n. 2, p. 15-38.
- ZUBOFF, Shoshana (2018). “Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação”. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. (orgs.). *Tecnologias da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, p. 17-68.
- ZUBOFF, Shoshana (2019). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. São Paulo: Intrínseca.
- YOUNG, Kimberly; ABREU, Cristiano (2011). *Dependência de Internet: Manual e Guia de Avaliação e Tratamento*. Porto Alegre: Artmed.

A “Corte” nas redes: uma análise dos perfis dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Twitter

The “Court” in the networks: an analysis of the profiles of the Ministers of the Federal Supreme Court (STF) on Twitter

Maria Gorete Marques de Jesus^a, Pablo Emanuel Romero Almada^b, Mariana Celano de Souza Amaral^c

Resumo O presente artigo debate o uso de redes sociais por parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando como base o Twitter. A pesquisa identifica uma lacuna com relação a estudos sociológicos e empíricos em direito sobre a produção de conteúdo digital em redes sociais realizada por magistrados. A hipótese é que o impacto e a qualidade do conteúdo produzido ainda precisam ser melhor estimados. O estudo utiliza-se da combinação de uma metodologia quantitativa de análise de redes sociais, com uso de métodos digitais, e de uma metodologia qualitativa para a análise do conteúdo dos posts do Twitter dos Ministros do STF. Evidenciamos que, embora haja poucas postagens dos Ministros, há constantes menções aos temas de direitos fundamentais, fato que traz esse conteúdo para os limites do direito e da política. O artigo conclui por lançar questionamentos acerca do alcance dessas postagens, bem como os debates sobre liberdade de expressão na magistratura brasileira e a crença na legitimidade democrática das instituições como o STF.

Palavras-chave Supremo Tribunal Federal. Twitter. Legitimidade. Poder Judiciário. Métodos Digitais.

Abstract The article discusses the use of social networks by the Justices of the Brazilian Supreme Federal Court (STF). The research identifies a gap in sociological and

-
- a Pós-doutoranda e Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Professora do Departamento de Sociologia, área de Teoria e Métodos em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). E-mail para contato: goretim@usp.br
 - b Pesquisador de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (PPGCS/FCLAR/UNESP). E-mail para contato: pabloera@gmail.com
 - c Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: mariana.amaral@usp.br

empirical studies on the production of digital content by Justices on social networks. The hypothesis is that the impact and quality of the content produced still need to be better estimated. Drawing on a combination of a quantitative methodology for social networks analysis, based on digital methods, and a qualitative methodology, the article analyzes the content of the STF Justices on Twitter posts. We show that, although there are not many posts by the Justices, there are constant mentions of issues related to fundamental rights, which bring them to the limits between law and politics. The article concludes by raising questions about the scope of these posts and the debate about the freedom of speech that the members of the Brazilian judiciary hold and how this interacts with the belief in the democratic legitimacy of institutions such as the STF.

Keywords Supreme Federal Court. Twitter. Legitimacy. Judiciary. Digital Methods.

INTRODUÇÃO

A exposição cada vez maior de membros do Poder Judiciário na mídia, em especial nas mídias digitais, tem gerado diversos debates. Nesse ínterim, há desde o questionamento dos órgãos internos, como Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) com relação ao uso de redes sociais por magistrados, até a preocupação com o comprometimento da imagem pública da Suprema Corte, o que suscita um debate sobre o quanto tal acontecimento impacta na legitimidade do Poder Judiciário frente à população.

A pesquisa “Building Democracy Daily: Human Rights, Violence and Institutional Truth”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da Violência, levantou essa questão ao analisar o tema da legitimidade das instituições democráticas (NEV-USP, 2016; Gisi, Jesus, Silvestre, 2019). O conceito de legitimidade mobilizado por essa pesquisa tem como pressuposto a ideia de que o reconhecimento de autoridade perpassa a adesão da população às leis e cumprimento de normas sem a necessidade de uso da força (Tyler, 2003; 2007).¹ Essa percepção seria resultado de uma série de fatores, dentre eles, a experiência da população com os serviços, ou seja, a justeza procedural (*procedural justice*), e a imagem pública dessas organizações, transmitidas por veículos da mídia. A percepção das autoridades como legítimas é influenciada pela avaliação que os cidadãos fazem acerca do tratamento recebido, ao avaliarem se o mesmo foi justo, igualitário e transparente, baseado em uma comunicação acessível e respeitosa, despendida pelos agentes do Estado (Tyler, 2007). Além disso, ao procurar esses serviços, a população já tem

¹ Sobre essa abordagem do conceito de legitimidade ver: Bottoms e Tankebe (2012), Fagan (2007), Jackson (2012), Oliveira e Cunha (2017), Rottman e Tyler (2014), Tyler (2003, 2006, 2007), Persak (2016).

alguma ideia pré-formada das instituições a partir daquilo que é divulgado sobre elas na mídia e demais canais de comunicação (Peršak, 2016). Nesse sentido, a legitimidade também é constituída pelas percepções que os cidadãos formulam a partir de informações veiculadas sobre as organizações.

Mediante essa conceituação, a legitimidade é um processo de interação e de construção permanente entre servidores e a população, e não um dado. A percepção que cada pessoa tem das instituições do Estado, seja ela resultado de experiências de contato, seja ela fruto de informações recebidas por outros meios sociais (como meios de comunicação, por exemplo) incide sobre as percepções dos cidadãos a respeito das organizações, como é o caso do Poder Público. Com relação especificamente a esse órgão, há uma preocupação em identificar os desafios à legitimidade e suas importantes implicações para a viabilidade do direito e do sistema jurídico (Peršak, 2016). Como apontado pelos autores, a percepção das pessoas sobre as organizações judiciais também é influenciada por informações veiculadas pelas redes sociais (Jesus, Medeiros, 2018). A população pode ter esses canais como o único meio de acesso à informação sobre o funcionamento de órgãos, como é o caso do Poder Judiciário. A exposição pública transmitida nos canais de comunicação impacta a formação identitária dos operadores do direito, sobretudo porque representam um espaço de disputa por respeitabilidade social e reconhecimento de legitimidade (Bonelli, Oliveira, Martins, 2006, p. 148). A ampliação do uso de redes sociais no cotidiano desses profissionais pode fortalecer algumas identificações e enfraquecer outras, o que nos coloca diante de um tema de pesquisa ainda pouco explorado: a análise do tipo de conteúdo produzido por esses atores nas redes sociais e suas relações com a legitimidade do poder Judiciário e da democracia.

O presente artigo dialoga com essas pesquisas conforme busca refletir como os(as) magistrados(as) têm se mobilizado nas redes sociais. Pensando no conceito de legitimidade acionado na Pesquisa do NEV-USP, entendemos que a atuação de membros do Poder Judiciário pode gerar questionamentos, tanto internos quanto externos, com relação à sua imagem pública, sobretudo com respeito à neutralidade e imparcialidade desse órgão, o que impacta a percepção da população sobre o Poder Judiciário e, consequentemente, sobre sua legitimidade.

Partimos da hipótese de que a atuação dos ministros do STF em suas redes sociais pode ser percebida como um risco para a legitimidade desse poder frente ao público, pois pode criar problemas na percepção de imparcialidade e neutralidade dessas autoridades. Para testar tal hipótese, colocamos as seguintes perguntas: Qual a frequência de uso das redes sociais dos ministros do STF? Que tipo de conteúdo são postados? Tais perguntas foram formuladas a partir da literatura

a qual nos baseamos, que entende que essas formas de exposição midiática impactam a concepção da população com relação às autoridades públicas. Como desdobramento, entendemos que a atuação dos ministros nas redes sociais pode ser percebida entre a condição de influenciadores no meio digital e a condição de agentes políticos, sugerindo uma ruptura com a pretensa neutralidade e imparcialidade exigida por órgãos de controle e fiscalização (no caso o CNJ) na liturgia do cargo.

As redes sociais se configuraram como importante fonte de dados para a realização de estudos e, com isso, as plataformas digitais se tornaram campo alternativo de pesquisa. No tocante ao campo do Judiciário, as pesquisas acadêmicas enfrentam uma série de desafios e adversidades, como as dificuldades de acessá-lo, de obter informações e realizar entrevistas com atores que compõem o sistema de justiça. Realizar uma pesquisa nas redes sociais dos(as) Ministros(as) do Supremo Tribunal Federal (STF) representa outra possibilidade de acesso e de observação às opiniões destes atores.

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, descrevemos como a literatura vem tratando o tema da imagem pública do Poder Judiciário e o uso das redes sociais por seus magistrados. Em seguida, debatemos como a sociologia do mundo digital pode lançar uma luz epistemológica sobre a coleta de dados em redes sociais, especialmente no Twitter, bem como descrevemos o uso de métodos digitais para tal. Na terceira parte, analisamos as postagens dos Ministros do STF no Twitter, com o levantamento qualitativo das principais temáticas das postagens e, em segundo momento, com uma análise de redes sociais, buscando compreender as imbricações entre essas temáticas. Por fim, descrevemos o perfil de atuação de cada Ministro no Twitter, elucidando como suas postagens tocam em temas sensíveis da política e dos direitos fundamentais. A pesquisa contribui para um campo ainda pouco explorado pelos estudos empíricos em direito de mídias e redes sociais e potencializa as possibilidades de compreensão da atuação de magistrados na construção do debate público.

BALANÇO DA LITERATURA

De acordo com a literatura da área, ainda são incipientes as pesquisas que analisam a atuação dos atores do sistema de justiça nas mídias e redes sociais (Osório, 2020; Vieira, Facchini Neto, 2020; Schmidt, Lobo, Leite, 2021). Tais estudos têm como autores(as) pessoas do próprio direito: advogados, juízes, promotores e defensores. Em termos gerais, o argumento empreendido é o de que deve haver um equilíbrio entre o direito à liberdade de expressão de cada magistrado e o

dever de, por meio de sua conduta individual, proteger a imagem pública do Poder Judiciário. Ademais, as redes sociais aparecem para tais atores como potenciais mecanismos de aproximação do judiciário com a sociedade, embora haja uma visão pouco clara quanto aos celeumas do uso e divulgação de dados e informações.

Um dos argumentos presentes diz respeito à associação entre a imagem pessoal do magistrado(a) e a imagem da instituição que integram (Vieira, Facchini Neto, 2020; Schmidt, Lobo, Leite, 2021). Por um lado, consideram que as redes sociais permitiriam maior acesso à vida privada dos(as) juízes(as), aumentando o potencial para que sua reputação possa ser ferida e ou para que haja uma erosão da confiança no Judiciário enquanto instituição. Por outro lado, argumentam que os(as) juízes(as) também teriam o direito à liberdade de expressão e livre manifestação, como qualquer outro cidadão, evitando os “juízes isolados em suas ‘torres de marfim’” (Vieira, Facchini Neto, 2020, p. 138) e permitindo uma maior integração com a sociedade. Assim, propõem que o “magistrado-usuário” deve adotar uma “postura de autorregulação” (Schmidt, Lobo, Leite, 2021, p. 9) com foco na pessoa do(a) magistrado(a), mas sem referência ao conteúdo publicado.

Por seu turno, os juízes poderiam estar sujeitos a penalidades administrativas se, nas redes sociais, buscarem a “autopromoção e a superexposição à custa dos processos que jurisdicionam ou para valer-se de ganhos eleitorais corporativos” (Osório, 2020, p. 123). Nesse caso, não haveria problema se eles utilizarem as redes como forma de “dar transparência de seus atos e rotinas, tanto de magistrados quanto de cidadãos” (Osório, 2020, p. 124). Quanto às manifestações de cunho político, as postagens que contenham “certa admiração por dada autoridade pública” não se configurariam imediatamente como uma violação das regras do Código de Ética da Magistratura, a não ser que haja manifestação direta de “apoio a candidatos em processos eletivos ou (...) em favor de partidos políticos” (Osório, 2020, p. 124).² Essa percepção valoriza a *accountability* da magistratura e preza por uma neutralidade quanto ao uso partidário das redes, embora não veja empecilhos em uso político dentro dos limites legais.

Para além das pesquisas realizadas por profissionais do direito, há também aquelas que analisaram as percepções e avaliações de juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) sobre a imagem pública do judiciário e o papel da exposição dos magistrados nas redes sociais (Jesus, Medeiros, 2018). Para isso, a coleta de entrevistas em profundidade com os magistrados de várias áreas do direito foi

² O Código de Ética da Magistratura determina, em seu artigo 7º, que “A independência judicial implica que ao magistrado é vedado participar de atividade político-partidária” (CNJ, 2008).

fundamental sendo que a maioria demonstrou preocupação com essa questão, apontada como desafiadora para a imagem pública do Judiciário, uma vez que “nesses espaços” alguns juízes expõem opiniões e comentários que dão margem para uma atuação político-partidária do judiciário, o que esbarra inclusive nas restrições feitas pela lei aos magistrados. Um aspecto pontuado é o de que um juiz não poderia postar determinados temas em suas redes sociais, uma vez que, a depender de sua conduta, isso poderia impactar na forma como as pessoas recebem suas decisões. Outro ponto de destaque está na exposição de Ministros do STF em redes sociais, fenômeno apontado nas entrevistas como algo que não acontecia em outros tempos, o que poderia conduzir para a popularização do Poder Judiciário.

A escolha do Twitter como espaço de análise do Poder Judiciário brasileiro e, em especial da Suprema Corte, reside especialmente na funcionalidade política que o Twitter recebe de seus usuários. Originalmente pensado na categoria de “micro-blog” (Jungherr, 2015; McCay-Peet, Quan-Haase, 2017), para o compartilhamento de detalhes sobre as vidas pessoais, conteúdos da internet e mensagens concisas, o uso prático desta mídia social se transformou com a participação de diferentes atores, como políticos, oficiais de governo, ativistas, apoiadores políticos, entre outros. O Twitter se tornou um “meio para falar e lutar por política, organizar ações coletivas, e demonstrar apoio ou crítica a políticos e causas políticas” (Jungherr, 2015, p. 16), resultando em substantivo interesse de acadêmicos e pesquisadores sobre o seu funcionamento, a despeito de sua quantidade menor de usuários comparada a outras redes como Instagram, Facebook e TikTok.

A utilização política do Twitter em eleições e campanhas eleitorais é um fenômeno já bastante explorado pela literatura das Ciências Sociais, da Ciência Política e das Ciências da Informação, ganhando ainda contornos recentes e atualizados, tanto internacionalmente (Vergeer, 2015; Jungherr et al, 2017; Guo, Rohde, Wu, 2020; O’Boyle, Pardun, 2021), quanto no Brasil (Cremonese, 2012; Recuero, Soares, Zago, 2019; Recuero, 2020). Por outro lado, a análise da relação entre o uso do Twitter e o Poder Judiciário é ainda residual, demandando ainda muitos esforços de pesquisa nesse âmbito (Recuero, Soares, 2017; Silva, 2022). Observamos que essa é uma preocupação em comum de pesquisas acadêmicas e de órgãos institucionais como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O questionamento inicial, relativo ao uso de redes sociais por parte de órgãos e membros do Poder Judiciário, é, sobretudo, referente ao “o quê” postam e “para quê” o fazem. A análise do perfil de postagens dos Tribunais Superiores Brasileiros elucida a principal característica dessas contas, ou seja, a capacidade de ter mais seguidores do que seguir contas (sendo muitas delas órgãos públicos, empresas ou

personalidades) (Silva, 2022, p. 305-307).³ Por outro lado, uma análise qualitativa do conteúdo das postagens, permite observar que a maior parte do conteúdo é de tweets divulgando informações, havendo poucos retweets e, também, poucas respostas por parte do órgão, o que demonstra, em termos de comunicação, que “o Twitter dos órgãos superiores do Judiciário brasileiro têm sido usados prioritariamente para disseminação unilateral de informações”, não se valendo por completo das “potencialidades apresentadas pela ferramenta” (Silva, 2022, p. 310).

Na mesma direção, se comprehende que nas redes, os perfis pessoais podem funcionar como influenciadores, ou seja, produtores de um discurso que acaba por influenciar grupos menores, onde há maior homogeneidade de posicionamentos (Recuero, Soares, 2017). Evidencia-se que são poucos os atores que recebem muita visibilidade, sendo responsáveis pela opinião veiculada na rede social e, por isso, em casos como o da indicação e nomeação do Ministro Alexandre de Moraes para o STF houve uma mobilização crítica dos usuários do Twitter sobre este fato, em contraposição aos tweets neutros e notícias informativas publicadas por veículos de opinião.

A dupla relação referente, por um lado, ao uso informativo das redes sociais realizado por órgãos do Poder Judiciário e, por outro lado, pela mobilização de usuários referentes a pautas contextuais, é um ponto que gera atenção para que se possa compreender como as redes sociais podem ser utilizadas pelos operadores do direito, em especial, por Juízes e Magistrados. Como visto, o que postam em suas redes sociais, que tipo de conteúdo compartilham e o que comentam os(as) juízes(as) é visto como algo que pode “fragilizar” a imagem pública dos atores do sistema de justiça que, recorrentemente, evocam serem neutros, isentos, imparciais e distantes do mundo político. O CNJ, como órgão que tem como princípio garantir a transparência e a responsabilidade do Poder Judiciário, se baseia nesse argumento para incidir sobre essa questão, afirmando também que a liberdade de expressão dos juízes e juízas deve ser resguardada.

A preocupação do Conselho motivou a realização de uma pesquisa, publicada em 2019, intitulada *Uso das redes sociais por magistrados do poder judiciário brasileiro* (Conselho Nacional de Justiça, 2019). O CNJ também publicou no mesmo ano a Resolução nº 305, que “estabelece os parâmetros para o uso das redes

3 Supremo Tribunal Federal; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Conselho da Justiça Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho; Superior Tribunal Militar; e Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça.

sociais pelos membros do Poder Judiciário”.⁴ O documento apresenta algumas “recomendações de conduta” relacionadas à presença dos magistrados(as) nas redes sociais, ao conteúdo das manifestações nessas plataformas e à segurança no uso das redes.⁵ Ademais, lista as condutas “vedadas aos magistrados nas redes sociais”, com base nas previsões já criadas por outras leis (Código de Ética da Magistratura e na Constituição Federal, por exemplo). Vale dizer que o texto da Resolução foi questionado por duas associações de magistrados, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Associação dos Juízes Federais do Brasil.⁶ As organizações alegaram, dentre outras coisas, que o documento restringia a liberdade de expressão dos(as) juízes(as) para além das restrições já previstas por outras leis.

Esta pesquisa realizada pelo órgão (Conselho Nacional de Justiça, 2019, p. 13-20) aponta que a maioria dos juízes (86,9%) utilizam aplicativos de mensagens privadas, como Whatsapp e Telegram. Entre as demais redes sociais, 54,7% respondeu utilizar o Instagram e 52,8% afirmou utilizar o Facebook. O Twitter foi citado por somente 19,2% dos respondentes – dentre aqueles maiores de 60 anos, o percentual é de somente 11% de uso de tal microblog. Quase todos os(as) juízes(as) afirmaram utilizar as redes para fins pessoais (97,6%), mas 48,4% afirmou usá-las também para fins profissionais. Contudo, só 15,5% do total afirmou ter um perfil público em rede social. Por fim, em relação ao conteúdo postado, 46% afirmaram que fazem publicações relacionadas com informações públicas e atualidades. Conteúdos de caráter pessoal ou privado (como interesses, dia-a-dia, etc.) são os mais publicados: 59,1% afirmaram fazê-lo.

A COLETA DE DADOS: CONEXÕES DAS REDES DOS MINISTROS

O interesse pelas pesquisas que tratam das interações entre o mundo virtual e a interface digital não é um objeto de pesquisa essencialmente novo, embora tenha sido renovado ao longo das últimas três décadas (Castells, 1999; Donk et

4 Resolução Nº 305 de 17/12/2019, Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3124> (acesso em 13/10/2022).

5 Nesse documento, o CNJ recomenda que os magistrados tenham cuidado com informações pessoais e institucionais compartilhadas, observem a “moderação, o decoro e a conduta respeitosa” e evitem a “superexposição ou autopromoção”, utilização das redes para divulgação de informações institucionais relevantes e diálogo com a sociedade, agindo com cautela e prudência em suas manifestações, evitando afetar a “moralidade administrativa”.

6 As associações ingressaram com duas Ações de Declaração de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, processadas juntas (ADI n. 6293), com relatoria do Min. Alexandre de Moraes. Em novembro de 2022, Moraes publicou voto afirmando a constitucionalidade da Resolução do CNJ. O Ministro afirma que ela não fere a liberdade de expressão e que deve haver regulação das atividades dos juízes nas redes sociais, uma vez que a atuação individual deles pode minar a credibilidade do judiciário como instituição transparente e imparcial. Ele também afirma que tais ferramentas devem ser utilizadas para comunicação sobre o papel e a atuação do judiciário (Migalhas, 2022).

al, 2004; Fuchs, 2011; Lévy, 1999; Zuboff, 2018). Havendo uma recente gama de estudos que apontam nessa direção, se faz imprescindível compreender como as redes sociais são utilizadas por diversos atores, organizações, instituições e indivíduos (Fuchs, 2014; Boulianne, 2015), o que pode lançar uma luz sobre as diversas características dessa utilização. Esse questionamento nos direciona para o debate e para a compreensão de um repertório ampliado de métodos e técnicas de pesquisa (Rogers, 2013; Snee et al, 2016), os quais podem ser combinados quantitativa e qualitativamente, oferecendo sentidos e coerências para os analistas.

A reconceitualização de pesquisa, em direção a uma sociologia digital, permite que se desloque o foco para os “objetos de dados digitais”, os quais são compostos por características distintas, podendo ser objetos de mídia (semântica dos conteúdos, imagens e textos), objetos de rede (conexão entre outros objetos de mídia e redes), e, por fim, objetos fáticos, apresentando as relações entre usuários, suas preferências, gostos e opiniões (Lupton, 2015, p. 50). A presença dessas características reforça a noção de que ao observar as redes sociais diversos aspectos devem estar no radar de nossas análises, com destaque para a combinação de conteúdo, conexão de usuários e as próprias arquiteturas das plataformas.

Esse interesse é seguido por linhas metodológicas híbridas e, por vezes, contraditórias, as quais tendem a um relativismo das especificidades do meio digital, tratando-se de uma percepção subjetiva e variável das particularidades do ambiente digital, o que dificulta a elaboração de metodologias e abordagens desse ambiente. Nesse sentido, há a necessidade de uma distinção metodológica, “pode-se ver os métodos atuais da internet como aqueles que seguem o meio (as técnicas dominantes empregadas na autoria e na ordenação da informação, do conhecimento e da sociabilidade) ou aqueles que remediaram ou digitalizam o método existente” (Rogers, 2013, p. 38). Ao considerarmos que há uma diferença em torno do próprio objeto que está sendo veiculado na internet e nas mídias e redes sociais, podemos combinar diversas características que permitem vislumbrar o tipo do conteúdo apresentado nas redes sociais (se digitalizado ou digital) e também o modo como as pesquisas traduzem dificuldades, desafios e possibilidades de construção de mites analíticos do conteúdo que são provenientes de uma epistemologia da web (Rogers, 2013).

Para aprofundar o presente ponto, são articuladas as dimensões que representam desafios, questões emergentes e insuficiências constatadas e trabalhadas nas pesquisas de redes sociais (McCay-Peet, Quan-Haase, 2017). Tal abordagem permite que se conheça os desafios inerentes na utilização de redes sociais, os quais incluem questões metodológicas, éticas e de escala, gerando perguntas

gerais ou específicas da plataforma. Além disso, novos tipos de questões têm surgido, incluindo o uso próprio das redes sociais, entendimentos sobre o fenômeno social, contagens de usos e atividades, menção ao contexto social, características específicas das plataformas e orientações disciplinares. Algumas questões, ainda não suficientemente exploradas nas pesquisas, também devem ser levantadas, tais como as dificuldades em integrar a análise das redes sociais e compreender a distância entre online e offline. Contudo, é importante ressaltar que as redes sociais têm ganhado espaço na pesquisa acadêmica, validando seus dados e proporcionando *insights* relevantes sobre fenômenos sociais e instituições. Metodologicamente as pesquisas em redes sociais podem sugerir a presença de um *framework* de engajamento, o qual permite articular as dimensões acima propostas, bem como, avançar mais precisamente na análise do comportamento dos atores. Sendo assim, obtemos:

Tabela 1. Framework de engajamento.

Framework de engajamento	1. auto - apresentação
	2. ação e participação
	3. usos e gratificações
	4. experiências positivas
	5. contagens de usos e atividades
	6. contexto social
	7. características das plataformas

Fonte: Elaboração própria, a partir de McCay-Peet, Quan-Haase, 2017, p.19-22.

De acordo com McCay-Peet e Quan-Haase (2017, p. 21), as sete dimensões acima orientam as possibilidades de análise em se tratando de redes sociais. Sendo assim, buscamos investigar tanto a maneira com que os esses atores constroem uma identidade por meio do uso das plataformas, bem como com quais assuntos e temas eles interagem publicamente. Entendemos que é possível mobilizar tal enquadramento como guia para analisar as várias utilizações de redes sociais, mas, especificamente quanto ao Twitter: independente do número de seguidores ou do número de postagens, as e os usuários das plataformas sociais elaboram uma certa identidade e se engajam com uma determinada rede. Portanto, identificar a legitimidade construída com base nos conteúdos e interações suscitadas pelos Ministros do STF no Twitter significa mobilizar elementos para a compreensão da imagem pública autoconstruída por seus próprios membros.

Considerando esta tipologia, realizamos uma coleta de dados que permite análises qualitativas e quantitativas do uso do Twitter pelos Ministros do STF.

Nessa mídia social, dos onze Ministros do STF, apenas quatro deles apresentam contas verificadas: André Mendonça (@MinAMendonca), Alexandre de Moraes (@alexandre), Gilmar Mendes (@gilmarmendes), Luis Roberto Barroso (@LRoberto-Barroso) - sendo que apenas Luís Roberto Barroso é também usuário do Instagram.⁷ No quadro abaixo observa-se alguns dados gerais das contas, como seguidores, total de postagens, perfis que seguem e início da conta:

Tabela 2. Perfis dos Ministros do STF no Twitter.

Ministro	Seguidores em 26/07/22	Seguidores em 22/11/22	Postagens Totais (em 22/11/22)	Seguindo (em 22/11/22)	Perfil Iniciado em
André Mendonça	489,8 mil	484,7	877	373	jan. 2019
Gilmar Mendes	445,8 mil	479,8 mil	1.187	145	mai. 2017
Alexandre de Moraes	362,6 mil	769,4 mil	139	169	ago. 2017
Luís Roberto Barroso	341,8 mil	385,1 mil	542	177	abr. 2020

Fonte: Elaboração própria.

A primeira coleta de postagens ocorreu entre 1 de janeiro e 26 de julho de 2022, resultando em N=143 postagens. Esse período apresenta a maior quantidade de postagens dos Ministros, além de postagens de todos eles, inclusive daqueles que pouco se utilizam do Twitter.⁸ Durante o período eleitoral de 2022, observamos que dentre os meses de julho a novembro de 2022, os Ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes ganharam seguidores, enquanto André Mendonça perdeu. A mudança que mais chamou a atenção foi a de Moraes, que ganhou mais de 400 mil seguidores no período eleitoral, colocando-o em evidência. Porém, a quantidade de postagens e suas características se mantiveram como aquelas observadas na amostra inicial e que debateremos a frente.

Em um segundo momento, aprofundamos a coleta com uso de métodos digitais, visando a construção de interfaces qualitativas e quantitativas. Métodos digitais são arranjos de técnicas provenientes das ciências computacionais e informacionais, como *crawling*, *ranking*, *indexing* e *scraping*, aplicados para redesenhar a internet, empregando algoritmos que determinam a relevância, a autoridade e a recomendação das fontes informacionais (Rogers, 2017). Aqui, utilizamos uma raspagem (*scraping*) de dados do Twitter, usando sua *Application Programming Interface* (API) na versão 2 (Twitter API v.2), a partir de uma *Academic API Track* integrada ao aplicativo 4 CAT: *Capture and Analysis Toolkit* (Peeters, Hagen, 2021).

7 Kassio Nunes Marques (@nunesmarquesk) também possui perfil no Twitter, mas sem verificação de autenticidade e também sem postagens até o dia 26 de julho de 2022.

8 Selecionamos esse período porque correspondeu à época em que fizemos o levantamento.

Focamos no uso de objetos que são amplamente utilizados no mundo das mídias e das redes sociais e que são considerados “nativamente digitais” (Rogers, 2013), as *hashtags* (#), mobilizando seus sentidos simbólicos e o direcionamento das mensagens por meio de seu emprego nas postagens. O tratamento das hashtags sugere a metodologia de análise de redes sociais (Almada, Pereira, 2022) para compreender as relações e conexões entre os elementos de uma rede: os nós, as arestas e a representação gráfica (grafo). O desenho de pesquisa que subsidia a coleta de dados entende que os “nós” são, por um lado, as hashtags utilizadas nas postagens do Ministros e, por outro lado, os próprios perfis destes, visualizando as relações constituídas a partir de suas postagens.

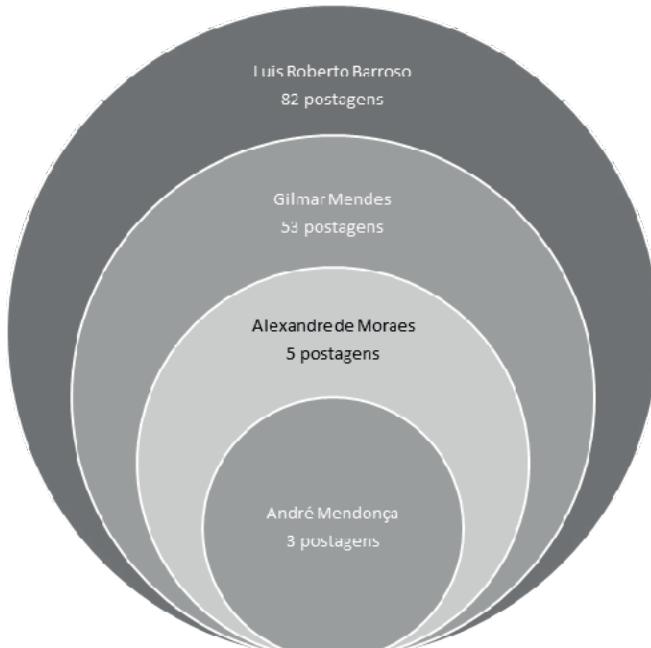
O desenho da consulta (*query*) é um ponto de partida tanto para a análise de postagens de figuras públicas quanto para a identificação de um espaço de questões (*issue space*) mobilizado por essas figuras públicas (Rogers, 2017). Essa metodologia demanda a identificação das questões representadas pelas hashtags, a realização de consultas à API do Twitter com definição de certo período de tempo, a observação das frequências das hashtags encontrando as mais significativas nesse espaço e, por fim, a realização de uma listagem delas. A coleção de tweets de figuras públicas compartilha das etapas anteriores, identificando-as e capturando seus tweets (limitados). O período de tempo que engloba a consulta se deu desde 11 de setembro de 2016 (data do primeiro post do Ministro Gilmar Mendes) até 11 de Setembro de 2022, resultando em 2678 tweets.

O tratamento dos tweets foi realizado no aplicativo Gephi (Bastian, Heymann, Jacomy, 2009), gerando duas redes: a primeira composta apenas pelas hashtags que co-ocorrem em uma postagem, e a segunda, composta pela ocorrência simultânea (co-ocorrências) de hashtags e perfis. A primeira rede teve como resultado um grafo não-dirigido, de 59 nós e 49 arestas, o qual foi tratado estatisticamente, para a definição de comunidades/clusters em comum, pelo algoritmo *Modularity Class* (Blondel et al, 2008), que identificou a presença de 8 (0,88) comunidades de nós e arestas, com o cálculo do Grau Médio (*Average Degree*) em 1,661. A distribuição dos nós e arestas foi calculada pelos algoritmos *MultiGravity Force Atlas 2* (Bastian et al, 2014) para a espacialização dos nós, e, subsequentemente, sua classificação realizada com o uso do algoritmo *Circle Pack Layout*, adicionando como parâmetros hierárquicos a modularidade (*Modularity Class*) e o grau (*Average Degree*) para a definição das “bolhas” comunitárias. A segunda rede teve como resultado um grafo não-dirigido composto de 144 nós e 148 arestas, utilizando-se do mesmo tratamento estatístico anterior, com a presença de 4 comunidades (0,457) e o grau médio de 2,055, seguindo também os mesmos procedimentos

de espacialização dos nós e distribuição das “bolhas”. Os grafos estão alocados em repositório do GitHub, apresentados na interface sigma.js (Coene, 2018) e na próxima seção deste artigo.

RESULTADOS: NAVEGANDO NOS PERFIS DO TWITTER

Entre 1 de janeiro a 26 de julho de 2022, os Ministros do STF publicaram em seus perfis 143 mensagens. Na amostragem, observa-se que o Ministro com maior número de postagens no período foi Luís Roberto Barroso (N = 82), seguido por Gilmar Mendes (N = 53):



Grafo 1. Postagens no primeiro semestre de 2022 Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao conteúdo, identificamos alguns temas recorrentes aos perfis:

Tabela 3. Postagens dos Ministros do STF e análise.

Perfil	Postagem	Análise
André Mendonça	<p> André Mendonça @MinAMendonca - Apr 6, 2021 Lamentável a forma preconceituosa e soberba com que Augustus Nicodemus se refere aos pentecostais. Milhões de vidas foram salvas através das igrejas pentecostais. Elas dão pão ao faminto, choram com os que choram e são o pronto socorro espiritual de quem nada tem. [segue]</p> <p>1,371 1,847 13.9K </p> <p> André Mendonça @MinAMendonca - Apr 6, 2021 O Brasil deve muito aos pentecostais! Eles levam o Evangelho aos presídios, favelas, vilarejos e ribeirinhos. Estão onde religiosos elitistas não se dispõem a estar.</p> <p>447 759 7,264 </p>	<i>Antes de ser Ministro, postagem religiosa</i>
André Mendonça	<p> André Mendonça @MinAMendonca - Apr 21 Diante das várias manifestações sobre o meu voto ontem, sinto-me no dever de esclarecer que: [a] como cristão, não creio tenha sido chamado para endossar comportamentos que incitam atos de violência contra pessoas determinadas; ... (segue)</p> <p>42.4K 4,985 23.6K </p> <p> André Mendonça @MinAMendonca - Apr 21 [b] como jurista, a avalizar graves ameaças físicas contra quem quer que seja. Há formas e formas de se fazerem as coisas. É preciso se separar o joio do trigo, sob pena de o trigo pagar pelo joio. Mesmo podendo não ser compreendido, tenho convicção de que fiz o correto.</p> <p>19.5K 2,003 13.3K </p>	<i>Após tornar-se Ministro, postagem com linguagem religiosa</i>
Gilmar Mendes	<p> Gilmar Mendes @gilmarmendes - Feb 25 O Itamaraty enfrenta o desafio de viabilizar a retirada dos brasileiros que estão na Ucrânia - em especial de jornalistas e profissionais de imprensa. Todas as nossas atenções devem estar voltadas para a criação de um plano seguro de logística. #PrayForUkraine</p> <p>393 76 843 </p>	<i>Comentários sobre acontecimentos</i>
Gilmar Mendes	<p> Gilmar Mendes @gilmarmendes - Feb 3 As imagens do crime brutal cometido contra o congolês Moïse Kabagambe alertam para os riscos da intolerância, do racismo e da xenofobia no Brasil. As lamentáveis cenas de ódio e barbárie precisam gerar uma reflexão mais ampla sobre as políticas de integração dos imigrantes.</p> <p>707 250 2,702 </p>	<i>Comentários sobre acontecimentos</i>
Gilmar Mendes	<p> Gilmar Mendes @gilmarmendes - Apr 11 Recebo com pesar a notícia do falecimento de Eduardo Guardia, ex-Ministro da Fazenda. Guardia foi peça fundamental para a economia brasileira durante os seus anos de atuação exemplar nos setores público e privado. Meus sentimentos aos familiares e amigos.</p> <p>196 12 276 </p>	<i>Nota de pesar</i>
Gilmar Mendes	<p> Gilmar Mendes @gilmarmendes - May 29 Recebo com pesar a notícia do falecimento de Antônio Cançado Trindade, professor, ex-presidente da CIDH e juiz Corte Internacional de Justiça. Defensor dos direitos humanos, Cançado Trindade deixa um grande legado para o Direito Internacional. Meus sentimentos aos familiares.</p> <p>81 21 518 </p>	<i>Nota de pesar</i>

Tabela 3. Continuação...

Perfil	Postagem	Análise
Gilmar Mendes	<p> Gilmar Mendes  @gilmarmendes · Jan 10 O restabelecimento dos sistemas de atualização dos boletins epidemiológicos deve ser tratado como prioridade. Há semanas os Estados e Municípios enfrentam dificuldades em informar os casos de contaminação e de internação. O #ApagaoNaSaude inviabiliza o enfrentamento da pandemia</p> <p>🕒 2,405 ⏺ 764 ❤️ 5,349 ⬤</p> <p> Gilmar Mendes  @gilmarmendes · Jan 7 Hoje a Fiocruz recebeu a aprovação, para sua produção própria, do insumo farmacêutico ativo (IFA) utilizado na vacina da Astrazeneca/Fiocruz. Agora, a vacina da Fiocruz será a primeira a ser 100% produzida nacionalmente. Viva a Fiocruz. Viva o SUS. #Vacinassalvamvidas</p> <p>🕒 1,554 ⏺ 511 ❤️ 5,250 ⬤</p>	<i>Manifestações sobre a Pandemia</i>
Alexandre de Moraes	<p> Alexandre de Moraes  @alexandre A intolerância, a violência e o ódio são inimigos da Democracia e do desenvolvimento do Brasil. O respeito à livre escolha de cada um dos mais de 150 milhões de eleitores é sagrado e deve ser defendido por todas as autoridades no âmbito dos 3 Poderes.</p> <p>Translate Tweet 4:47 PM · Jul 10, 2022 · Twitter for iPhone</p> <p>3,348 Retweets 745 Quote Tweets 32.1K Likes</p>	<i>Eleições</i>
Alexandre de Moraes	<p> Alexandre de Moraes  @alexandre A Constituição consagra o binômio: liberdade e responsabilidade. O direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminosa apologia ao nazismo.</p> <p>Translate Tweet 6:03 PM · Feb 8, 2022 · Twitter for iPhone</p> <p>3,780 Retweets 1,389 Quote Tweets 32.3K Likes</p>	<i>Liberdade de Expressão</i>
Luís Roberto Barroso	<p> Luís Roberto Barroso  @LRobertoBarroso DICAS DA SEMANA (Mais curtida de 2021):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Livro: A ditadura escancarada, Elio Gaspari - Pensamento: "Quando homem de bem responde insulto com outro insulto, ele permite que o mal vença. Não é preciso responder. O mal consome a si mesmo". - Música: Cálice <p>Translate Tweet</p> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 10px; margin-top: 10px;">  youtube.com Cálice (Cale-se). Chico Buarque & Milton Nascimento. https://www.facebook.com/patriciacassiporto/Patricia de Cassia Pereira PortoProfessora Dra em Educação com ênfase... </div> <p>6:20 PM · Jan 7, 2022 · Twitter Web App</p> <p>91 Retweets 17 Quote Tweets 1,358 Likes</p>	<i>Recomendações culturais</i>

Tabela 3. Continuação...

Perfil	Postagem	Análise
Luís Roberto Barroso	<p> Luis Roberto Barroso  @LRobertoBarroso</p> <p>Hoje, no Dia Internacional contra a Homofobia, compartilho a ilustração da artista urbana Juliana Fervo, feita em frente ao STF. Ser gay não é uma escolha livre, mas um fato da vida. Um destino. Uma vontade da criação. Não à homofobia!</p> <p>Translate Tweet</p>  <p>8:49 PM · May 17, 2022 · Twitter Web App</p> <p>61 Retweets 28 Quote Tweets 817 Likes</p>	<i>Direitos Humanos</i>
Luís Roberto Barroso	<p> Luis Roberto Barroso  @LRobertoBarroso</p> <p>Me despedi hoje da Presidência do @TSEjusbr com um balanço de minha gestão. Conseguimos realizar eleições limpas e seguras na pandemia, combater a desinformação e defender a democracia. Aqui meu discurso, em texto (bit.ly/disco do TSE) e em vídeo:</p> <p>Translate Tweet</p> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 10px; display: inline-block;">  <p>youtube.com Discurso de despedida do ministro Barroso "E assim se passaram quase dois anos intensos e felizes porque a gente deve cumprir com alegria as missões que a ...</p> </div> <p>7:35 PM · Feb 17, 2022 · Twitter Web App</p> <p>251 Retweets 193 Quote Tweets 5,059 Likes</p>	<i>Eleições</i>

Fonte: Elaboração própria.

André Mendonça, no primeiro semestre de 2021, realizou apenas três postagens, sendo duas delas referentes ao voto que o Ministro manifestou no caso do Daniel Silveira, quando acompanhou a maioria dos Ministros na sentença de

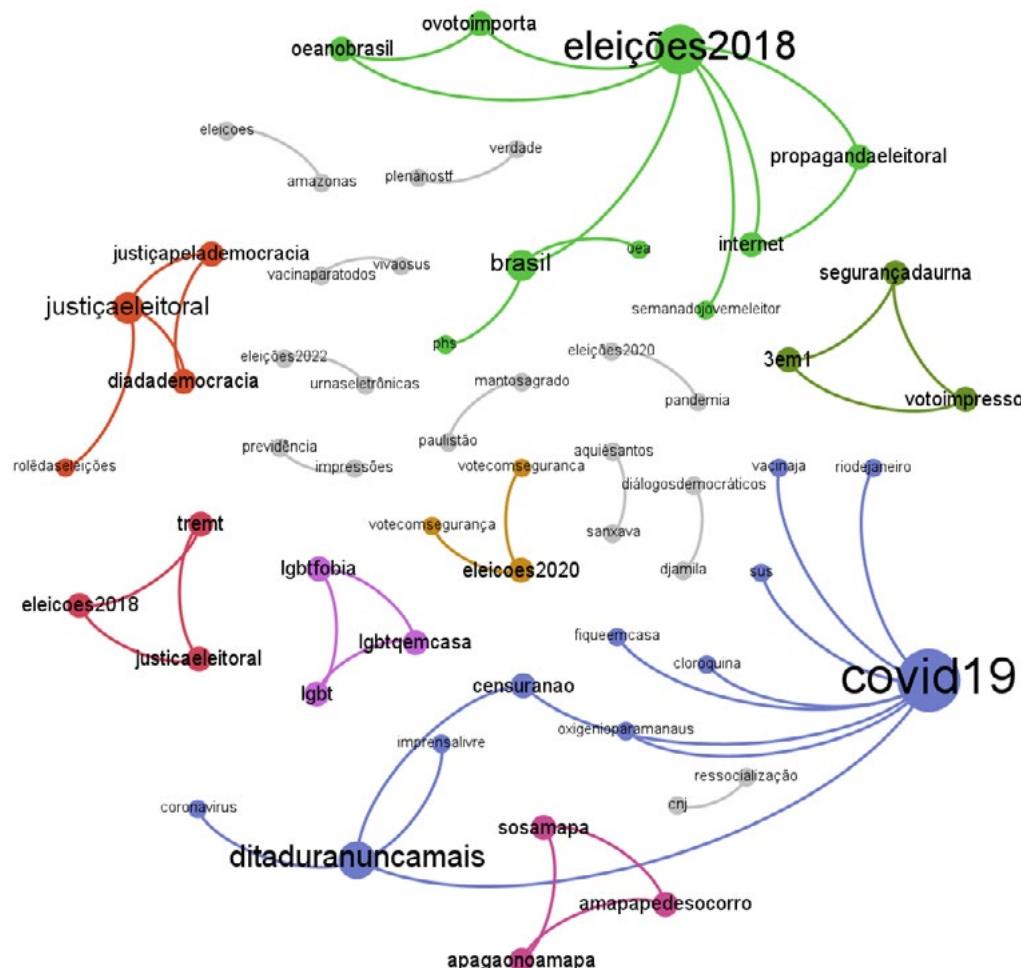
prisão e perda de direitos políticos do Deputado Federal bolsonarista. Mendonça, antes de ingressar ao STF, apresentava em seu Twitter um conteúdo predominante religioso, como suas participações em cultos. Nota-se que o teor das mensagens postadas apresentam referências religiosas, seja antes de ser Ministro ou mesmo depois. Ao justificar seu voto pela condenação de Silveira, o Ministro afirmou que “como cristão” tinha que se manifestar daquela maneira, e “separar o joio do trigo”, passagem de conteúdo bíblico.

Gilmar Mendes apresenta dois perfis no Twitter: @gilmarmendes e @gmacademico (este exclusivo para divulgação de eventos e conteúdos acadêmicos), sendo que, em seu perfil oficial, ele “*retweeta*” vários posts de seu perfil acadêmico. O conteúdo de suas postagens apresenta comentários e exposição de opinião sobre acontecimentos/actualidades, notas de pesar e divulgação de entrevistas concedidas à mídia. O Ministro repercutiu postagens com relação à pandemia, sobretudo relacionadas ao descaso do governo federal com relação à gravidade da Covid-19 e suas consequências.

Alexandre de Moraes realizou apenas cinco postagens no período pesquisado, sendo duas delas notas de pesares por falecimentos. Uma terceira é um *retweet* que divulga uma ação do TSE, o que indica a postura de defesa do tribunal que Moraes assumiu. Uma das outras duas postagens, feita no início de julho, fala diretamente sobre o dever dos poderes públicos de defenderem a escolha eleitoral dos cidadãos. O post parece responder às falas do então presidente Jair Bolsonaro, que no dia anterior disse que “ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições” (Coletta, 2021). A quinta postagem afirma que “o direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminosa apologia ao nazismo” e também parece ser um comentário de opinião sobre acontecimento ocorrido à época, em que um apresentador de *podcast* defendeu a possibilidade de criação de um partido nazista (UOL, 2022).

Por fim, o Ministro Luís Roberto Barroso é o mais ativo nas redes sociais. Ele faz postagens semanais de recomendações culturais, além de divulgar suas aparições na mídia, seu comparecimento a eventos, palestras dadas e textos ou artigos escritos. Divulgou diversas ações do TSE, além de postagens comemorativas como o Dia Internacional contra a Homofobia e o Dia da Liberdade de Imprensa. Em 31 de março, fez uma série de postagens sobre a violência e a censura da Ditadura, todas com a frase “Essa é a história”. Entre os *retweets*, estão comentários críticos aos posicionamentos que defendem o voto impresso.

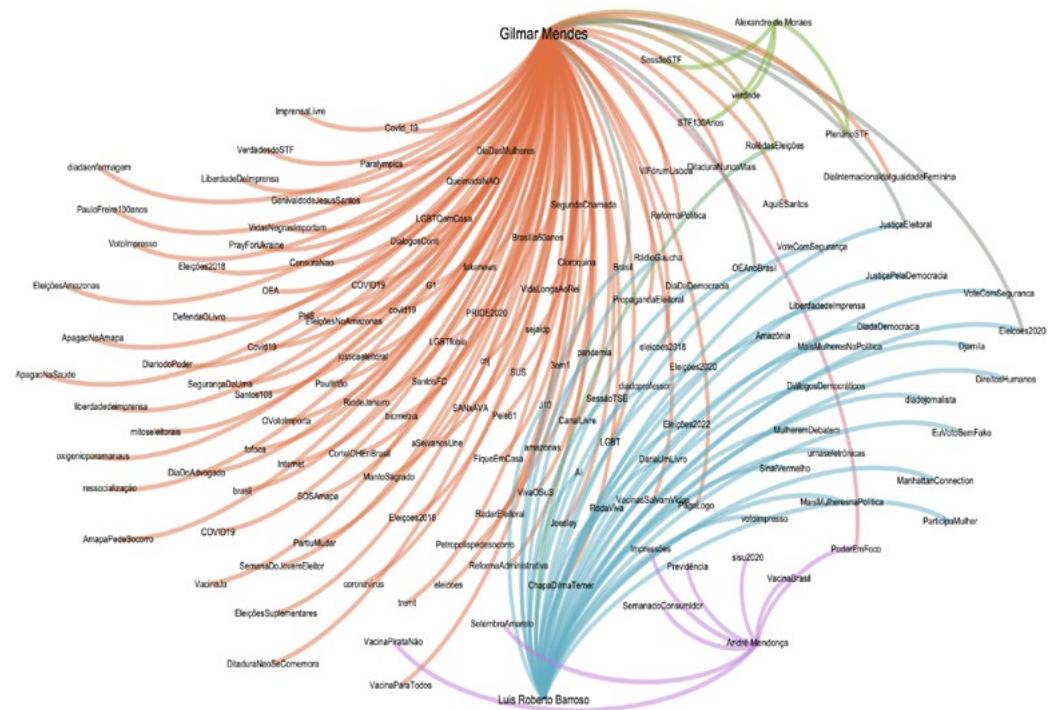
Partindo das análises acima, observamos se haveria regularidades em relação ao teor das postagens dos Ministros, considerando os dados da coleta ampliada e os grafos:



Grafo 2. Temáticas, por postagens, dos Ministros do STF. Fonte: Elaboração própria, também disponível em https://pabloera.github.io/STF_Twitter/network1/

O Grafo 2 demonstra a dispersão de temáticas mencionadas pelos Ministros do STF com o uso de hashtags. São destaques os temas das “eleições 2018” e da Pandemia da “COVID-19”. Embora esses dados possam sugerir resultados pouco significativos, já que a própria constituição das redes é pequena, elas refletem precisamente dois temas em que o STF e seus Ministros têm sido atacados politicamente nos últimos anos. A preocupação e conscientização sobre o período eleitoral e o controle da Pandemia permitiram que alguns Ministros assumissem uma postura contextual perante temas de interesse público. Além disso, estes foram os únicos

temas que geraram uma rede de relações das postagens dos Ministros com outras temáticas satélites, como SUS, vacina, cloroquina, censura e ditadura, ao redor de Covid-19, e, por outro lado, Brasil, voto, propaganda eleitoral e internet, com referência às eleições. Outra pequena rede, formada em torno do tema da Justiça Eleitoral, também apresenta teor referente às eleições e à democracia.



Grafo 3. Temáticas, por Ministro. Fonte: Elaboração própria, também disponível em https://pabloera.github.io/STF_Twitter/network1/

O Grafo 2 apresenta os temas/conteúdos pelos quais cada um dos Ministros do STF realiza suas postagens. André Mendonça realizou postagens sobre poucos temas, como vacinação, previdência e direito do consumidor, de caráter institucional e informativo. Alexandre de Moraes realizou postagens apenas sobre os ritos do STF, também de cunho institucional e informativo. Luís Roberto Barroso diversificou mais os assuntos, com destaque para os temas relacionados às eleições, democracia, voto e eleições, direitos humanos e fundamentais e pandemia, sendo que estas postagens também se caracterizam por apresentar conteúdo informativo e institucional de sua atuação no STF. Finalmente, Gilmar Mendes apresenta um rol maior de temáticas, as quais variam desde pandemia, Direitos Humanos e Fundamentais, eleições, democracia (censura e liberdade). Também, suas postagens se referem à conjuntura e a movimentos políticos, como o Vidas Negras Importam,

a Guerra da Ucrânia, bem como a referência ao episódio da falta de oxigênio em Manaus (em Janeiro de 2021 em meio a Pandemia da Covid-19), as menções ao Dia das Mulheres e ao orgulho LGBT. Portanto, dois ministros se destacam, enquanto Gilmar Mendes tem mais postagens que os outros ministros, suas temáticas são mais esparsas; Barroso, por sua vez, também debate temáticas próximas às de Mendes, mas de acordo com o grafo, os públicos dos dois Ministros são diferentes.

DISCUSSÃO: (DES)EMBARAÇANDO AS REDES

As análises dos dados revelam consideráveis questões sobre a forma de mobilização discursiva dos Ministros em suas redes sociais, além de contextos sociais e políticos específicos. Os ataques ao STF e ao processo eleitoral de 2022, mostram que alguns Ministros são atores presentes nas redes sociais, independentemente do número de seguidores: o foco está nas mensagens e posicionamentos que eles estão transmitindo aos seus públicos, produzindo experiências no contato dos usuários com suas imagens públicas. Nesse sentido, é importante avaliar não apenas a frequência e a qualidade do conteúdo produzido, mas também a postura adotada em relação a temas relevantes para a sociedade, tais como a pandemia, a crise econômica e os direitos humanos. O questionamento sobre a legitimidade das instituições de Justiça perpassa a capacidade desse poder em convencer a população sobre sua centralidade para a manutenção do sistema democrático. Essa situação, inerente ao próprio ambiente das redes digitais, tende, no caso dos Ministros do STF, a esgarçar os limites entre o “mundo político” e o “mundo jurídico”. Assim, organizamos as postagens e os engajamentos temáticos dos Ministros do seguinte modo:

Tabela 4. Framework de análise das postagens e engajamento dos Ministros.

Ministro	Análise Qualitativa	Análise de Redes Sociais (#)	Tipos de Postagens	Engajamento
André Mendonça	Religião	Vacinação	Informativa	auto-apresentação
		Previdência		ação e participação
		Direito do Consumidor		
Gilmar Mendes	Comentários	Notas pessoais	Pessoal	auto-apresentação
		Pandemia		
	Notas	Direitos Humanos/ Direitos Fundamentais	Informativa	experiências positivas
		Eleições		contagens de usos e atividades
Alexandre de Moraes	Manifestações	Democracia (liberdades)	Política	contexto social
		Conjuntura (política)		usos e gratificações
	Eleições	STF	Informativa	contagens de usos e atividades
		Liberdade de Expressão		ação e participação
Luís Roberto Barroso	Cultura	Pandemia	Pessoal	auto-apresentação
	Direitos Humanos/ Direitos Fundamentais	Direitos Humanos/ Direitos Fundamentais	Informativa	ação e participação
		Eleições		experiências positivas
	Eleições	Direitos Humanos/ Direitos Fundamentais	Política	contexto social

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar que nem todos(as) os(as) Ministros(as) têm conta/perfil em redes sociais, preferindo se manter distantes dos ambientes virtuais, reforçamos a hipótese de uma concepção mais tradicional do papel dos juízes e do Judiciário. Neutralidade e imparcialidade poderiam ser mantidas pela disciplina e recolhimento de seus membros, porém, esta é uma posição impraticável ao STF, visto que alguns de seus Ministros acabam por produzir conteúdos sobre diversos fatos e situações, o que lhes deixa vulneráveis quanto às suas opiniões. Embora as relações entre temas e hashtags tecidas pelos Ministros não seja densa, dada a baixa quantidade de postagens, a menção aos temas das eleições e da Covid-19

contribuem para um posicionamento limítrofe entre a defesa da garantia de direitos fundamentais, o discurso político e a prática jurídica da Corte.

As atuais reconfigurações e acirramentos sociais empurram alguns Ministros para adotar uma postura mais flexível em relação às redes sociais. Estudos mais recentes (Cesarino, 2022) verificaram que a mobilização de grupos de extrema direita nas redes construiu um apoio incondicional a Jair Bolsonaro e, especialmente, às diversas falas públicas de ataque ao STF e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a seus Ministros. Antes de se tornarem antagonistas de Bolsonaro e do “bolsonarismo”, STF e Ministros também foram atacados, entre 2017 e 2019, em postagens e comentários de Procuradores do Ministério Público e apoiadores da Operação Lava Jato (Sá e Silva, 2022), tensões que se escalonam até o período atual.

Os Ministros que fizeram a escolha de utilizar o Twitter o fazem primeiramente como via de acesso a um tipo de comunicação institucional, nos limites de um contorno menos personalizado. Eles mobilizam o espaço digital como uma ferramenta para divulgar a importância da defesa do Poder Judiciário – especialmente do próprio STF – e de alguns postulados democráticos na sociedade brasileira, como a separação de poderes e garantias de direitos fundamentais. Todavia, o caso do perfil de Alexandre de Moraes é paradigmático: o Ministro, que presidiu o TSE durante o período eleitoral de 2022, já movimentava sua rede com informações institucionais das eleições e do processo eleitoral.

Portanto, a utilização do Twitter pelos Ministros do STF se dá principalmente para a exposição de opiniões sobre acontecimentos, divulgação de eventos e reportagens das quais participam, expondo suas opiniões diante de temas diversos do contexto social e político do momento. Esse registro permite um diálogo ora com outros agentes públicos, ora com seus seguidores, assim como ocorre com Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, que se posicionam no limite entre a narração de suas atividades públicas, o recebimento de honrarias ou homenagens prestadas a outrem, a auto-apresentação e a indicação de temas que os sensibilizam e que demandam ações e a participação de indivíduos e da sociedade civil. Em suma, há uma complexidade de fatores subjetivos que guiam o engajamento desses Ministros no Twitter, fatores que não se subsumem a uma postura meramente política, tampouco partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de reconfigurações sociais, políticas e culturais, investigar os impactos das redes sociais na atuação do Estado e de seus agentes públicos torna-se imprescindível. Neste artigo, buscamos suprir uma lacuna das investigações sobre

o poder judiciário e o uso das plataformas sociais, ao observar especificamente os Ministros do STF no Twitter. Com o uso de métodos quantitativos e qualitativos, compreendemos que, ao mesmo tempo em que ainda é compartilhado entre os Ministros do Supremo o entendimento de que a legitimidade do STF e do Poder Judiciário viria de uma postura discreta nas redes sociais, todavia a presença de Ministros do STF no ambiente digital reforça essa legitimidade.

Como esse tipo de inserção digital e na opinião pública se configura de maneira individual e personalizada, esses Ministros – em maior ou menor escala – se utilizam dessas plataformas para promover seus feitos e atividades, além de criar um canal de diálogo com seus seguidores virtuais e de posicionamentos sobre temas públicos e atualidades. No entanto, essa postura coloca-os sob críticas e sob o “fogo cruzado” dos debates e ataques nas redes sociais, o que, por consequência, tende a fortalecer uma desconfiança sobre o STF e seus Ministro, o não reconhecimento da sua autoridade, e a dificuldade no processo de construção permanente da legitimidade e da democracia. Essa dualidade entre legitimidade e deslegitimidade, no entanto, não se restringe aos Ministros do STF, e pode ser dilema colocado a outros atores operadores do Direito e da Justiça, como procuradores, defensores públicos e magistrados.

Do ponto de vista da legitimidade, tal qual o conceito que assumimos no presente artigo, permanecem em aberto novas questões de pesquisa. Resta investigar, por exemplo, como os cidadãos concebem a participação de membros do Poder Judiciário em redes sociais, em que medida avaliam tais práticas como algo positivo ou negativo, e o quanto isso impacta na credibilidade desse órgão perante a população. O cenário de atuação desses atores no ambiente virtual abre também possibilidades de pesquisas com a utilização de recursos metodológicos variados, como buscamos demonstrar no presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Pablo; PEREIRA, Natasha. (2022). Redes, Mídias Sociais e Discurso: Uma Análise Bibliométrica dos Estudos Brasileiros do Campo entre 2010-2021. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 27, n. 2, p. 1-22.
- BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sébastien; JACOMY, Mathieu (2009). Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. *International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*.
- BASTIAN, Mathieu et al (2014). ForceAtlas2, a Continuous Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization Designed for the Gephi Software. *PLoS ONE*, 9(6): e98679. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0098679>

- BLONDEL, Vincent et al (2008). Fast unfolding of communities in large networks. *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment*, 10, p. 1000.
- BONELLI, Maria da Glória; OLIVEIRA, Fabiana; MARTINS, Rennê (2006). *Profissões jurídicas, identidades e imagem pública*. São Carlos: EdUFSCar.
- BOTTOMS, Anthony; TANKEBE, Justice. (2012). Criminology: Beyond Procedural Justice: a Dialogic Approach To Legitimacy in Criminal Justice. *Journal of Criminal Law & Criminology*, v. 102, n. 1, p. 119-70.
- BOULIANNE, Shelley (2015). Social media use and participation: a meta-analysis of current research. *Information, Communication & Society*, 18:5, 524-38. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542>.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- CESARINO, Letícia (2022). *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.
- COENE, Jean-Philippe (2018). sigma.js for R. *A powerful, full featured R package for interactive graph visualization*. www.sigmajohn-coene.com. (acesso em 18/09/2022).
- COLETTA, Ricardo Della (2021). 'Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições', diz Bolsonaro em nova ameaça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08/07/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/ou-fazemos-eleicoes-limpas-no-brasil-ou-nao-temos-eleicoes-diz-bolsonaro-em-nova-ameaca.shtml> (acesso em 24/11/2022).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2008). *Código De Ética Da Magistratura Nacional*, Brasília, DF. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/01/codigo_de_etica_da_magistratura_nacional.pdf (acesso em 03/04/2023).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2019). *O uso de redes sociais por magistrados do poder judiciário brasileiro*. Brasília: CNJ.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2019). *Resolução Nº 305 de 17/12/2019*. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3124> (acesso em 13/10/2022).
- CREMONESE, Dejalma (2012). Política on-line: a utilização do Twitter como ferramenta de capital social nas eleições presidenciais de 2010. *Sociedade e Cultura*, v. 15, n. 1, p. 135-49.
- DONK, Wim van de et al (2004). *Cyberprotest: new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- FAGAN, Jeffrey. (2007) Criminal justice, law and legitimacy. *Ohio State Journal of Criminal Law*, v. 6, p.123-40.
- FUCHS, Christian (2011). *Foundation of critical media and informational studies*. London: Routledge.

- FUCHS, Christian (2014). *Social Media: A Critical Introduction*. London: SAGE Publications.
- GISI, B., JESUS, Maria Gorete M. de; SILVESTRE, G. (2019). O contato com o público importa? Uma análise exploratória sobre a construção da auto-legitimidade entre juízes paulistanos. *Plural*, 26(2), 247-270. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.165683>.
- GUO, Lei; ROHDE, Jacob A.; WU, H Denis (2020). Who is responsible for Twitter's echo chamber problem? Evidence from 2016 US election networks. *Information, Communication & Society*, v. 23, n. 2, p. 234–51. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1499793>.
- JACKSON, Jonathan, et al. (2012). Why do people comply with the law? Legitimacy and the influence of legal institutions. *British Journal of Criminology*, v. 52, n. 6, p. 1051-71.
- JUNGHERR, Andreas (2015). *Analyzing political communication with digital trace data: the role of Twitter messages in social science research*. Wiesbaden: Springer.
- JUNGHERR, Andreas et al (2017). Digital Trace Data in the Study of Public Opinion: An Indicator of Attention Toward Politics Rather Than Political Support. *Social Science Computer Review*, v. 35, n. 3, p. 336–56. <https://doi.org/10.1177/0894439316631043>
- LÉVY, Pierre (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- LUPTON, Deborah (2015). *Digital Sociology*. New York: Routledge.
- NEV. CEPID FAPESP PROGRAM (2016). BUILDING DEMOCRACY DAILY: HUMAN RIGHTS, violence and institutional trust. *3rd Report*. São Paulo: NEV-USP.
- MCCAY, Lori; QUAN-HAASE, Anabel (2017). "What is Social Media and What Questions Can Social Media Research Help Us Answer?" In: SLOAN, Luke; QUAN-HAASE, Anabel (ed.). *The SAGE Handbook of Social Media Research Methods*. Los Angeles: SAGE.
- MEDEIROS, Damião; JESUS, Maria G. Marques de (2018). Os juízes nas mídias e redes sociais: percepções sobre os impactos na imagem do poder judiciário e sua legitimidade diante das mídias virtuais. In: X Congresso da ABRASD, São Paulo. *Anais do X Congresso da ABrasD: 55 anos de ensino da Sociologia Jurídica no Brasil*, São Paulo: ABrasD.
- MIGALHAS (2022). *EM VOTO, Moraes valida regras a membros do Judiciário em redes sociais*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/377255/em-voto-moraes-valida-regras-a-membros-do-judiciario-em-redes-sociais> (acesso em 23/11/2022).
- O'BOYLE, Jane; PARDUN, Carol (2021). How Twitter drives the global news agenda: Tweets from Brazil, Russia, India, China, the UK and US and online discourse about the 2016 US presidential election. *Global media and communication*, v. 17, n. 3, p. 363-84. <https://doi.org/10.1177/17427665211039970>.

- OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross (2017). A legitimidade das leis e das instituições de justiça na visão dos brasileiros. *Contemporânea*, v. 7, n. 2, p. 275-96.
- OSÓRIO, Fábio M. (2020). Reflexões sobre o conceito de atividade político-partidária de juízes: inaugurações de obras públicas, atuações em redes sociais e participações em cultos religiosos. *Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4a Região*, n. 16, p. 109 - 25.
- PEETERS, Stijn; HAGEN, Sal (2021). The 4CAT Capture and Analysis Toolkit: A Modular Tool for Transparent and Traceable Social Media Research. *Computational Communication Research*, 4(2): 571-89. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3914892>
- PERŠAK, Nina. (2016). Procedural Justice Elements of Judicial Legitimacy and their Contemporary Challenges. *Oñati Socio-legal Series*, 6 (3), 749-70.
- RECUERO, Raquel (2020). #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 3, p. 383-406. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398202014635>
- RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe B (2017). Opinião Pública no Twitter: análise da indicação de Alexandre de Moraes ao STF. *Logeion: Filosofia da Informação*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 18–37.
- RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela (2019). Using Social Network Analysis and Social Capital to Identify User Roles on Polarized Political Conversations on Twitter. *Social Media + Society*, 5(2). <https://doi.org/10.1177/2056305119848745>
- ROGERS, Richard (2013). *Digital Methods*. Cambridge: The MIT Press.
- ROGERS, Richard (2017). Foundations of Digital Methods: Query Design. In: SCHÄFER, Mirko T.; ES, Karin van (ed.). *The Datafied Society: Studying Culture through Data*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 75 – 94.
- ROTTMAN, David B.; TYLER, Tom R. (2014). Thinking about Judges and Judicial Performance: Perspective of the Public and Court Users. *Oñati Socio-legal Series [online]*, v. 4, n. 5, p. 1046-70.
- SÁ E SILVA, Fabio de (2022). Relational legal consciousness and anticorruption: lava jato, social media interactions, and the co-production of law's detraction in brazil (2017-2019). *Law & Society Review*, v. 56, n. 3, p. 344-68. <http://dx.doi.org/10.1111/lasr.12620>
- SCHMIDT, Ítala C. B.; LOBO, Marcela S.; LEITE, Rosimeire V. (2021). Comunicação institucional do Poder Judiciário: Reflexões sobre a normatização da presença de tribunais e juízes nas redes sociais pelo Conselho Nacional de Justiça. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, vol. 7, no. 2, p. 52 - 64.
- SILVA, Maurílio L. H. (2022). Comunicação pública nas mídias e redes sociais digitais: uma análise do Judiciário Brasileiro no Twitter.” In: MEDEIROS, Magno; MAINIERI,

- Tiago (orgs.). *Comunicação pública e cidadania: experiências e práticas inovadoras*. Goiânia : Cegraf UFG, p. 296 - 313.
- SNEE, Helene et al (2016). *Digital Methods for Social Science. An interdisciplinary guide to research innovation*. New York: Palgrave Macmillan.
- TYLER, Tom R. (2003). Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law. *Crime and Justice*, v.1, 30, p. 283-357.
- TYLER, Tom R. (2006). Restorative justice and procedural justice: dealing with rule breaking. *Journal of Social Issues*, v. 62, n. 2, p. 307-26.
- TYLER, Tom R. (2007). Procedural Justice and the Courts. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, v. 44, n. 1/2, p. 26-31.
- UOL (2022). *Monark defende existência de partido nazista dentro da lei; Tabata rebate*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/08/podcaster-monark-partido-nazista.htm>. (acesso em 24/11/2022).
- VERGEER, Maurice (2015). Twitter and Political Campaigning. *Sociology Compass*, v. 9, n.9, p. 745-60. <https://doi.org/10.1111/soc4.12294>
- VIEIRA, Leandra; FACCHINI NETO, Eugênio (2020). Os magistrados na era digital: uma comparação entre países sobre o uso nas redes sociais. *Anais dos Congressos Estaduais de Magistrados – RS – Porto Alegre*, v. 1, n. 1, p. 135-39.
- ZUBOFF, Shoshana (2018). *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs.

Socializando no Instagram: relações sociais e emoções juvenis durante a pandemia da covid-19

Socializing on Instagram: social relationships and youth emotions during the covid-19 pandemic

Fernanda Sousa Rodrigues^a, Lila Cristina Xavier Luz^b

Resumo Durante a pandemia ao mesmo tempo em que foi evidenciada a exclusão de jovens no acesso à Internet e aparelhos móveis, também foi maximizado o uso das redes sociais na Internet. Este artigo foi elaborado a partir de informações obtidas em pesquisa desenvolvida junto a jovens universitários de diferentes identidades sociais inseridos no *Instagram*. O objetivo foi recolher as manifestações e expressões de emoções em seus perfis para analisar as relações sociais por meio da interação nessa rede social durante a pandemia da Covid-19, no período de julho do ano de 2021 a junho de 2022. Para tanto, recorremos a informações obtidas por meio de etnografia na Internet e de entrevistas realizadas junto a esses jovens. Os resultados apontaram que durante a pandemia ocorreu o aumento de interações entre os perfis desses jovens no *Instagram*. Nesse contexto, segundo os jovens, as suas relações sociais foram estabelecidas por meio de gerenciamento de emoções mais positivas do que negativas entre as publicações compartilhadas por eles no *feed* e nos *stories*.

Palavras-chave Juventudes. Interações. Relações Sociais. Emoções. Instagram.

Abstract During the pandemic, while the exclusion of young people from accessing the Internet and mobile devices was evident, the use of social networks on the Internet was also maximized. This article is based on a research carried out with young university students from different social identities who use Instagram. The aim was to collect the manifestations and expressions of emotions in their profiles to analyze the social relations through the interaction in this social network during the Covid-19 pandemic, in the period from July 2021 to June 2022. To do so, we used information obtained through digital ethnography and interviews with these young people. Results indicated

a Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (PPGS/UFPI).
Email: fernandasrodrigues28@gmail.com

b Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e professora associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Sociologia. Email: lilaluz@ufpi.edu.br

that during the pandemic there was an increase in interactions between the profiles of these young people on Instagram. In this context, according to these young people, their social relationships were established by managing more positive than negative emotions between their publications shared through feed and stories.

Keywords Youth. Interactions. Social Relationships. Emotions. Instagram.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir de pesquisa desenvolvida com o objetivo de analisar as relações sociais juvenis e as formas como expressaram suas emoções no contexto da pandemia de Covid-19 por meio da rede social *Instagram*. As restrições de mobilidades durante a pandemia impactaram as sociabilidades juvenis, em especial aquelas relacionadas às atividades presenciais de lazer, fato que implicou na maximização dos espaços de diversas redes sociais na internet. Segundo os jovens entrevistados nesta pesquisa, as interações sobre emoções foram potencializadas como forma de trocas de sociabilidades em seus perfis do *Instagram*. Neste espaço, eles puderam compartilhar o que sentiram em diferentes momentos do período pandêmico, durante a ausência das atividades acadêmicas presenciais, no isolamento físico, na flexibilização das atividades, na campanha de vacinação. Esses momentos foram vividos de modos diferentes por esses jovens conforme vulnerabilidades sociais, como sua condição social, de gênero, de etnia, dentre outras.

Para fundamentar nossas reflexões sobre juventudes, nos ancoramos em teóricos como Feixa (2014) e Pais (2017), que tratam da condição juvenil como preponderante para compreendermos a diversidade de contextos e trajetórias desses sujeitos. Também trabalhamos com entendimentos acerca das mídias sociais, suas relações na comunicação e expressão a partir de contribuições como as de Recuero (2009) e Sibilia (2016), que compreendem esses espaços na Internet como apropriações de troca de capital social e de expressões da vida pública e privada pela diversidade de indivíduos.

Da mesma forma, recorremos a Scheff (1990), que trata a vergonha como emoção capaz de constituir e desfazer laços sociais, Elias (1994), que analisa as emoções moldadas pelo convívio social, e Hochschild (2013), que destaca a existência de um gerenciamento de emoções entre o que sentir e expressar nas situações vivenciadas no cotidiano. Os estudos citados nos ajudam a compreender as diversas configurações acerca do fenômeno das emoções ao as relacionarmos às dinâmicas de sociabilidade virtual exploradas em nosso campo de pesquisa.

São percepções acerca das emoções que podem ser exploradas nas redes sociais, já que cada rede social na Internet possui especificidades em suas dinâmicas de interação *online*. Isso permite estudar as características, regras, padrões de comportamentos de diferentes grupos sociais, aspectos das relações que acontecem entre o *offline* e o *online* dentre elas, e as emoções que são produzidas e reproduzidas.

Do ponto de vista metodológico, para realizarmos a pesquisa de campo, utilizamos nosso perfil pessoal para acessarmos os jovens que foram escolhidos por meio do perfil @ufpi no *Instagram*, na ordem em que constavam na lista de seguidores. Embora a idade não tenha sido nossa referência fundamental para definir quem eram os jovens, o cotejamento do perfil @ufpi evidenciou a presença de usuários de pessoas com idade entre 21 a 24 anos, de identidades sociais diversas, dentre eles, estudantes de graduação da Universidade Federal do Piauí, *campus* de Teresina. O referido perfil em que os jovens se relacionaram tem por finalidade compartilhar conteúdos sobre atividades acadêmicas de interesse dos jovens que ali estão inseridos.

Após essa primeira aproximação, passamos a seguir onze perfis de jovens universitários e com expressa autorização dos mesmos, observamos suas postagens no período de julho do ano de 2021 a junho do ano de 2022. Nesse tempo, descrevemos os conteúdos por eles veiculados e as interações estabelecidas por meio das publicações nos perfis realizadas no *feed*, *reels*, *stories*, curtidas, comentários, *emojis* para analisarmos as especificidades de expressões das emoções manifestadas por esses jovens.

Em seguida, enviamos questionário *online* para os onze jovens universitários que foram contatados. O intuito era obter mais informações sobre eles e seus perfis, bem como obter subsídios para as entrevistas. Entre esses jovens com quem dialogamos, quatro jovens do sexo masculino concordaram em participar da entrevista. Ao final, a pesquisa possibilitou várias percepções acerca das formas e especificidades com que os jovens se relacionaram e expressaram o que sentiram em seus perfis no *Instagram* no decorrer de diversos momentos vivenciados na pandemia.

Além da presente introdução, este texto está estruturado em três partes. Na primeira, recorremos a Recuero (2009), Feixa (2014) e Sibilia (2016) para explicitar elementos que nos permitiram relacionar características dos jovens com as redes sociais, em particular com o *Instagram*. Na segunda parte, discorremos acerca da metodologia utilizada na pesquisa que realizamos junto aos jovens e em seus perfis do *Instagram*, além de apresentar uma análise e discussão das informações produzidas que serviram de referências para as reflexões aqui desenvolvidas. Na

terceira parte, apresentamos os resultados obtidos sobre as diversas vivências juvenis durante a pandemia e suas emoções compartilhadas no âmbito do *Instagram*.

A GERAÇÃO INSTAGRAMÁVEL DAS JUVENTUDES

Sociólogos como Feixa (2014) e Pais (2017) desenvolveram importantes reflexões acerca da heterogeneidade juvenil considerando a condição social, geracional e as culturas juvenis que se apresentam em uma diversidade de contextos sociais. Sob o aspecto geracional, Feixa (2014) evidencia como exemplo de culturas juvenis o convívio digital de jovens que se relacionam por meio de signos geracionais por ele atribuídos como “geração arroba (@)” para fazer menção aos jovens nascidos e crescidos na era digital e como “geração hashtag (#)” para fazer referência aos jovens que vivenciaram a generalização da *web social*, das atividades da informação e da comunicação em rede, da hiperdigitalização e das redes sociais na Internet, a exemplo do *Instagram*.

Ao relacionarmos esse exemplo de cultura juvenil com a rede social *Instagram*, os termos que antes foram atribuídos por Feixa (2014) como signos geracionais ganham outro significado. No *Instagram*, esses signos são usados nos perfis como forma de identificação e interação pelos usuários. O símbolo da arroba (@) identifica o *username* atribuído pelo usuário ao seu perfil, que pode estar relacionado a pessoas, locais e animais, por exemplo. Já a *hashtag* (#) funciona como uma espécie de *hiperlink* que direciona a tópicos de imagens e textos reunidos sobre determinados assuntos compartilhados na rede.

Acerca das redes sociais, Castells (2003) destaca que, conforme as mudanças tecnológicas acontecem, há uma maior flexibilidade para as redes gerarem a inclusão e a exclusão ao mesmo tempo de categorias sociais, entre elas, as juventudes. Nesse contexto, destacamos o aspecto da condição juvenil explicitado por Pais (2017), segundo o qual as juventudes ocupam e transitam espaços diversos da vida social, e, dessa forma, apresentam diferentes condições socioeconômicas de acesso e inclusão às redes sociais, que, embora tenham um papel importante na mobilização e comunicação dos jovens, não ocorrem de forma igualitária.

Relacionamos a inclusão e exclusão de jovens no *Instagram* ao observarmos fatores como a falta de acessibilidade à Internet que ocorrem tanto para jovens urbanos como rurais no acesso ao aparelho celular ou outra ferramenta que viabilize a inserção e interação por meio de uma rede social na Internet. Isso ocorre seja por condições financeiras ou territoriais, como evidenciou a Pesquisa Nacional

de Amostra por Domicílios-PNAD Contínua realizada no ano de 2021 acerca das desigualdades mencionadas que foram potencializadas durante a pandemia.

Outro ponto observado em relação ao acesso às redes sociais na Internet é o próprio lançamento do *Instagram* no ano de 2010, que já causava a exclusão de interação entre usuários de determinadas marcas de aparelhos móveis, como a plataforma do sistema iPhone (IOS). Somente no ano de 2012 foi disponibilizado para plataforma do sistema Android, quando a rede social foi comprada pela marca *Facebook*.

Ainda no espaço do *Instagram*, relacionamos que a inclusão e a exclusão de jovens também ocorrem em relação à condição social, de classe, de gênero, de cor, de religião e opinião política, por exemplo. Estes fatores implicam possíveis limitações de interação pelos jovens, impedindo-os de emitir opiniões, de expressar suas afetividades, de expor e compartilhar sobre suas vidas em seus perfis, se relacionarmos que a exclusão pode ocorrer pela falta de interesse em interagir ou por não possuir um perfil nesse espaço, por exemplo.

O *Instagram* foi desenvolvido no ano de 2010 pelo norte-americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger, com o intuito de compartilhar imagens por meio de um *feed*. Os desenvolvedores tinham a intenção de “resgatar a nostalgia do instantâneo, das clássicas polaroids, câmeras de filme cujas fotos revelavam-se no ato do disparo” (Piza, 2012, p. 7). Dessa forma, o *Instagram* existe para “dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo. Pode proporcionar aos jovens a oportunidade de fortalecer conexões, praticar habilidades sociais e encontrar comunidades que os apoiem” (Blog *Instagram*, 2021).

Essa rede social na Internet apresenta como formas de interação as publicações de fotos no *feed*, seguir, curtir e comentar; recursos como os *stories*, os *reels*, o *Direct Messenger*, os vídeos ao vivo e o *Instagram shop*, que possibilitam o compartilhamento de conteúdo entre os jovens e até mesmo o compartilhamento simultâneo com outras redes sociais na Internet como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Tumblr*, por exemplo.

As diversidades de recursos são criadas e disponibilizadas porque “as pessoas possuem expectativas diferentes em relação à própria experiência no *Instagram*. Além disso, as necessidades dos usuários estão mudando” (Blog *Instagram*, 2021). Para os jovens, o *Instagram* é um espaço para interagir, criar, produzir, consumir e compartilhar diversos conteúdos, como afirmam os jovens participantes desse espaço que utilizam os seus recursos para interagir, comunicar e expressar.

Para a especialista em mídias sociais Raquel Recuero (2009, p. 43), as redes sociais são como “um conjunto de elementos onde estão inseridos os atores

(pessoas, instituições ou grupos, os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)". Ela afirma ainda que a conexão, o laço e o capital social são os elementos que ajudam a entender as motivações que levam os atores a utilizar os sites de redes sociais na Internet. Desse modo, as conexões configuram os laços sociais estabelecidos entre atores sociais, e a comunicação entre eles constitui capital social que, por sua vez, são os recursos e os investimentos produzidos pelos atores para a manutenção de suas conexões.

Esses e outros elementos constituem pistas para entendermos o lugar de cada rede social na Internet e as especificidades de interação entre os atores ali inseridos. No *Instagram*, relacionamos que a afirmação de capital social ocorre na interação por meio da troca de curtidas, de comentários, de compartilhamentos entre publicações de imagens que refletem determinado momento ou situação vivenciada acerca do cotidiano do trabalho, do lazer, dos estudos e das relações sociais, por exemplo. Nesse sentido, o *Instagram* se configura como um espaço para apropriação da expressão do eu, termo atribuído por Recuero (2009) para caracterizar as formas de uso das redes sociais na Internet.

A antropóloga Sibilia (2016, p. 52), por sua vez, argumenta que nas redes sociais ocorre a apresentação de vários "eus" como: "o eu narrador, o eu privado, o eu visível, o eu autor, o eu real, o eu personagem, o eu espetacular", que configuram formas de expressão da vida privada e pública. Nesse contexto, o *Instagram* apresenta perfis com diversidades de expressões de "eus", que estão entre o que visualizamos e o que mostramos em nossos perfis nesta rede social que configura várias formas de uso como: um diário *online*, um álbum de fotografias virtual, um blog pessoal da contemporaneidade, por exemplo.

As formas de expressividades nas redes sociais são mencionadas por Sibilia (2016) como um imperativo de visibilidade. A exemplo do *Instagram*, as exposições dos conteúdos podem ser relacionadas a um espetáculo, a uma vitrine, por exemplo, em que a busca pela visibilidade também está condicionada a definições como aprovação social, a um status, ao poder, ao consumo, a uma etiqueta.

Nesse sentido, as emoções podem ser evidenciadas nos perfis à medida que estão relacionadas ao contexto e ao conteúdo compartilhado. Por exemplo, ou refletem um estado emocional de determinado momento; ou estejam relacionadas a motivações como vontade de compartilhar, afetar pessoas, extravasar, fugir do tédio, acalmar, sentir feliz; ou levam pessoas a interagirem, compartilharem ou consumirem emoções que remetem a confiança, alegria, felicidade, entre outras.

Por outro lado, os diversos perfis podem compartilhar conteúdos que remetem a emoções tristes, ansiedade, tédio e de alguma forma encontrar nesse espaço

apoio ou acolhimento. Também pode ocorrer o compartilhamento de emoções como o ódio em forma de julgamentos e cancelamento. Dessa forma, as pessoas vão interagir nas diversas publicações de fotos, vídeos, comentários, curtidas, sob a possibilidade de ter as emoções afetadas ou não pelas emoções alheias.

As emoções, nesse sentido, são sociais posto que podem ser produzidas na dinâmica das relações e interações entre os indivíduos em sociedade (Elias, 1994). Dessa forma, quando somos afetados por alguma emoção podemos fazer e desfazer nossos laços sociais (Scheff, 1990). Além disso, em determinados momentos, temos que controlar o que sentimos e vamos expressar diante de alguma situação (Hochschild, 2013), como ocorreu durante a pandemia com o que as pessoas compartilharam de suas vivências cotidianas.

O PERCURSO DE CONEXÃO COM OS JOVENS

Para a realização da investigação que fundamentou a elaboração deste artigo, recorremos à etnografia aplicada à Internet (Hine, 2015). O meio escolhido para a pesquisa de campo foi a rede social *Instagram*, em que estão inseridos jovens de diferentes identidades sociais e que durante a Pandemia da Covid-19 passaram a ter maior interação em seus perfis no compartilhamento de seus cotidianos, manifestação e expressão de suas emoções. Neste artigo, utilizamos como recorte as observações no campo e entrevistas realizadas com quatro jovens.

Utilizando o perfil pessoal de uma das autoras, os jovens foram selecionados por meio do perfil oficial da Universidade Federal do Piauí – UFPI (@ufpi)¹ no *Instagram* e contatados em seus perfis por meio do *Direct*. A escolha do perfil da UFPI justifica-se por ser um perfil público, que compartilha conteúdos no âmbito da educação direcionados à comunidade acadêmica interna e externa da universidade, além de apresentar um grande fluxo de interação das juventudes, onde também participamos como seguidoras.

A seleção dos perfis de onze jovens ocorreu na ordem da lista em que encontramos os seguidores do perfil @ufpi. Dessa forma, os perfis foram observados no período de 27 de julho de 2021 a 27 de junho de 2022, com o devido consentimento dos jovens em comunicação pelo *Direct* do *Instagram* e posteriormente por meio de termo de consentimento livre e esclarecido. A escolha para observação nesse período justifica-se pelo andamento da pesquisa no campo, que se iniciou no

¹ Pesquisamos que o perfil do *Instagram* @ufpi é realmente o perfil oficial da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Segundo informa o site da própria instituição: “o perfil no *Instagram* cumprirá por meio de fotos e vídeos, importante papel na divulgação de informações da UFPI para a sociedade” (UFPI, 2019).

mesmo dia da escolha dos perfis de jovens. Nesse período de vivência na pandemia ainda com restrições, estávamos iniciando a flexibilização de atividades presenciais e a liberação do calendário de vacinação para os jovens.

Utilizamos a técnica da observação participante nos perfis dos onze jovens que aceitaram participar da nossa pesquisa, para acompanhar e descrever as dinâmicas de conteúdos compartilhados por eles e suas interações estabelecidas por meio das publicações no *feed*, *stories*, vídeos, curtidas, comentários, legendas, *emojis*. A frequência de observação aos perfis ocorria à medida que as publicações eram notificadas, em sua maioria no horário noturno. De todas essas informações observadas, descrevemos os perfis dos onze jovens, onde privilegiamos as impressões e expressões das emoções compartilhadas acerca de seus cotidianos e relações sociais.

Observamos que, entre os jovens, aspectos que contemplam as dinâmicas das relações e vínculos sociais no *offline* não são compartilhados em seus perfis, assim como características relacionadas a sexualidade, idade, gênero, lugar de onde postaram, a demonstração de sentimentos que os levaram a postar ou a deixar de postar acerca de determinados momentos de suas vidas.

Dos onze perfis que descrevemos, apenas quatro jovens do sexo masculino aceitaram participar da entrevista e apenas uma jovem do sexo feminino justificou que não poderia participar da entrevista porque estava hospitalizada. Os demais jovens não manifestaram interesse ou justificaram a não participação, mas visualizaram as mensagens de nosso contato.

As entrevistas foram combinadas conforme horário e disponibilidade dos jovens e foram realizadas de forma individual com duração entre trinta minutos e uma hora, gravadas com o consentimento dos quatro jovens. Foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet* duas entrevistas no horário da noite e uma entrevista no horário da manhã. Uma entrevista foi realizada de forma presencial, no horário da manhã, na biblioteca da Universidade Federal do Piauí.

Nessa etapa, participaram quatro jovens, na faixa etária entre 21 e 24 anos, de cor branca e parda, que se consideravam de classe social entre baixa e média baixa, se identificam como homossexual, gay, bissexual. Esses jovens confirmaram que usavam o perfil, as informações das biografias, que eram estudantes da graduação da Universidade Federal do Piauí dos cursos de odontologia, medicina veterinária, química e nutrição, porém na etapa da entrevista dois jovens afirmaram ter concluído a graduação.

A entrevista ocorreu de forma semiestruturada, momento em que aprofundamos junto aos jovens as experiências sobre o início da pandemia, a flexibilização

das atividades e sobre a vacinação, os sentimentos que vivenciaram no *offline* e que compartilharam ou não em seus perfis. As suas falas foram descritas e identificadas na pesquisa como um *username* do *Instagram*.

Centralizamos os dados coletados em observação aos perfis dos jovens e durante as entrevistas. Analisamos os comportamentos e padrões dos jovens *online* e *offline*, em que mesmo vivenciando a pandemia, alimentaram os seus perfis no *feed* apenas de imagens que transmitiram emoções como gratidão, felicidade, alegria, confiança, embora tenham comentado de modo mais discreto e privado algum aspecto negativo sobre o que vivenciaram ou visualizaram em outros perfis durante a pandemia por meio da interação entre *stories* ou *Direct*.

AS VIVÊNCIAS E AS EMOÇÕES COMPARTILHADAS NO INSTAGRAM

Durante a pandemia, foram anunciadas nas mídias e redes sociais na Internet informações diversas em relação aos seus efeitos nos diversos setores da sociedade. No *Instagram*, também ocorreu o compartilhamento de vídeos, imagens e depoimentos das realidades vivenciadas pelas pessoas, que reproduziram e evidenciaram recortes de sentimentos em diferentes percepções sobre a pandemia.

Nesse contexto, relacionamos a percepção de Elias (1994) ao compreender que os contextos sociais moldam os nossos sentimentos e as regras de comportamento em relação às situações que vivenciamos. A Pandemia nos afetou emocionalmente, principalmente em relação a sentimentos como o medo, que as classes sociais vivenciaram de formas e intensidades diversas. O medo, dentre outras emoções, estava presente nas situações de morte, de solidão, de perder familiares, de ficar doente, de perder emprego, por exemplo.

Em análise dos dados coletados tanto das observações com nas entrevistas, em sua maioria, as publicações de jovens ocorriam durante o período da noite, mas também havia uma flexibilidade de publicações que ocorriam no período do dia. Além disso, o compartilhamento das publicações ocorreram principalmente em dias de segunda e sexta-feira, sábado e domingo; e estavam relacionadas com as suas rotinas de estudo, de trabalho e de lazer. Entretanto, esse fluxo não os impedia de postar a qualquer hora do dia ou qualquer dia da semana.

As formas diferenciadas em que ocorriam o fluxo de interações entre os jovens relacionamos ao entendimento de Pais (2017) sobre a condição juvenil que está associada aos diferentes espaços por onde os jovens transitam, a suas condições de acesso à Internet, ao tempo destinado a interações nos seus perfis, por exemplo.

Os jovens usaram diferentes formas para publicar e potencializar as suas imagens no *Instagram*. Por isso, quando visualizamos os seus perfis, encontramos

uma variação nas publicações, que configuravam como um mosaico apenas de imagens, de vídeos, mesclando imagens e vídeos. Também foram observadas formas que descreveram as suas publicações nas legendas com frases, sem frases, acompanhadas de *emojis*, destacando sentimentos como alegria, felicidade, gratidão, principalmente.

Dentre os conteúdos socializados nos *stories*, os jovens compartilhavam postagens acerca das relações com familiares e amigos, com seus seguidores, sobre trabalho, estudos, lazer, sexualidade e outros diversos assuntos que consumiam a atenção deles no âmbito do *Instagram*. Os *stories* funcionavam como uma espécie de diário virtual, onde os jovens registraram, compartilharam e atualizaram informações sobre si, seus sentimentos, suas experiências.

Entre os vários estilos de publicações tanto no *feed* quanto nos *stories* eram comuns as famosas *selfies* em todos os perfis dos jovens no decorrer da pesquisa. Nas *selfies*, os jovens apareceram com expressões faciais positivas e animadas, sorrindo, mostrando os dentes, fazendo caretas diversas. Entre os jovens, visualizamos mais publicações de *selfies* mostrando apenas o rosto, no espelho e sozinhos, a maioria demonstrando sorrisos e alegria.

São características diversas evidenciadas pelos perfis dos onze jovens que relacionamos com o que Sibilia (2016) atribuiu à expressão do eu. Dessa forma, os jovens atraem a interação por meio da visibilidade dada no compartilhamento de suas subjetividades e personalidades em seus respectivos perfis.

Também era comum em todos os perfis dos jovens durante a pandemia, as publicações que faziam referência à popular *hashtag* TBT (#tbt). “O dia da semana que os *Instagrammers* escolheram para publicar alguma foto do passado, que remetia a uma lembrança ou sentimento de saudade ou em postagens que foram feitas, horas ou mesmo alguns dias depois do registro da imagem” (Antunes, 2017, p. 3).

Entre as publicações de todos os jovens, o #tbt fazia referência aos sentimentos e momentos saudosos, relacionadas às suas sociabilidades nas festas, nos encontros, nas reuniões com amigos e familiares, nas viagens, nas aulas presenciais, dos momentos e situações vivenciados antes e durante a Pandemia da Covid-19.

Identificamos uma variação nas interações dos jovens utilizando *emojis*, dentre eles, os mais vistos foram: rosto com coração, rosto chorando de rir e coração. Esses *emojis* estavam presentes nas publicações tanto do *feed* quanto dos *stories*. Acerca dessa interação, interpretamos como formas de expressões de carinho, quando relacionados aos comentários que gostamos, de expressões de alegria, quando recebemos algum comentário engraçado. Ambos os *emojis*

funcionam como uma retribuição na intensidade em que significam as publicações e os comentários feitos pelas pessoas em nossas publicações ou que fazemos nas publicações em que comentamos.

As diferentes formas com que os jovens interagiam em seus perfis também podem ser relacionados ao entendimento de Recuero (2009) acerca da apropriação. Nesse sentido, a apropriação dos jovens se configurou entre as formas diversas com que eles faziam uso dos seus perfis para se comunicar, para se expressar, para interagir, para se mostrar, para se empoderar, dentre outras formas.

Em comum, os conteúdos compartilhados pelos jovens entrevistados em suas publicações continham registros sobre suas afetividades, do que estavam sentindo, em relação a suas alegrias, suas tristezas, suas angústias, suas revoltas pessoais, em suas relações sociais, no campo familiar, nos estudos, no ciclo de amizades e sobre os fatos e acontecimentos em sociedade e em relação à pandemia. Um dado que mais identificamos foi que durante a pandemia as publicações dos jovens que ficaram expostas no *feed* nos remetiam apenas a momentos positivos e agradáveis de seus cotidianos.

Dessa forma, os perfis dos jovens funcionavam como fachadas de representações (Goffman, 1985) onde eles deixaram evidenciados recortes da vivência de momentos felizes, legais para causar impressões positivas em suas publicações e consequentemente fluir pelas dinâmicas de interações entre as relações e laços sociais, configurando, assim, as trocas de capital social neste espaço, ainda que vivenciando a pandemia e seus efeitos.

Outro aspecto evidenciado em comum pelos quatro jovens durante a entrevista foi que no início da pandemia, como as sociabilidades presenciais foram afetadas pelas restrições de medidas sanitárias, utilizaram mais o *Instagram* para interagir com seus vínculos sociais nesse espaço, onde passaram a compartilhar mais sobre si, sobre os seus cotidianos, evidenciando também a expressão das suas emoções, afetividades e pensamentos sobre como estavam vivenciando a pandemia.

Embora em suas publicações os jovens tenham compartilhado momentos em diversos lugares no início da pandemia, os quatro jovens entrevistados afirmaram que estavam em Teresina, que as suas publicações e interações no *Instagram* estavam sendo feitas de suas residências. Dessa forma, o *Instagram* foi um dos meios para compartilhar e interagir sobre atividades praticadas no tempo livre durante o isolamento, como: séries, músicas, receitas, aulas, tudo aquilo que fizesse o tempo passar. Os quatro jovens entrevistados faziam vídeos e fotos do que estavam fazendo, de onde estavam, do que estavam sentindo e compartilhavam em seus perfis.

Ficou evidente que o *Instagram*, no início da pandemia, funcionou como um método de fuga, em que aumentou a apropriação desse espaço para interação, para a expressão do eu nos perfis desses jovens, sobre os seus cotidianos na pandemia, para ocupar o tempo, para se informar, para compartilhar as suas emoções e que além disso, para se relacionar com as pessoas de seus vínculos sociais que são os seus laços sociais fortes nesse espaço por conta da questão do distanciamento/ isolamento e formaram outros laços sociais à distância nessa rede social na Internet.

Identificamos, ainda, que a interação foi um dos principais motivos para os quatro jovens entrevistados aumentarem o uso do *Instagram* durante a pandemia. Um dado incomum é que, embora os jovens possuam um perfil no *Instagram*, as formas de interações variaram para mais ou para menos. Nesse sentido, o *Instagram* se tornou um dos principais meios de comunicação e expressão em compartilhar o que sentiram e de como estavam lidando com sua realidade, por meio da produção de *reels* e *stories*.

Emoções como ansiedade, medo, incerteza, foram sentidas pelos quatro jovens entrevistados que procuraram não enfatizar esses sentimentos em seus perfis, pois consideravam a pandemia um momento difícil e preferiam se relacionar e interagir sobre conteúdos positivos. Nesse sentido, a vivência na pandemia fez com que eles compartilhassem em seus perfis situações de seus cotidianos que transmitiam momentos que remetiam a sentimentos bons; ou mesmo em relação a sentimentos como a ansiedade, no que diz respeito à espera pela vacina, caracterizando o gerenciamento das emoções (Hochschild, 2013) que compartilhavam em situações que ocorriam entre o *offline* e *online*.

Durante a flexibilização das atividades, os perfis dos onze jovens postaram muitas atividades de lazer, como viagens, principalmente, idas a restaurantes, bares, praias, shoppings, festas, com os amigos, com os familiares. Havia nas postagens uma euforia de mostrar que estavam voltando a transitar em diferentes espaços, assim como nas postagens de que começaram a ser vacinados contra a Covid-19, como publicaram os onze jovens no *feed* e nos *stories*, evidenciando sentimentos como esperança, alívio, felicidade, alegria. Um dos jovens entrevistados afirmou que era importante gerar essa interação de impacto positivo para incentivar outras pessoas a se vacinarem.

Outro aspecto observado ocorreu no início das atividades presenciais na Universidade Federal do Piauí, em que alguns dos jovens passaram a compartilhar mais publicações de momentos nas dependências da universidade, de interação com os colegas e publicaram em seus perfis expressões de sentimentos como gratidão, alegria, descontração, alívio, empolgação por estar com amigos em sociabilidade

presencial. Havia entre esses jovens a empolgação em estar novamente ocupando os espaços da universidade, em mostrar a nova rotina nos espaços depois de tanto tempo assistindo as aulas na modalidade remota.

Para quatro jovens, o *Instagram* proporcionou a interação de suas emoções com os laços sociais que tinham em seus perfis durante a pandemia. Nesse sentido, as emoções estavam ligadas a um aspecto que relacionamos a Scheff (1990), no sentido de que é por meio das emoções que os laços sociais se constituem e desfazem, ao mesmo tempo em que se evidencia a existência dos laços sociais fortes e fracos (Recuero, 2009) que relacionamos à interação e à troca de capital social entre os jovens nesse espaço.

Segundo os quatro jovens entrevistados, os laços sociais se configuram em relação a interações que eles possuem entre o que é compartilhado no *feed*, nos *stories* e no *Direct*. Assim, existe uma divisão entre o que eles compartilham de si para a maior audiência que corresponde ao público que visualiza o *feed* e para as pessoas que eles consideram como laços sociais mais fortes, em que preferem compartilhar nos melhores amigos que corresponde ao público mais íntimo onde a interação transitava pela interação nos *stories* e *Direct*.

Essa interação por meio do *Direct* ao mesmo tempo que restringia ao assunto e com quais pessoas os quatro jovens entrevistados se expressaram, estava modulada por aquilo que eles postaram no *stories* e que por meio do *Direct* virava um diálogo, uma discussão, uma abertura para falar sobre o que estavam sentindo. Além disso, a interação por *Direct* dava mais liberdade, segundo evidenciaram os jovens, para a interação sobre os seus sentimentos.

Dessa forma, analisamos que tanto durante as observações quanto nas entrevistas, as expressões das emoções para os jovens passavam por um filtro do que publicavam ou não no *Instagram*, do que publicavam no *feed*, nos *stories*, identificando um autocontrole daquilo que queriam expressar, seguindo o padrão de uma etiqueta, que dita o que podia ser considerado como positivo e negativo para a dinâmica de interações entre os perfis.

Os quatro jovens entrevistados afirmaram que durante a pandemia fizeram um autocontrole das emoções que sentiram e expressaram nas publicações em seus perfis, onde não postaram tudo o que sentiram. Como, por exemplo, sentir ansiedade durante a pandemia e não expressar em seu perfil. Nesse sentido, o contexto social moldou o que esses jovens sentiram de modo que gerenciaram essa emoção para si e não compartilharam em seus perfis do *Instagram*.

Além disso, identificamos que esse gerenciamento do que postar ou não no *Instagram* não se restringiu apenas a questões pessoais, mas também profissio-

nais, quando um dos jovens entrevistados destacou que trabalhava com crianças, fazia publicações sobre os momentos de atendimento no seu trabalho e entre os seus seguidores estavam os seus clientes. Relacionamos tal situação com a perspectiva do trabalho emocional (Hochschild, 2013) e consequentemente com o gerenciamento das emoções (Hochschild, 2013) onde o sentir e o expressar pode afetar positiva ou negativamente outras pessoas, no caso do jovem entrevistado, os pacientes que o seguiam em seu perfil.

Esse controle que os jovens produziam também afetava as publicações tanto do *feed* quanto dos *stories*. Nos *stories*, ainda ocorreu uma separação entre conteúdo que compartilharam para todos os seguidores visualizarem e o que foi postado somente com os melhores amigos, que se restringia na maioria das vezes a pessoas da família, aos amigos mais próximos, tornando essa forma de interação mais restrita ainda.

Relacionamos essa percepção dos jovens com o entendimento de Goffman (1985) sobre a forma como nos comportamos, mostramos para interagir com outras pessoas. Isso implica no uso de técnicas de representação da realidade, tal como utilizamos no *Instagram*, em que por meio de nossos perfis podemos nos mostrar, o que nos favorece de mostrar determinadas situações do cotidiano, sob várias performances, como a adição de recursos de vídeo, imagens, efeitos, para satisfazer as dinâmicas de interação nesse espaço.

Identificamos entre os dados analisados que todos os jovens praticaram uma etiqueta das emoções no *Instagram* relacionada à imagem, principalmente durante a pandemia, em que o fenômeno se acentuou pelo fato de as pessoas interagirem de forma *online* sobre os seus cotidianos e consequentemente sobre as suas emoções. Os quatro jovens entrevistados afirmaram que a expressão emocional presente nas suas publicações durante a pandemia teve um significado mais emotivo por causa do isolamento no início, pela questão da incerteza, mesmo com a escolha de quais emoções compartilharam em seus perfis.

Dessa forma, relacionamos a Van Dijck (2013, p. 51), quando menciona que “etiquetar pessoas nas fotos ajuda a identificar e rastrear amigos na rede”. Em nossa pesquisa, os jovens etiquetaram as suas emoções. Embora o contexto tenha se apresentado como negativo por conta da pandemia, o objetivo da interação estava em mostrar reflexos de momentos felizes e agradáveis, afinal, todos queriam dar visibilidade à felicidade na rede social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar dados sobre as interações de jovens durante a pandemia por meio de seus perfis no *Instagram*, onde privilegiamos o aspecto das emoções compartilhadas pelas publicações de *feed*, *stories* e *reels*, pelas interações de curtidas, comentários, *emojis* e *Direct*.

Nas expressões subjetivas das emoções compartilhadas em suas publicações, identificamos que esses jovens demonstraram várias formas de interações entre os laços sociais que possuíam e com os quais se relacionaram no *Instagram*. Também identificamos que durante a pandemia, em que todos vivenciamos momentos difíceis, os jovens que participaram de entrevistas controlaram suas emoções, de modo que estavam mais interessados em compartilhar emoções positivas, suprindo a manifestação e a expressão de emoções negativas entre as publicações compartilhadas no *feed* e *stories* em seus perfis.

Compreendemos que as emoções juvenis na dinâmica de relações no *Instagram* apresentam uma etiqueta do que pode ser mostrado ou não, uma dimensão política de visibilidade que pode ser interpretada por diferentes percepções: no gerenciamento do que sentir e expressar acerca do contexto social vivenciado e dos laços sociais em que são compartilhados determinados sentimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Bianca. (2017). #tbt e o problema da instantaneidade e do imediatismo no *Instagram*. *Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba/PR. <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1512-1.pdf> (acesso em: 13/06/2021).
- BLOG INSTAGRAM. (2021). *Explicando melhor o funcionamento do Instagram*. <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works> (acesso em: 04/10/2022).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). *Pesquisa Nacional* por Amostra de Domicílios PNAD: Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal. Brasil. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados> (acesso em: 04/10/2022).
- CASTELLS, Manuel. (2003). *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- ELIAS, Norbert. (1994). *O processo Civilizador: uma História de Costumes*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- FEIXA, Carles. (2014). *De la Generación @ a la # Generación: La Juventud en la Era Digital*. Barcelona: Nuevos Emprendimientos Editoriales.

- GOFFMAN, Erving. (1985). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- HINE, Christine. (2015). Por uma etnografia para a Internet: transformações e novos desafios. Entrevista concedida a Bruno Campaneira. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 9, n.2, (p.167-73).
- HOCHSCHILD, Arlie. (2013). “Trabalho Emocional, Regras de Sentimentos e estrutura social”. In: COELHO, Maria Cláudia (org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- PAIS, Machado; LACERDA, Miriam; OLIVEIRA, Vitor. (2017). Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em educação – uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, s/v, n. 64, p. 301-13.
- PIZA, Mariana Vassalo. (2012). *O fenômeno do Instagram: considerações sobre perspectivas tecnológicas*. Monografia (Ciências Sociais). Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- RECUERO, Raquel. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- SCHEFF, Thomas J. (1990). *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- SIBILIA, Paula. (2016). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. (2019). UFPI no Instagram. Disponível em <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/6505-ufpi-no-Instagram> (acesso em 04/10/2022).
- VAN DIJCK, Jose. (2013). *The culture of connectivity: a critical histories of social media*. Nova York: Oxford University Press.

As *sugar babies* são empresas e os *sugar daddies* são investidores-anjo: uma análise sobre os relacionamentos *sugar* e suas vinculações com elementos de uma racionalidade neoliberal*

Sugar babies are companies and sugar daddies are angel investors: an analysis of sugar relationships and their links with elements of a neoliberal rationality

Jorge Leite Júnior^a, Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa^b

Resumo Os *relacionamentos sugar* heterossexuais são compostos pelos *sugar daddies* e pelas *sugar babies*. A ajuda financeira é um fator imprescindível para essas configurações, uma vez que elas presumem cenários em que um *sugar daddy* arca com os gastos financeiros e aspirações de consumo de uma *sugar baby* conforme as negociações que ambos fazem entre si ao decorrer do vínculo. Majoritariamente, essas pessoas se conhecem através de sites de relacionamentos que prometem conectá-las. Este artigo apresenta uma análise acerca das diferenças, como as de gênero, classe, raça e idade, e de uma racionalidade neoliberal em *relacionamentos sugar*, exprimindo o percurso de uma etnografia realizada em contextos digitais que coletou e analisou os seguintes dados: 1) Perfis de *sugar babies* em um site de busca por *relações sugar*; 2) Entrevistas com *sugar babies*; 3) Publicações do site em suas vias digitais de divulgação. De modo geral, constata-se que esses relacionamentos se configuram mediante hierarquias sociais fundamentadas em desigualdades de gênero, classe e raça, e visualiza-se a operacionalidade de uma racionalidade neoliberal que inculca nesse meio o empreendedorismo de si como condição fundamental para o encontro do par ideal.

Palavras-chave Relacionamentos *sugar*. Sites para relacionamentos. Mídias digitais. Racionalidade neoliberal. Diferenças.

Abstract *Heterosexual sugar relationships consist of sugar daddies and sugar babies. Financial support is an essential factor in these configurations since they presuppose*

* Este artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2021/14306-0).

a Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Email para contato: jorgeleite@ufscar.br.

b Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Email para contato: brunohbab@estudante.ufscar.br.

scenarios in which a sugar daddy bears the financial expenses and consumption aspirations of a sugar baby, according to the negotiations that both make with each other during their bond. Mostly, these people meet through dating sites that promise to connect them. This article presents an analysis of differences, such as those of gender, age, and race, and of a neoliberal rationale in sugar relationships. An ethnography, carried out in digital contexts, collected and analyzed the following data: 1) Profiles of sugar babies on a sugar dating site; 2) Interviews with sugar babies; 3) Publications of the site in its digital dissemination channels. In general, it appears that these relationships are configured through social hierarchies based on gender, class and racial inequalities, and the operability of a neoliberal rationality is observed, which inculcates self-entrepreneurship in this environment as a fundamental condition for the match of the ideal pair.

Keywords *Sugar relationships. Dating sites. Digital media. Neoliberal rationality. Differences.*

MULHERES EMPRESAS E HOMENS INVESTIDORES: UM PREÂMBULO AO UNIVERSO AÇUCARADO

No Brasil, os *relacionamentos sugar*¹ foram popularizados em meados de 2015, ano em que foi inaugurado um site de relacionamentos especializado para a procura desse tipo de relação. Pouco a pouco, o tema passou a ser abordado pela televisão brasileira, tanto a partir de sua teledramaturgia, quanto do seu jornalismo. Como pudemos observar desde o início da pesquisa, a qual se desdobra desde julho de 2021, o fenômeno vem sendo difundido nas mídias digitais a partir de sites e aplicativos destinados para a busca de uma *relação sugar*.

No universo heterossexual, esse relacionamento é composto pelo intermédio de uma mulher que se nomeia como *sugar baby* e de um homem que se intitula como *sugar daddy*². Um fator imprescindível que fundamenta essa configuração é a ajuda financeira, uma vez que a *relação sugar* presume um cenário em que o *sugar daddy* financie a *sugar baby* conforme as negociações que ambos fazem entre si ao decorrer do vínculo.

Esse compromisso econômico pressupõe que o homem auxilie a mulher em suas ambições profissionais e aspirações de consumo, conjuntura na qual um *sugar daddy* pode prover quantias monetárias para os gastos mensais de uma

1 Todas as palavras e frases estilizadas em itálico neste texto aludem aos termos e aos relatos enunciados pelo campo de pesquisa.

2 Existem *relacionamentos sugar* entre pessoas do mesmo gênero, além de relações entre *sugar mommies* e *sugar babies* homens.

sugar baby, como: mensalidades de uma faculdade privada, custos de moradia e alimentação, cursos de idiomas ou especialização, intervenções estéticas e cirúrgicas, dentre outras despesas. Ademais, existe uma ideia de que os *sugar daddies* poderiam auxiliá-las em seus processos de desenvolvimento pessoal e profissional por intermédio de conselhos e ajudá-las na ampliação de redes de *networking*, considerando as experiências desses sujeitos no universo corporativo.

Para além do auxílio financeiro, espera-se que os *sugar daddies* e as *sugar babies* possuam algum grau de compatibilidade afetiva entre si e busquem construir um relacionamento amoroso com trocas igualitárias de amor e sexo. Os sujeitos que buscam um *relacionamento sugar* apenas por dinheiro são nomeados de *salt daddies* e *salt babies* pelo campo de pesquisa³. Portanto, esse meio considera que uma *relação sugar legítima* é aquela em que ambos os amantes se propõem a criar laços de afeto associados aos acordos monetários.

O modelo sobre o qual se assenta os *relacionamentos sugar* não é tão inédito e distinto em relação a outros já explorados pelas ciências sociais. Por exemplo, Viviana Zelizer (2005, p. 8; 2009, p. 154) e Miriam Adelman (2011, p. 135) demonstram como o dinheiro e a lógica econômica estão conectados com diversas relações sociais que envolvem afeto, como os familiares, as de amizade e as amorosas. Do mesmo modo, os trabalhos de Adriana Piscitelli (2010, p. 108; 2011, p. 9) apresentam há décadas relacionamentos transnacionais que envolvem simultaneamente amor, sexo e ajuda financeira. De qualquer modo, o que é novo e específico no cerne das *relações sugar* é o fato de a busca por elas e a procura por informações se edificarem em um segmento digital de exploração comercial na linha de sites e aplicativos para a procura de parceiros.

Este artigo versa sobre as diferenças, como as de gênero, classe, raça e idade, e a racionalidade neoliberal presente em *relações sugar*, apresentando uma etnografia realizada em contextos digitais que analisou os seguintes dados: 1) Perfis de *sugar babies* no Raro Talismã, um site de busca por *relações sugar*; 2) Entrevistas com *sugar babies*; 3) Publicações do site em seu *blog* oficial e em suas redes sociais digitais de divulgação⁴. Nesse panorama, esta investigação se soma a uma série de pesquisas brasileiras que relaciona os usos sociais da tecnologia com estudos de gênero e sexualidade, propondo-se, de modo singular, a investigar os manuseios de mídias digitais para a procura de *relacionamentos sugar* no Brasil.

3 *Salt* significa sal em inglês. A palavra é usada para contrapor com *sugar* que quer dizer açúcar em nosso idioma.

4 A entrada no site para a coleta dos perfis e as entrevistas realizadas foram feitas somente pelo mestrandro.

SISTEMATIZAR E ORGANIZAR A SUA VIDA COMO SE ELA FOSSE UMA EMPRESA: EMPREENDEDORISMO DE SI EM UM SITE PARA RELACIONAMENTOS SUGAR

Durante o século XIX, o liberalismo disparou seus esforços contra o Estado mercantilista e suas corporações, promovendo a edificação de um novo sistema intelectual político-econômico. Posteriormente, ao longo da segunda metade do século XX, as crises petrolíferas dos anos 1970 e a dificuldade do Estado em promover a regulação monetária e fiscal provocou a queda da autenticidade do modelo fordista de produção e o descrédito da proposta keynesiana de controle estatal da economia, o que engendrou o período que se nomeia de reestruturação produtiva (Harvey, 1992, p. 135).

É nessa fase que floresce o neoliberalismo nos Estados Unidos, atacando as propostas liberais, sobretudo, aquelas que propunham a intervenção estatal na economia. Em geral, os teóricos neoliberais defendem a privatização das empresas estatais, dos serviços e das políticas públicas, como as referentes à educação, trabalho, saúde, previdência social, dentre outras. Por esse ângulo, o Estado seria o vilão responsável pela dívida pública e pela desigualdade social. Logo, a regulamentação das atividades econômicas e produtivas deveria ficar apenas a cargo do setor privado, pois seria a partir da livre iniciativa dos indivíduos que promoveríamos não somente o equilíbrio econômico, mas também a prosperidade individual e a igualdade social (Dardot, Laval, 2016, p. 136).

No Brasil, o neoliberalismo se estabeleceu acentuadamente nos anos 1990 com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Paulo Nogueira Batista (2009, p. 5), o país passou a se orientar por políticas neoliberais a partir do *Consenso de Washington*, documento elaborado por economistas de instituições financeiras localizadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Esse consenso teve como finalidade produzir recomendações para as economias dos países latino-americanos, sugerindo que eles passassem a se orientar por princípios neoliberais (Batista, 2009, p. 10).

Tendo como contexto o neoliberalismo, uma vasta bibliografia das ciências humanas discute em que medida a sua racionalidade e a lógica econômica capitalista pode moldar os padrões de comportamento do campo dos afetos e das emoções. Em outras palavras, considera-se que as lógicas que regem o universo empresarial produzem efeitos sobre os corpos, edificando modelos que os indivíduos são estimulados a seguir não somente quando transitam em âmbitos laborais, mas igualmente quando se relacionam e buscam parceiros para laços amorosos e/

ou sexuais (Illouz, 1997, p. 186; 2007, p. 18; 2019, p. 24). Sendo assim, o neoliberalismo pode ser simultaneamente pensado enquanto um sistema cultural produtor de subjetividades, emoções e afetos para além de ser considerado um fenômeno indutor de práticas governamentais e dinâmicas econômicas.

Esse panorama nos indica que a esfera das relações produtivas e a dos afetos não são universos independentes e regidos por lógicas distintas e impermutáveis, e sim, que são mundos que se intersectam conjuntamente⁵ (Adelman, 2011, p. 135; Zelizer, 2005, p. 8; 2009, p. 154). Além disso, esse enquadramento teórico nos aponta que o entrelaçamento entre intimidade e mercado não se insere de modo causal e hierárquico, como se esse cruzamento fosse configurado por relações unilaterais ou de causa e efeito. Em outras palavras, o neoliberalismo não engendra determinantemente as subjetividades e as relações sociais vivenciadas no âmago da esfera dos afetos e das emoções, pois, nem todas as nossas vivências foram colonizadas pelo mercado⁶ (Illouz, 1997, p. 186).

Na intersecção do mercado capitalista com as emoções e a sexualidade, Eva Illouz ressalta há décadas que o amor romântico passa, no que ela nomeia de pós-modernidade, a absorver uma lógica e um vocabulário oriundo da esfera econômica. Em *Cold intimacies: the making of emotional capitalism* (2007, p. 18), a autora apresenta de que modo um discurso empresarial e uma narrativa feminista incidiram efeitos na esfera dos relacionamentos ao longo do último século, gerando um constante processo de racionalização e inspeção sobre as ações e emoções consumadas no entorno de elos românticos.

Ao analisar a biografia de Oprah Winfrey (2003, p. 16) e a construção da personagem Anastasia Steele do romance erótico *Cinquante nuances de grey* (2014, p. 48), Eva Illouz exibe os modos pelos quais determinadas produções culturais e literaturas de autoajuda acionam uma narrativa egocentrada de emancipação feminina mediante o modelo de uma mulher de sucesso, incutindo ao público leitor a ideia de liberdade sexual e de empoderamento feminino a partir de personagens

5 Segundo Weber (1982, p. 376), apesar de as esferas sociais serem, em algum nível, autônomas e possuírem lógicas e éticas próprias de funcionamento, elas também se entrelaçam na modernidade, estabelecendo afinidades eletivas entre si.

6 Ressaltamos tais constatações nos últimos dois parágrafos para reforçarmos que apesar de concebermos a racionalidade neoliberal como pano de fundo para os *relacionamentos sugar*, não a consideramos como algo causal para a conformação dos mesmos, como se as lógicas do mundo do trabalho precarizado se plasmassem como fatores integrais e determinantes na vida daqueles que buscam ou estão em uma relação como essa, uma vez que existem outros elementos que se entrelaçam com o neoliberalismo enquanto um princípio de realidade do mundo, como os referentes ao âmbito dos afetos e das emoções.

que atingiram seus apogeu de trabalho e prazeres simplesmente pelo intermédio dos seus próprios esforços autônomos e empreendedorismos de si.

Edgar Cabanas e Eva Illouz (2022, p. 11) apresentam que o capitalismo comercializa copiosas *emodities*, produtos culturais que difundem ideais individualistas de saúde mental, felicidade, amor, inteligência emocional e autoestima. Portanto, os bens culturais veiculados em um extenso mercado de autoajuda fornecem referências para as pessoas se aprimorarem na esfera do trabalho e do amor, fontes essas que supostamente viabilizariam a conquista da felicidade e de um relacionamento próspero⁷. Em um contexto abundante de digitalização e dataficação da vida (Segata, Rifiotis, 2021, p. 187), e de uma internet cada vez mais incorporada, corporificada e cotidiana em nossas existências (Hine, 2015, p. 19), o neoliberalismo reverbera seu padrão de subjetividade para um extenso mercado dos afetos designado por inúmeros serviços comerciais digitais para a busca de parceiros.

Richard Miskolci (2017, p. 259) e Larissa Pelúcio (2019, p. 215) demonstram a existência de uma economia do desejo que se manifesta no cerne de aplicativos e sites de relacionamentos. Desta forma, as buscas digitais se estruturam a partir dos valores que circundam o mundo do trabalho precarizado e o mercado financeiro. Os afetos em tempos tecno-neoliberais se constituem em um processo que Pelúcio (2022) nomeia de “uberização do amor”, o qual se baseia na desigualdade de gênero e no individualismo, exigindo nos sujeitos uma ampla competência emocional [...] para se lançar no mercado dos afetos como empreendedoras/es que deveriam saber administrar seus sentimentos e potencializar suas habilidades emocionais (Pelúcio, 2022, p. 206). A partir desse panorama, podemos compreender que para maximizar seus prazeres, ser feliz ou encontrar um par perfeito, o consumidor alvo desses serviços comerciais digitais precisa ser um empreendedor de si.

As mídias digitais são o resultado de um desenvolvimento tecnológico adjunto a uma experiência histórica de expansão da internet comercial que, apesar de continuidades qualitativas, se define em contraposição às possibilidades de participação e criação referenciadas no cerne das mídias analógicas. Diferentemente das mídias analógicas, e sobretudo, com o advento das tecnologias portáteis de acesso à internet, as mídias digitais e seus usos generalizados se caracterizam por oportunidades de criação, compartilhamento e reprodução, nos quais, os usuários

7 Isso não quer dizer que esses produtos solucionam as inseguranças enfrentadas pelos amantes em relacionamentos afetivos, pois os inserem em uma lógica de mercado, reproduzindo, no campo da sexualidade, as mesmas incertezas e angústias das relações encontradas no contemporâneo universo do trabalho flexível, uberizado e orientado por políticas neoliberais (Illouz, 2019, p. 11; Pelúcio, 2022, p. 206).

usualmente assumem papéis de protagonismo manifestos em suas posições de criadores e consumidores.

Desde o último século, a produção de novas tecnologias digitais é acompanhada de anseios otimistas e libertários, seja dos seus desenvolvedores, de interesses políticos, da comunidade científica ou da sociedade civil. Geralmente, as expectativas que permeiam a criação de inovações tecnológicas acompanham discursos corporativos, sobretudo, de empresas localizadas na região do Vale do Silício⁸ (Loveluck, 2018, p. 83; Sadin, 2016, p. 41). No início dos anos 2000, o aprimoramento do que se nomeia no *marketing* como *web 2.0* se designou pela abertura de oportunidades para a criação de conteúdos em contextos digitais, possibilitando fenômenos diferentes daqueles da *web 1.0*, tendo em vista que a partir do século XXI, nos transferimos para um quadro tecnológico que se caracteriza aquém de um simples consumo de informações em sites e redes sociais digitais, mas igualmente por ambientes em que os usuários se tornam produtores de conteúdo (Baym, 2011, p. 384).

De qualquer forma, Nancy Baym (2011, p. 399) destaca que um elemento substancial que circunda a *web 2.0* é que os conteúdos são engendrados pelos usuários, mas, em contrapartida, são controlados por grandes corporações e interesses de mercado. Nessa lógica, as plataformas digitais comumente se fundamentam em um modelo de negócios que vende a ideia de que há liberdade no curso do perambulo digitalmente mediado e executado pelos usuários, além de frequentemente advogar a concepção de que elas expandiriam as possibilidades de si e empoderariam os usuários, inserindo-os em uma posição horizontal de aparente protagonismo. Tal narrativa pode se solidificar para trabalhos subordinados por meio de plataformas digitais, como a *Uber*, em ativismos digitais em redes sociais como o *Facebook* e *Instagram*, e em sites de buscas por parceiros afetivo-sexuais (Abílio, Amorim, Grohmann, 2021, p. 27; Miskolci, 2021, p. 29; Pelúcio, 2022, p. 206; Schradie, 2017, p. 86).

Sendo assim, seja a partir da ideia de compartilhamento igualitário entre consumidores e produtores no âmago da plataformação do trabalho, ou seja, através da utopia da democracia digital e da fantasia do par perfeito, esses serviços comerciais digitais advogam que as trocas entre seus usuários e desenvolvedores são feitas entre iguais, e que todos podem auferir possibilidades de criação, participação e desenvolvimento pessoal. Tal narrativa corporativa mascara a oligopolização da internet e o acirramento de um capitalismo da vigilância, acentuando

⁸ O Vale do Silício se situa no sul da região da Baía de São Francisco, no estado da Califórnia, Estados Unidos. Esse território é um local que abriga diversas empresas globais de tecnologia, como *Facebook*, *Google* e *Apple*.

a legitimação de novas formas de controle e exploração social ao apontar somente as promessas de liberdade, satisfação e realização pessoal por meio de aplicativos e redes sociais digitais⁹ (Loveluck, 2018, p. 83; Sadin, 2016, p. 41; Schradie, 2017, p. 89; Zuboff, 2019, p. 508).

A partir de textos em seu *blog* e pequenos vídeos em redes sociais digitais de divulgação, como o *Instagram* e o *TikTok*, o Raro Talismã anuncia sua proposta: conectar *sugar babies* e *sugar daddies* em uma perspectiva de relações afetivas horizontais e de benefício e compartilhamento mútuo. As postagens veiculam a ideia de que ser uma *sugar baby* é sinônimo de desprendimento frente à situação de classe, pois o *daddy* seria um atalho para o crescimento profissional da *baby*.

Para além de poder pagar cursos profissionalizantes para uma *sugar baby*, a idealização vendida pelo site é a de que a presença do *sugar daddy* enquanto um parceiro auxiliaria na criação e/ou ampliação de redes e habilidades profissionais, considerando que esse homem está inserido em posições elevadas no mundo do trabalho, possuindo contatos profissionais promissores, e podendo ajudar sua parceira a conquistar bons empregos ou ocupações avantajadas. Além disso, considerando sua inserção enquanto dono de empresas ou em cargos de gerência nessas ambientes, ele também poderia ser uma espécie de mentor profissional para sua *sugar baby*, fornecendo dicas, conselhos e ensinamentos acerca do mundo empresarial, e aprimorando, consequentemente, as competências e habilidades laborais da *sugar baby*.

Em sentido similar, uma *relação sugar* poderia fornecer uma abertura para essa mulher se empoderar e se livrar das garras machistas e limitantes de relacionamentos convencionais com homens mais novos e potencialmente imaturos, pois o *sugar daddy* seria um homem maduro e experiente que estabeleceria uma conexão sadia com a sua parceira além de auxiliá-la profissionalmente¹⁰.

Ainda que com figuras propagandísticas que, geralmente, somente apresentam mulheres brancas e magras portadoras de um padrão de beleza socialmente hegemônico em cenários deslumbrantes (Silva, 2020, p. 73), o site veicula que

9 Ao elaborarmos tais apontamentos, não nos aproximamos de um determinismo tecnológico apresentado por Baym (2015, p. 24), o qual consideraria os sujeitos como inativos em relação às tecnologias e incapazes de lidar ou transformar seus impactos potencialmente nocivos. Destacamos que como qualquer outro artefato tecnológico socialmente modelado (Mackenzie, Wajcman, 1999, p. 3), a internet e seus serviços são compostos por interesses, políticos, econômicos e culturais, cabendo ao pesquisador explorar seus usos sociais e analisar suas contradições em produzir efeitos positivos e negativos simultaneamente (Miller, Horst, 2015, p. 103).

10 De modo geral, todas essas crenças do ideário *sugar* foram replicadas durante as entrevistas realizadas com as *sugar babies*. Elas qualificam as possibilidades de crescimento profissional e pessoal a partir de um *sugar daddy* como sinônimos de agência, independência, empoderamento feminino e liberdade.

seus serviços comerciais serviriam para quaisquer públicos femininos independentemente das diferenças entre eles, bastando que as usuárias invistam sobre si mesmas para alcançar o *sugar daddy* ideal. Tal investimento se refere a certas habilidades corporais e culturais que essas mulheres têm que perseguir para serem vitoriosas nesse meio *sugar*. Em diversas publicações, os conselhos se referem a modos de se aperfeiçoar corporalmente de acordo com padrões hegemônicos de beleza, maneiras de se portar em um sentido generificado, e a caminhos que elas podem percorrer para aprimorarem seus arcabouços culturais expressos em conhecimentos gerais do mundo empresarial, da história, da política nacional e internacional e da economia global.

Em suma, verifica-se que uma *sugar baby* deve efetuar um intenso trabalho emotivo e introspectivo para ser uma parceira desejável, executando uma capitalização de si em diversas esferas da vida que supostamente promoveria o encontro de um *provedor* perfeito. Por esse ângulo, o modelo de *relacionamento sugar* comercializado pelo Raro Talismã se aloca em repertórios da racionalidade neoliberal ao se permear de narrativas que incitam as *sugar babies* a um empreendedorismo de si para alcançar os *sugar daddies* e ascender profissionalmente, como se bastasse suas agências individuais para a conquista de tal objetivo, independentemente de quaisquer recortes de gênero, raça, corpo e idade.

Deste modo, essa empresa se comercializa a partir da ideia de que seus serviços digitais seriam alternativas excepcionais para driblar as desigualdades de classe e gênero reproduzidas no cerne do sistema capitalista. Assim como outros ramos de exploração comercial na linha de aplicativos e redes sociais digitais como aqueles relacionados ao mundo do trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, o Raro Talismã se ostenta e se comercializa em suas publicações como uma viabilidade não somente para o encontro de um “amor verdadeiro”, mas igualmente como uma oportunidade inédita para o sucesso profissional.

JÁ SOFRI AMEAÇAS DE PROCESSO JUDICIAL EM RAZÃO DISSO: DESAFIOS ETNOGRÁFICOS E PERCURSOS ESTRATÉGICOS DE PESQUISA¹¹

A primeira entrevista dessa pesquisa ocorreu com Letícia, uma *sugar baby* que foi *influencer* de *relacionamentos sugar* no *Instagram*¹². Mulher branca,

11 Agradecemos os comentários preciosos de Larissa Pelúcio, Carolina Parreiras, Patrícia Pavesi e Cristiane Vilma de Melo sobre questões éticas implicadas no desenvolvimento desta etapa da pesquisa.

12 *Influencer* é um termo êmico utilizado na internet para se referir às pessoas que possuem uma abundância de seguidores e os inspiram a partir dos seus ideais e estilos de vida. Não foi possível explorar o porquê de ela ter desativado seu perfil, considerando que ele ainda estava ativo

cisgênera e heterosexual, autodeclarada como *mestiça/oriental*, ela possui um filho, vive em um Estado da Região Sul do Brasil, é advogada há mais de 10 anos e casada há quase um ano com um *sugar daddy* que conheceu no Raro Talismã.

Esse site de relacionamentos averigua todos os perfis cadastrados e possui critérios de avaliação para permitir a entrada de usuárias em sua plataforma. Frequentemente no *Instagram*, Letícia advertia para suas seguidoras que é necessário criar outro perfil se a *baby* estiver na fila de espera por mais de um mês. Semelhantemente às recomendações publicitárias do site, quase todas as *sugar babies* me contaram que para conseguir ser aceita rapidamente é necessário que: 1) As fotos pessoais sejam bem nítidas e sem efeitos gráficos, ilustrando a *sugar baby* dos ombros ao topo da cabeça; 2) As paisagens de fundo podem ser diversas, desde que sejam favoráveis ao enquadramento do rosto da usuária; 3) As imagens não podem estampar vestimentas que possuam decotes ou que sejam socialmente reputadas como vulgares; 4) As descrições de perfil devem ser sucintas, diretas e objetivas, e precisam apresentar um *português correto*.

Letícia me disse que as *sugar babies* podem ser banidas da plataforma, caso saiam do molde esperado após serem aceitas no site. Fiquei curioso em saber se ela achava que o mesmo aconteceria com os *sugar daddies*. A *influencer* me disse que esses usuários nunca sofrem algum tipo de punição nas redes sociais *sugar* porque “*a mão é sempre mais favorável pra quem tem poder aquisitivo, isso em qualquer lugar, na nossa justiça, na nossa sociedade e nas plataformas não é diferente*”.

Ao longo de nossa entrevista, Letícia me disse que não basta que a *sugar baby* coloque fotos de alta definição e uma descrição convincente em seu perfil para ser aprovada rapidamente no Raro Talismã, pois existem alguns elementos sociais operando na velocidade da análise e no próprio aceite em si: “*Se ela for loira ou ruiva, a chance é maior de aprovação. E são coisas que eu não coloco ali no perfil se não fica muito claro a discriminação e eu já sofri ameaças de processo judicial em razão disso*”.

Perguntei se essas ameaças vieram de alguma rede social *sugar*. Sem titubear, ela me respondeu de modo assertivo: “*Isso! Das plataformas. Então, eu não exponho essa parte da forma como eu estou expondo pra você justamente porque já sofri o risco de processo judicial*”. Essas declarações pautaram minha decisão de inserir um nome fictício às colaboradoras de pesquisa e à rede social

quando conversamos. Atualmente, Letícia usa outra conta no *Instagram* para postar conteúdos referentes a seu estilo de vida, dia a dia e comércio online de vestimentas.

sugar, visando proteger não somente as interlocutoras, mas também me preservar de ameaças que poderiam advir da plataforma. De modo similar, e objetivando que elas não sejam identificadas, as localizações geográficas das entrevistadas não são publicizadas diretamente ao decorrer desta exposição.

A minha primeira tentativa de entrada nesse campo de pesquisa se deu no início de julho de 2021. A princípio, me cadastrei no Raro Talismã me apresentando como um pós-graduando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. O site forneceu duas opções de cadastro para mim, no caso, *sugar baby* ou *sugar daddy*. Refleti que seria prudente me registrar como *sugar baby*, alternativa que eu mais me encaixaria.

Ao me cadastrar como *sugar baby*, tive que passar pela já mencionada fila de espera. Esperei algumas semanas e meu perfil continuou na fila, isto é, não foi aceito. Depois de um tempo, percebendo que eu tinha caído em um limbo digital, me esforcei novamente para criar um perfil mais convincente. Desta vez, refleti que o site não obteria vantagens econômicas ao aceitar uma pessoa realizando pesquisa acadêmica no seu âmago. Portanto, decidi não me anunciar como pesquisador no registro, me comprometendo em me declarar como tal após o aceite no site. Mesmo assim, não fui aceito novamente.

Durante esse período de espera, me dei conta que mesmo aprovado com ou sem um perfil de pesquisador, eu não conseguiria acessar os perfis das *sugar babies*, dado que enquanto um *sugar baby*, eu apenas poderia visualizar perfis de *sugar mommies* e *sugar daddies*. Sendo assim, decidi tentar acesso às possíveis colaboradoras de pesquisa por intermédio de mídias digitais correlatas, pois já tinha visto anteriormente a presença de *sugar babies influencers* no *Instagram*.

A primeira entrevista da pesquisa realizada com Letícia me abriu as portas para conhecer outras *sugar babies* em um movimento gradativo de recomendações uma das outras conforme eu realizava as entrevistas. Em um certo momento, decidi pedir ajuda para Beatriz, uma colaboradora de pesquisa bastante gentil, que ao longo de nossa entrevista, tinha me dito que era uma *máquina de aprovar perfis* no Raro Talismã¹³. Relatei para ela que eu não conseguia ser admitido no Raro Talismã mesmo após algumas tentativas e estratégias. Beatriz sugeriu que eu criasse um *perfil fake*¹⁴ de *sugar daddy* para entrar no site e conseguir acesso ao público-alvo desta pesquisa, ou seja, as *sugar babies*. Outra recomendação foi

13 Beatriz é uma mulher cisgênera, branca, heterossexual e educadora que reside em um Estado da Região Sul do Brasil. Assim como Letícia, ela também possui um filho.

14 *Perfil fake* é um termo êmico na internet utilizado para se referir a um tipo de conta criada para ocultar a identidade “real” de um usuário.

a de que eu poderia criar um *perfil fake* de *sugar baby*, pedindo fotos de alguma amiga e utilizando as mesmas descrições do perfil dela para ser aceito no site.

Refleti que utilizar um *fake* me inseriria em graves problemas éticos de pesquisa. Portanto, decidi criar um perfil vazio, isto é, me registrei sem colocar fotos e descrições de perfil, visando me distanciar da criação de uma identidade falsa. Além disso, não entrei em contato com nenhuma *sugar baby*¹⁵. Cheguei a pensar que eu poderia me anunciar como pesquisador após o cadastro como *sugar daddy*. De qualquer modo, tive receio ao pensar que meu perfil poderia ser banido e/ou que eu poderia receber alguma espécie de notificação judicial pelo site.

O primeiro passo no cadastro no Raro Talismã é informar se você é um *sugar daddy* ou uma *sugar baby*. Os *sugar daddies* podem entrar livremente sem preencher os longos dados de perfis, como fotos e características corporais. Mesmo com o cadastro aceito rapidamente, eles possuem um acesso limitado, considerando que não podem ler mensagens enviadas pelas *sugar babies* e tampouco entrar nos perfis delas para visualizar os elementos dos mesmos. Com essas restrições, eles somente conseguem ver uma área central do site composta pela disposição de diversos perfis das usuárias.

Para ter um acesso básico no site, o *sugar daddy* precisa contratar um tipo de assinatura que pode variar de R\$299 a R\$999 mensais. Os dois montantes podem ser menores conforme os pacotes de 3 ou de 6 meses que o *sugar daddy* pode contratar e conseguir descontos. Os perfis que pagam mais caro ficam em destaque em uma aba da rede social. Já os que arcam com os valores menores apenas dispõem de um acesso minimamente funcional, como trocar e visualizar mensagens.

A admissão de uma *sugar baby* no site pode ocorrer mediante um único pagamento que varia na média de R\$250. Após pagar, o campo desta pesquisa menciona que o aceite no site é bem rápido. Após aceita no Raro Talismã, uma *sugar baby* pode contratar uma espécie de pacote *premium* que a habilita estar em destaque em uma aba do site. O pagamento dessa assinatura é opcional. Fora a opção de pagar um valor único para entrar, a única alternativa após o cadastro é esperar ser aceita e ficar em uma espécie de fila de espera. Nessa fila, a *sugar baby* não consegue visualizar e acessar nada quando realiza o *login* no Raro Talismã, apenas se depara com uma notificação de que seu perfil está em análise pelo site.

¹⁵ Adiciono que pelo fato de não ser um perfil pago, não é possível visualizar as mensagens que as *sugar babies* enviam.

O Raro Talismã advoga que a fila de espera serve para filtrar os perfis que entram na plataforma e provocar uma melhor experiência de usuário. Em suas vias de divulgação digital, o site ressalta que cada cadastro é averiguado por uma equipe que trabalha 24 horas analisando os perfis registrados e evitando a entrada de pessoas em busca ou fornecendo serviços sexuais. Além disso, o Raro Talismã relata que o aceite da *sugar baby* depende da quantidade de *sugar daddies* em sua localização geográfica¹⁶.

Ao longo de nove entrevistas, foi perguntado para as *sugar babies* o que elas achavam da fila de espera. Algumas mencionam que a fila é apenas para *enrolar a menina e fazer ela pagar pra entrar*, poucas assimilam e aceitam as justificativas da plataforma e outras não dialogaram muito sobre essa questão por terem sido aceitas rapidamente no site. Ainda que não seja uma regra, notei que as usuárias brancas de faixa etária entre 18 e 25 anos conseguem ser admitidas sem delongas na rede social *sugar*. As *sugar babies* que se autodeclararam para mim como *fora do padrão* não obtêm êxito em serem aceitas rapidamente no site. Muitas esperam meses e nunca são admitidas na plataforma, como no caso de Marcela, uma mulher cisgênera, bissexual e autônoma que vive na Região Sul do Brasil. Essa colaboradora de pesquisa se autodeclarou como *parda* e relatou que não foi aprovada em redes sociais *sugar* mesmo após algumas tentativas.

O Raro Talismã não notifica as usuárias se os seus perfis cadastrados foram negados, tampouco disponibiliza justificativas individuais para a reprovação. As *sugar babies* deduzem que seus cadastros não foram aceitos por ficarem muito tempo na fila de espera, e comumente tentam criar outros perfis. Fiquei curioso para saber o que Marcela pensa sobre suas desaprovações nas plataformas, indagando-a: *Por que você acha que ainda não foi aceita?* Marcela pensa, mas responde rapidamente: *Olha, primeiro cadastro que eu fiz, eu acho que eu não coloquei umas fotos muito condizentes com a plataforma. Na segunda, porque eu não sou padrão?! Porque o que a plataforma procura são mulheres padrão, né? (...) Eu já vi que algumas meninas entram, elas pegam fotos de mulheres padrões, aí elas colocam lá na plataforma, e depois que elas são aceitas, elas tiraram as fotos e colocam as delas.*

Esse relato ilustra nitidamente que as mulheres socialmente reputadas como *fora do padrão*, como aquelas que não são brancas ou magras, não são admitidas no site e comumente optam por pagar a taxa única de entrada para conseguirem

¹⁶ Não é possível afirmar se essa seleção é realmente feita por pessoas que trabalham avaliando os perfis cadastrados ou se é efetuada por algum gênero de inteligência artificial e algorítmica.

entrar no Raro Talismã, como ocorreu com Débora, mulher branca, pedagoga, cisgênera e heterossexual de 31 anos que vive em um Estado da Região Centro-Oeste do Brasil. Débora me disse que já foi insultada por um *sugar daddy* na plataforma por ela ser considerada uma mulher *mais velha*. Considerando essas declarações, vemos que o Raro Talismã possui uma seleção de perfis consoante as diferenças, sobretudo àquelas assentadas em corpo, pertencimento étnico-racial e idade.

TEM TODOS OS TIPOS POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS: SUGAR BABIES, DIFERENÇAS E RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Carlos é o *sugar daddy* marido de Letícia. O colaborador de pesquisa é um homem cisgênero de 51 anos, heterossexual, branco e empresário no setor de tecnologia. Em nossa entrevista, ele me contou que os *relacionamentos sugar* permitem discrição, segurança e tranquilidade para os *daddies* casados, pois a *baby* se insere no elo sabendo o seu papel e os limites que existem em se relacionar com um homem comprometido. Cansado da rotina monótona do seu outro casamento, Carlos pesquisou por sites para “pessoas casadas” na internet.

Para o público masculino, os *relacionamentos sugar* representam uma possibilidade de fuga da vida conjugal monogâmica, uma oportunidade para reviver uma sexualidade serial que é comumente interpretada como um atestado de masculinidade e virilidade para os homens. Financiar uma *sugar baby* é mais barato que custear diferentes trabalhadoras convencionais do sexo na semana, além de proporcionar um namoro fixo com troca de afetos, cuidado e carinho.

No plano simbólico, relacionar-se com uma *baby* também é vantajoso, considerando que essa personagem não é vista por esse campo como uma *prostituta*, distanciando-se, portanto, da indústria do sexo. Ao não performar a figura moralizada de trabalhadora do sexo, a *sugar baby*, enquanto uma jovem sonhadora, não seria aquela pessoa que percorre os guetos urbanos e os espaços historicamente condenados às sexualidades e aos estilos de vida dissidentes.

No Brasil, diversos segmentos e sujeitos que circulam em diferentes mercados do sexo tentam se distanciar do estigma da prostituição, como a pornografia e o *webcamming* (Caminhas, 2021, p. 6). No caso de *relações sugar*, a troca de afetos e de emoções romanceadas entre *sugar babies* e *sugar daddies* é uma ferramenta utilizada pelo Raro Talismã e pelas mulheres entrevistadas para distanciarem suas vivências de alguma modalidade de trabalho sexual.

Nessa lógica, a separação entre a esfera do mercado e a dos afetos é feita pelo campo de pesquisa para fundamentar o argumento de distanciamento que

ele tenta realizar para se diferenciar da indústria do sexo ou de qualquer modalidade de trabalho sexual. Essa empreitada é efetuada a partir da justificativa de que nos *relacionamentos sugar* se estabelecem vínculos afetivos e experiências romanceadas para além de negociações utilitárias, contexto que, do ponto de vista do campo, os diferenciaria, em geral, de quaisquer serviços sexuais (Gunnarsson, Strid, 2021, p. 9; 2022, p. 313; Nayar, 2017, p. 337; Scull, 2020, p. 151; 2022, p. 11; Upadhyay, 2021, p. 6).

Ao mesmo tempo que efetua tal separação a partir do argumento supracitado, o campo arbitrariamente também sincretiza as esferas, efetuando boas combinações entre intimidade e economia (Zelizer, 2009, p. 154), advogando que a união das duas é o pilar de sustentação de uma *relação sugar*, tanto para o seu funcionamento, quanto para sua legitimação enquanto um vínculo autêntico e promissor¹⁷.

Quando perguntei para Carlos como eram as *sugar babies* que ele via no Raro Talismã antes de se casar com Letícia, ele me respondeu com uma leve risada: “Ah, tem de tudo que é tipo.” Prolongo a pergunta solicitando que ele especificasse um pouco mais o perfil delas e a resposta veio em seguida: “Olha, eu posso dizer que têm todos os tipos possíveis e imagináveis, né? Tem, tem pessoas que normalmente tão buscando auxílio financeiro. Principalmente buscando auxílio financeiro! Acho que é o primeiro ponto. Tem pessoas com ensino super baixo, ensino médio e pessoas com faculdade, formadas já, então assim, posso te dizer que não existe um padrão, tá?”.

Ao longo dos 6 dias de exploração etnográfica, registrei 50 perfis de *sugar babies* em pasta protegida com senha no meu notebook pessoal. Os perfis se caracterizam pela anunciação de aspectos físicos e estilos de vida dispostos em abas com diversas opções. As opções a serem escolhidas pelas consumidoras e consumidores são dadas pelo próprio site. Isso quer dizer que não há um espaço para digitação livre e sim apenas alternativas que o Raro Talismã fornece. A possibilidade de digitar se concretiza apenas nas abas obrigatórias de preenchimento como: “Frase de apresentação”; “Sobre mim”; “O que está procurando?”.

Os dados expressos em estilo de vida e aspectos físicos a serem obrigatoriamente preenchidos pelas *sugar babies* são: idade; cidade; altura; estado civil; filhos;

17 Apesar de funcionarem a partir de dinâmicas que permeiam outros mercados do sexo, permitindo-nos efetuar comparações e visualizar tendências da indústria do sexo no seu âmago (Gunnarsson, Strid, 2021; p. 9, 2022, p. 313; Nayar, 2017), os *relacionamentos sugar* e suas integrantes não se confundem prontamente com “prostitutas”, “acompanhantes” e/ou “garotas de programa”. Defini-los se baseando em outros serviços oferecidos nos mercados do sexo relegam a compreensão de suas particularidades a segundo plano, sendo sociologicamente prudente explorar sua organização e estruturação singular (Scull, 2020, p. 151; 2022, p. 11).

formação acadêmica; profissão; à procura de; fumo; bebida; gosta de viajar?; tipo de corpo; tom de pele; cabelo; cor dos olhos. “À procura de” se refere a uma espécie de indagação sobre a orientação sexual, ainda que o site permita ser preenchida somente por “homens”, “mulheres” ou “homens e mulheres”. “Fumo” e “Bebida” são para as usuárias responderem com que intensidade e frequência ingerem bebidas alcoólicas ou fumam.

Além disso, ainda que seja em um cadastro de *sugar baby*, as alternativas para diversas perguntas são retratadas no masculino. Por exemplo, as respostas possíveis para tipo de corpo e tom de pele, são: magro; médio; musculoso; em forma; um pouco acima do peso; grande e amoroso e branco/caucasiano; pardo/mulato; negro/afrodescendente; latino/hispânico; asiático japonês; asiático chinês; asiático coreano; asiático outros; indiano; oriente médio e outros.

Os aspectos referentes à classe social não são possíveis de serem coletados nos perfis das *sugar babies* porque não há uma opção para elas declararem suas rendas. Nesse sentido, as questões relacionadas à classe social das *sugar babies* foram exploradas durante as entrevistas que realizei com as mulheres que obtive acesso por indicações iniciadas por Letícia. Essa última colaboradora me contou que sua renda familiar ultrapassa cinquenta mil reais. As demais interlocutoras de pesquisa relataram possuir uma renda de no máximo cinco mil reais, subtraindo as mesadas dos seus *sugar daddies*. Algumas que ainda estão procurando um *sugar daddy*, possuem rendas de até dois mil reais, e duas das entrevistadas me relataram estar sem renda¹⁸.

Encontrei apenas 2 perfis de *sugar babies* acima de 30 anos no Raro Talismã. Visualiza-se uma presença maior de mulheres que possuem a faixa etária de 20 a 28 anos. Segundo algumas usuárias entrevistadas e conforme o discurso publicitário das redes sociais *sugar*, não existe uma idade definida como regra para ser uma *sugar baby* ou um *sugar daddy*. Apesar disso, é evidente que as mulheres acima de 30 anos possuem mais dificuldades para serem admitidas na plataforma, restando a opção de pagar para entrar no Raro Talismã, como ressaltei ao falar de Débora, ou mesmo acrescentando aqui o caso de Marcela, que me disse que ainda não conseguiu entrar porque não quer pagar.

18 Ainda que opcional, os *sugar daddies* declararam suas classes sociais a partir das abas “renda mensal” e “patrimônio pessoal”. A título de exemplo, as opções variam de “R\$10 mil” a “R\$150 a R\$500 mil” ou “Ok, eu sou muito rico” em renda mensal. Em patrimônio pessoal, é possível inserir “menos de R\$100 mil” até “mais de R\$100 milhões”. Não há nenhum tipo de verificação por parte do site sobre essas informações serem verídicas ou não.

A maioria delas são solteiras, sem filhos, estão à procura de homens e cursando o ensino superior. Visualizei apenas uma que se define como divorciada, quatro que procuram homens e mulheres e oito que possuem somente o 2º grau. É possível constatar que nesse meio existem muitas estudantes buscando meios de sustentar seus estudos, como apareceu na maioria dos relatos que ouvi durante as entrevistas.

Apenas nove delas possuem ao menos um filho. Apesar de eu não ter encontrado nenhum perfil de mulher casada, Letícia e Beatriz me disseram que existem mulheres casadas ou namorando nesse meio, o que, segundo elas, é *quase regra para os sugar daddies*, ou seja, é comum que eles estejam procurando relações extraconjugais. Ademais, as ocupações profissionais delas são bem variadas. Uma grande parcela se insere na opção “outras” que não especifica a atuação laboral.

A maior parte delas se definem entre as opções de magra, média ou em forma. Coletei apenas um perfil de usuária que inseriu a opção “acima do peso”. De modo similar, apenas uma das entrevistadas, a Beatriz, se definiu como *Baby Plus*, referindo-se à *plus-size*. Ademais, 70% delas se definiram a partir da opção “branco/caucasiano”, 20% como “pardo/mulato”, 6% como “negro/afrodescendente” e 4% como “outros”.

Durante as entrevistas, as colaboradoras de pesquisa definem os *sugar daddies* como homens maduros, educados e generosos. Nos termos de Letícia, são investidores-anjo que valorizam suas companheiras e reconhecem os potenciais delas, ao passo que objetivam não somente ajudá-las financeiramente, mas também auxiliá-las em seus processos de profissionalização e desenvolvimento pessoal, fornecendo conselhos acerca do mundo do trabalho e gestão de empresas. Nesse panorama, o site e as interlocutoras relatam que para conquistar o *daddy* ideal e auferir os benefícios que ele pode proporcionar, requer-se um empreendimento corporal e subjetivo. Portanto, a *baby* deve se adereçar com roupas e acessórios discretos, cuidar do seu cabelo e unhas, ser educada, gentil e retida e se inteirar acerca de atualidades do mundo e de elementos sociais e culturais das classes abastadas.

Imagine que você é uma pequena empresa com um grande potencial. Você enxerga que tem um grande potencial e o sugar daddy é o investidor anjo. E ele vê em você esse grande potencial ele quer investir. Só que você, a empresa, não sabe onde quer chegar. Não tem um plano, de metas, negócios, objetivos claros e definidos. E aí você dispensa aquele investidor porque você não sabe bem o que você quer da vida. E o investidor vai partir para o próximo investimento. E lá na frente você fala: “Putz! Eu devia ter feito tal coisa”, só que aí

você perdeu o investidor, perdeu a oportunidade. Se você não sabe onde você quer chegar, eu não vou te dizer, o teu daddy também não vai dizer, só que você provavelmente vai se arrepender (Relato coletado em agosto de 2021 no Instagram de Letícia).

Nessa lógica, as colaboradoras de pesquisa invocam a mesma racionalidade mercadológica e generificada veiculada pelo Raro Talismã, crendo ser a partir de um empreendedorismo de si que elas encontrarão e manterão um *sugar daddy*. Foi recorrente ouvir as colaboradoras reproduzirem uma culpabilização de si por não alcançarem um *sugar daddy* ideal. Em uma perspectiva egocentrada e assentada na racionalidade neoliberal, algumas falam que ainda não encontraram seus *provedores* porque existem elementos nelas que precisam ser identificados e aprimorados.

Laura, uma mulher cisgênera bissexual de 21 anos, é estudante de graduação, mora em uma cidade pequena da Região Centro-Oeste do país e se autodeclarou como *parda* na entrevista. Em suas narrativas, ela me explicou que ainda não encontrou um *sugar daddy* porque não se dedicou para isso de modo vivaz. Inclusive, ela me disse que nossa conversa foi benéfica para ela refletir sobre *o que precisa melhorar*¹⁹.

Apesar da forte presença de relatos que denotam o *sugar daddy* como atalho para o sucesso profissional, Laura significa o *relacionamento sugar* como sinônimo de realização pessoal no amor. Nessa lógica, esse tipo de relação imerso em um ramo digital de comodificação dos afetos parece conseguir vender para as usuárias o já conhecido ideal romântico que veicula a utopia do par perfeito. Simultaneamente, esse site igualmente conquista seu propósito invocando nas suas usuárias as fantasias neoliberais da contemporaneidade que elas cabalmente replicam, expectando que será através da prática empreendedora de si que elas atingirão um *sugar daddy*, e consequentemente, o sucesso profissional e a emancipação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente que se trata de um segmento digital de exploração comercial e que é um fenômeno socialmente modelado como qualquer outro, mesmo antes de efetuar o trabalho de campo ou as entrevistas, havia a desconfiança da narrativa

¹⁹ A responsabilização da mulher pelo sucesso e gestão emocional dos relacionamentos é um elemento histórico que se estende para o amplo mercado online dos afetos (Illouz, 2019, p. 25).

de que nesse campo de pesquisa haveria possibilidades para todas as mulheres vivenciarem um *relacionamento sugar*. Os dados das entrevistas e do trabalho de campo no Raro Talismã demonstram que a maioria das mulheres que se inserem nesse segmento são brancas e socialmente consideradas jovens e magras. Essas usuárias já possuem uma inserção no ensino superior, performam papéis de gênero baseados em um sistema binário e portam algum tipo de capital cultural que um homem cisgênero e heterossexual de classe média alta ou de elite espera.

Apesar de se distanciarem em algum nível das idealizações veiculadas pelo Raro Talismã, as *sugar babies* replicam constantemente as fantasias publicitárias do site, esperando que será a partir de um intenso empreendedorismo de si que elas encontrão o investidor ideal. Nesse sentido, a rede social *sugar* e suas usuárias operam de modo complementar em uma sistêmica conjuntura comoditizada dos afetos. Ambas esperam funcionar em seus propósitos comerciais e/ou pessoais: de um lado, vender um serviço comercial digital, e de outro, alcançar o empoderamento feminino e a ascensão profissional em um contexto político-econômico contemporâneo permeado pelo universo do trabalho flexível, uberizado e orientado por políticas neoliberais.

Para Letícia, o sucesso profissional e pessoal foi atingido. Casou-se com um *sugar daddy* e abriu sua própria empresa online. Débora anseia conseguir a ajuda de um *provedor* para abrir sua própria clínica de massagens. Embora tenha se separado do seu *daddy*, Beatriz quer se profissionalizar cada vez mais e, quem sabe, inaugurar seu próprio negócio em uma capital da Região Sul do Brasil. Marcela também quer abrir sua própria empresa, mas mal conseguiu entrar na plataforma. Laura deseja mudar de vida, sair de sua cidade atual que a limita profissionalmente e encontrar seu verdadeiro amor.

Concerne a essa pesquisa em andamento o objetivo de visualizar se as finalidades dessas pessoas se concretizam empiricamente. Em outros termos, convertendo em pergunta uma frase afirmativa invocada veemente pelo campo de pesquisa, fica a questão: os *sugar daddies* são atalhos para as *sugar babies* alcançarem seus sucessos profissionais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila.; AMORIM, Henrique.; GROHMANN, Rafael (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- ADELMAN, Miriam (2011). Por amor ou por dinheiro? Emoções, discursos, mercados. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 117-38.

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/43>
(acesso em 18/04/2023).

- BATISTA, Paulo Nogueira (2009). “O consenso de e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira (org.). *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 115-62.
- BAYM, Nancy (2011). “Social Networks 2.0”. In: CONSALVO, Mia.; ESS, Charles (orgs.). *The handbook of internet studies*. Hoboken: Wiley-Blackwell, p. 384-405.
- BAYM, Nancy (2015). *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press.
- CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora.
- CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira (2021). Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 64, n. 1, e184482, p. 1-22. <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- GUNNARSSON, Lena.; STRID, Sofia (2022). Chemistry or service? Sugar daddies' (re)quest for mutuality within the confines of commercial exchange. *The Journal of Sex Research*, v. 59, n. 3, p. 309-320. <https://doi.org/10.1080/00224499.2021.1952155>
- GUNNARSSON, Lena.; STRID, Sofia (2021). Varieties of sugar dating in Sweden: content, compensation, motivations. *Social Problems*, spab063. <https://doi.org/10.1093/socpro/spab063>
- HARVEY, David (1992). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- HINE, Christine (2015). *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury Academic Publishing.
- ILLOUZ, Eva (2007). *Cold intimacies: the making of emotional capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- ILLOUZ, Eva (1997). *Consuming the romantic utopia: love and the cultural contradictions of capitalism*. Berkeley: University of California Press.
- ILLOUZ, Eva (2014). *Hard romance: Cinquante Nuances de Grey et nous*. Paris: Éditions du Seuil.
- ILLOUZ, Eva (2003). *Oprah Winfrey and the glamour of misery: an essay on popular culture*. New York: Columbia University Press.
- ILLOUZ, Eva (2019). *The end of love: a sociology of negative relations*. Oxford: Oxford University Press.

- LOVELUCK, Benjamin (2018). *Redes, liberdades e controle: uma genealogia política da internet*. Petrópolis: Vozes.
- MACKENZIE, Donald; WAJCMAN, Judy (1999). "Introductory essay: the social shaping of technology". In: MACKENZIE, Donald; WAJCMAN, Judy. *The social shaping of technology*. Philadelphia: Open University Press, p. 3-27.
- MILLER, Daniel; HORST, Heather (2015). O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. *Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 91-111. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334> (acesso em 18/04/2023).
- MISKOLCI, Richard (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MISKOLCI, Richard (2017). *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica.
- NAYAR, Kavita Ilona (2017). Sweetening the deal: dating for compensation in the digital age. *Journal of Gender Studies*, v. 26, n. 3, p. 335-346. <http://dx.doi.org/10.1080/09589236.2016.1273101>
- PELÚCIO, Larissa (2019). *Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Annablume.
- PELÚCIO, Larissa (2022). A uberização do amor - aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico. *Revista TOMO*, Sergipe, n. 41, p. 199-232. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi41.17480>
- PISCITELLI, Adriana; et al (2011). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU.
- PISCITELLI, Adriana (2010). "Gringas ricas": viagens sexuais de mulheres europeias no Nordeste do Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 79-115. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012010000100003>
- SADIN, Éric (2016). *Silicolonisation du monde: l'irrésistible expansion du libéralisme numérique*. Le Kremlin-Bicêtre: L'échappée.
- SCHRADIE, Jen (2017). Ideologia do Vale do Silício e desigualdade de classe: um imposto virtual em relação à política digital. *Parágrafo*, São Paulo v. 5, n. 1, p. 85-99. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/564> (acesso em 18/04/2023).
- SCULL, Maren (2020). "It's its own thing": a typology of interpersonal sugar relationships scripts. *Sociological Perspectives*, v. 63, n. 1, p. 135-58. <https://doi.org/10.1177/0731121419875115>

- SCULL, Maren (2022). Sugaring as a deviant career: modes of entering sugar relationships and social stigmas. *Deviant Behavior*, v. 43, n. 12, p. 1-23. <https://doi.org/10.1080/01639625.2022.2061391>
- SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (2021). Digitalização e dataficação da vida. *CIVITAS: revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 2, p. 186-92. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.40987>
- SILVA, Caroline Rodrigues (2020). *As sugar babies e os relacionamentos afetivos monetários: a (res) significação da atividade do sexo a partir do mundo sugar*. Dissertação (mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- UPADHYAY, Srushti (2021). Sugaring: understanding the world of *sugar daddies* and sugar babies. *The Journal of Sex Research*, v. 58, n. 6, p. 775-84. <https://doi.org/10.1080/00224499.2020.1867700>
- WEBER, Max (1982). “Rejeições religiosas do mundo e suas direções”. In: GERTH, Hans.; MILLS, Charles Wright (orgs.). *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 371-410.
- ZELIZER, Viviana (2005). *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press.
- ZELIZER, Viviana (2009). Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 32, p. 135-57. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vxhJpXpdCxhYZYKGn8yRnLS/?format=pdf&lang=pt> (acesso em 18/04/2023).
- ZUBOFF, Shoshana (2019). *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs.

Redes de solidariedade e práticas de resistência através de interações online e offline entre familiares de pessoas encarceradas

Solidarity networks and resistance practices through online and offline interactions between family members of incarcerated people

Alana Barros Santos^a 

Resumo Diversos trabalhos têm demonstrado a relevância das redes sociais *online* como mediadoras e produtoras de vínculos entre pessoas que convivem nos arredores das prisões. Este artigo, se propõe a avançar no campo dos estudos prisionais ao olhar etnograficamente para o contexto da Penitenciária Feminina alagoana. O principal objetivo é analisar como são produzidas redes de solidariedade e práticas de resistência entre os familiares de pessoas encarceradas, matizadas por interações *online* e *offline*. Secundariamente, reflito sobre os usos das tecnologias de comunicação e analiso como as redes sociais, especificamente um grupo de *WhatsApp*, e os celulares têm sido articuladores das possibilidades de contato, bem como das formas de organização e de resistência entre esses sujeitos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de trabalho etnográfico; registros de campo escritos, em áudios e imagens. Por fim, o artigo apresenta questões (in)conclusivas sobre a construção das relações em campo feita na/através da internet durante a pandemia da covid-19, indagando sobre os “saberes localizados” incógnitos da pesquisadora em um grupo de *WhatsApp*.

Palavras-chave Presídio Feminino. Famílias. WhatsApp. Redes de solidariedade. Antropologia Digital.

Abstract Several works have demonstrated the relevance of online social networks as mediators and producers of bonds between people living in the surroundings of prisons. This article proposes to advance in the prison studies by looking ethnographically at the context of the Women’s Penitentiary of Alagoas. The main objective is to analyze how solidarity networks and resistance practices are produced among family members of incarcerated people, nuanced by online and offline interactions. Second, I reflect on

^a Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

the uses of communication technologies and analyze how social networks, specifically a WhatsApp group, and cell phones have articulated the possibilities of contact, as well as forms of organization and resistance between these subjects. The research was developed through ethnographic work; written, audio and image field records. Finally, the article presents (in)conclusive questions about the construction of field relations made on/through the Internet during the covid-19 pandemic, inquiring into the “localized knowledge” of the researcher in a WhatsApp group.

Keywords Women’s Prison. Families. WhatsApp. Solidarity Networks. Digital Anthropology.

Nas primeiras horas de uma manhã de quarta-feira em julho de 2021, ao desbloquear o celular para verificar as notificações de mensagens no WhatsApp, vejo que o grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé” já estava movimentado com as trocas de áudios. O motivo era o novo comunicado feito por uma funcionária do presídio feminino: as famílias seriam autorizadas pela gestão do Sistema Prisional a levar novos objetos para as suas parentes encarceradas na penitenciária Santa Luzia até a sexta-feira daquela semana. Seriam permitidos tintura de cabelo preta, casaco branco sem botão (por conta do inverno), um secador e uma chapinha para servir a todas as mulheres do módulo 1 e 2, extensão e produtos para selagem no cabelo.

Como a notícia surgiu após o dia de entrega da feira² (que estavam ocorrendo uma vez por mês), alguns familiares que não moravam em Maceió passaram a se preocupar com a informação de última hora e como fariam o trajeto de entrega dos materiais fora da agenda de visitas familiares. No grupo, há pessoas que moram em Recife, São Miguel dos Campos, Ibatéguara, Penedo, entre outros municípios. O custeio de passagens até a penitenciária Santa Luzia pode variar entre 30 e 200 reais por dia. Além disso, a maioria depende de uma rotina de trabalho que não os permite se ausentar durante a semana.

Após os pedidos de ajuda de familiares que não moravam na capital alagoana, algumas mulheres se dispuseram a ajudar as famílias que residiam em outros municípios e estados. Kátia³, fez o trajeto até o centro da cidade algumas vezes

1 No decorrer do texto apresentarei o grupo de maneira mais detalhada.

2 O termo “feira” significa os alimentos, materiais de higiene e limpeza que a gestão do Sistema Prisional permite que as famílias levem para as suas parentes encarceradas.

3 Substituirei os nomes reais por fictícios para preservar a identidade das/dos meus/minhas interlocutoras/interlocutoras. Cheguei até o contato de Kátia através de um amigo psicólogo que trabalhava em uma ONG organizada em torno da defesa dos direitos humanos da população prisional.

para comprar as encomendas que as famílias foram pedindo para ela através do WhatsApp. Jane, que reside próximo à penitenciária, se ofereceu para levar as mercadorias de quem não poderia se deslocar até a Cidade Universitária⁴ na sexta-feira pela manhã.

No decorrer dos dias, o assunto principal no grupo girou em torno das aquisições desses objetos: onde comprar mais barato; a maneira de marcar as roupas e as encomendas com os nomes e celas das mulheres; quem levaria até o presídio; quais as quantidades e embalagens dos produtos que eram autorizadas, dentre outras muitas dúvidas e acertos. As famílias, através do grupo, se apoiaram e construíram caminhos solidários para suprir suas familiares presas, apesar da instabilidade na produção das informações e normativas instauradas na prisão feminina.⁵

O objetivo deste artigo é investigar metodológica e analiticamente como são produzidas as relações entre os familiares de pessoas encarceradas no Presídio Feminino de Alagoas, matizadas por interações *online* e *offline*. Essas questões surgiram da minha trajetória de pesquisa em instituições de encarceramento desde 2016. E mais recentemente no contexto do Sistema Prisional Feminino em Alagoas e no acompanhamento de um grupo de *WhatsApp*. Interessada nas tramas afetivas que constituem redes de solidariedade, organização e resistência entre pessoas encarceradas e seus familiares.

No início de abril de 2021, fui adicionada ao grupo de *WhatsApp*⁶ “Guerreiros e Guerreiras da Fé”, composto por familiares de pessoas encarceradas na Penitenciária Feminina Santa Luzia através de uma das mães, Kátia, conhecida por ser uma “liderança” entre as famílias do Sistema Prisional em Alagoas. Mesmo com sua filha em *liberdade*, Kátia, mulher negra e empregada doméstica, continua alimentando a rede *online* de comunicação que ela mesma criou para responder

⁴ Nome do bairro onde fica localizada a Penitenciária Feminina de Alagoas, que está situada próximo a Universidade Federal.

⁵ Trecho de diário de campo, 15 de julho de 2021.

⁶ Ao entrar no grupo me apresentei, por mensagem de texto e por áudio. Falei sobre minha trajetória, meu processo de formação e a pesquisa de doutorado. Fui recebida por membros do grupo com mensagens de boas-vindas e perguntas mais específicas sobre o que eu pretendia fazer com a pesquisa. Percebi que fui confundida, em alguns momentos, como uma possível assistente social ou funcionária do Sistema. Os familiares me pareceram ansiosos por essas explicações na expectativa que eu também os ajudasse na comunicação entre eles/elas e as mulheres presas. Foi preciso que eu explicasse mais de uma vez qual era meu trabalho, o que eu pretendia fazer e explicitar de maneira mais enfática de que forma eu poderia ajudá-los ou não. Certamente, tais apresentações e explicações irão ser reiteradas durante todo o período de pesquisa.

uma demanda que antes fora sua e agora é vivenciada por outros homens e mulheres que se conheceram nos portões da prisão.



Figura 1. Fotografia da frente do Presídio Feminino de Alagoas, que é a imagem de capa do grupo de WhatsApp.

Passei a acompanhar dia e noite a rotina de comunicação que movimenta o grupo, feita através das trocas de áudios, regra estabelecida entre os membros para incluir as pessoas que não sabem ler e/ou escrever. Essa característica de comunicação me chamou atenção para uma dimensão que revela a importância do WhatsApp na vida cotidiana em países da América Latina, como os estudos de Cruz e Harindranath (2020) demonstraram. O WhatsApp tornou-se uma infraestrutura econômica e comunicativa central em todas as classes com distintos graus de alfabetização, por permitir a comunicação através de chamadas, trocas de áudio, vídeos e videochamadas, assim como, *emojis*, imagens, adesivos, *gifs* e memes. Ampliando e democratizando as formas comunicativas através de interações *online* a partir de múltiplas linguagens. O WhatsApp tem se consolidado como uma ferramenta de mediação fundamental para a vida social, econômica e cultural (Cruz, Harindranath, 2020).

Para os familiares de pessoas encarceradas, essa ferramenta tem possibilitado a ampliação das suas formas de comunicação e articulação, integrando tanto as trocas de informações, fundamentais para o cotidiano de quem acompanha um familiar aprisionado, como as afetivas, que sustentam emocionalmente esses sujeitos. De forma que me interesso por compreender como são tecidas essas relações que se moldam na vida *online* e *offline*, conectando dos muros da prisão aos interiores das casas dos familiares.

O grupo possui uma média de 80 membros, pessoas que residem em distintos bairros de Maceió, em cidades do interior de Alagoas, além de estarem diluídas em

outros estados do Brasil. Familiares de pessoas que estão cumprindo suas penas ou esperando julgamento, algumas estão presas há dois/três anos, outras há poucos meses. Por isso o fluxo de informações é constante. Quem já tem experiência de acompanhar a rotina da prisão há mais tempo ensina para os familiares que foram adicionados recentemente ao grupo. Nas trocas de mensagens, também é comum os questionamentos sobre como enviar cartas ao presídio, qual o número de contato da assistente social, qual o dia de fazer o cadastro das visitas, e outras indagações sobre a logística do Sistema Prisional.

Da mesma maneira, o grupo também funciona como um espaço para desabafos sobre as dificuldades na relação com os/as advogados/as, a demora de respostas do judiciário ou as péssimas condições de habitação, alimentação e saúde que suas parentes enfrentam dentro da prisão: *Elas estão fracas ali dentro, sem uma vitamina C, sem uma vitamina D. Mal toma um banho de sol, fracas sem se alimentar direito, as vezes não come nem um feijão. Se pegar uma gripe-zinha, pronto, já era, é coronavírus*⁷.

As condições de sobrevivência dentro do Sistema Prisional, que já eram desafiadoras antes da pandemia da COVID-19, no contexto pandêmico se apresentaram ainda mais problemáticas e angustiantes. Segundo Padovani (2020), as atenções voltadas para o genocídio, intensificado pela pandemia, foi sedimentado nas estatísticas que evidenciaram como mortes e adoecimentos atingiram predominantemente as populações negras e pobres. O Sistema Carcerário, sem dúvida, é integrante dos “aparatos tecnológicos que faz/deixa morrer homens e mulheres pobres, negros/as ou racializadas pela territorialidade dos bairros, regiões, países que os/as localizam socialmente” (Padovani, 2020, p. 10).

Até o final de maio de 2021 as famílias estavam sem visitas presenciais, sem poder levar a *feira* e com pouquíssimas informações sobre o estado de saúde de suas familiares presas. Não se comunicavam por vídeo chamada ou ligação⁸. O raro contato que se tinha era através de cartas e não era fácil de enviar e receber respostas. Nesse contexto, o grupo de *WhatsApp* também se tornou um importante instrumento de interação entre os familiares, bem como palco das mobilizações em torno das precariedades da Penitenciária Feminina. Nadja, umas

7 Desabafo de uma das mães no grupo do *WhatsApp* em junho de 2021.

8 Essa medida foi adotada em alguns estados do Brasil durante o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19, como por exemplo no Mato Grosso e em São Paulo, como alternativa as visitas presenciais. Para que fosse garantido o direito dos/das reeducandos/das ao recebimento de visitas e o contato com os familiares.

<http://www.sesp.mt.gov.br/-/14143570-governo-de-mato-grosso-garante-visitas-virtuais-para-reeducandos> (acesso em: 15/12/2022).

das mães que aguardava o julgamento de sua filha há mais de um ano, enviou um áudio convocatório do grupo no dia 06 de abril de 2021: *A gente faz protesto pelo menos pra feira entrar. Todo mundo se junta e corre pra porta do Sistema e diz: “a gente tá fazendo protesto pra feira entrar”, quando a reportagem chegar. É assim que faz, bora se juntar todo mundo.*

Ao acompanhar o fluxo de comunicações e diálogos que cotidianamente circulavam através do grupo, passei a perceber como a experiência do encarceramento impacta a vida das pessoas encarceradas e seus familiares, que estão inseridos em “processos de precarização da vida” (Butler, 2018), geralmente induzidos e reproduzidos pelas próprias instituições estatais, como por exemplo, o Sistema de justiça, as polícias, o judiciário e a gestão do Sistema Prisional. Butler (2018) define como esses processos adaptam populações, com o passar do tempo, a insegurança e a desesperança. Esses sentimentos estiveram presentes nos relatos de uma das mães, que me enviou a seguinte mensagem de áudio:

Ficam jogando spray de pimenta nas celas, teve uma delas que até internada foi com a garganta e o nariz na carne viva [...] isso é desumano, gente. Eu disse pra minha filha que a parti de hoje eu ia começar as novas denúncias sobre isso aí, eu não vou me calar. Mesmo quando a minha filha saí dali eu não vou parar por aí, eu vou continuar [...] sobre o alimento é igual, horrível, que nem um cachorro come as comidas.

As narrativas que representam a indignação e a insegurança frente as condições precárias de sobrevivência dentro dos muros da prisão, parecem estar associadas as respostas que buscam meios de resolução dessas demandas, por exemplo, através do protesto e da denúncia, ou seja, do ato de “não se calar”. Segundo Natália Lago (2019), a prisão é produtora das tensões que atravessam os caminhos dessas mulheres, assim como também é parte constitutiva das ferramentas mobilizadas por elas para deslizar entre tensões e perseguir seus projetos de vida (Lago, 2019a; 2019b). Em concordância, enxergo a prisão como um campo alargado que concebe múltiplos limites físicos, mas também possibilidades de agência. Por isso, analiso as redes de solidariedade tecidas entre as pessoas presas e os seus familiares, que possibilitam um fluxo constante de informações, cuidados, objetos e pessoas.

A PESQUISA NA/ATRAVÉS DA INTERNET: O OLHAR INCÓGNITO DA PESQUISADORA.

Para aprofundar a apresentação sobre o grupo de WhatsApp “Guerreiros e Guerreiras da Fé”, torna-se necessário conhecer a Penitenciária Feminina de

Alagoas. No último boletim divulgado pela SERIS/AL (Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas) em junho de 2022 havia 141 pessoas encarceradas na Penitenciária Feminina Santa Luzia, entre condenadas e provisórias. Alagoas possui apenas uma unidade prisional feminina, situada na capital Maceió. É, portanto, nessa prisão onde estão reclusas todas aquelas que foram apreendidas no Estado, além de algumas pessoas que estão cumprindo suas penas em Alagoas. Dessa forma, no grupo de familiares estão inseridas pessoas de vários municípios e de outros Estados que enfrentam as jornadas de visitas⁹ para acompanhar suas parentes presas.

Desde abril de 2021, acompanho esse grupo de *WhatsApp* interessada na interlocução com as pessoas que passam a compartilhar da trajetória de encarceramento de suas familiares. A partir do grupo, também é possível tecer interlocução com pessoas egressas do Sistema, que ao *ganhar liberdade* se tornam membros. A pesquisa realizada através de redes sociais *online*, por exemplo, no *WhatsApp*, me exige um rigor ético e metodológico tanto no recolhimento dos dados, como no processo de análise. A luz das produções do campo da “antropologia digital”, comprehendo a internet como “campo, contexto e ferramenta de pesquisa, composta pelas muitas relações que se desenvolvem nela e a partir dela” (Lins, Parreiras, Freitas, 2020, p. 6), produzindo reflexões sobre as relações de pesquisa *online* e *offline* a partir “dos modos como os sujeitos dão sentido às suas práticas, aos seus usos e às relações que estabelecem” (Lins, Parreiras, Freitas, 2020, p. 3) com a internet e seus dispositivos móveis.

O mergulho etnográfico apresentado neste artigo, iniciado durante a pandemia da covid-19, me levou a navegar em águas desconhecidas e intrigantes na busca de formas alternativas para lidar com um trabalho de campo feito através do distanciamento físico-social. Ao me indagar sobre as possibilidades de “estar” em relação com meus interlocutores de pesquisa, passei a refletir sobre os significados da minha inserção no grupo de *WhatsApp* dos familiares de pessoas encarceradas no Presídio Feminino em Alagoas. Experiência moldada a partir da relação entre o meu corpo de mulher negra, cisgênero, heterossexual, pesquisadora e cientista social e a diversidade de corpos dos/das meus/minhas interlocutores/ras.

Apesar de ter experienciado algumas breves interações no grupo, eu não costumava participar dos diálogos. O meu repertório cotidiano não me possibilitava contribuir com as conversas que circulavam no grupo. Por exemplo, eu

9 Atualmente, em razão da pandemia da covid-19, as visitas familiares e entregas de feiras acontecem apenas duas vezes no mês. Diferente do período anterior a pandemia que as visitas aconteciam semanalmente.

não tinha uma familiar encarcerada, por isso as informações sobre o que, como e quando levar nas *feiras* ou sobre os dias de visita íntima e social, entre outras coisas que fazem parte do dia a dia dos meus interlocutores, eu não conseguia acessar através da minha interação como pesquisadora, que até determinado momento aconteceu exclusivamente *online*.

Nota-se, nos trechos dos meus diários de campo, que apresento no decorrer do texto o meu olhar narrativo, associado a um lugar observador direto, paralelamente aproximado e distante. A minha localização digitalmente encarnada no grupo do *WhatsApp* possibilitou uma presença que assisti as interações, mas não necessariamente participa delas. Os meus interlocutores têm me permitido essa presença no grupo sem questionamentos, a minha presença ali foi autorizada, o que não significa que eu consigo manter diálogos continuamente aproximados com os conteúdos e repertórios que circulam naquele ambiente *online*.

Por isso tenho me perguntado, qual conhecimento é possível de ser produzido nesse plano de interações? A minha figura quase transparente de observação me possibilita acompanhar, ler, ouvir, fazer registros de campo, mas não participar ou contribuir diretamente nos diálogos que acontecem através dessa ferramenta virtual. Essa percepção sobre a relação com os meus interlocutores foi tensionada quando estabeleci conversas no privado com algumas pessoas, por vezes motivadas por mim e outras por membros do grupo. Nessas situações, passei a ser novamente lembrada como participante e através disso indagada: *você tem como ajudar a transferir a minha filha de presídio? Qual a sua relação com o pessoal dos direitos humanos? Você trabalha lá no Sistema? Tem alguma informação?*

Essas perguntas foram feitas por uma das mães do grupo, que chamarei de Maria, em agosto de 2022. Ela me enviou uma mensagem no privado depois que enviei no grupo a divulgação de um evento realizado pela comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, uma auditoria com os familiares de presos(as) e ex-reeducandos(as), para colher as denúncias relacionadas as violações de Direitos Humanos dentro dos presídios. A minha mensagem no grupo fez com que Maria me identificasse como alguém que poderia ajudá-la no processo de transferência da sua filha de Alagoas para a Bahia, estado onde ela e a família residem. A filha da Maria apresentava todas as condições plausíveis para a transferência, mas o processo estava parado, sem avanços durante meses. Busquei os contatos dos advogados que atuam na comissão de Defesa dos Direitos Humanos e repassei para Maria, que conseguiu ter mais informações sobre o processo e o comprometimento da Comissão de ajudá-la pressionando as partes envolvidas.

A minha localização transparente deu lugar a uma localização indagada, corporificada e questionada, sobretudo, no que eu posso contribuir, como eu posso ajudar. Ao me aproximar dos familiares, tenho compreendido a urgência e os desafios cotidianos de quem está nas malhas desiguais do sistema de justiça brasileiro, que responde as famílias mais pobres e com menos recursos de defesa com indiferença e lentidão. Essas questões me levaram a refletir sobre as minhas implicações como pesquisadora na produção das redes de afeto e solidariedade entre os familiares e sobreviventes do cárcere.

No momento em que eu aciono a minha rede de relações com a comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL, que entro em contato com colegas advogadas para pedir ajuda e esclarecimento sobre os processos que os familiares me apresentam, que ofereço uma escuta qualificada e propositiva para participantes do grupo que chegam até o meu privado no *WhatsApp*, estou tecendo as tramas afetivas que conectam as fronteiras entre o dentro e fora da prisão feminina, estou sendo parte dos “vasos comunicantes” (Godoi, 2015) que materializam as porosidades prisionais e as agências possíveis entre os sujeitos que as constituem.

A produção etnográfica feita na/através da internet no campo dos estudos sobre prisões nos abre para as possibilidades e os limites da atuação digital, pois está a todo momento sendo mediada pelo caráter arbitrário e autoritário das práticas e políticas penitenciárias. Ao passo que evidencia como os familiares estão constantemente negociando, tensionando e buscando as brechas possíveis de desestabilizar essas políticas arbitrárias, para continuar produzindo relações de cuidado e afeto com quem está sob os olhares permanentes da punição e da privação de liberdade. Como nos ensinou Padovani, “as redes de afeto são as saídas pelos portões da prisão. São elas as suas porosidades possíveis” (Padovani, 2018, p. 40).

A partir do conceito de “saberes localizados” de Donna Haraway (2009), apresento esta produção de conhecimento como situada e corporificada, longe da rigidez científica e das negociações de poder relacionadas a uma ciência que busca uma objetividade relativista e universalista. Acompanhada por Haraway (2009) e muitas outras feministas, aproximo meu argumento a favor “de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 2009, p. 24).

A metodologia desenvolvida para a escrita deste artigo se deu através da produção de diários de campo das observações feitas no grupo de *WhatsApp*. Geralmente, separava uma ou duas vezes por semana para escutar os áudios,

observar as imagens, vídeos e acompanhar a dinâmica dos diálogos que aconteceram naquele intervalo de tempo. Durante esse período também consegui conversar com alguns familiares no privado, mais especificamente seis pessoas. Após todas as interações *online*, fiz registros de campo, assim como costumava fazer após as incursões etnográficas presenciais durante a graduação e o mestrado. Aos poucos fui descobrindo as formas possíveis de produção etnográfica na/ através da Internet.

Ao refletir sobre as experiências compartilhadas por familiares de pessoas encarceradas, através de interações *on* e *offline*, não tenho como objetivo caracterizá-las como se fossem todas iguais ou semelhantes em suas complexidades. Observar o grupo é sobretudo um exercício de compreender quais são as experiências individuais e coletivas que atravessam esses sujeitos nos seus lugares permeáveis e ambíguos, atravessando as muralhas da prisão (Ricordeau, 2012). Natália Padovani (2020), nos alerta que para compreender a prisão e as políticas penitenciárias é necessário ouvir de maneira qualificada as falas sobre “as cadeias” que cada pessoa experienciou para entender de fato cada um de seus processos de encarceramento. Na mesma direção, entendemos que por mais que as vivências em torno do cárcere possam aproximar familiares em relação aos desafios enfrentados, há camadas de experiências que são demarcadas pela diferenciação racial, territorial, geracional e sexual dos corpos que são colocados em intensa relação no espaço que as une, a prisão.

O grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé”, na diversidade de mulheres e homens vinculados por distintos graus de parentescos com pessoas encarceradas no Presídio Feminino, parece funcionar como uma rede de solidariedade e apoio entre familiares e mulheres egressas. Um espaço para desabafos, orações, troca de informações e mobilizações em torno das demandas geradas pela gestão da Penitenciária.

INTERAÇÕES ONLINE E OFFLINE: A PENITENCIÁRIA FEMININA SANTA LUZIA COMO MEDIADORA DE VÍNCULOS SOCIOAFETIVOS

Sábado, dia 11 de junho de 2022, a primeira mensagem no grupo foi enviada às 05h44min da manhã. Uma imagem com cores em tons de amarelo claro e cinza, ao fundo um ramo de plantas verdes amarradas por um laço de fita da mesma cor, que tinha escrito a seguinte frase: “Bom dia! Espalhe boas palavras, tenha boas atitudes e dê o seu melhor sempre. Isso agrada a Deus e faz o bem à alma também”.

A mensagem foi enviada por Rosa, que é alagoana, mas mora há 20 anos no interior da Bahia, sua filha está presa no EPSL¹⁰ há quase dois anos. Durante esse período, Rosa não teve condições de visitar a filha com frequência em Maceió, foi através de pessoas do grupo que conseguiu enviar a feira para ela algumas vezes.

Naquele sábado aconteceu a visita social. Após mais algumas trocas de imagens e figurinhas de “bom dia” relacionadas a mensagens religiosas, a conversa girou em torno das entradas e saídas do presídio: “gente, bom dia! Podemos levar talher?”, “aquela moça que fica com as nossas coisas vai hoje?”.

Katia, com sua experiência e conhecimento em torno da rotina de visitas ao sistema prisional, enviou um áudio dizendo que sempre tem outras pessoas na pista paralela a entrada do presídio disponíveis para guardar os pertences dos familiares, enquanto acontecem as visitas. “Leve só a sua passagem de volta, a chave da sua casa e um papelzinho com seu nome anotado dentro da sacola”.

Aquele dia tinha amanhecido chuvoso, como a maioria das manhãs de inverno em Maceió. Lurdes, que há cinco anos acompanha os dias de visita na Penitenciária Santa Luzia para guardar os pertences dos familiares, cobra 10 reais pelo serviço. Seu turno de espera geralmente é das 8h até as 16h. Sua renda familiar depende dos serviços que oferece na frente do presídio. Nos dias de visita, além de guardar bolsas de familiares, vende doces e salgados na fila de espera.

O serviço de Lurdes ajuda os familiares que precisam levar suas bolsas ou até mesmo chaves de casa, guarda-chuva, a passagem de ônibus, itens que não são permitidos passar pelos checkpoints da prisão e que são fundamentais para a mobilidade dos visitantes.

Na terça-feira anterior àquele sábado o secretário do Sistema decretou que “ninguém poderia mais ficar olhando bolsas e vendendo lanches” na guarita que antecede a entrada do presídio feminino, segundo Lurdes, “porque eles não estavam satisfeitos com esse movimento”. As pessoas que costumavam acompanhar os dias de visita na intenção de oferecer os seus serviços deveriam ficar apenas do lado de fora, o que significava esperar ao lado da avenida, no canteiro que divide os dois lados da pista e possui algumas árvores e tendas de lona improvisadas. Além disso, o Presídio Feminino é o último do complexo penal, a caminhada da avenida até o local é de no mínimo 15 minuto.

Esse decreto dificultou a dinâmica dos dia de visita, no período chuvoso não haveria espaço minimamente adequado para “as meninas” que guardam

¹⁰ Estabelecimento Prisional Santa Luzia.

as bolsas e vendem lanches esperarem a saída das famílias visitantes. Lurdes, então, comunicou ao grupo que não iria naquele sábado. O que causou descontentamento e mensagens de preocupação no grupo¹¹.

Nas pesquisas mais recentes sobre Sistema Prisional, encarceramento e relações familiares a dimensão das interações *online* e *offline* tem tomado uma relevância cada vez mais significativa. A mediação dos vínculos através das trocas estabelecidas via celular e redes sociais ampliou as formas de comunicação e organização entre os familiares de pessoas privadas de liberdade. De tal modo que é interessante ressaltar como essa dinâmica de articulação entre as famílias para encontrar soluções em resposta aos problemas e instabilidades criadas pela gestão prisional, se contrasta com a intensa e recorrente preocupação com o uso de celulares dentro da prisão produzida pelo discurso policial-jornalístico.

Barcinski, Lermen, Campani, Altenbernd (2014), na pesquisa realizada com uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade, observaram que as trocas efetuadas entre os participantes tinham como objetivo suprir diversas demandas dos familiares, tais como as de apoio emocional, jurídico e material. As autoras constataram que a referida “comunidade virtual” refletia “a fragilidade das redes de apoio das famílias de pessoas privadas da liberdade, o potencial criativo e as possibilidades de superação das dificuldades encontradas no contexto carcerário” (Barcinski et al, 2014, p. 929).

Ao refletir sobre os “grupos de comunicação instantânea” (Nascimento, 2021) compartilho das reflexões tecidas por Nascimento, em sua pesquisa com pessoas presas e policiais penais no fora/dentro das prisões no Ceará. O autor comprehende os grupos de *WhatsApp* como espaços de constante interlocução envolvidos por relações de intimidades e afetos, que se tornam uma extensão da prisão na vida tanto de profissionais (no caso dos policiais penais) como de quem está experienciando o encarceramento (mulheres presas e seus familiares). “Esse aplicativo não é apenas um meio de comunicação onde emergem as problemáticas cotidianas da prisão, mas é também um canal de interlocução expressivo para a formação de laços de grupo, onde se pode verbalizar o que não se tem espaço na instituição” (Nascimento, 2021, p. 60).

O grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé”, se configura como um espaço comum de interação, uma ferramenta adicional de comunicação entre os familiares que conecta a casa, a rua e a prisão. As famílias passaram a compartilhar, além das filas de espera no portão do presídio feminino, de “relações mediadas digital-

11 Diário de campo escrito no dia 11 de junho de 2022.

mente" (Miskolci, Balieiro, 2018) que possibilitam uma comunicação cotidiana. E tornou-se mais uma forma de tecer vínculos de cuidado, para além das trocas de informações.

Segundo Iara Beleli (2017), a Internet tem permitido o estabelecimento de redes que aprofundaram os contatos na esfera da intimidade, iniciada através do desenvolvimento das "interfaces sociotécnicas". As transformações relacionadas ao uso individualizado dos equipamentos de comunicação digital estão associadas a ampliação e a politização da vida privada (Beleli, 2017).

O diálogo com esse referencial teórico-metodológico me remeteu as experiências que tive com o Seu João através das nossas interações *online*. Em uma sexta-feira pela manhã no mês de agosto de 2022 fiz uma vídeo chamada pelo WhatsApp com um dos membros do grupo, Seu João. Tinha combinado com ele no dia anterior uma conversa para me apresentar e apresentar meus interesses de pesquisa. Eu já observava a participação dele no grupo "Guerreiros e Guerreiras da Fé", um dos únicos homens presentes e atuantes na comunicação, além de ser um dos administradores.

Conversamos durante uma hora por chamada de vídeo. Seu João, homem negro de quase 60 anos, usava óculos de grau e vestia uma camisa da padroeira de sua cidade no interior de Alagoas, lugar onde ele mora. Também percebi que ele estava com uma caneta e papel em mãos, em vários momentos durante nossa conversa, assim como eu, fazia algumas anotações.

Seu João gosta muito de conversar, por isso ele intercalava algumas perguntas sobre a minha pesquisa com a narrativa de sua própria vida. Inicialmente, ele me perguntou o que eu queria saber sobre o Sistema Prisional que envolvia os *direitos humanos*. Após me ouvir, ele disse que teria muita coisa para me contar, mas preferia fazer pessoalmente, pois não confiava em falar sobre certos assuntos através do celular.

Com a voz embargada e os olhos marejados, Seu João começou a falar sobre sua esposa, encarcerada a mais de quatro anos. Ele falava como quem conta cotidianamente o tempo que vive a espera de sua amada fora dos muros da prisão e me pediu desculpas por se emocionar: *ela é uma pessoa muito boa, não entendo por que passa por isso num caso em que é suspeita*. Foi com a narrativa de um homem apaixonado que naquele dia Seu João me permitiu conhecer e ser afetada por sua história de amor. Pude conhecer mais sobre o homem que eu acompanhava através do grupo, enviando mensagens quase todos os dias sobre a dinâmica do presídio feminino, mas sem saber como ele tinha chegado até ali.

Durante esses anos Seu João faz o trajeto até Maceió com sua moto nos sábados e/ou domingos de visita íntima e social. A viagem dura em torno de 3 horas para ir e o mesmo tempo para voltar. No momento, tem feito isso duas vezes no mês. Nossa conversa ainda passeou por questões sobre amizade e confiança. Seu João me passou alguns conselhos sobre as relações feitas através do grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé”. E me explicou que assim como ele tinha dúvida sobre mim, outras pessoas também poderiam ficar com certa “desconfiança”. Por fim, ele me deixou feliz ao dizer que a partir daquele contato inicial eu já tinha marcado a sua vida: *se até ontem eu não sabia direito quem era você, agora você já marcou a minha vida, é que eu gosto de fazer amizade*. Naquele dia, Seu João também teve a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a pesquisadora que ele observava com muitas interrogações no grupo do *WhatsApp*.

Acompanhar as interações através do grupo de *WhatsApp* me levou a refletir sobre os usos e ressonâncias dessa ferramenta entre os meus interlocutores, o que me aproximou dos estudos feitos por Cruz e Harindranath (2020), que desenvolveram o conceito de “tecnologia da vida” para qualificar as relação estabelecidas com o aplicativo. Segundo os autores, o *WhatsApp* constitui uma infraestrutura que sustenta e molda uma ampla gama de atividades cotidianas de ordem pessoal, econômica, até espiritual e política.

O conceito convida-nos a compreender os usos do *WhatsApp* como “tecnologia da vida” a partir das relações estabelecidas com o aplicativo, a cotidianidade e a presença difundida em diversos contextos e a maneira como as experiências cotidianas são expandidas e vivenciadas. Cruz e Harindranath, estavam alinhados a uma abordagem descolonizadora em seus estudos e pesquisas, centrados no México e em países da América Latina, por isso, enfatizaram que a dimensão contextual e histórica ao examinar as formas como as tecnologias são usadas, percebidas e vivenciadas por diferentes grupos são “relevantes de serem examinadas com foco em práticas e vidas fora do Norte Global, pois, o *WhatsApp* é sem dúvida a tecnologia cotidiana mais importante em várias partes do Sul Global” (Cruz; Harindranath, 2020). Portanto, Cruz e Harindranath, afirmam a importância de entender como o *WhatsApp* significa para os seus grupos de usuários, assim como “as ressonâncias culturais, emocionais e sociais que carregam, além de suas possibilidades e capacidades como ferramentas digitais” (Cruz, Harindranath, 2020).

O interesse por aprofundar a compreensão sobre as interações *online* está diretamente associado à maneira que as relações *offline* são constituídas. Compre-

endo que as duas dimensões se retroalimentam. Assim como nos alertou Miller (2004):

Deve ficar claro que o compromisso etnográfico de “colocar as coisas no contexto” precisa evitar o perigo de reificar o objeto tanto quanto evitar o perigo de produzir um contexto reificado analiticamente. Isso significa desagregar “a Internet” na profusão de processos, usos e “tecnologias” sociais que ela pode compor em diferentes relações sociais ao invés de considerá-la como um “objeto” único com propriedades inerentes que podem, no máximo, ser expressos de formas variadas em diferentes contextos. Novamente, esse assunto transcende a distinção entre online e off-line. (Miller, 2004, p. 46).

Isso significa dizer que as tramas afetivas e as redes de solidariedade entre as fronteiras da Penitenciária Feminina de Alagoas são constituídas tanto nas trocas estabelecidas nos grupos de *WhatsApp* como nos dias de visitas familiares e de entrega de *feiras*, ou seja, na relação com o espaço físico da prisão e com o cotidiano doméstico das famílias que acompanham parentes encarceradas, ou melhor, a partir desses espaços inter-relacionados.

QUANDO “A VIDA DA GENTE COMEÇOU A ANDAR NA PORTA DO SISTEMA”

No dia 12 de março de 2022, após algumas trocas de imagens e mensagens de “bom dia”, iniciou-se no grupo mais um diálogo em torno das dúvidas sobre os dias de visita familiar daquele mês. Lurdes, que acompanhou sua irmã encarcerada durante alguns anos, enviou uma mensagem de áudio:

Quando a minha irmã estava presa eu fiquei 6 meses sem levar feira e sem visitar. Um dia eu fui na sexta, me disseram que era no sábado. No sábado eu fui pra levar a feira e não tinha nada. Aí disseram que era no domingo, no domingo vem eu de novo, quando eu cheguei ali no meio do caminho eu me ajoelhei e disse – meu Deus eu não acredito, eu não aguento mais isso, chorando sem saber como ela tava, imaginando que era aquelas coisa que a gente ver de televisão. Resumindo a história, quando foi num final de semana eu disse pra minha irmã – eu não vou mais, minha irmã, eu não tenho condições de ir, eu vou dar viagem perdida. A minha irmã disse - me dê a feira que eu vou. A gente já tinha feito outra feira, que aquela não prestava mais, disseram que entrava refrigerante, bolacha, aquelas caixinha de água de coco, umas coisa que não tinha nada a

ver. Tudo isso a gente comprou, gastamos um horror na feira dela, nada entrou. Resumindo, um dia a minha irmã foi e encontrou com uma filha de Deus, uma abençoada de Jesus, que foi quem criou esse grupo que a gente está hoje. Ela viu a minha irmã, chegou logo junto, porque quando chegava uma novata ela ia logo pra perto saber, indicar tudo, disse a minha irmã como era, disse pra minha irmã que não era dia de feira, nesse dia era dia de visita, disse a data que a feira da minha irmã entrava, olhou a feira e disse que não era aquelas coisas, o que entrava era outra. E eu sei que resumindo, depois que a gente encontrou a Kátia foi que a vida da gente começou a andar na porta do Sistema, porque todos, de cadastro, de seja lá de quem for que trabalha ali só botava a gente pra trás, minha gente. Esse grupo que a Kátia criou foi tudo de bom, porque se não vocês iam ver o que é difícil você sem saber de nada.

O áudio da Lurdes foi mais um em que ouvi o testemunho da importância da Kátia e do grupo de *WhatsApp* durante o acompanhamento da familiar encarcerada. As dificuldades de acesso as burocracias do Sistema Prisional me parecem fazer parte da instabilidade de suas produções. As famílias recorrentemente reclamam sobre a constante mudança no que é “permitido” ou não de acessar os portões da prisão. A relação entre os policiais penais e os familiares são permeadas por nebulosas interações. O comportamento, vestimenta ou alimento/objeto que pode gerar um transtorno ou até mesmo o impedimento da visita, é incerto e variável.

As famílias, do lado de fora, tentam estabelecer comunicações com funcionários do Sistema, por vezes frustradas, para entender o que se passa dentro da penitenciária. Através do grupo de *WhatsApp*, percebo que há muitos entraves na obtenção de informações quando uma pessoa é presa. A família não sabe como fazer o cadastro de visita, em qual módulo e cela está sua parente, o que é permitido ou não incluir na feira mensal, a quem deve solicitar informações etc. Essa burocracia que se apresenta de maneira descontínua e imprevisível, confunde e dificulta o cotidiano de quem tem um familiar encarcerado. Os dias de visita e entregas de feira, exigem um deslocamento que envolve tempo, dinheiro e organização na vida das pessoas. Por isso, a falta de comunicação ou informações mais sólidas sobre as questões apontadas acima causam gastos financeiros e emocionais.

Por esses motivos, as relações e interações produzidas a partir do grupo de *WhatsApp* me chamou a atenção para como essa ferramenta impactou favoravelmente as trajetórias de encarceramento e desencarceramento desses sujeitos.

Agradeço a todas pelas informações de vocês, agradeço a força. Nós um dia vamos conseguir vencer, com fé em Deus eu venci a minha batalha, porque a minha responsabilidade não tava fácil, não sei se vocês sabem, mas eu tava tomando de conta do meu irmão e da minha filha, eu não trabalhava, eu sustentava a minha filha e o meu irmão sozinha, pra fazer feira pra minha mãe, pra visitar minha mãe deixar minha filha em casa era uma luta, sabe, não tinha ninguém pra me ajudar e era uma luta. Aí agradeço a todas vocês, meu sofrimento já acabou, mas creio eu que o de vocês vai acabar um dia. Obrigada a todas, boa noite.¹²

Olhar para as redes de solidariedade tecidas no grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé” me levou a refletir sobre os afetos e saberes produzidos a partir das margens sociais e territoriais, tecidas através das práticas de cuidado, da transmissão de conhecimentos e da religiosidade (Almeida, 2018), como artifícios para lidar com os dilemas enfrentados no dentro e fora da prisão.

Analiso as relações representadas pelos familiares como “vasos comunicantes” que alimentam os fluxos entre o “dentro e o fora” da prisão, termo cunhado por Rafael Godói (2015). O autor defende que os vasos colocam em contato e comunicação dois “mundos”, que são atravessados por bloqueios: “neles, são demandadas múltiplas negociações, poderes e disputas que operam a diferenciação entre o que entra e sai, o que é permitido ou proibido, facilitando ou dificultando acessos, registrando as passagens e estabelecendo destinações” (Godói, 2015, p.136).

No mesmo caminho, Bruna Bumachar (2016), argumentou como as fronteiras prisionais e transnacionais, quando atravessadas por corpos, cartas, documentos, dinheiro, e-mails etc. esquadrinharam presas e prisão, tornando-as produto e produtoras dos fluxos e atravessamentos. As reflexões tecidas pela autora me orientaram a observar a movimentação das trocas de mensagens, dos alimentos, materiais de higiene, roupas etc. como partes constituintes dos afetos entre-muros que circulam no cotidiano da Penitenciária Feminina. A cada informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* sobre como, quanto e quando levar, uma entrega de *feira* pode ser garantida, a cada informação de como fazer o cadastro de visita e qual a vestimenta adequada, uma visita familiar e íntima pode ser garantida, o que alimenta os vínculos afetivos que sustentam a vida das pessoas encarceradas e seus familiares.

12 Áudio enviado por uma das pessoas do grupo em novembro de 2022, que estava com a mãe encarcerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo tive como principal objetivo apresentar uma parte das reflexões que tenho elaborado acerca das relações e vínculos produzidos entre os familiares de pessoas encarceradas, matizadas por interações *online* e *offline*, para evidenciar a centralidade e relevância do *WhatsApp* como ferramenta de comunicação que ampliou as formas de tecer redes de solidariedade, cuidado e organização entre esses sujeitos. A abordagem que busco explorar nessa construção etnográfica através e na Internet tem como objetivo seguir “conexões” e não um “local específico”, se beneficiando do caráter inventivo e aberto no sentido mais amplo do campo de pesquisa (Hine, 2020).

A construção dessa pesquisa *on* e *offline* tem se desenhado a partir do interesse sobre a maneira que as pessoas inseridas no grupo “Guerreiros e Guerreiras da Fé” compreendem, articulam e referenciam essa rede de comunicação através da Internet nos seus cotidianos, na forma que essa ferramenta impactou as trajetórias de encarceramento que envolvem pessoas presas e seus parentes.

Produzir etnografia na e através da Internet tem me apresentado os desafios metodológicos de equilibrar as relações em campo, pois as construções de significado são inicialmente imprevisíveis e frequentemente diversas. Por vezes, sou compreendida com desconfiança ao apresentar uma identidade profissional pouco conhecida entre meus interlocutores como pesquisadora/cientista social, ao mesmo tempo que ao aprofundar os diálogos passo a construir relações de confiança capazes de me enxergarem como “amiga” ou parceira na produção dos vínculos entre as fronteiras do Sistema Prisional. As inventivas soluções dependem das circunstâncias individuais e das aspirações específicas do estudo etnográfico em questão, como nos orientou Hine (2020).

Persigo essas reflexões para compreender a minha localização dentro da experiência *online* da produção etnográfica. As relações tanto *online* quanto *offline* são modos complexos de ser para si e para os outros, que muitas vezes precisam ser desagregadas, com a finalidade de se compreender seus significados. Indagar sobre os limites e possibilidades da inserção em campo através de interações *online*, me levou a questionar sobre as condições de produção de conhecimento no período pandêmico. E nas brechas que encontramos para realizá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mariléa de (2018). Espaço, corpo e afeto: o antirracismo nas práticas femininas quilombolas contemporâneas. *Labrys, études féministes/estudos feministas*, julho/2017- junho 2018.

- BARCINSKI, Mariana; LERMEN, Helena Salgueiro; CAMPANI, Cristiane; ALTENBERD, Bibiana (2014). Guerreiras do Cárcere: Uma Rede Virtual de Apoio aos Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 4, p. 929-940.
- BELELI, Iara (2017). Reconfigurações da intimidade. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 337-346. <http://dx.doi.org/10.1590/18069584.2017v25n1p337>
- BUTLER, Judith (2018). “Introdução” e “Corpos em aliança e a política das ruas”. In: BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 7-30 e 75-109.
- BUMACHAR, Bruna (2016). *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- CRUZ, Edgar Gómez; HARINDRANAT, Ramaswami (2020). WhatsApp as ‘technology of life’: Reframing research agendas. *First Monday*, v. 25, n. 1. <https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/download/10405/8318> (acesso em 26/05/2023)
- GWÉNOLA, Ricordeau (2012). Between Inside and Outside: Prison Visiting Rooms. *Politix*, n. 97, p. 101-123.
- GODOI, Rafael (2015). Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: Entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Revista de Antropologia Vivências*, n. 46, p. 131-142.
- HARAWAY, Donna (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41.
- HINE, Christine (2020). A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo*, v. 29, n.2, p.1-42.
- LINS, Beatriz; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Elaine (2020). Estratégias para pensar o digital. *Cadernos de Campo*, v. 29, n. 2, p.1-10.
- LAGO, Natália Bouças (2019a). *Jornada de visitas e de luta: Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LAGO, Natália Bouças (2019b). Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. *Dossiê Prisões em etnografias: perspectivas de gênero*. Cadernos pagu, n. 55, Campinas, 2019.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo (2018). Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 132-156.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don (2004). Etnografia on e off-line: Cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 21, p. 41-65.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo (2021). *Fronteiras de guerra: Gestão da vida e processos de estado nas fronteiras entre policiais penais e presos*.

Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

PADOVANI, Natália Corazza (2020). Nós Por Nós: Teias de solidariedade, políticas de desencarceramento eabolicionismo penal no mundão em pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Reflexões na Pandemia, p. 1-17.

A Sociologia Digital na era do big data: apontamentos preliminares e problemáticas teórico-metodológicas na pesquisa sociológica

Digital Sociology in the big data era: preliminary notes and theoretical-methodological problems in sociological research

Thiago Bicudo Castro^a 

Resumo Este artigo estabelece as primeiras problemáticas de uma pesquisa em andamento que articula *big data* e Sociologia Digital no Brasil. Explora-se o fenômeno do *big data* como objeto de estudo e instrumento técnico de pesquisa em Sociologia, situando-o em uma agenda de pesquisa em Sociologia Digital. Constata-se que sua apreensão e compreensão sociológica acontecem em consonância com ampliação e institucionalização da Sociologia Digital no Brasil e no mundo. O *big data* é entendido como um artefato sociocultural resultante do trabalho humano, mas de difícil apreensão a partir dos métodos tradicionais de análise sociológica. O objeto em questão é localizado no seio das disputas no campo científico entre as Humanidades e áreas da Tecnologia Informacional, como a Ciência de Dados. A Sociologia Digital, ao tomar o *big data* como um objeto de investigação e recurso técnico para análises, contribui para que novas abordagens e teorias possam ser formuladas a fim de se pensar as implicações do digital na sociedade e nas Ciências Sociais.

Palavras-chave Sociologia Digital. Big Data. Método sociológico. Ciência de Dados. Tecnologias informacionais.

Abstract This article establishes the initial problematic issues of an ongoing research that articulates big data and Digital Sociology in Brazil. The phenomenon of big data is explored as an object of study and technical research tool in Sociology, situating it in a Digital Sociology research agenda. It is found that its sociological apprehension and understanding occur in conjunction with the expansion and institutionalization of Digital Sociology in Brazil and worldwide. Big data is understood as a sociocultural

^a Mestre em Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista - UNESP) e Doutor em Sociologia (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), professor de Sociologia (Senac-SP). E-mail: thiagobc.castro@gmail.com.

artifact resulting from human labor, but difficult to grasp using traditional sociological analysis methods. The object in question is located within the scientific disputes between Humanities and areas of Information Technology, such as Data Science. The field of Digital Sociology, by taking the big data as an investigation object and technical resource for analysis, contributes to the formulation of new approaches and theories aimed at understanding the implications of digital technology on society and the Social Sciences.

Keywords Digital Sociology. Big data. Sociological method. Data Science. Information technologies.

INTRODUÇÃO

A Sociologia Digital, seja como área autônoma de estudos das Humanidades digitais ou como objeto de estudos no interior da própria Sociologia, tem se notabilizado não apenas pelo seu temário amplo e atual, mas também pelas técnicas empregadas como auxiliares do método sociológico tradicional. Explicar as relações sociais que emergem mediadas pelas tecnologias informacionais e digitais garantiu um amplo campo de estudos para esse novo ramo do conhecimento sociológico. Dentre os seus possíveis temas e objetos de estudos encontra-se o *big data*, que para além de suas implicações socioculturais, frequentemente o maior interesse dos sociólogos, carrega consigo a necessidade de se apreender as técnicas necessárias para o seu correto manejo.

Os sociólogos se encontram diante de um objeto de pesquisa que, dada a sua atualidade, possui um conhecimento acumulado ainda incipiente. O que se produziu nos últimos anos, apesar da relevância, permanece insuficiente para explicá-lo em termos conceituais, bem como suas implicações para a Sociologia, sociedade contemporânea e cultura.

O *big data* pode ao mesmo tempo ser tomado como objeto de pesquisa sociológica e/ou como um elemento de técnica de pesquisa para métodos quantitativos e qualitativos. Para que esta investigação possa debater em profundidade as questões metodológicas e teóricas da Sociologia frente ao *big data*, farei uma introdução sobre suas características, conceitos previamente elaborados, categorias fundantes e possíveis implicações para o campo da Sociologia e para as relações sociais contemporâneas. Trata-se de um artigo exploratório, fruto de uma pesquisa pós doutoral em andamento, que relaciona o objeto mencionado com o que tem sido levantado e produzido a respeito da Sociologia Digital. A pedra fundamental dessa pesquisa foi lançada em 2020, quando frequentei o seminário *Sociologie des réseaux sociaux*, promovido pela professora Paola Tubaro na *École*

des Hautes Études em Sciences Sociales. Naquele ano eu estava por encerrar parte das minhas pesquisas referentes ao doutorado, e os temas em torno do digital na Sociologia já me inquietavam. O curso da professora Tubaro veio, portanto, ao encontro das minhas reflexões e suas indicações orientaram o começo desta minha nova pesquisa. No Brasil, consegui alinhar os meus itinerários acadêmicos com as propostas dos grupos de pesquisa: “Informação, Comunicação, Tecnologia e Sociedade”¹ e “ComMarx – Grupo Marxiano de Pesquisa em Informação, Comunicação e Cultura”².

Nesta atual empreitada me proponho a investigar as formas de sociabilidade geradas pelas novas tecnologias informacionais sob a influência do *big data*. Com isso, três questões que foram elaboradas com base no levantamento bibliográfico servem para nortear a investigação: I) *como o big data transforma a sociedade?* II) *Como esses dados afetam a prática da Sociologia no campo da pesquisa e das inserções profissionais dos sociólogos no mercado de trabalho?* III) *De que maneira os pressupostos teóricos da sociologia da cultura são afetados frente à tentativa de fundação de uma nova ciência dos fatos culturais baseada em big data?* Aqui serão explorados os primeiros resultados do levantamento bibliográfico realizado sobre *big data* e Sociologia Digital.

Nas segunda e terceira partes do artigo irei introduzir as problemáticas teórico-metodológicas e epistemológicas que envolvem a Sociologia Digital. Realizei um esforço de síntese de parte da bibliografia sobre o assunto tanto no âmbito da produção internacional quanto na produção nacional. A ideia foi refletir sobre o estabelecimento de uma agenda de pesquisa em Sociologia Digital no Brasil, que consiga implementar um diálogo crítico com demais áreas das Ciências Sociais e das Tecnologias Informacionais no tocante ao *big data*. O núcleo da discussão, sobretudo na terceira parte, foi verificar que tipos de transformações o *big data* pode operar nas bases metodológicas da Sociologia. Destarte, os impasses que a Sociologia Digital e a Sociologia em geral enfrentam em tempos de *big data* nos indicam alguns caminhos possíveis de atuação profissional para os sociólogos de hoje e do futuro.

BIG DATA: OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E INSTRUMENTO DE PESQUISA SOCIOLÓGICA

Na última década o *big data* tem despertado a atenção e curiosidade de cientistas sociais interessados no desenvolvimento das tecnologias informacionais

1 dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8473537906581909 Liderado por Rafael de Almeida Evangelista e Marta Kanashiro.

2 dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9009975657747674 Liderado por Marcos Dantas Loureiro.

e implicações da computação na vida cotidiana. Na Sociologia, os estudos que tomam o *big data* como objeto de investigação ou como tema indireto encontram algumas dificuldades nos aspectos teórico-metodológicos e de técnicas de pesquisa. No entanto, o interesse sociológico por este objeto vem ganhando espaço nas universidades e tem fomentado algumas iniciativas relevantes e promissoras. Exemplos mais recentes podem ser encontrados no mundo francófono, com destaque para os trabalhos da professora Paola Tubaro (2017; 2018; 2020) e um dossiê sobre Sociologia e *big data* por ela organizado na *Revue Française de Sociologie* (2018), e também os periódicos *Economics and Statistics*, *Sociology and Societies*, *Statistics and Society* (2014). No mundo anglófono encontramos as iniciativas de criação de centros de pesquisa como o *Data & Society Research Institute*, em Nova York (2014), e de novos periódicos acadêmicos como *Big Data & Society* (2013), e inúmeras edições especiais de periódicos generalistas que abordaram o tema no campo acadêmico das Ciências Sociais. Nestes casos, podemos citar os do *International Journal of Sociology* (2016), *Sociological Methodology* (2015), os *ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* (2015), o *Journal of Communication* (2014), o *International Journal of Communication* (2014), *Journal of Economic Perspectives* (2014).

Parte considerável da literatura sobre *big data* nas Ciências Sociais se concentra em duas abordagens. A primeira oferece uma caracterização instrumentalizada dos *big data* em oposição aos dados tradicionais de pesquisa, frequentemente menores e menos complexos. Parte da preocupação neste caso é por determinar as utilizações que se pode fazer do *big data*. A segunda abordagem parte de uma preocupação comum a quem se interessa pelo assunto, pois aborda os possíveis riscos de obsolescência dos métodos científicos tradicionais de análise de dados e a possível substituição das teorias sociais por métodos algorítmicos. Nesta segunda abordagem frequentemente levanta-se a inquietação com uma nova forma de sociedade orientada a dados (*data-driven*), o que provocaria alterações culturais mais profundas, perturbando as formas de viver, trabalhar e pensar. Aspectos éticos da vida social e o advento de uma nova governança social também compõem essa segunda tendência de investigações (Tubaro, Bastin, 2018, p. 375).

A princípio, as áreas relacionadas ao *big data* se constituem no interior de um *campo* da Tecnologia da Informação (TI) ou da Ciência da Computação com suas dinâmicas e regras específicas, além de um manejo próprio com esses dados. A Sociologia, ao tratar o *big data* como um objeto de estudos ou instrumento de técnica analítica – além de outros como: inteligência artificial (IA), aprendizado de máquina e afins – acaba sendo impactada internamente em seus aparatos

teóricos e metodológicos, vendo nascer uma área específica para os estudos que envolvem esses novos objetos, a Sociologia Digital.

Penso que a Sociologia Digital ainda não se constituiu como uma área autônoma e com seus próprios referenciais teóricos e metodológicos bem fundamentados. Trabalhos importantes de pesquisadores no Brasil e no mundo também divergem sobre esse tópico, mas concordam que a nova área em questão está ganhando um lugar de destaque e relevância nas Ciências Sociais (Lupton, 2015; Nascimento, 2016; Miskolci, 2018; Rhukuzage, 2020).

Rhukuzage (2020) levanta a problemática das mudanças que as tecnologias informacionais e mídias digitais exercem no ofício do sociólogo, mas aborda ainda os impactos sobre a dimensão epistemológica que elas introduzem no estilo de vida da sociedade. Em sua análise, essa dimensão epistemológica afera uma discussão não apenas semântica, mas de lógica interna do campo da Sociologia quanto às noções de “Sociologia Digital” ou “Sociologia do digital”. O autor entende que com a utilização da preposição “do”, a Sociologia do digital não sustenta tamanhas transformações, porém a diferença acaba sendo essencialmente de perspectiva dos observadores dos fenômenos sociais. Enquanto a Sociologia do digital é uma subárea da Sociologia e se concentra no objeto de pesquisa, a Sociologia Digital tem implicações epistemológicas e metodológicas que manifestam “uma intenção de autonomização do campo, e nesse sentido, ele acaba se constituindo como uma derivação das chamadas Humanidades digitais.” (2020, p. 82).

Rhukuzage não apresenta uma lista especificando diferenças, objetos de estudos e interesses temáticos da Sociologia Digital e da Sociologia do Digital. Neste artigo, a solução que eu apresento, amparada na bibliografia que tenta contemplar essa discussão, é que a Sociologia Digital pode se ocupar dos mesmos objetos de uma Sociologia do Digital, contudo, sendo aquela impactada pelas novas tecnologias e mídias digitais de forma mais direta em sua dimensão epistemológica. Isso é, a Sociologia Digital opera com recursos teórico-metodológicos clássicos da Sociologia, mas utilizando os novos recursos tecnológicos no trabalho de pesquisa, na imaginação sociológica e reformulando a visão de artesanato intelectual.

BIG DATA EM DISPUTA: DESAFIOS DE APREENSÃO SOCIOLOGICA

Nesta pesquisa assumimos a responsabilidade de trabalharmos com um novo objeto de estudos que já possui uma consagração em outros campo do saber, como nas TI's, Ciências da Computação e Ciência de Dados. Com isso, a primeira questão metodológica que se apresenta é saber se a definição de *big data*

oferecida por essas áreas serve para as finalidades e necessidades de pesquisas em Sociologia Digital.

A definição de *big data* – macrodados ou megadados – aceita no campo da TI se refere a conjuntos de dados extremamente amplos e complexos, que não podem ser processados por bancos de dados ou aplicações de processamento tradicionais. Por esse motivo, necessitam de ferramentas especialmente preparadas para lidar com grandes volumes, velocidade e variedade, de forma que toda e qualquer informação disponível nos dados possa ser encontrada, analisada e aproveitada em tempo hábil. A singularidade do *big data* quando comparado aos demais formatos de dados reside nas suas quatro características fundamentais – também conhecida como os quatro “V’s”: 1) *Volume* (tamanho dos dados), 2) *Variedade* (formatos dos dados), 3) *Velocidade* (geração de dados) e 4) *Veracidade* (confiabilidade dos dados).

Ao expressar um momento histórico singular do trabalho e da produção humana de conteúdos diversificados no ambiente digital e *online*, o *big data* mostra a sua relevância sociológica e sua crescente necessidade de apreensão para que se compreenda a maneira adequada de se analisar esses dados. Enquanto fenômeno sociológico e cultural os *big data* “não possuem uma existência autonomizada em relação ao mundo social, pois é na referência ao comportamento humano e às dinâmicas da vida em sociedade que eles precisam e devem ser pensados” (Nascimento, 2016, p. 225), revelando, assim, suas categorias.

Tubaro (2017, p. 1) levanta a questão de que os discursos que normalmente tratam do *big data* focalizam com frequência o ponto de vista dos produtores, que seriam os órgãos públicos, empresas privadas e plataformas digitais. Na outra ponta, estariam os “destinatários” da ação dos produtores, o usuário, que desempenha o papel de cidadão, trabalhador, consumidor e “objeto de observação” ou *data point*. Neste caso, a autora incorpora a relação “produtor x destinatário” que emerge das discussões no campo técnico das TI’s e Ciência da Computação, que entregam o serviço de análise de dados e IA às empresas privadas ou públicas. Na ótica de Tubaro, o que mudou com a entrada em cena do *big data* não foi apenas a característica massiva dos dados e seu processamento, mas “sobretudo, a forte entrada da iniciativa privada como produtora de dados, por vezes à frente do poder público.” (2017, p. 1, tradução própria).

Todavia, é possível problematizar essa interpretação de Tubaro, uma vez que ela desloca o indivíduo a uma condição passiva de mero consumidor dos produtos feitos com os dados digitais. Em Lupton (2015), verifica-se a tese de que o indivíduo é quem de fato produz esses dados, portanto, centralizando-o na análise.

Além de Lupton, identifico em alguns autores que pesquisam as implicações do *big data* a possibilidade de centralizar os indivíduos na condição de produtores de dados digitais. Em Courmont (2018), por exemplo, são analisados os efeitos do aplicativo *Waze* sobre as políticas de regulação do tráfego. A partir dos dados gerados pelos motoristas é possível aos programadores do aplicativo recuperar grandes quantidades de informações a respeito dos deslocamentos, representações da cidade e configurações do espaço urbano. Bergström (2018) mostra como os aplicativos e sites de encontros elaboram perfis de parceiros tidos como ideais para um determinado usuário, de acordo com dados relativos à idade, sexualidade, gênero etc. manifestados em suas preferências de busca. Kotras (2018) demonstra que é possível fazer levantamentos sobre opiniões políticas de usuários de redes sociais, e Severo e Lamarche-Perrin (2018, p. 509). mostram a particularidade do *Twitter*, que mobiliza os conjuntos de textos escritos, publicados e compartilhados pelos usuários. Por fim, em Cointet e Parasie (2018), ficou demonstrado de que maneira se tenta construir uma ciência dos fatos culturais (*culturomics*) com base em IA, análise quantitativa e na lexicometria de uma vasta amostra de livros publicados em um determinado recorte temporal. Em todos esses autores existe em comum o *big data* sendo utilizado por trabalhadores de empresas de tecnologia, e o indivíduo (usuário) que realiza um trabalho não remunerado de produção de dados que são capturados por tais empresas.

A partir desse mapeamento teórico inicial, na qual se busca conhecer a gênese e o desenvolvimento subsequente do *big data*, algumas das determinações (relações e traços pertinentes) do objeto começam a aparecer. Pretende-se inverter a lógica preconizada inicialmente por Tubaro, que mistifica tanto o objeto de estudos quanto os sujeitos que com ele se relacionam. A própria autora reconhece que existe uma exploração dos usuários de sites e aplicativos, afirmando a existência do “trabalho frequentemente invisível e não remunerado que alimenta as bases de dados e os algoritmos que permitem dele extrair informação, por exemplo de reconhecer imagens ou classificar documentos.” (Tubaro, 2017, p. 2).

O que tomo como premissa é que o produtor de mercadorias informacionais – geralmente o programador –, como *softwares* e *apps*, é diferente de produtor de dados digitais que alimentam essas tecnologias. Há exemplos concretos como o site da *Amazon*, *Google crowdsource*, *Google translate*, produtos *Microsoft* entre outros, que são alimentados continuamente pelo trabalho de multidões de pessoas não vinculadas formalmente à essas empresas, mas que ajudam a calibrar seus resultados. Cria-se um mercado de trabalho de “computação humana” (Tubaro, 2017, p. 2) não remunerado que sustenta o *big data* e os algoritmos que

o processa. É um trabalho digital baseado em pequenas tarefas distribuídas entre usuários, mas que não é reconhecido como trabalho. No entanto, são atividades que geram valor e que criam o problema da distribuição da riqueza produzida por essas atividades³ (Tubaro, 2017, p. 2).

Entende-se, conforme a reflexão de Dantas (2003, p. 28), que o valor reside na informação comunicada pelo usuário no seu trabalho informacional – ou trabalho digital, conforme defende Tubaro. Dantas não tomou o *big data* e suas determinações como parte de sua pesquisa. Seu artigo aqui utilizado consistiu em analisar a relação entre trabalho e valor nas mercadorias informacionais no âmbito *off-line* dos *softwares* e sistemas operacionais. Com isso, ele também faz a distinção entre produtor e usuário, mas com mediações outras que permitem uma concreticidade dessa relação. O produtor é o trabalhador que cria a programação dos *softwares*, e usuário é o consumidor que paga pelo serviço. E é dessa relação social que consigo elaborar uma reflexão introdutória em torno do caso *big data*.

Dantas entende que o “capitalismo informacional” encerra uma contradição insolúvel em sua lógica. O usuário, ao pagar por um *software*, está adquirindo uma licença de uso e não a propriedade do produto em si. “O licenciador não se desfaz de sua ‘mercadoria’, mas segue licenciando-a para outros [...] há uma lógica nisso: *a lógica do capital-informação*.” (Dantas, 2003, p. 24). Esse sistema de negócio e produção busca controlar as “fontes de informação” e os “meios de acesso” (Dantas, 2003, p. 24). A informação ganha a aparência de mercadoria, pois cria-se um suporte – um CD, uma marca etc. – para a comunicação e apropriação de alguma informação-valor por meio desses programas de computador ou outras mercadorias e marcas. A contradição indicada pelo autor está no fato de que o “valor dessa informação, trabalho concreto, consome-se tão logo o trabalho é efetuado. Não se transfere para a suposta mercadoria.” (Dantas, 2003, p. 28). Ele exemplifica com o caso das cópias “piratas” de programas de computador, à época vendidas em forma de CD’s. Quando estes se tornam gratuitos ao serem compartilhados entre as pessoas ou comercializadas por revendedores não autorizados, a “mercadoria informacional” se desvaloriza. O valor, insiste o autor, reside “na interação, não no suporte.” (Dantas, 2003, p. 24).

3 Certamente, os debates não se esgotam, nem se limitam ao conjunto de autores aqui elencados, mas oferecem uma dimensão a seu respeito. Ao aprofundarmos essas questões no campo marxista, por exemplo, é possível fazer referência não apenas ao trabalho de Dantas (2003), como também ao debate travado entre Bolaño (2015a; 2015b) e Fuchs (2015) a respeito da problemática que as categorias trabalho produtivo, trabalho improdutivo e o sujeito trabalhador, bem como a maneira como elas se inserem no âmbito do trabalho digital. Os referidos debates permitem certo avanço para uma Sociologia Digital, porém não tanto para a compreensão sociológica do fenômeno *big data* para as Ciências Humanas, especificamente para a Sociologia.

Disso temos que a lógica do capital-informação se complexificou nas relações digitais *on-line*, sobretudo amparadas em *big data*. A forma de gerar valor carrega consigo uma dissolução da noção de trabalho em prol da ideia de colaboração de usuários. No entanto, no universo do *big data* o usuário de aplicações e sites é tanto trabalhador e produtor quanto o funcionário da empresa que faz a programação dos algoritmos. Enquanto o primeiro gera valor por meio dos próprios dados, o outro gera convertendo esses dados em informação e mercadoria informacional no universo *on-line*. A quantidade de aplicativos gratuitos revela que o valor permanece na interação resultante do trabalho de ambos, e não no suporte (leia-se aplicativos e sites).

Neste artigo direciono os debates com o intuito de mostrar uma parte do que se tem de possibilidades e contribuir para uma agenda de pesquisa no campo da emergente Sociologia Digital, tendo o *big data* como objeto e ferramenta de estudos. A discussão crítica que apresento entre autores como Tubaro, Lupton e Dantas visa criar um tensionamento do recorte bibliográfico escolhido, na qual três perspectivas teóricas são confrontadas, no sentido de compreender a posição dos sujeitos no contexto digital e de *big data*, das transformações das relações sociais, além das categorias sociológicas pertinentes ao tema.

Em vista disso, essa forma moderna de gerar valor e exploração do trabalho – invisível, remunerado ou não – necessita de uma atuação científica e técnica ou que se proponha como tal que legitime esse sistema e possa ser uma ciência do capital. É nesse contexto que nasce a Ciência de Dados, uma subárea da computação e estatística, resultante do processo de divisão do trabalho nas TI's e ciências da informação e computação, e que vai se dedicar exclusivamente ao trato com o *big data* e seus possíveis usos tecnológicos e informacionais. Em Hayashi (1998) é possível se ler uma definição de Ciência de Dados que nos serve *a priori*, mas que carece de um refinamento para ampliarmos a compreensão dessa área que ganhou destaque no Brasil na última década. Tratar-se-ia, portanto, de um “conceito para unificar estatística, análise de dados, aprendizado de máquina e os métodos a que se refere” para “entender e analisar fenômenos comuns por meio de dados.” (Hayashi, 1998, p. 40). Severo e Lamarche-Perrin (2018) utilizam o termo para “para identificar uma abordagem mais interdisciplinar aos dados, incluindo estatísticas, mas também matemática, ciências da informação e ciência da computação, e usando algoritmos automatizados.”

A questão da Ciência de Dados se insere na discussão do artigo e se faz relevante para a proposta de agenda de pesquisa, na medida que será a principal responsável por deter um conjunto de saberes e autoridade para falar sobre o *big*

data, desenvolver a programação para sua aplicação em IA, negócios etc., e determinar os usos que serão feitos desses dados. Portanto, no plano das disputas por objetos no campo científico, a Ciência de Dados já dispõe de capitais suficientes para ser a responsável legítima quando o assunto é *big data*. Isso é relevante sociologicamente por ser um fator de alijamento das Ciências Sociais nas discussões sobre algo de grande interesse científico e social. Já tratei da questão de situar o *big data* como produto do trabalho humano – artefato sociocultural – não obstante, pensando em termos de produção/geração de dados, interesses comerciais, valor de uso e de troca que o *big data* possui, a Sociologia, que se propõe crítica e desmistificadora dos fenômenos, acaba ficando à margem na inserção científica. E é nesse ponto que a Sociologia Digital ganha relevância, pois não desprende do seu tradicional conjunto de teorias e métodos, mas captura o fenômeno do *big data* para ser estudado internamente – dentro do campo científico da Sociologia – e se apropria daquilo que o cerca – linguagens de programação, IA, características do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo – para conseguir manejá-lo com capacidade técnica semelhante aos dos profissionais das Ciências de Dados. Sendo assim, a Sociologia consegue voltar ao centro dos debates sobre um fenômeno que não é puramente tecnológico, mas sociocultural.

DESAFIOS DA SOCIOLOGIA DIGITAL NO BRASIL

A tendência irreversível de criação de fontes digitais colocou para a Sociologia o desafio de incorporar novos métodos à sua tradicional metodologia de pesquisa. Neste caso, urge a necessidade de estruturá-la com base na atual realidade que identifica os dados no âmbito do digital. A pesquisa sobre Sociologia Digital e Ciência de Dados, mediadas pelo *big data*, não pode ter o foco somente no nexo tecnológico atual, afinal isso limitaria a percepção das relações com o passado. Nas relações sociais mediadas pelo digital tudo passa a ser documentado, criando-se um crescente arquivo das atividades dos seres humanos, que podem servir à pesquisa social qualitativa (Miskolci, 2018, p. 146).

No contexto anglo-saxão, o termo Sociologia Digital foi inicialmente utilizado para se referir a um conjunto heterogêneo de investigações que abordavam desde questões metodológicas até novas problemáticas teórico-conceituais que emergiam dos debates sobre tecnologia e mundo digital (Miskolci, 2018, p. 134). Sua primeira aparição na literatura acadêmica se deu em 2009 em um artigo do professor Jonathan Wynn, no *Smith College* (Nascimento, 2016, p. 220). Com o desenvolvimento da disciplina e novos estudos houve uma ampliação do escopo temático e de interesses dos pesquisadores. A Sociologia Digital passou a investigar

objetos como: mudanças dos relacionamentos e nas comunidades provocados pelas redes sociais digitais; as alterações na relação com o espaço; o crescimento e a disseminação da vigilância; a desigualdade digital e o capitalismo da informação; o sistema de ensino e o cuidado com a saúde na era digital (Nascimento, 2016, p. 221). Nesse contexto merece destaque as pesquisas de Lupton, que além de delinear com rigor metodológico o modo de fazer Sociologia Digital, também centraliza o papel dos indivíduos como produtores contínuos de dados digitais, os *digital data subjects* (Lupton, 2015, p. 7).

Lupton (2015) afirma que é necessário pensar os *big data* enquanto *artefatos socioculturais* formados sobre processos políticos, sociais e culturais que afetam diretamente a liberdade das pessoas e os direitos civis. Muitos projetos que ocorrem atualmente – nos quais inclusive existe um debate sobre o valor de documentos digitalizados e a possível perda de memória nacional no tocante aos arquivos públicos – são de extrema importância para a base de dados e para os projetos de raspagem de dados (*web scraping*) dos repositórios digitais, que organizam as estruturas de códigos e o banco de dados para facilitar as consultas e que estão em crescente desenvolvimento. Por isso, a sociologia digital crítica deve debater o impacto dessas informações (Lupton, 2015).

A capacidade das tecnologias digitais para a coleta, a mineração, o armazenamento e a análise dos dados são representados como superior a outras formas de conhecimento, oferecendo mais oportunidades do que nunca para aprofundar os comportamentos humanos. A partir de uma perspectiva sociológica crítica, no entanto, há muito mais a dizer sobre os *big data* enquanto artefatos socioculturais (Lupton, 2015, p. 45).

A autora utiliza o repertório metodológico e conceitual da sociologia compreensiva, na qual as ações sociais dos indivíduos devem ser consideradas. Em outras palavras, busca-se uma compreensão das lógicas que atuam em redes sociais, mecanismos de buscas etc., as quais conduzem aos indivíduos a se representarem social e digitalmente na vida cotidiana. Com isso a autora parte de um método de investigação sociológica, atribuindo-o novas questões e técnicas que se aprofundam nos motivos que conduzem as pessoas a utilizarem plataformas como *Google*, *Facebook* etc.– todas fontes inesgotáveis de *big data*. Dentre as observações metodológicas de Lupton está a premissa de que tais ações sociais obedecem a motivações que devem ser discutidas antes de nos apropriarmos dos dados oriundos de tais fontes (Lupton, 2015).

Seguindo a proposta de Nascimento (2016), um dos pioneiros no Brasil nas investigações sobre Sociologia Digital e seus novos objetos, identifico a necessidade de um duplo movimento: retornar às teorias clássicas como forma de reconstituir uma Sociologia brasileira que apreenda os novos fenômenos sociais e que nos permita revisar aquilo que eventualmente tenha sido abandonado em termos de método de explicação e método de investigação. Isso, contudo, acompanhado de um esforço reflexivo visando “encontrar novas ideias e teorias que produzam inteligibilidade sobre o que está acontecendo no mundo social, buscando, com isto, construir teorias contextualizadas mediante referenciais realmente inovadores.” (Nascimento, 2016, p. 231). Dessa forma é possível investigar a especificidade do caso brasileiro frente ao avanço da utilização de Ciência de Dados, das TI’s e do digital como fenômenos de massificação e de transformações sociais e culturais. Também formular uma metodologia e elaborar teorias, a partir das mediações e categorias observáveis, que nos ajudem a pensar novos objetos e hipóteses de pesquisa sociológica dentro das temáticas da tecnologia e do digital.

Miskolci (2016; 2018) também aborda essa preocupação de fomentar uma Sociologia Digital brasileira em um cenário de preeminência da produção internacional, sobretudo de EUA e Europa. Considerando, portanto, a geopolítica do conhecimento, a Sociologia Digital brasileira pode se desenvolver em paralelo e promover reflexões sobre a nossa sociedade. O objetivo é consolidar uma agenda de pesquisa em sintonia com a produção internacional e, com isso, ampliar as reflexões de pesquisadores do Norte Global e matizar as disparidades. O fortalecimento da Sociologia Digital no Brasil envolve principalmente o reconhecimento de que a criação e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede constituíram um eixo de investigação central para a maioria das áreas da disciplina com características que exigem repensar não apenas metodologias, mas também teorias e conceitos.

A PROBLEMÁTICA DAS TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIOLOGICA COM BIG DATA

A disponibilidade de *big data* implica conhecer técnicas de pesquisa distintas, que não se igualam às clássicas formas de pesquisa amostral. Tratam-se de conjuntos de dados que possuem um manejo complexo, exigindo-se conhecimentos técnicos especializados. Essa nova dimensão do uso de dados, a partir de mecanismos de aprendizagem de máquina, permite a amplos setores uma capacidade informacional, de previsão e de intervenções que não se tinha antes. “Está surgindo um campo que alavanca a capacidade de coletar e analisar dados

em uma escala que pode revelar padrões de comportamento individual e de grupo” (Lazer, 2009, p. 721, tradução minha). Todavia, Miskolci faz uma ponderação que permite uma percepção menos pessimista para as análises sociológicas em tempos de *big data* e Ciência de Dados. As análises, segundo o autor:

[...] não se tornarão melhores apenas por incorporarem mais dados em termos numéricos, assim como não se tornarão mais precisas pelo uso de ferramentas tecnológicas. (...) mas tal criação de dados e arquivos exige análise como resultado de transformações sociais recentes (2018, p. 147).

A estatística e as técnicas de amostragem foram e ainda são recursos amplamente utilizados para conhecimento do mundo, inferências, explicações e meio para tomadas de decisões. Como apontam McFarland, Lewis e Goldberg (2016) isso foi e é amplamente utilizado por várias áreas do conhecimento, inclusive pela Sociologia. Esses autores, entretanto, apontam para um novo momento, que vai tensionar o paradigma da amostra. O pequeno dado, geralmente de caráter amostral, possui diversas vantagens, mas também limitações, como custo, operação e alcance. Na visão apresentada pelos autores, o modelo de pesquisa tradicional, baseado em hipóteses amparadas nas teorias e em observações qualitativas para a coleta de dados amostrais, testes e generalizações etc., não é aplicável para o tipo de informação do *big data*. Os dados não são apenas grandes, mas ricos (dinâmicos e massivamente multivariados) e muitas vezes dizem respeito à forma e ao conteúdo das comunicações (*links*, imagens, áudios, vídeos e textos). Antigas técnicas analíticas são frequentemente inaplicáveis. Como resultado, há demanda por novas técnicas que reduzam e simplifiquem a dimensionalidade dos dados, identifiquem novos padrões e relações (etnografia computacional, linguística computacional, ciência de rede), que prevejam resultados. Segundo, porque disputará narrativas e espaço legitimado no debate público, nas tomadas de decisões e sobre as interpretações da realidade social. A convergência e a união do trabalho podem evitar uma demasiada influência das áreas computacionais sobre o fazer sociológico. Isso deve forçar os sociólogos a desenvolverem novas habilidades e a se conectar com as novas tecnologias e metodologias (Romariz, 2020).

Essa aproximação entre as áreas da Sociologia e TI pode evitar uma diminuição do papel da teoria a uma situação secundária, contornando análises fragmentadas e desunificadas da realidade social e exercendo um papel crítico diante das iniciativas que podem surgir. A geração de hipóteses, baseada naquele modelo clássico de pesquisa poderá ser cada vez mais orientada, também, por uma

análise prévia dos dados, pelo aprendizado de máquina e por padrões encontrados por inteligência artificial. Como exemplo é possível citar o caso da *Culturomics*, uma nova ciência dos fatos culturais propostas em um artigo publicado na *Science* por um conjunto de pesquisadores das áreas computacionais e estatísticas, baseando-se em métodos quantitativos, IA e *big data* (Michel et al, 2010).

Algo dessa dimensão nos coloca a necessidade de tensionar a bibliografia já existente a respeito das implicações socioculturais, políticas e sociológicas das tecnologias informacionais. A “sociedade da informação” teorizada por Castells (2005) é reformulada por Lyon (2018) como “sociedade de dados”, baseado nas transformações que caracterizam a produção massiva de dados. As conceituações de “virtual”, “real”, “atual” etc. elaboradas por Lévy (1999) também passam por um questionamento em torno da necessidade de a Sociologia se deslocar do binarismo que pode advir de tais elaborações. Portanto, existe uma demanda fundamental interna ao campo da Sociologia, que consiste em revisitar e fazer uma revisão crítica de toda a produção bibliográfica que relate sociedade e tecnologias informacionais.

IMPASSES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA DIGITAL EM TEMPOS DE BIG DATA

Para Abbott (2000, p. 298), a Sociologia estaria despreparada para lidar com a atual transformação tecnológica, pois não possuiria as ferramentas analíticas e a imaginação conceitual necessárias para tal. Contudo, no conjunto das discussões verificadas no levantamento bibliográfico realizado até o presente momento da pesquisa, é possível de antemão refutar essa afirmação do autor. A Sociologia é uma ciência, logo não é estática e tampouco apriorística conceitualmente. Os sociólogos possuem os recursos metodológicos prévios ou em elaboração para se enveredarem em qualquer novo terreno de análise, independentemente de sua complexidade ou atualidade. Os conceitos nos servem como amparos ou “muletas” para demarcar esse terreno da análise, e existe em cada autor clássico ou contemporâneo um método lógico de explicação conectado a um método de investigação.

Atualmente, a maioria das áreas de pesquisa utilizam estruturas computacionais para obter êxito em seus estudos. Na Biologia Computacional, por exemplo, essa estrutura é empregada para verificar padrões de comportamento dos seres vivos. Mas será que podemos manusear da mesma forma para análise de outros tipos de fenômenos? Segundo a proposta curricular do programa de pós-graduação em Ciências de Dados Sociais da Universidade de Copenhagen, a resposta é sim, utilizando-se de ferramentas da Ciências Sociais Computacional.

Os *softwares* e as técnicas de programação são empregados para modelar os dados, simular e analisar fenômenos sociais em moldes semelhantes aos das áreas biológicas, como no exemplo citado da Biologia Computacional. Vemo-nos diante de uma conjuntura que exige da Sociologia uma autorreflexão sobre qual poderá ser a sua inserção no campo científico para impactar as discussões para além do âmbito acadêmico.

Considero, no entanto, como temerária essa proposta de localizar padrões no comportamento social sob o risco de um influxo teórico-metodológico às bases do positivismo. Levanta-se com isso uma questão direta: *será que os ambientes virtuais e os big data refletem todas as especificações e individualidades de seus participantes e produtores*⁴? Percebe-se que não, pois as simulações reforçam os estigmas sociais, porém as humanidades digitais lançam um novo horizonte para a construção, desenvolvimento e análises das individualidades e identidades. Observa-se ainda uma possibilidade de ideologização, politização e instrumentalização da Sociologia e Ciências Sociais Computacionais para fins de controle social com base na padronização do comportamento a partir de dados individuais e coletivos.

Outro possível problema diz respeito a uma reedição da querela entre métodos qualitativos e quantitativos de análise. Devido à expansão e escalabilidade dos dados, parte considerável da análise de *big data* depende da lógica de programação automatizada baseada na fusão dos campos da *Natural Language Processing*, linguística e IA. Nos casos de “análise de sentimentos” (*sentiment analysis*) em redes sociais são utilizados algoritmos complexos fundamentados em *tags*, encadeamento de ideias, expressões, compartilhamentos e afins, que estimam como os usuários se sentem sobre determinados temas, marcas, candidatos em campanhas eleitorais ou demandas do mercado. Além disso, esses algoritmos são capazes de identificar entre o número total de usuários de redes sociais digitais aqueles que possuem uma opinião mais influente (Wright, 2009; Agarwal et al, 2011, Nascimento, 2016).

Por outro lado, abre-se um campo de estudos e de observação da própria atividade do sociólogo diante das tecnologias informacionais:

A Sociologia Digital tem implicações muito mais amplas do que simplesmente estudar as tecnologias digitais, levantando questões sobre a prática da socio-

4 Produtores no sentido proposto pela teoria marxista: sujeitos que não conseguem se reconhecer na mercadoria resultante do seu trabalho. Ou seja, os produtores de *big data* são todas as pessoas que geram esse conteúdo a partir da sua navegação online, porém desconhecem os mecanismos de captação de seus dados e os usos que deles são feitos posteriormente.

logia e a pesquisa social. Ela também inclui pesquisas sobre como os próprios sociólogos estão usando as mídias digitais sociais e outros como parte do seu trabalho (Lupton, 2015, p. 15).

Outra vertente de explicação dos impactos e relações da sociedade e cultura com as tecnologias informacionais entende que a “difusão praticamente viral dos computadores pessoais, dos *smartphones*, *laptops* e *tablets* parece extrapolar, até certo ponto, algumas das conhecidas barreiras de estratificação social, de classe, de gênero ou de idade.” (Nascimento, 2016, p. 218). Com isso, não é difícil perceber que uma parte dos processos sociais passam a depender, em algum momento, do funcionamento dessas máquinas. As transformações das relações sociais, da cultura e das instituições estariam condicionadas às novas formas de comunicação dependentes das tecnologias digitais que adquiriram um uso generalizado (Horst, Miller, 2012; Prior, Orton-Johnson, 2013; Jordan, 2014; Lupton, 2015).

Apoiados nessa perspectiva alguns autores passaram a defender a ideia de uma nova e atualizada forma do fazer sociológico (Wynn, 2009; Beer et al, 2007, 2013; Lupton, 2015). As conclusões desses autores não são exatamente novidades, se considerarmos que esse fazer sociológico é um fazer científico e, portanto, dinâmico e atento às transformações da realidade social. Ao contrário, suas preocupações parecem ser mais no sentido de alertar para as novas demandas da Sociologia. O ofício de sociólogo requer, nos nossos tempos, uma aproximação com as novas tecnologias, mas que não seja apenas como possíveis objetos de pesquisa. Trata-se, especialmente da utilização de tais recursos em todo o processo formativo nas Ciências Sociais. No caso do Brasil, a maior concentração de cursos de Ciências Sociais está na universidade pública, que é sustentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Assim, as atenções em relação aos usos das tecnologias já possuiriam um caminho institucional comum a todas as áreas do conhecimento atendidas por essa universidade.

[...] na medida em que as tecnologias de informação e comunicação baseadas na Internet transformaram a sociedade, elas transformaram, também, a disciplina da sociologia. De forma mais geral, estas tecnologias alteraram a forma como cientistas e acadêmicos de todas as áreas buscam e referenciam informação relevante, inclusive a literatura acadêmica. Além disso, abordagens específicas à pesquisa sociológica também se transformaram (Witte, 2012, p. 83).

Lupton (2015) tem como argumento central a constatação das mudanças digitais em absolutamente todos os fenômenos de estudo da Sociologia e a consequente necessidade de uma prática sociológica digitalizada. A autora elenca em sua pesquisa uma tipologia em quatro tópicos que seriam reveladores da singularidade da Sociologia Digital: 1) a prática profissional digitalizada: o uso de ferramentas digitais como parte da prática sociológica; 2) pesquisas com análises sobre como os usos da tecnologia digital configura um senso de identidade e molda as relações sociais, também enfocando o papel da mídia digital na reprodução e criação de estruturas sociais; 3) análise de dados digitais para pesquisas quantitativas e qualitativas; e 4) utilização da teoria social e cultural a fim de embasar as análises de uma Sociologia Digital crítica (Lupton, 2015, p. 15-16). Esses quatro tópicos possuem um elemento em comum e que é enfatizado na pesquisa de Lupton: a necessidade de se desenvolver as *computing skills* para repensar a Sociologia no contexto da sociedade digital (Lupton, 2015, p. 46). E a quase totalidade da comunidade sociológica não tem acesso aos mesmos e, ainda que tivesse, dificilmente seria capaz de analisá-los com as ferramentas analógicas da sociologia tradicional. Por esse motivo, os *big data* possuem um papel de destaque na Sociologia Digital como objeto e fonte de suas pesquisas.

O *big data* abre uma nova seara de estudos a partir de um duplo movimento na e para a Sociologia. Por se tratar de um material extenso e resultante da ação humana ele carrega em si a relevância para o campo científico sociológico, bem como movimenta a Sociologia no sentido de apreender seus movimentos, dinâmicas e reprodução a partir de novas teorias e técnicas que permitam seu manejo e análise. Em síntese, essa proposta pela via da Sociologia Digital entende que a Sociologia deve não apenas revisitar suas bases clássicas, mas também “fazer um ‘upgrade’ de sua clássica fundamentação teórica e metodológica para lidar com novos fenômenos que simplesmente não existiam nas sociedades de cerca de 150 anos atrás, quando do seu surgimento.” (Nascimento, p. 230, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *big data* é pensado nesta pesquisa ora em desenvolvimento como um recurso técnico, ora como objeto de estudos sociológico dado o seu caráter multidisciplinar e fruto do trabalho e ação humana, sendo até mesmo um objeto de disputa entre diferentes campos do saber. Circunscrito inicialmente ao campo da computação e tecnologias informacionais, este objeto de investigação ganha relevância sociológica ao ser apontado como um artefato sociocultural. Em outros

termos, estamos tratando de algo resultante das interações humanas em âmbito digital.

Esse componente do digital dificulta a inserção analítica de uma ciência de estudos sociais, culturais e políticos, como a Sociologia. Todavia, esse é um espaço em que os recursos metodológicos precisam ser adaptados e pensados com base no recurso do artesanato intelectual e imaginação sociológica. Nessa ótica, “o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto.” (Martins, 2013, p. 24). O desafio que se coloca aos sociólogos e a esta pesquisa é a aproximação e aprendizagem da utilização de recursos e técnicas informacionais para acessar os dados, como *softwares* de bancos de dados e linguagens de programação. Isso talvez ainda seja um pouco distante da realidade de jovens sociólogos ou estudantes de Ciências Sociais no Brasil, por isso a pesquisa em andamento tem a intenção de promover e estimular os estudos de temas congêneres com estudantes dos níveis de graduação e pós-graduação.

Uma hipótese da pesquisa é de que a Sociologia digital, por meio dos sociólogos interessados nas suas temáticas, ainda está construindo os seus campos de pesquisa e circunscrevendo seus objetos de estudos; e tanto o *big data* quanto as tecnologias informacionais que contribuem para a organização destes dados adquirem uma expressão de fenômeno de comunicação de massa, permitido um diálogo construtivo com a Sociologia da Cultura. Com isso, a Sociologia Digital está nas disputas por reconhecimento e legitimidade dentro do *campo* das Humanidades e do próprio campo da Sociologia e das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. (2000). Reflections on the Future of Sociology. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 2, pp. 296.
- AGARWAL, Apoorv. et al. (2015). Sentiment Analysis of Twitter Data. In: Workshop on Language in Social Media (LSM 2011), 2011, Portland, Oregon. Proceedings... Portland, Oregon: Association for Computational Linguistics, 2011. p. 30–38. <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2021109.2021114> (Acesso em 08/01/2023).
- BEER, David.; BURROWS, Roger. (2013). Popular Culture, Digital Archives and the New Social Life of Data. *Theory, Culture & Society*, V. 30, p. 47-71. <https://doi.org/10.1177/0263276413476542>
- BERGSTRÖM, Marie (2018). De quoi l'écart d'âge est-il le nombre ? L'apport des big data à l'étude de la différence d'âge au sein des couples. *Revue française de sociologie*, vol. 59, n°. 3, pp. 395-422.

- BOLAÑO, C. R. S., & VIEIRA, E. S. (2015a). The Political Economy of the Internet: Social Networking Sites and a Reply to Fuchs. *Television & New Media*, V. 16, n. 1, p. 52-61. <https://doi.org/10.1177/1527476414527137>
- BOLAÑO, C. R. S., & VIEIRA, E. S. (2015b). Digitalisation and Labour: A Rejoinder to Christian Fuchs. *Triple C*, V.13, nº 1, p. 79-83. <https://doi.org/10.31269/triplec.v13i1.666>
- CASTELLS, Manuel (2005). *A Sociedade em Rede*. Vol. 1, 4^a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- COINTET, Jean-Philippe; PARASIE, Sylvain (2018). Ce que le big data fait à l'analyse sociologique des textes. Un panorama critique des recherches contemporaines. *Revue française de sociologie*, vol. 59, noº 3, pp. 533-557.
- COURMONT, Antoine (2018). Plateforme, big data et recomposition du gouvernement urbain. Les effets de Waze sur les politiques de régulation du trafic. *Revue française de sociologie*, vol. 59, nº. 3, pp. 423-449.
- DANTAS, Marcos (2003). Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. *Lua Nova*, nº 60.
- FUCHS, Christian. (2015). Against Divisiveness: Digital Workers of the World Unite! A Rejoinder to César Bolaño and Eloy Vieira. *Television & New Media*, V. 16, n. 1, p. 62-71. <https://doi.org/10.1177/1527476414528053>
- HAYASHI CHIKIO. (1998). WHAT IS DATA SCIENCE? FUNDAMENTAL CONCEPTS AND A HEURISTIC EXAMPLE DANS C. HAYASHI *et al*, *Data Science, Classification, and Related Methods. Studies in Classification, Data Analysis, and Knowledge Organization*, Springer Japan, p. 40-51.
- HORST, Heather, A.; MILLER, Daniel. (2012). *Digital Anthropology*. [S.l.]: Bloomsbury Academic.
- JORDAN, Tim. (2014). *Internet, Society and Culture: Communicative Practices Before and After the Internet*. Reprint edition ed. [S.l.]: Bloomsbury Academic.
- KOTRAS, Baptiste (2018). Le tout plutôt que la partie. Big data et pluralité des mesures de l'opinion sur le web. *Revue française de sociologie*, vol. 59, nº. 3, pp. 451-474.
- LAZER, David. et al. (2009) Computational Social Science. *Science*, v. 323. <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1167742>.
- LÉVY, Pierre (1999). *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34.
- LUPTON, Deborah (2015). *Digital Sociology*. [S.l.], Routledge.
- LYON, David. (2018). *The culture of surveillance: watching as a way of life*. Cambridge: Polity Press.
- MARTINS, José de Souza (2013). O artesanato intelectual na sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*. V. 1, n. 2.

- MCFARLAND, Daniel; LEWIS, Kevin; GOLDBERG, Amir (2016). Sociology in the Era of Big Data: the ascent of Forensic Social Science. *The American Sociologist*, n. 47, p. 12-35. <https://link.springer.com/article/10.1007/s12108-015-9291-8> (acesso em 08/01/2023)
- MICHEL JEAN-BAPTISTE., SHEN, Yuan Kui, PRESSER AIDEN Aviva. *et al.* (2010). Quantitative Analysis of Culture Using Millions of Digitized Books, *Science*, 331, 6014, p. 176-182. <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1199644> (acesso em 08/01/2023).
- MISKOLCI, Richard. (2016), Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, pp. 275-297.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de F. (2018). Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira de Sociologia*. V. 6, nº 12, jan-abr.
- NASCIMENTO, Leonardo F. (2016). A sociologia digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, v. 18, p. 216-241.
- PRIOR, Nick; ORTON-JOHNSON, Kate. (2013). *Digital Sociology: Critical Perspectives*. [S.l.]: Palgrave Macmillan.
- RHUKUZAGE, Serge K. (2020) Sociologia digital ou sociologia do digital? *Ver. Abordagens*. João Pessoa, V.2, nº 1, jan-jun.
- ROMARIZ, Harlon (2020). O papel da Sociologia na era do big data. *Blog do IFCH da UFRGS*, novembro. Acesso em: 08/08/2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdoifch/o-papel-da-sociologia-na-era-do-big-data/> (acesso em 08/01/2023)
- SEVERO, Marta; LAMARCHE-PERRIN, Robin (2018). L'analyse des opinions politiques sur Twitter. Défis et opportunités d'une approche multi-échelle. *Revue française de sociologie*, vol. 59, nº. 3, pp. 507-532.
- TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio A. (2017). Enjeux sociaux des Big Data. Mokrane Bouzeghoub, Rémy Mosseri. *Les Big Data à découvert*, CNRS Editions, pp. 292-293.
- TUBARO, Paola ; BASTIN, Gilles (2018). Le moment big data des sciences sociales. *Revue française de sociologie*, Presses de Sciences Po / Centre National de la Recherche Scientifique, *Big data, sociétés et sciences sociales*, 59 (3), pp.375-394.
- TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio A.; COVILLE, Marion (2020). The trainer, the verifier, the imitator: Three ways in which human platform workers support artificial intelligence. *Big Data & Society*, 7 (1), SAGE.
- WITTE, James. C. (2012). A Ciência Social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. *Sociologias*, v. 14, n. 31. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/34927> Acesso em: 10/08/2022.

WRIGHT, Alex. (2009). Mining the Web for Feelings, Not Facts. *The New York Times*, New York, 24/08/2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/08/24/technology/internet/24emotion.html> Acesso em: 13/08/22.

WYNN, Jonathan. R. (2009). Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom. *Sociological Forum*, v. 24, n. 2, 1 jun. pp. 448–456. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1573-7861.2009.01109.x> . Acesso em 08/01/2023).

Off/On: La construcción de la identidad virtual a través de la socialización por videojuegos y la producción de nuevas relaciones sociales en los márgenes de lo virtual y lo no virtual

Off/On: The construction of virtual identity through socialization by video games and the production of new social relations on the margins of the virtual and the non-virtual

Cristóbal Caro Villegas^a , Alejandro Marambio-Tapia^b 

Abstract Este artículo nos invita a pensar sobre relaciones entre lo off-line-online en varias dimensiones: capacidad de agencia, socializaciones, identidades y qué es lo virtual/real. A través de un análisis del videojuego World of Warcraft y parte de su comunidad intentamos comprender como funciona su espacio social virtual, cuáles son las reglas que posee este espacio, de qué manera los videojugadores conforman su propia identidad virtual, y como dialogan y tensión a lo off y lo online. A través de entrevistas semi-estructuradas y observación participante virtual se recogen datos que pretenden ilustrar la argumentación respecto a las nuevas formas de construir la socialización y las relaciones sociales, y como deambulan desde lo superficial a lo más significativo, en un eje, y desde lo virtual a no virtual, en otro eje. Esto último lleva a discutir el carácter “virtual”, en tanto opuesto de lo “real”, ya que es “real”, al fin y al cabo, y más bien nos lleva a considerar a lo off y a lo on-line como distintas dimensiones donde se estructura lo social. Ponemos atención a las tensiones entre la identidad propia off/on y a su vez, la identidad de otros off/on, lo que puede conducir a “rehumanizar” la identidad on-line y a “deshumanizar” la off-line, debido la posibilidad cierta de mostrarse agresivos frente al otro, y ese otro es un todo off/on.

Palabras claves videojuegos. identidad virtual. socialización virtual. world of warcraft. etnografía virtual.

a Universidad Católica del Maule

b Universidad Católica del Maule

Abstract This article invites us to think about relationships between the off-line-online in several dimensions: agency capacity, socializations, identities and what is virtual/real. Through an analysis of the *World of Warcraft* videogame and part of its community, we try to understand how its virtual social space works, what are the rules that this space has, how gamers make up their own virtual identity, and how they dialogue and tension through the off and the online. Through semi-structured interviews and virtual participant observation, data is collected that intends to illustrate the argument regarding the new ways of building socialization and social relationships, and how they wander from the superficial to the most significant, on one axis, and from virtual to non-virtual, on another axis. The latter leads to discuss the “virtual” character, as opposed to the “real”, since it is “real”, in the end, and rather leads us to consider the offline and the online as different dimensions from which the social is structured. Let us pay attention to the tensions between the off/on identity and, in turn, the identity of others off/on, which can lead to “rehumanizing” the online identity and “dehumanizing” the offline identity, due to the clear possibility of being aggressive facing each other, and that other person is completely off/on.

Keywords videogames. virtual socialization. virtual identity. world of warcraft. virtual ethnography.

INTRODUCCIÓN¹

Este artículo busca analizar el espacio de socialización virtual que ofrece el videojuego *World of Warcraft* (WW). Junto a esto, también se indaga la forma en que los videojugadores construyen su identidad virtual dentro de este espacio, como construyen y negocian sus reglas de funcionamiento y el mundo de significados comunes que se configura con sus experiencias e interacciones. La investigación que sustenta este artículo se basa en una serie de entrevistas semiestructuradas a 18 miembros de la comunidad WW y a una observación participante de cuatro meses que permitió acceder a las interacciones de primera fuente.

Los videojuegos han evolucionado y ya no nos enfrentamos a simples juegos — sin despreciar lo lúdico —, sino que se han transformado en lugares virtuales interactivos, convirtiéndolos en espacios sociales capaces de crear comunidades. En tanto industria cultural, los videojuegos intentan reflejar aspectos de la vida cotidiana, así como también ambientes de fantasía donde ocurren aventuras, paisajes y mundos complejos (Sánchez, 2015). WW ofrece narrativas que se desarrollan en

¹ Los autores desean agradecer al Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social ANID/FONDAP/15130009 y al Proyecto Fondecyt 11200893.

un mundo quasi-medieval, donde conviven personajes y razas de diversos tipos como los orcos, enanos, elfos, etc. Asimismo, hay un grupo incipiente de estudios que apuntan a la caracterización de la comunidad de videojugadores y sus prácticas de juego (Marcano, 2011; Ruiz et al, 2019) y una tipología de las relaciones que se pueden producir en ellas (Acevedo, Maya, 2016).

Nuestros argumentos apuntan a dos aspectos de este mundo y su normatividad y desregulación. El primero, a que las reglas de funcionamiento de una comunidad virtual como WW recogen códigos de lo off-line a lo on-line, cuando la espacialidad virtual así lo permite, lo que tensiona dichas interacciones en espacios “simulados”. Nuestro segundo punto es que los videojugadores tienen mayores grados de libertad para construir su identidad virtual, ya que cuando lo on-line está desanclado de lo off-line se autoasignan roles con ciertas expectativas sobre el futuro (Beckert, 2016) y es sobre dicha base que construye su identidad en el juego. Esto último lleva a discutir el carácter “virtual”, en tanto opuesto de lo “real”, ya que es “real”, al fin y al cabo, y más bien nos lleva a considerar a lo off y a lo on-line como distintas dimensiones donde se estructura lo social. Ponemos atención a las tensiones entre la identidad propia off/on y a su vez, la identidad de otros off/on, lo que puede conducir a “rehumanizar” la identidad on-line y a “deshumanizar” la off-line, debido la posibilidad cierta de mostrarse agresivos frente al otro, y ese otro es un todo off/on.

Las *arcade*, término en inglés que se usa para nombrar a los establecimientos públicos donde se solía consumir videojuegos entre los 1980s y 1990s, se constituyeron como un espacio de socialización físico que permitía a los individuos reunirse con sus amigos, entablar conversaciones e interactuar con otras personas. Posteriormente, el surgimiento y sofisticación de nuevas consolas de videojuegos, destinadas al consumo casero de videojuegos, provocó que las *arcades* perdieran relevancia. Sin embargo, tanto en lugares públicos y privados, los videojuegos nunca perdieron su elemento de compartencia, ya sea por la generación de espacios para socializar el conocimiento sobre los mismos videojuegos o por considerarse “lugares” expresivos, ya sea en contextos físicos o virtuales (Belli, Lopez, 2008). Actualmente, persisten espacios físicos como ferias o eventos *gamers* y lo virtual se ha ido sofisticando: los videojugadores se comunican por chats de voz dentro de los videojuegos y crean comunidades dinámicas donde comparten ideas, conversaciones, imágenes, etc. En síntesis, los videojuegos han sido capaces de crear y establecer instancias de socialización tanto virtuales como físicos, que a través del paso del tiempo han variado espacialmente, pero han logrado mantener su elemento interaccional y comunitario.

MARCO CONCEPTUAL

El interés principal de este artículo se centra en los espacios de socialización virtual que ofrecen los videojuegos junto a la identidad virtual y el comportamiento del individuo dentro de las reglas de este espacio virtual. El artículo basa su propuesta argumental sobre la articulación de tres conceptos en torno a la práctica y consumo de videojuegos: socialización, comunidad, identidad y cómo pueden ser entendidos desde la virtualidad.

Los videojuegos, desde sus orígenes, han sido una gran innovación. Según Quiroz y Tealdo (1996), desde lo intergeneracional, el videojuego transmite y socializa “saberes” de manera oral, es decir, como si fuera una historia o una cultura. Por otra parte, el videojuego es una representación o reproducción de lo que es la propia vida, las actividades, las costumbres y valores. Desde sus primeras versiones, los videojuegos generaron espacios, donde se aprende moralidad, sociedad y conocimiento. La perspectiva de socialización virtual se nutre de la experiencia de juego, que constituye una práctica vivenciada en el contexto del videojuego, que involucra interacciones con desconocidos que modifican dicha vivencia, y que puede generar relaciones (Eguia-Gómez et al, 2012).

En la línea anterior, el concepto de comunidad virtual en tanto grupo organizado y recurrente para intercambiar información en torno a intereses comunes y por medios electrónicos es de larga data (Rheingold, 1993; Barab, Duffy, 2000; Valiente, 2004). Sin embargo, en tanto dispositivo sociotécnico, en los últimos años se ha ido complejizando conforme las infraestructuras tecnológicas también lo hacen. Esto ha dado paso a sistemas donde los miembros de la comunidad pueden ir construyendo identidades y pueden ser valorados de distinta manera por los otros miembros, y circulan modos potencialmente más estables de relacionarse, incluyendo apoyo y pertenencia (Wellman et al, 2002). El aspecto distintivo de las comunidades de los videojuegos es que se crean por y para lo digital y se consolidan reglas o prácticas para entender y desenvolverse dentro de estos espacios de socialización virtual, mediante los cuales las personas pueden gestionar sus relaciones.

Nociones generales de la identidad resultan útiles para caracterizar un concepto más específico para el estudio: la identidad virtual. La identidad tiene algo esencial, pero a la vez móvil, construido a través de la interacción – simbólica – con otros (Larraín, 2003). Los videojugadores establecen su propia identidad de videojugador a través de interacciones con otros, en donde se comparten las mismas experiencias, memorias y vivencias, y así consiguen integrarse dentro de este grupo o comunidad de videojugadores, a través de la socialización virtual. En

términos concretos, implica sentirnos parte de aquello común que da origen a la comunidad, lo que se va reafirmando en estas relaciones sociales virtuales.

Por otra parte, la identidad ayuda a diferenciarnos de otras personas, en términos individuales, pero a su vez también nos puede acercar a un determinado grupo de personas con las cuales compartimos algunas similitudes, como puede ser la misma nacionalidad, el haber nacido en el mismo territorio, comunidad, etc., es decir, nos sentimos identificados junto a otras personas debido a que compartimos vivencias, memorias y experiencias en algún grupo determinado (Muros, 2011). Para los videojugadores persiste este mismo principio, ya que poseen las mismas experiencias, vivencias y memorias, que es la del videojugador, además de la inclusión al espacio de socialización virtual que ofrecen múltiples interacciones y pertenencia. En términos concretos, la afirmación de la diferencia identitaria se inicia con la elección de aquellos elementos que nos distinguirán: apodo, avatar y todo lo que podamos expresar y/o personalizar.

Lo off y lo on-line se tensionan en la identidad, y es difícil pensarles como “mundos” completamente separados. Lo virtual generalmente se relaciona con las denominadas redes sociales virtuales, pero también incluyen videojuegos y simulaciones. El punto inicial es la creación de un avatar o *identidad electrónica* que permita relacionarse con otros, y que eventualmente puede ser más atractiva que la “personalidad real” (Portillo, 2016), por su ductilidad e idealización. Por lo que dentro de los espacios virtuales tenemos la posibilidad de crear nuestra propia imagen la cual nos identificara dentro de este vasto mundo virtual, teniendo la oportunidad de mostrarnos como queramos a las demás personas que utilizan el espacio virtual, ya que simplemente podemos adoptar otra identidad y enseñarle a los demás solo lo que nosotros permitimos que puedan ver. Lo mismo sucede con los videojuegos, ya que son representaciones virtuales de nosotros mismos.

Si bien en estos espacios virtuales o redes no compartimos un espacio físico – si compartimos ciertas similitudes, como pertenecer a este mismo espacio virtual, es decir, formar parte de este, tener un rol definido, ya que es un espacio en donde somos capaces de reconocer los símbolos que posee, sus códigos, etc., al igual que como nosotros percibimos nuestro espacio físico, en término de sentido pertenencia (Muros, 2011). En la identidad virtual confluyen fenómenos de identidad colectiva, que permiten acercarse o alejarse de los grupos, además del fenómeno de identidad individual o personal que permite identificarse con diferentes entidades (Portillo, 2016). Pertener a un grupo o comunidad virtual implica que se comparte un núcleo de representaciones sociales que los define – opiniones, actitudes, entre otras – y que el no pertenecer a este grupo o comunidad virtual significa que el

sujeto se encuentra excluido, es decir que no tiene acceso a compartir de manera virtual con otras personas, no tiene acceso a la información que comparten otras personas, fotos, eventos, entre otro tipo de cosas. Lo mismo sucede con los videojugadores, quienes solo pueden establecer una interacción social virtual dentro de este mundo con otras personas o videojugadores que sean parte de dicha comunidad, ya que no se podría entrar en contacto con individuos que se encuentran excluidos de este mundo virtual que ofrecen los videojuegos (Muros, 2011).

Los individuos se comunican y transmiten información usando estos símbolos mediante los cuales perciben el espacio social en el que se desenvuelven con otros individuos. En los espacios digitales ocurre de la misma manera. Se entienden y apropián estos mismos códigos sociales es que pueden – y quieren – entenderse dentro del mismo videojuego. Esta “afluencia recíproca” también aplica a la interacción virtual que tienen los videojugadores dentro de los espacios de los videojuegos, ya que como se explicó anteriormente, la acción que realice un jugador tendrá repercusiones en la reacción y acción que tendrán los demás jugadores, adoptando así un cierto “papel” o “actuación” que asumirá el control en dicha situación, ya que la interacción y actuación van de la mano según los términos de Goffman (2001).

METODOLOGÍA

El videojuego analizado aquí es World of Warcraft, un videojuego de rol multi-jugador masivo en línea lanzado en 2004. A partir de esta fecha el juego ha tenido actualizaciones y expansiones. El estudio se basa en entrevistas semiestructuradas realizadas de manera virtual – en contexto de crisis sociosanitaria – con 18 miembros de la comunidad virtual WW, debido al enfoque constructivista asumido y las perspectivas conceptuales que le dieron forma. El muestreo de las unidades de análisis, esto es, los videojugadores, se hizo por conveniencia (Martínez-Salgado, 2012) bajo el criterio del tiempo que llevaban siendo parte de la comunidad virtual WW, ya que, a mayor tiempo, mayor cantidad de interacciones, actuaciones y asentamiento de identidad. Se estableció un mínimo de 10 años de pertenencia, que hayan creado efectivamente una identidad virtual, y se consideraron sólo videojugadores de Chile. Las entrevistas se realizaron con la plataforma Discord, *ad hoc* para videojuegos. Finalmente, se entrevistaron 11 hombres y 7 mujeres.

En las entrevistas se abordaron temas del inicio y conocimiento del WW, la creación de la identidad virtual inicial, y las capacidades técnicas y cognitivas relacionadas con el videojuego. Se profundizó en los procesos de elección de identidades y reflexiones sobre la comparación entre identidad virtual e identidad fuera del juego, de qué forma los videojugadores se relacionaban con el espacio virtual

del videojuego y como se desenvolvían socialmente dentro de este videojuego. Considerando el género del videojuego -juego de múltiples roles-, era importante indagar en la adopción de papeles.

Adicionalmente, se trianguló la información con datos recolectados a través de una observación participante de cuatro meses del mundo virtual del videojuego de una forma más espontánea y “natural” – experiencia de videojugador –, lo que permitió describir de forma sistemática eventos, comportamientos y artefactos de dicho mundo (Kawulich, 2018). Esto fue fundamental para indagar en las comunicaciones directas entre videojugadores, es decir, en las interacciones de la socialización virtual. El estudio de un videojuego en específico se hace más eficiente a través de una observación directa, con tintes de etnografía virtual (Hine, 2008), puesto que permite acceder a cómo se conforma su espacio de socialización virtual y la creación de identidades virtuales, ya que no todos los juegos son iguales, por lo que no todos construyen sus espacios de idéntica forma. La observación participante demandó la creación de un personaje para poder ingresar al mundo del videojuego, la selección de una identidad y la participación en las múltiples tareas individuales y colectivas que requiere el juego. Gracias a este ingreso, se observaron cómo eran estas interacciones sociales y en qué grado sucedían. Estas interacciones, mensajes y prácticas se sumaron a lo recolectado en las entrevistas.

La información recopilada en las entrevistas y las interacciones se procesó a través de un análisis de contenido que permite ser aplicado virtualmente con cualquier forma de comunicación (Andréu, 2000). Esto facilitó el análisis sobre cómo se producen las comunicaciones entre los videojugadores, cómo se establecen estas reglas de comportamiento en este espacio virtual y cómo además se va creando esta identidad virtual mediante la cual pueden comunicarse con otros jugadores dentro del videojuego. Se utilizó una codificación de tipo abierta lo que permitió flexibilidad para triangular la información y su interpretación tentativa en categorías (Strauss, Corbin, 2016). Las entrevistas semiestructuradas y la información obtenida a través del uso de la observación participante se procesaron con *Atlas.ti*.

RUTAS BIDIRECCIONALES ENTRE LO OFF-LINE Y LO ON-LINE

A través de nuestro análisis, interesa discutir el carácter “virtual”, superando su consideración como un opuesto de lo “real”, ya que, en primer término, es ontológicamente “real”, argumentamos, y, en resumidas cuentas, lo “real” y “virtual” operan bidireccionalmente, transponiendo experiencias, conocimientos y relaciones entre una y otra dimensión, como puede apreciarse en la comunidad

de WW. Esto nos lleva, al fin y al cabo, a considerar a lo off y a lo on-line como distintas dimensiones donde se estructura lo social.

SOCIALIZACIÓN VIRTUAL TENSIONADA DESDE EL MUNDO “REAL”

Existen diversos casos en WW de videojugadores que valoran las relaciones sociales virtuales, y la consideran una red social, tanto o más importante que el mundo off-line, donde ambas dimensiones terminan por constituir su “mundo”. Desde su perspectiva, WW ha permitido que diversos tipos de personas sean capaces de establecer relaciones sociales de toda índole a pesar de ser un espacio virtual destinado a jugar, sin embargo, también la idea de este videojuego es de cierta forma “obligar” a los jugadores a interactuar con otros para así conseguir metas y objetivos en común, y es esta misma interacción lo que ha generado que los jugadores puedan encontrar amigos, parejas, etc., entonces se puede deducir e incluso considerar a WW como un punto virtual en el cual los jugadores pueden ingresar a un mundo virtual el cual asemeja sus bases a la vida cotidiana, debido a que los jugadores pueden encontrarse con situaciones de la vida real como la socialización, conversación con personas, trabajos, amigos, etc., por lo que en cierta medida se reflejan aspectos de la sociedad dentro de un videojuego destinado a la colaboración, comunicación e interacción entre jugadores dentro del mismo videojuego.

La habilidad que tienen para comunicarse con los demás y la importancia de ser con el otro de no estar tan sumido en uno y salir a interactuar con el otro porque los objetivos se logran en grupo (Conversación con Entrevistado 3 vía Discord – Entrevista).

Lo virtual ha impactado lo no virtual y cómo se entienden y significan la profundidad de las relaciones en lo virtual. En este sentido, la bidireccionalidad produce relaciones que van de un lado a otro, por lo que la existencia de una diferencia entre una dimensión y otra es difícil de percibir.

Lo primero es que terminan siendo relaciones muy profundas en relación a mis amigos del WW, yo los considero mi familia y nos juntamos cada cierto tiempo a hacer un asado y siempre estamos para el otro (Conversación con Entrevistado 3 Discord – Entrevista).

Una relación social virtual no tiene menos importancia o no es más débil por el hecho de ser virtual, sino que depende del interés de los individuos que crean y

mantienen dicha relación social para que pueda ser tan o más fuerte que otras relaciones sociales cara a cara en la vida no virtual. Existen relaciones sociales dentro del videojuego que traspasan la barrera de lo virtual y provocan que estas personas puedan reunirse para celebrar, beber algo, conversar, inclusive dentro de las entrevistas existe una persona la cual conoció a su actual esposa dentro del videojuego:

Nosotros nos conocimos cuando empezó “Tradema” y resulta que yo empecé a jugar en el oficial porque venía de un server pirata... En ese lapso habíamos armado un grupito de calabozos en modo desafío... y resulta que por ahí que le llamo la atención que yo era super pesado y la cosa es que me echaron y seguimos jugando en calabozos de desafíos y ahí empezó la amistad, pero te estoy empezando de ahí a cuando empezamos nuestra relación habrá pasado 4 años (Conversación con Entrevistado 5 vía Discord - Entrevista).

Otro elemento, propio de la narrativa de este videojuego, es jugar de forma cooperativa con otros jugadores, por lo que cualquier jugador interesado en profundizarse en la historia y en querer conseguir cualquier tipo de objetivo necesitará interacción y comunicación con otros jugadores. De esta forma estas interacciones también se dan de la misma forma en lo off y on-line.

La experiencia compartida de los videojuegos implica que los jugadores se enfrentan a situaciones que requieren de un trabajo en equipo y de habilidades sociales para comunicarse con otras personas con las cuales se comparte este interés y objetivo común, por lo que además se puede considerar como una “preparación” para lo que es la vida real al momento de tener que enfrentarse a situaciones reales de la vida cotidiana tales como el mundo del trabajo.

Nuestras relaciones sociales se originan en redes de relaciones (Grossetti, 2009) léase trabajo, barrio, organizaciones, la familia, los amigos, es decir, redes institucionales, aunque los individuos realizan filtros que pueden ser instrumentales o no (Goffman, 2001). En WW nos encontramos también con esta instrumentalidad por obligación para cumplir objetivos, que luego puede evolucionar a vínculos más profundos.

Las habilidades blandas están estrechamente ligadas a la socialización cara a cara, a la socialización virtual y a la propia identidad del individuo. Redescubren en sí mismas habilidades que en un principio creían no poseer, lo que provoca un nuevo plano de conocimiento interno en las personas.

Para mí el juego significó un antes y después en mi vida, para mí el juego me entregó muchísimas cosas, porque por un lado me abrió a un mundo que hacía explotar mis habilidades a tal punto que logré superarme en muchas cosas como persona (Conversación con Entrevistado 13 vía Discord - Entrevista).

Todos los entrevistados han relatado como esta experiencia les ha ayudado a comprender de mejor manera que este videojuego les ha ayudado en muchos aspectos de su vida personal, social, y laboral dentro de las cuales destacan la ayuda del videojuego en cuanto a dominar el idioma inglés.

[D]esarrolla habilidades que no sabía que tenía, pero las descubrió por medio del juego porque se metió tanto en el juego y aprendió... aprendió mucho y ya después podía enseñarles a otros a como jugar y de esa manera se pudo desarrollar (Conversación con Entrevistada 4 vía Discord - Entrevista).

Otras habilidades constituyen el liderazgo, ya que el juego pone a los jugadores en un plano de orden y de instrucciones para así lograr organizar un grupo en el que ninguno se conoce.

Las partidas que yo lideraba en el juego me dieron la suficiente confianza de decir 'no, hacer eso no está bien, esto es lo que hay que hacer' y la suficiente confianza para que la gente confiara en mí y siguiera el camino que yo indicaba y para también expresarme mejor con otras personas, porque yo antes era super tímida (Conversación con Entrevistada 7 vía Discord - Entrevista).

IDENTIDAD VIRTUALIZADA

La idea de socialización virtual se encuentra fuertemente relacionada a lo que es la identidad grupal e individual, lo mismo que sucede con las redes sociales en internet, sin embargo, la idea de WW permite a las personas replantearse esta idea de identidad y su relación con lo que ocurre off-line.

Mas cosas así, había otro amigo que... siempre son más extremos y un amigo era druida, le gustaban los druidas, porque son corpulentos y solamente por eso y después el entro al gimnasio y empezó a hacer ejercicio y después el quedo corpulento como que partió en el juego buscando algo que le dio fuerza y termino siendo el fuerte en la vida real (Conversación con Entrevistado 6 vía Discord - Entrevista).

Son los mismos videojugadores quienes han notado que otras personas intentan reflejarse tanto física como psicológicamente con sus personajes, ya sea por algún tipo de rasgo físico que los caracteriza, por algún comportamiento psicológico que tengan o por la manera en que piensan y observan el mundo que les rodea. Existen muchas opciones y alternativas para la construcción de un personaje, lo que al final es una cosa de gustos, sin embargo, ellos se preguntan “¿Cómo quiero reflejarme hacia los demás jugadores dentro del videojuego?”, “¿Es esto realmente lo que me identifica?” “¿Percibo estos rasgos en mi persona?”, por lo que esta construcción de identidad virtual depende de los factores de cómo se sienten y perciben los mismos jugadores dentro de un mundo de fantasía y destacan aquellos rasgos que les gusta o les identificaría más en ese tipo de mundo. Portillo (2016) afirma que la identidad de un usuario dentro de las redes sociales y otros tipos de formatos parecidos están ligadas a este entorno virtual en donde cada uno decide quién ser, en el caso de este videojuego sucede de la misma forma, debido a que cada jugador tiene la libertad de crear su personaje como mejor le parezca, tomando en cuenta tanto aspectos y atributos físicos como personales y psicológicos. Esto abre la posibilidad de una tensión entre la identidad propia off/on y a su vez, la identidad de otros off/on, lo que puede conducir a “rehumanizar” la identidad on-line y a “deshumanizar” la off-line, debido a la posibilidad cierta de mostrarse agresivos frente al otro, y ese otro es un todo off/on.

Son muchas cosas que entran en juego al momento de la creación de un personaje, debido al significado que cada jugador quiere añadir en su personaje, por ejemplo, el mismo nombre de un personaje puede tener algún significado para los jugadores, ya que no buscan un nombre que no tenga sentido, sino todo lo contrario, intentan reflejar un significado de su personaje a través del mismo nombre.

Mi personaje Sartarius viene de Sarta que si buscas el nombre viene de querer expresar por un lado nobleza y el tema de mostrar poder. Los personajes también pueden modificar su equipo y puede darle las tonalidades que uno quiere y de alguna manera a la larga se convierte en el reflejo de uno porque uno mismo comienza a personificar en cuanto al diseño y siempre termina asemejándose parte de la personalidad de uno (Conversación con Entrevistado 3 vía Discord – Entrevista).

Lo mismo ocurre con los aspectos y atributos físicos del personaje. La mayoría de los entrevistados mencionan que siempre tuvieron en mente algún atributo físico que los caracterizaba frente a sus amigos y que de cierta forma querían reflejarlo en el videojuego, existen casos en los que los videojugadores querían reflejar el tamaño de sus barbas en sus personajes, por lo que siempre buscaban personajes

que permitieran elegir dichos atributos, lo mismo ocurría con otras entrevistadas las cuales trataban de colocar su color de pelo en los personajes, además cada vez que cambiaban su color de pelo en la vida real también lo hacían dentro del videojuego para así “sentirse en sintonía” con sus personajes. “Los personajes te los creas de acuerdo a tu personalidad, a lo que tu sientes o lo que te gustaría ser en el juego” (Conversación con Entrevistada 4 vía Discord – Entrevista).

El caso de las razas y las clases dentro de este videojuego también son un tema esencial ya que dependiendo de las elecciones y gustos de los jugadores se elegirá cierta raza, y, dependiendo de dicha raza es que también se elegirá la clase, por ejemplo, dentro de los entrevistados podemos encontrarnos con aquellas personas que se definen como alguien solitario pero que se esfuerza dentro de su vida cotidiana, por lo que ha optado en crear un personaje con estas mismas cualidades como sería una raza de “Orco” con clase “Guerrero” ya que son personajes solitarios que están más enfocados a la lucha cuerpo a cuerpo y resistir ataques de toda índole. Así como existen personas que crean personajes que reflejen su soledad y esfuerzo, pueden existir personas que quieran reflejar su amor por la naturaleza y los animales, como lo son las razas de “Druidas” o que quieran reflejar algún otro aspecto de su propia personalidad.

Yo estudio Ingeniería Civil en Materiales como te conté antes se ve mucho el tema de los metales en mi carrera, pero por ello quería un poco que se viera ligado de esa idea burda de los metales, de forjar y por lo mismo lo asocie a eso y apenas tuve agregue esas profesiones a mi personaje... que fueron herrero y minero y para poder trabajar los minerales, pulirlos y volverlos piezas de arte en la herrería (Conversación con Entrevistado 8 vía Discord - Entrevista).

Como se puede observar, dentro de la creación de personajes los jugadores ya se encuentran significando y practicando el rol que quieren plantear dentro del videojuego, basándose en sus propios intereses, incluso relacionándolos con alguna carrera que hayan estudiado, tratando de implementarla lo mejor posible dentro de sus personajes, y esto es posible en su mayoría ya que el videojuego permite la opción de elegir una profesión para el personaje, es decir, aquello a lo que se dedicara para conseguir recursos, oro, etc., todo esto dentro del videojuego.

LAS REGLAS DEL MUNDO VIRTUAL DE WW

Las reglas abordadas aquí no corresponden a reglas impuestas por el mismo videojuego o empresa creadora del videojuego, sino que son reglas las cuales fueron

creadas por los mismos jugadores y que hasta el día de hoy siguen en vigencia, agregándose además nuevas reglas o actualizando las que ya poseían.

Para los videojugadores resulta muy importante que existen ciertas reglas además de las que ya impone el mismo videojuego, es por eso que los mismos jugadores implementan reglas basadas en la convivencia con otras personas, para evitar lo que consideran sería un caos. Nos encontramos con reglas que requieren ciertas interpretaciones y que en algunos casos tienen sentidos distintos a lo que ocurre en lo off-line.

Eso depende mucho de cómo, se dice, el Reino donde uno juega. Por ejemplo, está mal visto que un jugador de nivel alto vaya a matar monstruos a ciudades de jugadores de nivel más bajo. Al igual que robar ítems, ya que dentro de las mazmorras del videojuego hay un ítem que un jugador necesita y otro lo quiere porque si no más, por avaricia (Conversación con Entrevistado 12 vía Discord - Entrevista).

En términos morales, está mal visto que los jugadores veteranos vayan a la zonas del mapa del videojuego que están diseñadas para aquellos jugadores que recién están comenzando su aventura, esto debido a que la mayoría de estos jugadores de nivel alto busca “molestar” a los jugadores nuevos, atacando a los monstruos para que los jugadores nuevos no puedan adquirir experiencia y subir de nivel, por lo que esto puede ser interpretado como un abuso de poder por parte de los jugadores veteranos que no dejan a los jugadores nuevos jugar tranquilamente. Además esto también puede ser interpretado como “aquel que posee más fuerza puede hacer lo que le plazca” ya que dentro del videojuego no hay nada que prohíba a los jugadores veteranos viajar a las zonas donde comienzan a jugar los jugadores nuevos y atacar a los monstruos de bajo nivel que están específicamente en esa zona para que los jugadores nuevos pueden atacarlos y adquirir la experiencia que otorgan, por los jugadores no pueden hacer nada al respecto, es debido a eso que existen este tipo de reglas o códigos morales.

De acuerdo a la observación participante, de cierta forma se trata de cumplir este tipo de regla, que funciona más como un código moral antes que una regla formal; es más que nada es un asunto moral y de respeto hacia los demás jugadores, ya que el incumplir este tipo de reglas no trae sanciones por parte de los creadores del videojuego, sino que son los mismos jugadores los cuales ejercen control, de cierta manera. El voto social, en donde se da a conocer el nombre del jugador que haya cometido dicho delito, para que los demás jugadores estén al tanto de que

tal jugador tiene ciertos comportamientos y no es de confiar, logrando así evitarlo (dentro de lo posible) para evitar tener que vivir este tipo de situaciones.

Es necesario destacar que el mismo videojuego tiene una forma “justa” de repartir los objetos, sin embargo, es esta forma en la que el videojuego reparte los objetos la que genera los problemas mencionados anteriormente, ya que el método de repartición del botín consiste en que cada jugador selecciona entre dos opciones, en donde pueden seleccionar la opción de “Necesidad” en la cual el jugador le indica al videojuego que necesita ese objeto ya que le sirve, si más jugadores seleccionan esta opción el objeto se repartirá al azar entre los jugadores que hayan seleccionado esta opción. La otra opción consiste en seleccionar “Avaricia” en donde el objeto se lo queda el jugador que selecciona esta opción siempre y cuando ninguno de los demás lo necesite, por así decirlo el videojuego logra hacer que quienes seleccionen esa opción tengan menos prioridad en cuanto a la repartición del objeto. Esto más que nada fue diseñado así para evitar conflictos y que los mismos jugadores serían “honestos” en cuanto a las necesidades que posee cada uno, por lo que en teoría tendrían un acuerdo de quien se quedaría con el objeto en cuestión.

A través de la observación participante se puede evidenciar que, en teoría, este tipo de sistema resulta bastante justo, el problema aparece cuando existen jugadores que seleccionan la opción de “Necesidad” sin siquiera necesitar realmente el objeto, sino que lo hacen por querer tener ese objeto, lo que conlleva a las problemáticas de que el jugador se robó el objeto y todos estos demás problemas y vetos sociales, algo que en cierta medida puede comprarse con lo que es nuestra sociedad actual, obviamente sin tomar en cuenta que dentro del videojuego no existen represalias y en la vida real si las existen, además de que todo está legislado por leyes para evitar que las personas realicen este tipo de actos. Sin embargo, la comparación va directamente en que los jugadores tomaron elementos de la sociedad para implementarlas dentro del videojuego y así lograr crear una sociedad en base a estas mismas reglas, que son más conocidas como reglas morales dentro del videojuego.

También existen reglas basadas en la misma convivencia entre jugadores. Esto ocurre a un nivel general del videojuego ya que los mismos jugadores establecen ciertas normas de comportamiento al momento de interactuar con otros jugadores, debido a que no todos poseen los mismos comportamientos, si se tratan de regular entre ellos mismos, por ejemplo, para un nivel de convivencia sana dentro del videojuego es necesario que cada jugador respete al otro, para así evitar cualquier tipo de peleas y conflictos, lo mismo sucede con la discriminación y racismo que suele suceder dentro de este tipo de videojuegos.

Así como en la dimensión de socialización e identidad, respecto a las reglas también hay intercambios entre lo off y lo online. El caso de la economía dentro del videojuego es muy conocido por los jugadores, ya que existe un comercio con su propio valor dentro del videojuego, este comercio se ha tornado cada vez más y más importante para los jugadores ya que ha evolucionado a tal punto que influye fuera del mismo videojuego como, por ejemplo, la venta de artículos dentro del videojuego a cambio de dinero real.

DISCUSIÓN

Hemos reconstruido las concepciones que tienen los videojugadores respecto a estos espacios donde son capaces de interpretar y generar un espacio en el cual pueden interactuar con otros videojugadores, generándose así comunidades, amistades, interacciones sociales, etc. También destacamos la existencia de una identidad virtual a través de la cual las personas se expresan ya que se han apropiado de este objeto y como se vincula con lo off-line. A estas alturas, ya es riesgoso hacer diferencias teóricas respecto a lo digital y lo no digital, por su imbricamiento en la construcción de identidades, híbridas en la manera que combinan lo off-line y lo on-line (Marres, 2017).

Los modos de producción y consumo (Riesgo-Gómez, 2020), consumo cultural e incluso de activismo han sido impactados por la emergencia digital, para luego fundirse dialécticamente. Si bien cabe hacer una diferenciación respecto a lo off/on-line para recoger ciertas especificidades propias de las infraestructuras donde ocurre cada dimensión, la diada off/on recoge las facilidades con que puede realizarse el desplazamiento entre dichas dimensiones. No se trata en definitiva de un mundo, el digital, al que haya que “ir” para recolectar datos, sino que los individuos y comunidades operan híbridamente (Marres, 2017). Actualmente, y como podemos ver a través de este caso, es difícil pensar lo off-line sin una referencia a lo on-line y viceversa.

Sin duda, lo digital se constituye como un espacio donde ocurre lo social, no es simplemente un “subproducto” de lo social que no ocurre en lo digital. Lo que se produce en lo digital tiene una vida social por sí mismo y no puede desacoplarse de lo no-digital (Lupton, 2014). De hecho, es así como la mayoría de los miembros de la comunidad WW lo practica y significa. Lo digital no es solamente un elemento propio de nuestros tiempos, sino que termina por constituir y constituirse desde y para lo social.

WW parece una comunidad virtual atractiva que cumple las expectativas de cada jugador, ya que permite la realización de cualquier tipo de actividad dentro

de su propio espacio: lo vívidamente digital permite una experiencia estimulante desde lo propiamente lúdico, pero significativamente relevante para construir interacciones y relaciones, y en definitiva, una socialización que supera lo off/on-line. Además, los videojugadores se ven envueltos en un mundo virtual que les permite replantearse su propia identidad, establecer relaciones sociales y disfrutar de todo aquello lúdico que ofrece el videojuego.

Este espacio virtual de WW permite variadas dinámicas sociales a sus mismos videojugadores. Se “obliga” a los jugadores a socializar con otros si quieren lograr ciertos objetivos, sin embargo, también hay que considerar que este tipo de socialización no puede ser considerado como una socialización profunda, sino que más bien es una socialización superficial o instrumental, según lo expuesto por Goffman (2001) y Grossetti (2009). Sin embargo a pesar de que este videojuego “obliga” a socializar, transformando estas relaciones sociales en relaciones meramente superficiales, no dejan de tener importancia, ya que permite a los jugadores entablar conversaciones con personas desconocidas, y aun siendo personas que no son tan sociables en el mundo fuera del videojuego, le permite desarrollar esta habilidad relacional con la ventaja de que al tratarse de un espacio virtual, no se exponen de la misma forma que sería una socialización dentro de nuestra sociedad, donde las interacciones son cara a cara. Esta socialización dentro del videojuego permite a las personas comunicarse sin prejuicios sobre otras personas con las que entablan la socialización.

También se pueden encontrar situaciones en las cuales estas socializaciones superficiales se transforman en profundas, ya que como se ha presentado en este trabajo, existen muchas personas que han entablado amistades con otros jugadores, cara a cara, y con un contacto que perdura, reuniéndose para celebrar, conversar, etc. En casos puntuales algunas personas han conocido a su actual pareja dentro del videojuego y han formado una familia.

El espacio virtual ofrecido por el mismo videojuego WW protege a los jugadores, ya que la mayoría de los jugadores no conocen la identidad del otro fuera del videojuego, por lo que solo están en interacción con su identidad virtual. Dicha identidad virtual está compuesta por las preferencias de los jugadores, en elecciones de atributos físicos que lo caractericen, como puede ser la barba de un jugador, su color de pelo, ojos, etc., también influye mucho la característica psicológica que posee la persona, por lo que tratará de reflejarla en el comportamiento de su personaje, lo cual está fuertemente ligada al rol que el mismo jugador tomará dentro del videojuego, aquellas cosas a las que se dedicará, como combatir con otros jugadores; incluso las mismas profesiones, seleccionadas en base a sus intereses

de estudio o gustos. Esto genera tensiones entre lo off y lo on-line, y la forma en que las distintas dimensiones alimentan las identidades y las relaciones sociales basadas a partir de dichas identidades. El problema de las expectativas futuras se concentra en esta tensión de lo “virtual” como dicotómico de lo “real”, puesto lo primero es “real”, y construye las “realidades” tanto en lo off-line como en lo on-line.

A través de los análisis realizados anteriormente, se aborda el problema del orden social que se genera y como se maneja el conflicto. El espacio virtual de este videojuego tiene un rol importante para los jugadores, ya que son ellos mismos quienes le dan vida – no desde una estructura centralizada por los creadores del videojuego –, y eso se puede inferir a través de la observación de reglas que han impuesto los mismos jugadores, en donde no son entendidas como reglas formalizadas de por sí, pero sí son considerados como códigos morales. Estos códigos morales fueron creados por la misma comunidad de WW para así lograr estabilidad y autorregulación. De esta forma, la creación de códigos morales permite que exista una cohesión social, lo que explica que las personas intencionen valores, comportamientos y actitudes democráticas que favorezcan el colectivismo, lo que a fin de cuentas permite a cada videojugador, colaborar, cooperar, tener confianza con el otro, entre otro tipo de cosas, por lo que si no existe cierto tipo de control dentro de este juego todo se transformaría en un caos, nos encontraríamos ante un videojuego en donde los jugadores agredirían verbal y psicológicamente a otros. Es por eso que estos códigos morales son tan importantes ya que regulan comportamientos y convivencias, y además también contemplan castigos, por ejemplo, para para el “robo de objetos”, ante lo cual si bien no se realiza una sanción como tal, la comunidad sí ejecuta una sanción moral de nombrar a quienes “roban”, lo que a fin de cuentas provocará que nadie quiera acercarse a esos jugadores.

Las actividades posibles del videojuego permiten a los jugadores ciertos grados de libertad para actuar en este mundo, internalizando que su comunidad se incrusta dentro ciertas estructuras. Tiene mucho que ofrecer y a fin de cuentas son los mismos jugadores quienes deciden qué es lo que quieren hacer, donde quieren ir y con quienes quieren interactuar, por lo que este videojuego puede ser visto como un espacio donde las personas pueden desarrollar sus habilidades sociales, incluso nuevas habilidades que surgen en lo on-line y que luego pueden llevar a lo off-line. Esto incluye la lectura de las interacciones y la tensión entre los individuos y las estructuras sociales que los rodean. La estructura económica del videojuego, que usa el dólar, lo que permite que puedan realizarse transacciones de objetos dentro del videojuego por dinero real, permitiendo así a los jugadores ganar algo de dinero. Además, WW tiene un mercado propio de ítems, donde si

algún jugador decide vender por debajo del precio normal cualquier tipo de objeto, generará fuertes repercusiones en el sistema económico del videojuego.

Esta perspectiva económica se encuentra fuertemente ligada a lo que es la identidad virtual del individuo y sus gustos, ya que como mencionaban algunos entrevistados, les parece interesante operar en el sistema económico del videojuego, entenderlo y desenvolverse en este, debido a que fuera del videojuego algunos entrevistados están fuertemente interesados en los estudios de economía, por lo que encontraron una oportunidad de aprender economía dentro de este videojuego, lo que a fin de cuentas se ve reflejado en los mismos personajes que crearon para adentrarse en el mundo de este videojuego, por lo que siempre están al tanto de cómo se desenvuelve la economía actual de este videojuego, lo que puede dar a entender que la influencia que tienen los jugadores dentro del videojuego se encuentra fuertemente ligada al sentido de identidad y gustos propios de cada persona.

Una comunidad virtual como WW tiene aspectos tan “reales” como cualquier comunidad como el buscar el orden y la cohesión a través de sus códigos morales. Estos códigos morales vienen de lo “real” y son introducidas para mantener un nivel de convivencia estable y decente, pero sobre todo para regular la tensión que se produce en la construcción de identidades y las posibilidades de a través de dicha construcción ser algo negativo para el otro. El peso estructural de esta regulación es clave para la supervivencia de la comunidad, así como también la circulación de la cooperación comunitaria y el sentido de pertenencia.

BIBLIOGRAFÍA

- ACEVEDO, Álvaro; MAYA, Natalia (2016). Difusión de realidades: Comunidades virtuales presentes en los videojuegos de rol en línea (Caso Aguabrial-Dofus – Periodo 2012-2013). *Education in the Knowledge Society*, 17 (2), 133-148.
- ANDRÉU ABELA, Jaime (2000). Las técnicas de análisis de contenido: una revisión actualizada. *Fundación Centro Estudios Andaluces*, Universidad de Granada, 10 (2), 1-34.
- BARAB, Sasha; DUFFY, Thomas (2000). From Practice Fields to Communities of Practice. In JONASSEN, D. H.; LAND, S. M. (eds) (2000). *Theoretical Foundations of Learning Environments*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 25-55.
- BECKERT, Jens (2016). *Imagined futures: Fictional expectations and capitalist dynamics*. Massachusetts, Harvard University Press.
- BELLI, Simone; LÓPEZ, Cristian (2008). Breve historia de los videojuegos. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, (14), 159-179.

- EGUIA-GÓMEZ, José Luis; CONTRERAS-ESPINOSA, Ruth; SOLANO-ALBAJES, Lluís (2012). Videojuegos: Conceptos, historia y su potencial como herramienta para la educación. *TIC: cuadernos de desarrollo aplicados a las TIC*, 1 (2), 4.
- GOFFMAN, Erving (2001). *La presentación de la persona en la vida cotidiana*, Buenos Aires, Ediciones Amorrortu.
- GROSSETTI, Michel (2009). ¿Qué es una relación social?: Un conjunto de mediaciones diádicas. *Redes: revista hispana para el análisis de redes sociales*, 6 (2), 44-62.
- HINE, Christine (2008). *Virtual ethnography: Modes, varieties, affordances*. SAGE Publications, Ltd, <https://doi.org/10.4135/9780857020055>.
- KAWULICH, Barbara (2006). La observación participante como método de recolección de datos. *Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], 6 (2), Art. 43. <http://www.qualitativeresearch.net/fqs>
- LARRAÍN, Jorge (2003). O conceito de identidade. *Revista FAMECOS*, 10 (21), 30-42.
- LUPTON, Deborah (2014). *Digital sociology*. New York, Routledge.
- MARCANO, Beatriz (2011). Características sociológicas de videojugadores online y el e-sport. El caso de Call of duty. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 19, 113-124.
- MARRES, Noortje (2017). *Digital sociology: The reinvention of social research*. Cambridge, Policy Press.
- MARTÍNEZ-SALGADO, Carolina (2012). El muestreo en investigación cualitativa: principios básicos y algunas controversias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (3), 613-619.
- MUROS, Beatriz (2011). El concepto de identidad en el mundo virtual: el yo online. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 14 (2), 49-56.
- PORTILLO, Jesús (2016). Planos de realidad, identidad virtual y discurso en las redes sociales. *Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura*, 26 (1), 51-63.
- QUIROZ, María; TEALDO, Ana (1996). Los videojuegos y los niños peruanos: tiempo libre y procesos de socialización. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, 2 (4), 95-123.
- RHEINGOLD, Howard (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading, Addison-Wesley.
- RIESGO-GÓMEZ, Victor (2020). Nuevas formas de consumo 3.0. El retorno del sujeto al algoritmo. *Teknokultura*, 17 (1), 3-11.
- RUÍZ, Kevin; QUEZADA-TELLO Laddy; IÑIGUEZ-PARRA, Gabriel (2019). Comunidades virtuales (fandoms) de videojuegos y su interacción: League of Legends Ecuador. *Cumbres*, 1 (5), 83-98.
- SÁNCHEZ, David (2015). *Evolución histórica y contexto social del videojuego en el sector audiovisual. Preproducción, producción y postproducción de un videojuego a través de software libre profesional*. Tesis, Universidad de Extremadura, España.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet (2016). *Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Medellin, Editorial Universidad de Antioquia.

VALIENTE, Francisco (2004). Comunidades virtuales en el ciberespacio. *Doxa Comunicación. Revista interdisciplinaria de Estudios de Comunicación y Ciencias Sociales*, (2), 137-150.

WELLMAN, Barry; BOASE, Jeffrey; CHEN, Whenhong (2002). The networked nature of community: online and offline. *IT & Society*, 1 (1), 151-165.

A ludopolítica do trabalho: um olhar marxista sobre os jogos digitais

*The ludopolitics of labor:
a Marxist look at digital games*

André Campos Rocha^a 

Jamie Woodcock, atualmente pesquisador sênior da Open University em Londres, interpela, em *Marx no Fliperama*, traduzido pela editora Autonomia Literária e com prefácio de Rafael Grohmann, os processos envolvidos na produção e distribuição dos jogos digitais, mercadorias culturais que vêm recebendo crescente atenção na sociedade de hoje. Sob uma perspectiva marxista, que lança um olhar crítico sobre a realidade de exploração presente nesse setor do trabalho digital, Woodcock debruça-se sobre a história e a indústria dos jogos digitais, investigando, a partir do conceito de “composição de classe”, cunhado pelos editores da revista *Notes From Below* (2018), as condições de trabalho dos diferentes tipos de trabalhadores que tornam esse universo lúdico possível, com suas perspectivas de luta e resistência. Além de colocar os *videogames* no centro da luta de classes, o autor reflete também sobre as potencialidades dos jogos digitais enquanto prática cultural, política e crítica.

Na primeira parte do livro, “Desenvolvendo jogos eletrônicos”, Woodcock, após uma breve exposição da história do jogar, tenta compreender os jogos digitais com base em sua ótica marxista e crítica, afeita à análise das relações econômicas e sociais aí implicadas. Se, por um lado, os jogos produzem um deslocamento da realidade do trabalho, já que milhões de pessoas buscam neles uma experiência mais atrativa do que aquela proporcionada pelas “profissões de merda” (*bullshit jobs*), por outro, na medida em que mimetizam o processo de trabalho com sua racionalidade pautada em objetivos e recompensas, representam o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio.

Como o autor ressalta, essa natureza ao mesmo tempo transgressora e apática, unindo rebeldia e poder, está na raiz do nascimento dos jogos digitais. Suas primeiras formas nasceram na Guerra Fria, no seio do complexo industrial-militar norte-americano, quando eles eram basicamente simulações computacionais de

^a Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-MG. Identificador Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4662027957106489>.

conflitos bélicos. Convertidos em ato de brincar, tornaram-se rapidamente um grande empreendimento comercial. Woodcock traça, então, um panorama dos altos e baixos presentes na história da indústria: a ascensão e o declínio da Atari; o sucesso dos fliperamas; a contribuição dos mangás japoneses no êxito da Nintendo; os embates de consoles; e a diversificação de estilos e gêneros, sobretudo com o advento da internet.

Desse modo, salienta-se o papel e a escala da indústria de entretenimento interativo, considerada hoje um dos setores-chave da economia global, com diversas vantagens para o investidor na forma de pagamentos e isenções fiscais, aliadas a iniciativas governamentais como ensino de programação, órgãos de financiamento e incubadoras digitais. No geral, a indústria é composta por três segmentos: desenvolvimento, publicação e vendas. O principal setor é o de desenvolvimento. Os *games* são feitos em estúdios, que podem ser independentes ou pertencentes a grandes editoras, como Activision Blizzard, Ubisoft e Electronic Arts (EA), com seus planos de direito proprietário, controle vertical da produção e franquias licenciadas. O segundo segmento é o da publicação, no qual as editoras ficam responsáveis pelo financiamento, o marketing e a distribuição do jogo final. Por fim, as vendas podem ocorrer de forma física, no varejo, mas estão crescentemente sendo feitas nas plataformas digitais, como a Steam.

O eixo principal de discussão da primeira parte é o trabalho com jogos digitais. Woodcock investiga o trabalho nos estúdios de desenvolvimento, que produzem o conteúdo cultural e informacional da mercadoria, para que o *game* possa chegar ao consumidor final, realizando seu valor de troca. Para isso, o autor reivindica o método da enquete operária, herdado da tradição teórica e política do operaísmo italiano. Isso por duas razões. Primeiro, essa abordagem aponta para *como conduzir* a investigação, sendo feita “desde baixo”, em um processo de construção do conhecimento que se faz junto às organizações dos trabalhadores. Em segundo lugar, ela também oferece elementos para a *interpretação* e *análise* dos resultados da investigação. Aqui entra a ideia de “composição de classe”, que teria três elementos principais: a composição técnica, atinente à organização da força de trabalho em uma classe trabalhadora; a composição social, referente à organização da classe trabalhadora em uma sociedade de classe; e, finalmente, a composição política, focando na auto-organização da classe trabalhadora em uma força para a luta de classes. O autor britânico analisará cada uma dessas dimensões separadamente.

A composição técnica começa com amadores que contribuem para a indústria fazendo os chamados *mods*, versões modificadas de um jogo original. Essa união

do jogar e do trabalhar foi denominada *playbour*, “feita voluntariamente e não remunerada, prazerosa e explorada” (Woodcock, 2020, p.123).

Em uma cadeia produtiva global, muitas tarefas são terceirizadas para os trabalhadores “na linha de baixo da produção”. Nos estúdios, encontram-se os testadores, ocupação que, apesar de parecer divertida, é bastante maçante e repetitiva. Nesse grupo ainda se incluem as pessoas que trabalham com publicidade, organização de eventos e manutenção da comunidade, em sua maioria do sexo feminino.

Ainda, para que os jogos digitais sejam jogados é necessária toda uma infraestrutura material de cabos, fios, consoles e controles. Ela só é possível com a extração de matérias-primas, montagem de dispositivos e redes de logística, dependendo de uma miríade de pessoas trabalhando em condições extremamente precárias ao redor do mundo.

Para traçar um perfil da força de trabalho nos estúdios de desenvolvimento — programadores, artistas, *designers* e técnicos de áudio — Woodcock se utiliza de dados do relatório da International Game Developers Association (IGDA) (Legault, O’Meara, Weststar, 2018). Os dados se aplicam, no geral, a trabalhadores canadenses e estado-unidenses — o que expõe a limitação das pretensões generalizantes do autor —, mostrando que eles enfrentam alta rotatividade e são majoritariamente homens, jovens (até 35 anos), brancos, sábios tecnicamente, céticos em relação ao uso de ternos, alheios à tradição sindical e diversos ideologicamente. Gerenciá-los impõe um dilema para o capital: por um lado, deve-se assegurar um fluxo de ideias inovadoras, o que só é possível dando-lhes uma margem de autonomia; por outro, há o imperativo igualmente forte de se obter o controle sobre a propriedade intelectual e garantir a consecução dos objetivos postos pela organização.

Assim, esses fatores moldam o ambiente de trabalho. Primeiro, o processo é complexo e interconectado, sendo difícil demarcar funções e papéis nítidos, o que torna ineficaz a noção tradicional de barganha de esforço salarial. Além disso, a introdução de horários de trabalho flexíveis e de elementos lúdicos no escritório, que borram a distinção entre o brincar e o trabalhar, tem como consequência a naturalização dos chamados “momentos críticos” (*crunch time*), uma prática generalizada na indústria dos *games*, na qual os trabalhadores chegam a trabalhar 85 horas por semana, de segunda a segunda, ao ponto da exaustão, normalmente sem receber horas extras, banco de horas ou adicional por doença ou férias. Esses momentos podem ser vistos como parte de uma ética da virilidade conformada pela masculinidade branca presente nos estúdios. Contudo, por tratar-se de uma prática corriqueira, Woodcock os remete, em termos marxistas, ao aumento da “mais-valia absoluta”, correspondente ao incremento do tempo produtivo do trabalho.

A análise da composição social parte da premissa de que os trabalhadores se tornam uma classe antes mesmo de venderem sua força de trabalho, pois são destituídos dos meios de produção. Assim, olhar para os indicadores sociais que vão além do ambiente de trabalho — tipo de habitação, a divisão sexual do trabalho, padrões de migração e racismo — é algo fundamental para entendê-lo.

Como a composição social dos trabalhadores de *games* é majoritariamente jovem e masculina, o gênero é um fator fundamental para compreendermos a cultura das horas estendidas. Em uma pesquisa citada por Woodcock, boa parte das mulheres (45%) relataram que o gênero foi um fator limitante na progressão da carreira, já que elas são responsáveis pelo trabalho afetivo do cuidado doméstico. A mobilização em torno da cultura do *videogame* é outro fator crucial. Como muitos desses trabalhadores são apaixonados por *games*, eles se dispõem a trabalhar por longas horas, submetendo-se a termos precários de trabalho.

Traçadas as composições técnica e social, Woodcock passa então à composição política, fazendo uma breve reconstrução histórica das formas de organização e resistência dos trabalhadores. O ponto culminante dessa mobilização se deu em março de 2018 na Game Developers Conference (GDC), o maior evento profissional da indústria. Reunido em torno da mesa-redonda intitulada “Sindicatos agora? Prós, contras e consequências da sindicalização para desenvolvedores de jogos”, um grupo de trabalhadores, articulados por meio das redes sociais, fundou a Game Workers Unite (GWU), “uma organização de amplo alcance que procura conectar ativistas pró-sindicalização, trabalhadores explorados e aliados entre fronteiras e entre ideologias em nome da construção de uma indústria de jogos sindicalizada” (Woodcock, 2020, p.165).

A partir daí foram estabelecidos três focos de ação para a GWU: 1) Formação de seções locais em vários países, inclusive no Brasil; 2) Realização de campanhas educacionais visando defender os sindicatos; 3) Trabalhar com sindicatos existentes e outras organizações com o objetivo de levar a GWU adiante, construindo alianças e compartilhando táticas.

Segundo o representante da GWU no Reino Unido, a sindicalização no setor está ocorrendo sobretudo por dois motivos já identificados na análise da composição social: momentos críticos e falta de representação. Além disso, há um movimento muito importante ocorrendo naquele país: a entrada de diversos trabalhadores da indústria de *games* nos sindicatos britânicos de âmbito nacional, no qual eles podem estabelecer lutas compartilhadas com trabalhadores de vários outros setores da economia, servindo de exemplo para as lutas em outras partes do mundo.

Na segunda parte do livro, “Jogando jogos eletrônicos”, Woodcock se inspira no crítico cultural marxista Raymond Williams para analisar os jogos digitais como uma “forma de cultura de massa”, concebida não só como causa de mudanças históricas, mas como seu resultado, isto é, como uma tecnologia que surge das condições existentes de uma sociedade. Investiga-se os *games* por seu “conteúdo ideológico”, entendido aqui não somente como uma ordem a ser obedecida, mas como algo contraditório, que, apesar de refletir as relações econômicas das quais surgiu, cria pontos de tensão com elas. Como artefato cultural, trata-se então de analisar “o envolvimento ativo que os jogos criam com seus jogadores” (Woodcock, 2020, p. 184).

Além de fazer uma extensa análise cultural de diferentes gêneros, Woodcock debruça-se sobre a relação entre jogos digitais, política e ativismo. Em uma primeira aproximação, essa relação se expressa por meio do conceito de “gamificação”, que designa a aplicação de elementos encontrados nos *games* a contextos organizacionais que, a princípio, não teriam nada de lúdico — como os encontrados nos *call centers* ou nos transportes por aplicativo. Porém, o autor se interessa mais em identificar essa relação em jogos explicitamente políticos.

Nesse sentido, Woodcock destaca os jogos da produtora Molleindustria. Em *Phone story*, por exemplo, passando por diversos desafios os jogadores vivenciam a realidade de exploração inscrita nas etapas de produção de um *smartphone* até chegar a seu destino final, percorrendo da mineração de Tantalita no Congo a fábricas na China, e do acúmulo de lixo eletrônico no Paquistão ao consumismo desenfreado no Hemisfério Norte. Brinca-se, aqui, com a posição de um jogador enquanto dono de um *smartphone* para ensejar uma reflexão sobre as relações econômicas e sociais, trazendo à consciência seu papel como consumidor e usuário. Em *Every day the same dream*, vive-se a rotina monótona de um trabalhador de escritório com suas tarefas banais. A narrativa levanta as questões de estranhamento e recusa, virando de cabeça para baixo a realidade do trabalho. Em *The Uber game*, do jornal britânico *Financial Times*, após o jogador realizar os serviços da Uber são cobradas as taxas, mais os custos com o carro, manutenção e combustível. Isso dá um efeito de choque, porque mostra que, na verdade, os motoristas ganham pouco, o que expõe as regras desiguais da economia de plataforma aos leitores conservadores, críticos dos sindicatos.

Assim, por que os marxistas deveriam se interessar por jogos digitais? Por que ler *Marx no Fliperama?* Primeiro, porque os jogos digitais não são uma simples diversão, mas uma mercadoria cultural complexa. Sua produção, circulação e consumo fornece informações importantes sobre o funcionamento interno do

capitalismo. A produção de jogos, sobretudo nos grandes estúdios, envolve o controle disciplinado e organizado de sua força de trabalho cognitiva. Por meio de um contrato lúdico, que mistura trabalho e tempo livre, “a exploração na indústria de jogos eletrônicos fornece um vislumbre de como poderemos estar trabalhando nos próximos anos” (Woodcock, 2020, p.254).

Além disso, os jogos digitais são uma forma incrivelmente popular de cultura, juntando milhões de pessoas ao redor do mundo em torno de atividades compartilhadas. Embora muitos jogos tenham um conteúdo obscuro, eles também têm o seu lado radical por meio de produções digitais experimentais e colaborativas. Na disputa sobre quais jogos jogamos, eles podem servir, portanto, a propósitos críticos, introduzindo fatos desconfortáveis, incentivando oposições e apresentando alternativas futuras. Se os marxistas e as pessoas de esquerda não ocuparem esse espaço de luta cultural, deixarão que a direita radical da *alt-right* o faça. E isso se torna fundamental com o surgimento de um movimento de trabalhadores na indústria de jogos digitais, o que tem, segundo as palavras do autor, “o potencial de não apenas remodelar a condição do trabalho, mas também de transformar os tipos de jogos que temos e a forma de jogá-los” (Woodcock, 2020, p. 259).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEGAULT, Marie-Josée; O'MEARA, Victoria; WESTSTAR, Johanna (2018). *Developer Satisfaction Survey 2017 Summary Report*. International Game Developers Association. <https://igda.org/resources-archive/developer-satisfaction-survey-summary-report-2017/> (acesso em 03/05/2023)
- NOTES FROM BELOW (2018). The worker's inquiry and social composition. vol. 1, 29/01/2018 (acesso em 03/05/2023)
- WOODCOCK, Jamie (2020). *Marx no fliperama: videogames e luta de classes*. São Paulo: Autonomia Literária.

No armário da memória: contando histórias sobre roupas

*In the wardrobe of memory:
telling stories about clothes*

Clara Calazans Espindola^a, Alexandre Bergamo Idargo^b

Resumo Este artigo discute as relações entre pessoas, roupas, memória e narrativa de vida, a partir de entrevistas com 46 jovens entre 20 e 29 anos, pertencentes a camadas médias urbanas e escolarizadas. Os participantes foram contatados através do Instagram e de mensagens de áudio no WhatsApp, e discutimos as implicações do uso desses meios para o desenvolvimento da pesquisa. Em resposta à pergunta “você poderia me contar sobre as formas como você se vestiu e se veste, no passado e no presente?”, estes jovens constroem narrativas de vida ao redor do tema da roupa. Observamos formas compartilhadas de narrar as relações com as roupas em cada fase da vida, e concluímos que o fato de que o vestuário e as memórias sobre ele condensam uma série de relações faz com que falar sobre ele seja um recurso por meio do qual os entrevistados podem interpretar retrospectivamente sua própria trajetória e identidade, costurando seu passado, seu presente e seu futuro imaginado.

Palavras-chave Roupas. Memória. Narrativa. Narrativa de vida.

Abstract This paper addresses the connections between people, clothing, memory and life story, using as data 46 interviews with people aged 20 to 29, drawn from the schooled and urban middle classes. The interviewees were contacted through Instagram and WhatsApp, and the implications of using these digital media are discussed. In reply to the question “can you tell me about the ways you dressed and dress yourself, in the past and in the present?”, they create life stories around the theme of clothing. We were able to observe shared narratives of what it means to get dressed in each stage of life. The fact that clothes and memories about them condense a series of connections means that talking about them is a way through which these people can interpret their own trajectory and identity, sewing their past, their present and their imagined future.

Keywords Clothes. Memory. Narrative. Life story.

a Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: clara.calazans.espindola@gmail.com

b Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina Pesquisador visitante no CRIA - Universidade Nova de Lisboa. Email: a_bergamo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A maioria das pesquisas sobre moda aborda o que significa vestir certas roupas, passando a ideia de que elas só existem como objeto de estudo enquanto estão sendo vestidas, quando, na verdade, estão na maior parte do tempo “descansando” em nossos armários (Cwerner, 2001). Há um conjunto extenso de práticas envolvendo as roupas, e vesti-las é apenas uma delas: são compradas, recebidas, guardadas, esquecidas, perdidas, encontradas, doadas ou jogadas fora. Se “seguirmos as coisas”, podemos observar a forma como seu significado se inscreve em seus usos e trajetórias (Appadurai, 2008). As roupas circulam, e ao longo dessas trajetórias, são ressignificadas.

No capitalismo, há uma tendência a homogeneizar os objetos, tornando-os equivalentes por meio de seu valor de troca. Porém, Kopytoff (2008) defende que nenhum objeto pode ser completamente reduzido ao *status* de mercadoria, pois tendemos a classificar, discriminar e sacralizar as coisas com as quais nos relacionamos. Assim, “as pessoas, em contato diário com as coisas, experimentando *as coisas* e experimentando *com as coisas* através do tempo, as singularizam” (Espindola, 2021, p.185).

Se pensarmos especificamente sobre as roupas, veremos que elas expressam um registro vívido da articulação entre experiência individual e experiência coletiva. Inscrevem a individualidade num quadro mais amplo, sem o qual não poderia ser articulada. Mostram os pontos de união e de tensão entre a história individual e a história coletiva. É no interior desses quadros, a exemplo de Maurice Halbwachs (1990) quando trata da memória histórica e da memória coletiva, que se inscrevem a memória e a narrativa do lugar ocupado pelas roupas nas trajetórias e experiências individuais. Experiência vivida e ainda viva, presente, uma vez que ajuda a estabelecer os elos de ligação entre o individual e o coletivo, entre o passado e o presente, demonstrando o caráter vivo da memória enquanto um ativo “trabalho de enquadramento” (Pollak, 1989).

Este artigo aborda a forma como as pessoas interpretam suas relações com as roupas ao longo de sua vida. Nossos dados são 46 entrevistas realizadas em 2020 com jovens de 20 a 29 anos, que tiveram como pontapé inicial a pergunta: “você poderia me contar sobre as formas como você se vestiu e se veste, no passado e no presente?”. Os entrevistados articulam narrativas de vida nas quais as roupas servem como pretexto para falar sobre um conjunto complexo de questões.

Como não será possível, aqui, expor de forma ampliada as narrativas dos participantes em suas próprias vozes, optamos por discutir algumas características e estruturas que atravessam os relatos e revelam a forma como eles recorrem a

narrativas compartilhadas para interpretar a história de suas próprias relações com as roupas. Vale mencionar que o objetivo da pesquisa não foi indagar o que os entrevistados *usam*; mas, sim, a forma como interpretam suas próprias histórias a partir das roupas e o modo como se apropriam de narrativas coletivas.

A discussão que se segue será dividida em três partes. Na primeira, a complexa relação entre memória e narrativa. Na segunda, o significado das roupas em nossa sociedade. Na terceira, a especificidade de uma forma de registro e transmissão bastante presente em nossos dias, mas ainda pouco explorada pelas pesquisas: os áudios de *WhatsApp*. Pretendemos, com isso, propor uma discussão teórica e metodológica a respeito da roupa, da memória e dos meios digitais enquanto novas variedades de registro e transmissão de narrativas.

MEMÓRIA E NARRATIVA

A memória é uma interpretação retrospectiva sobre eventos vividos, e a maneira como nos lembramos de uma situação, pessoa, objeto, lugar ou sentimento está sujeita a modificações de acordo com a configuração do presente e nossas expectativas sobre o futuro (Rosenthal, 2014). Assim, nossas experiências passadas adquirem continuamente uma nova tonalidade. Se a *narrativa* de vida e a *história* de vida não são a mesma coisa, é porque o referente da memória é não somente algo que se liga ao passado, mas algo cujo significado precisa ser buscado também no presente. E é a narrativa que possibilita o estabelecimento do elo entre o passado e o presente. Mas também a presença material, não apenas simbólica, como reminiscência dos próprios objetos.

Nossas experiências possuem traços marcantes, de forma que a memória nem sempre pode reinterpretá-las inteiramente (Rosenthal, 2014). A memória trabalha com lembranças mais ou menos cristalizadas e tenta conectá-las de forma significativa, de modo que, refletindo sobre nossa vida, ela nos parece um enredo linear e internamente coerente (Bourdieu, 2008). É por isso que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p.204).

A forma como os entrevistados narram suas experiências com as roupas depende da forma como reconstruem sua vida de maneira coerente e significativa. Seu olhar sobre as relações *atuais* com as roupas age como um filtro para interpretar suas relações *passadas* com elas, e vice-versa, propondo interpretações para a continuidade e a transformação de seus gostos e comportamentos.

Se experienciar e lembrar são processos de reconstrução sobre o vivido, podemos dizer o mesmo sobre o ato de narrar. Toda narrativa é um tipo de “expressão”, ou seja, uma “articulação intersubjetiva sobre a experiência” e uma “unidade socialmente construída de sentido” (Bruner, 1986). Narrar é *enquadrar* a experiência, contribuindo para construí-la. Esse ato interpretativo assume sempre uma perspectiva parcial, já que a linguagem é incapaz de englobar a totalidade da experiência vivida (Bruner, 1983).

Para Donald Polkinghorne (1995), a narrativa é o modo mais comum de recapitular o vivido, e é o tipo de discurso que melhor expressa o imperativo humano de atribuir significado aos acontecimentos e estabelecer uma conexão entre eles. A narrativa seria uma forma linguística em que os fatos são organizados em um *enredo*. Este, por sua vez, configura a narrativa: delimitando o início e o desenlace da história; fornecendo critérios para a escolha do que será incluído no relato; ordenando os acontecimentos temporalmente; e tornando explícito o sentido que cada um deles tem para o relato como um todo.

Em uma narrativa de vida, o enredo tem como objetivo reconstruir o “eu” por meio de sua trajetória. “Contar uma história de vida” não é relatar o que aconteceu “de verdade”, mas, sim, “construir uma narrativa sobre uma vida, onde está expressa a forma como os eventos foram vivenciados, e a forma como eles são lembrados e verbalizados no presente” (Espindola, 2021, p.18). Estão implicadas, nessa narrativa, a situação na qual ela é construída, incluindo a relação entre o narrador e seu interlocutor, e a imagem de si que gostaria de passar a ele (Pollak, 1992).

Se recapitular o vivido de forma narrativa é um fenômeno universal, não podemos esquecer que as estruturas narrativas são culturalmente marcadas (Bruner, 1986):

As vidas são vividas em meio a uma cultura, a partir da qual os acontecimentos adquirem significado; mas também a maneira como nos lembramos, e depois narramos esses acontecimentos, tem a ver com formas compartilhadas de lembrar e narrar. Ao longo da história, as pessoas criam coletivamente narrativas dominantes, ou seja, formas interpretativas mais ou menos padronizadas para organizar e comunicar a experiência (Espindola, 2021, p.18).

Portanto, uma narrativa de vida “não é modelada apenas pelos fatos materiais da existência social, mas também por noções e expectativas profundamente arraigadas a respeito do que vem a ser uma vida culturalmente normal” (Gullestad, 2005, p.518).

Para tratarmos da especificidade de uma narrativa de vida articulada a partir do vestuário, retomamos aqui os conceitos de “tema” e “campo temático” (Rosenthal, 2014). O “tema” é o que ocupa o centro da atenção do narrador. Já o “campo temático” é o conjunto de relações e circunstâncias vivenciadas como se estivessem irremediavelmente conectadas ao tema. Em uma narrativa de vida construída em torno das roupas, podemos dizer, portanto, que

as roupas são o *tema*, e que a relação com as roupas será narrada como estando materialmente conectada a uma série de questões, que são o *campo temático*. Mas esse campo temático é mutante. Narrar as relações com as roupas ao longo da vida é construir um enredo onde as roupas estão conectadas a cada momento com circunstâncias, sentimentos, problemáticas e experiências diferentes (Espindola, 2021, p.19).

Como eu me visto atualmente? Como comecei a me vestir dessa forma? O que se transformou e o que continua igual no modo como me visto? Para responder a essas questões, os entrevistados conectam a roupa a experiências de gênero, raça, classe, sexualidade; relação com o corpo e autoimagem; influências de grupos de sociabilidade, estilo de vida, referências culturais, e às relações com familiares, amigos, namorados, entre outros¹. A roupa é um tema que pode se conectar a campos temáticos diversos, e um dos objetivos dessa pesquisa foi justamente entender: quando as pessoas contam histórias sobre as roupas que usaram ao longo do tempo, elas estão falando sobre *o quê*?

ROUPA E IDENTIDADE

Durante os anos 1960, um conjunto de processos transformou a dinâmica de criação e difusão da moda. A classe média cresceu em número e relevância cultural, a juventude e as subculturas urbanas tornaram-se culturalmente influentes, a indústria de confecção desenvolveu-se e os meios de comunicação de massa se expandiram. A autoridade do costureiro tornou-se menos importante face a outras influências e diminuiu-se o consenso sobre o que está “na moda”, pois já não há consenso sobre *quem* tem legitimidade para definir essa questão. Nesse contexto, que tem sido chamado de “moda aberta” (Lipovetsky, 2009) ou “pluralismo da moda” (Davis, 1992), a “moda deixou de ser influenciada principalmente por aspirações de *status* de classe e se tornou um meio para expressar nuances de

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto, ver Espindola (2021).

individualidade baseadas em percepções sobre gênero, orientação sexual, idade, raça e etnicidade”, e também foi sendo progressivamente utilizada para sinalizar a participação simbólica em determinados estilos de vida (Crane, 1999, p.18).

Nas pesquisas sobre este contexto, costuma-se enfatizar a *liberdade* das pessoas. Há um apelo frequente à metáfora do mercado e tem-se a impressão de que a renda é a única variável a diferenciar o acesso à moda. Ouvimos de Ted Polhemus que “vivemos num supermercado de estilos onde, como latas de sopa enfileiradas em prateleiras intermináveis, podemos escolher entre mais de cinquenta tribos de estilo” (Polhemus, 2016, p.10). Nesse sistema, supostamente “tudo é possível” (Polhemus, 2016, p.11), e o que marca a relação com as roupas não é o comprometimento, mas o “flerte exploratório” (Polhemus, 2016, p.10). Esse clima de experimentação livre seria uma manifestação de transformações estruturais na sociedade e nos processos identitários, em decorrência das quais as pessoas estão “adotando e posteriormente trocando de identidades e estilos de vida da mesma maneira fácil e casual com que trocam de roupa” (Campbell, 2006, p.50).

A partir dos relatos analisados nesta pesquisa, questionamos essa perspectiva. “Trocar de roupa” não é fácil, não somente porque nosso gosto é uma “propensão socialmente construída”, mas também porque “as pessoas experimentam e interpretam suas relações com as roupas ao longo de suas vidas muito mais na chave do *conflito* e da *tensão*, do que na chave da *liberdade*” (Espindola, 2021, p.154). A autoapresentação estética tem se tornado cada vez mais importante à performance da individualidade. Por isso, as roupas que escolhemos são altamente consequentes para nosso senso de identidade. Começar a usar outras roupas pode gerar vergonha e uma sensação ameaçadora, pois estamos colocando em risco a identidade que performamos até então. É verdade que a variedade de roupas disponíveis atualmente é muito maior do que no passado, mas as pessoas não sentem que todas as alternativas estão abertas a elas. E, de fato, não estão.

PESQUISANDO ATRAVÉS DO INSTAGRAM E DO WHATSAPP

Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com 46 jovens de 20 a 29 anos através de mensagens de voz no *WhatsApp*, e acessados por meio da rede social *Instagram*. Frente à pergunta “você poderia me contar sobre as formas como você se vestiu e se veste, no passado e no presente?”, eles contaram histórias sobre suas roupas que tomaram espontaneamente o formato de narrativas de vida².

2 Esse e os demais parágrafos deste tópico, assim como os parágrafos posteriores onde são citadas as entrevistas, baseiam-se no trabalho de Espindola (2021), onde pode ser encontrada uma análise detalhada e ampliada dessas narrativas.

Em uma entrevista narrativa, fazemos uma pergunta mais aberta ao entrevistado, que o estimule a contar uma história para respondê-la, oferecendo explicações e estabelecendo relações entre os fatos; procuramos não interrompê-lo, e trabalhamos “pegando o gancho” do que foi dito. O objetivo dessa técnica é compreender o campo temático ao qual a pessoa em questão conecta o tema que lhe foi proposto (Rosenthal, 2014).

Cabe notar que essa técnica de entrevista não trabalha com a crença ilusória de que seja possível alcançar uma narrativa “pura”, não influenciada pela presença da pesquisadora. Enquanto pesquisadores, já deixamos nossa marca quando propomos uma pergunta que pede uma reflexão sobre o tema, que talvez não ocorresse se não fosse por nossa intervenção (Lejeune, 2008).

As entrevistas foram realizadas *online* devido à pandemia de Covid-19. Foram consideradas como possíveis meios as mensagens de texto, as ligações de áudio ou vídeo e as mensagens de voz. Considerou-se que, se fossem escolhidas as mensagens de texto, o investimento maior de tempo exigido pela escrita em relação à fala poderia desestimular a participação e fazer com que as pessoas dessem respostas mais rasas. As mensagens de texto também envolvem relações diferentes com a escrita, como maior ou menor facilidade e autoconfiança. Além disso, a escrita possibilita uma maior reflexividade devido a sua temporalidade característica, reduzindo a espontaneidade e as contradições presentes na oralidade. Também se optou por não realizar as entrevistas através de chamadas de vídeo ou de voz, supondo que comunicar-se dessa forma com alguém com quem não se tem proximidade poderia produzir uma situação constrangedora e limitar o que seria dito, além de desestimular a participação.

Por fim, optou-se pelas mensagens de voz (“áudios”), como meio para a realização das entrevistas. O aplicativo *WhatsApp* foi escolhido por sua ampla adesão. Para gravar um áudio, apertamos um botão na página do aplicativo, e o soltamos quando terminamos de falar. Ao soltarmos o botão, a mensagem é enviada e fica disponível na conversa com o interlocutor, que pode ouvi-la quantas vezes quiser. No momento de realização da pesquisa, o *design* do *WhatsApp* só permitia o cancelamento de um áudio enquanto ele estivesse sendo gravado, e depois do envio, somente se o interlocutor ainda não o tivesse escutado. Como o áudio é enviado como uma unidade, com começo e fim delimitados por seu autor, o interlocutor não consegue interromper ou falar ao mesmo tempo que a pessoa que está gravando.

Foram consideradas, portanto, uma série de possíveis vantagens das mensagens de voz: mantêm em certo nível a coloquialidade e espontaneidade características da conversa; não é necessário marcar um horário para realizá-la;

tornam a situação da entrevista menos constrangedora, e oferecem uma sensação de privacidade e anonimato já que não vemos nosso interlocutor.

Para decidir a questão inicial que seria proposta aos entrevistados, foram feitas entrevistas-teste com quatro pessoas próximas à pesquisadora. Foi-lhes enviado um áudio pedindo que falassem sobre o vestuário que usaram ao longo de sua vida, as mudanças no seu gosto e o que costumam usar atualmente. A partir daí, formulou-se a pergunta: “você poderia me contar sobre as formas como você se vestiu e se veste, no passado e no presente?”. Seria uma boa abertura para a conversa, pois toca no cerne da questão da pesquisa, mas é bastante ampla.

Através dos testes, percebeu-se que não seria muito frutífero fazer várias perguntas depois dos primeiros áudios gravados em resposta à essa questão inicial. Como a “etiqueta” do *WhatsApp* permite que a pessoa leve um certo tempo para responder, prolongar a conversa cansava os entrevistados, que tendiam a perder o interesse e dar respostas mais breves.

As entrevistas seguiram o seguinte padrão: após escutar a pergunta inicial, o entrevistado gravava algumas mensagens compondo uma narrativa mais desenvolvida. Depois, eram feitas duas ou três perguntas pedindo à pessoa que falasse mais sobre algum ponto que havia aparecido nos áudios anteriores.

No delineamento inicial da pesquisa, um dos objetivos era compor uma amostra variada em termos de gênero, classe, raça e orientação sexual, buscando investigar a possibilidade de correspondências entre diferentes tipos de relação e discurso sobre as roupas e diferentes posicionamentos quanto a marcadores sociais de diferença. Porém, foram encontrados alguns empecilhos. O convite para participar da pesquisa foi publicado nos *stories* do perfil de Instagram da pesquisadora e, por isso, apenas pessoas que a seguiam nessa rede tinham acesso a ele. Os que responderam ao convite foram aqueles que em algum momento circularam nos mesmos ambientes que ela: redes de sociabilidade, universidade, escola etc, e as pessoas que lhe foram indicadas por estes participantes, por sua vez, circulam nas mesmas redes que eles.

Partindo da discussão de Pierre Bourdieu (2017) sobre as “afinidades eletivas”, faz sentido supormos que os entrevistados ocupam uma posição social próxima à da pesquisadora. As condições sociais e disposições produzidas por um *habitus* condicionam não somente os espaços pelos quais circulamos, mas também os sentimentos de amizade ou simpatia que conectam a pesquisadora e os entrevistados e estes últimos entre si, já que passam pelo filtro do gosto.

Resolveu-se assumir o *bias* da amostra e levá-lo em consideração na interpretação dos dados, pois 60 pessoas já haviam aceitado participar da pesquisa.

Por fim, 46 pessoas participaram efetivamente. Os entrevistados, em sua maioria, vêm de camadas médias urbanas consideravelmente escolarizadas, são brancos, cisgêneros, heterossexuais, têm entre 21 e 24 anos, e estudam Ciências Humanas ou Artes. Porém, 10 pessoas não são brancas, 14 não são heterossexuais e 5 vêm de setores menos abastados; logo, as experiências representadas são, até certo ponto, variadas. Foi possível notar diferenças em relação a raça, orientação sexual e classe nas experiências narradas pelos participantes, mas os dados não são suficientes para traçar relações que vão além das hipóteses inicialmente delineadas. É importante notar que *todos* esses jovens passaram pela universidade, tendo ingressado, assim, em um ambiente ao qual apenas uma minoria da população tem acesso (Espindola, 2021, p.38).

As pesquisas feitas a partir de narrativas de vida costumam tomar como base longas entrevistas, repetidas durante um período considerável. Acredita-se que o tempo é fundamental para o desenvolvimento de uma relação de confiança entre os interlocutores (Lejeune, 2008). As narrativas que foram a base dessa pesquisa têm em média 20 minutos e, portanto, não equivalem aos longos relatos com que trabalham Gabriele Rosenthal (2014) ou Michael Pollak (2010), para citar alguns autores.

Mas cabe notar que o trabalho de campo foi feito entre jovens que participavam do mesmo contexto da pesquisadora, fazendo com que a entrevistadora e o entrevistado partissem de referências culturais em comum. Isso é perceptível em diversas situações, quando alguém citava “aquele colarzinho de prancha que todo mundo usava, *não sei se você lembra...*”, ou “aquele tênis gordão, *acho que você sabe do que eu tô falando...*” e, também, quando se referiam de forma naturalizada a filmes, programas de TV, bandas ou experiências de vida que eram narradas como se tivessem sido vivenciadas por “todo mundo”. Os entrevistados viam a pesquisadora como alguém que compartilhava do seu próprio universo social, ou, ao menos, das experiências de uma certa camada de jovens de uma mesma geração.

O *design* do *WhatsApp* condiciona o formato da interação, e foi possível observar que o uso dos áudios influencia a forma como as narrativas são construídas. Apesar de que os usuários utilizam de maneiras diversas este mesmo meio, notaram-se regularidades. Uma delas é o hábito frequente de pedir desculpas por enviar uma mensagem de voz “muito longa”, embora a entrevistadora tenha explicitado que buscava justamente respostas extensas.

Esse hábito não impedia a pessoa de desenvolver consideravelmente sua resposta, mas fazia com que, em vez de enviar uma única mensagem de 15 minutos, ela enviaria, talvez, 5 mensagens de 3 minutos. Muito embora não sejam

verbalizadas de forma explícita, parece haver “regras de etiqueta” sobre a forma apropriada de usar os áudios, e muitos entrevistados parecem acreditar que não é educado “obrigar” alguém a ouvir uma mensagem “longa demais”. Por outro lado, alguns entrevistados enviaram mensagens bem mais longas do que a média, e não pareceram desconfortáveis com isso.

Cabe apontar que, algumas vezes, o imperativo de não enviar mensagens compridas parecia não se relacionar a essa “etiqueta”, mas sim com o *design* do próprio aplicativo. Se accidentalmente soltarmos o botão de gravar, o *WhatsApp* entende que queremos cancelar a mensagem, de forma que perdemos aquele trecho do relato e temos que começar do zero. Gravar áudios menores pode ser um recurso para não perder um trecho muito grande do relato caso cancelarmos accidentalmente a mensagem.

Também podemos notar a influência do meio de comunicação sobre a construção das respostas no fato de que as pessoas usaram os áudios para estruturar e organizar suas narrativas. Foi comum que os entrevistados explicitassem a forma como planejavam usar as gravações para organizar sua resposta:

Fechei assunto no caso do... de como eu estou me vestindo atualmente (...). Daí eu vou mandar outro áudio agora falando outra coisa (André) (Espindola, 2021, p.42).

Eu parei na parte de que... eu sou uma górica suave. Eu vou continuar em outro áudio (Clarice) (Espindola, 2021, p.42).

Os áudios podem ser usados, explicitamente ou não, para organizar a narrativa em temas ou em fases, usando um áudio para falar sobre a infância, outro para falar sobre a adolescência etc. Os entrevistados também usaram os áudios como meio de organização quando terminavam uma mensagem ao perder a linha de raciocínio, quando não sabiam mais o que falar, ou quando queriam fazer uma pausa para refletir sobre o que diriam em seguida:

Mas basicamente é isso, eu acho que assim... eu... tá meio travado aqui, calma. Eu vou mandar esse áudio pra você e continuo o resto (Vitor) (Espindola, 2021, p.42).

Acho que é isso, na real. Vou dar mais uma pensada sobre o que eu falei, (...) e fazer algumas outras considerações (Melissa) (Espindola, 2021, p.42).

Depois de enviar o áudio, a pessoa pode ouvi-lo, refletir sobre o que disse e o que ainda quer dizer. A possibilidade de escutar a própria mensagem faz com que as pessoas usem as mensagens seguintes, muitas vezes, para retomar o que disseram, reavaliar ou desenvolver melhor um ponto.

Esse modo de usar os áudios para organizar o relato são muitas vezes explicitados pelo próprio entrevistado em um movimento de retorno reflexivo. Particularmente nessas situações, percebemos que os entrevistados pensaram pelo menos um pouco sobre o que diriam, antes de responder. No geral, os entrevistados levavam pelo menos 20 minutos (ou mesmo dias) antes de responder. Também é interessante notar que alguns disseram estar usando recursos mnemônicos, como anotações, ou gravavam as mensagens olhando para o armário, para lembrarem-se das roupas que tinham.

Apesar de as narrativas serem articuladas a partir de uma reflexão e organização anteriores, nota-se que, durante a narração, ela segue caminhos inesperados. A pessoa pode acabar não tocando no tema que havia anunciado no começo do áudio; pode dizer que “se perdeu” no que falava; ou começar uma nova mensagem dizendo que havia esquecido de mencionar algo importante. As narrativas são pontuadas por movimentos de avanço e retorno, anedotas, *flashbacks* e reticências do tipo “e aí...”, que sinalizam que a pessoa está continuamente pensando sobre (e reconsiderando) o que dirá a seguir.

Concluímos que os relatos em áudios tomam espontaneamente o formato narrativo, já que o entrevistado não limita sua fala ao estritamente necessário, esperando que a entrevistadora faça logo a próxima pergunta, e esta não pode interrompê-lo no meio de sua fala. Além disso, tivemos a impressão de que certas coisas que foram expostas em tom confessional nos áudios não seriam verbalizadas no caso de uma interação com troca de olhares. E, por fim, as respostas gravadas facilitam bastante o trabalho da transcrição.

CONTANDO HISTÓRIAS SOBRE ROUPAS

As roupas nos acompanham nos momentos mais marcantes e também nos mais comuns. Na nossa memória, algumas delas permanecem nitidamente em cores, detalhes e textura, e nos lembramos da forma como nos sentíamos ao usá-las, do que aconteceu quando as estávamos vestindo, da situação nas quais as compramos ou das pessoas de quem as recebemos. Nossa história se liga e se funde com a história de nossas roupas.

Gostaríamos de chamar atenção para três aspectos da relação entre roupas e memória: 1) elas recebem as marcas dos nossos corpos e duram no tempo, carre-

gando memórias em sua própria materialidade, enquanto nos vestem durante as experiências que serão reconstruídas como memória; 2) guardamos certas roupas, mesmo quando não as vestimos mais, justamente por sua eficácia em evocar certas lembranças, e 3) algumas peças permanecem na memória, apesar de sua ausência física, justamente porque as lembranças relacionadas a elas tornam-se mais tangíveis – e de certa forma mais reais – através da memória sobre a materialidade da roupa. Ou seja, a memória sobre a *materialidade* pode conferir uma sensação maior de “realidade” às nossas lembranças³.

Contar uma história sobre nós mesmos é uma forma de autorepresentação (Goffman, 1985), e o “eu” como identidade e destino é construído nesse ato (Bourdieu, 2008). A “criação do Eu é uma arte narrativa” (Bruner, 2014, p.75), e também podemos aplicar esse princípio a uma narrativa de vida construída a partir das roupas:

Falar sobre as transformações no modo como alguém se veste é contar a história de uma *pessoa* que se veste. Frente a novas circunstâncias, novos ambientes, novos amigos (e no caso dessa pesquisa, frente a uma pergunta), esse alguém é levado a contar novamente sua própria história (Espindola, 2021, p.48).

É interessante notar as formas como os entrevistados expressam noções de pessoa, interioridade e personalidade nas histórias que contam. A maneira como se vestem é narrada como uma construção contínua produzida pela interação entre o “eu” e seu meio social:

E é engraçado como vai mudando isso aí, né? O ambiente que você tá, as pessoas que você convive, as tuas influências, é... literárias, culturais, enfim... elas acabam influenciando o modo como você se veste (Vitor) (Espindola, 2021, p.49).

Eu acho que eu sempre fui muito influenciado pela TV, pelos filmes, né? Pelas séries e pelos meus amigos também. Bastante. E... eu acho que cada momento... reflete isso, assim (Tomás) (Espindola, 2021, p.49).

Portanto, quando falam sobre as roupas, eles estão falando sobre si, sobre sua posição na sociedade e sua relação com os outros:

3 Para uma discussão aprofundada sobre esses três pontos, ver Espindola (2021).

Uma narrativa de autoconstrução tem um pouco de equilibrismo. Ela deve, por um lado, criar uma atmosfera de autonomia, persuadir-nos de que alguém tem vontade própria, uma certa liberdade de escolha, um certo grau de possibilidades. Mas também deve relacionar o eu a um mundo repleto de outros: a amigos e família, a instituições, ao passado, a grupos de referência (Bruner, 2014, p.89).

Porém, não podemos naturalizar esse “equilibrismo” entre o “eu” e os “outros” como se fosse o modo universal de experimentar a vida e narrá-la; ele se relaciona a “modelos culturais implícitos, não verbalizados, daquilo que a individualidade deveria ser” (Bruner, 2014, p.75), isto é, a uma “noção de pessoa” (Mauss, 1974) que é característica da cultura a partir da qual uma biografia é vivida, lembrada e narrada.

Nota-se também que a história do modo de vestir costuma ser narrada como a história de uma pessoa que passa por diferentes *fases*:

Eu acho que eu vou falar na ordem cronológica mesmo. (...) eu não sei muito bem como falar disso (risos), mas... eu tive algumas fases bem... marcadas, assim. De roupa (Pedro) (Espindola, 2021, p.51).

E aí eu vejo algumas... fases, assim. Vejo a fase da infância, pré-adolescência, adolescência, e... atual, assim (Alice) (Espindola, 2021, p.51).

Às vezes essas fases recebem nomes, como “fase metaleiro”, “rebelde” ou “romântica”, e os entrevistados explicam as transições entre elas a partir das mudanças nos meios em que circulam, nas pessoas com quem têm contato, nas suas referências culturais, na sua relação com seus corpos e aparência e, também, a partir do que consideram transformações na sua personalidade. Há nessas narrativas uma noção sobre o “eu” que se veste similar ao “sujeito sociológico” de Stuart Hall (2011): a identidade se desenvolveria a partir da relação entre um “eu interior” e um “mundo exterior”.

Os entrevistados também costumam associar essas transformações na relação entre o “eu” e a “sociedade”, que produziriam diferentes modos de se vestir, às “fases da vida”, como infância, adolescência e vida adulta, e à períodos de transição, como puberdade e amadurecimento. Dividir o ciclo de vida recorrendo às fases e aos períodos de transição depende da forma como aprendemos a interpretar a temporalidade em nossa cultura. Nossas representações compartilhadas sobre o “ciclo da vida” definem o que é esperado de uma infância ou uma adolescência

“normal”: as experiências pelas quais devemos passar, os sentimentos que devemos sentir, os comportamentos típicos etc.

Nosso imaginário sobre uma “vida normal” (Gullestad, 2005) nos fornece um enquadramento ao qual recorremos para entender e falar sobre nossa própria trajetória, e pode ser notado no hábito dos entrevistados de criar “leis gerais” sobre as relações típicas com as roupas em cada fase da vida:

Acho que na infância a gente meio que não tem nada definido, né? É muito mais uma imposição... paterna e materna, em relação ao que a gente vai vestir, do que... própria, assim. Mas acredito que na adolescência é o momento que isso se aflora mais (...) (Henrique) (Espindola, 2021, p.59).

(...) a vida meio que é separada, pelo menos a vida até onde eu vivi, né? (risos) Separada de duas formas: até o momento que você veste o que *te dão*, e o que *te... sei lá*, tem referência com coisas que tu gosta, e depois, a partir de um momento, a gente começa a se vestir muito com... pensando no que que a gente quer passar com o nosso corpo, como a gente sente sobre o nosso corpo, e a mensagem que a gente quer passar com ele. (Larissa) (Espindola, 2021, p.59).

Se os relatos são quase sempre construídos usando o “eu” como sujeito, os usos do “a gente” e do “você” são as estratégias – simbólicas e linguísticas – mais facilmente observáveis de como, apesar de estarmos lidando com narrativas pessoais, os entrevistados entendem suas experiências como se fossem exemplares do que foi vivido por um grande grupo de pessoas.

A maioria dos entrevistados começa seu relato com uma narrativa sobre a infância e sobre uma ruptura com a infância e o modo de vestir característico dessa fase. Podemos supor que isso se deve ao fato de que, na nossa cultura, as vivências da infância são entendidas como “a causa e a origem do presente”, e como “sendo próprias de cada um, num sentido mais profundo e diferente do que as experiências ulteriores” (Gullestad, 2005, p.515). As relações das crianças com as roupas são narradas como uma “relação original” que contrasta profundamente com as fases posteriores.

A infância não é um período que possa ser claramente delimitado mas, segundo os entrevistados, representaria um conjunto de aspectos que caracterizam a forma como as crianças se relacionam com as roupas. A ruptura, portanto, é um rompimento com essas características, e não com o “ser criança” em si.

Em termos gerais, a infância foi narrada de três formas:

1) como um período em que as roupas simplesmente não importam, pois não se pensa sobre elas; 2) como um período de liberdade, onde prevalece uma relação “pura” e “verdadeira” com as roupas; e 3) como um período de domínio dos pais (e principalmente da mãe) mais ou menos desconfortável (Espindola, 2021, p.54).

A ruptura com a infância também foi narrada de três formas principais:

1) uma corrupção dessa relação “pura” e “verdadeira” com as roupas; 2) uma vontade de ser autônomo e de mostrar que não é mais uma criança; e 3) uma experiência dolorosa, pois há dificuldade em romper com o domínio das pessoas que escolhiam as roupas, o que é visto como ausência de uma vontade de ser autônomo – vontade essa que é valorizada como sinal de amadurecimento (Espindola, 2021, p.54).

A ruptura da “relação original” com o vestuário é o momento em que as roupas se tornam significativas em relação às *outras pessoas*. Se as crianças não se importam com o que os “outros” pensam, a ruptura instaura uma relação com as roupas que é atravessada por uma tensão entre o “eu” e os “outros”, em que o vestuário é usado para negociar aproximação e distanciamento simbólicos. Além disso, essa ruptura também é caracterizada pela acentuação crescente da percepção sobre a atratividade da própria aparência e de uma autoconsciência sobre o próprio corpo.

Mas o olhar do “outro” é, na verdade, a reificação das convenções sociais que cada pessoa internaliza como parte do próprio “eu”, das quais não podemos nos libertar completamente. Assim, a infância é idealizada como o momento em que o “eu verdadeiro” pode se expressar sem se importar com as opiniões dos outros, e o restante da narrativa costuma assumir um tom romântico, em que a pessoa avalia os diferentes modos como se vestiu de acordo com sua capacidade relativa de expressar esse “eu”, tentando se aproximar dessa “relação original” com as roupas.

Outra característica das narrativas sobre a infância é a ênfase no poder dos pais sobre as roupas vestidas pelos filhos. Algumas vezes essa falta de voz das crianças é narrada como passividade, mas frequentemente o domínio dos pais é lembrado como tendo sido vivenciado como um desconforto:

esse domínio pode ser representado como a tentativa de impor padrões de feminilidade ou masculinidade vistos como opressivos, ou como a persistência em impor “roupas infantis” quando a pessoa quer mostrar que está crescendo e que

já não é mais uma criança. (...) A ruptura com a infância é vista, portanto, como o desenvolvimento de uma imagem de si mesmo que “não bate” com aquela imposta pelos pais, o que gera tentativas de impor sua própria autodefinição através das roupas (Espindola, 2021, p.77).

Passar a escolher as próprias roupas e desenvolver um *estilo internamente referido*, que se baseia em concepções estéticas (supostamente) individuais, ao invés de um *estilo externamente referido*, que se apoia na aprovação e nos gostos de outras pessoas, é narrado como um estágio importante no desenvolvimento da personalidade. Porém, há narrativas em que a ruptura com o domínio dos pais é lembrada como um processo difícil, em que a criança se sente infeliz por ter que escolher as próprias roupas:

Há uma noção bastante compartilhada de que o gosto é uma expressão da singularidade e que conhecê-lo significa conhecer a si mesmo, e portanto, querer expressá-lo através da escolha das roupas é sinal de amadurecimento e independência, que são ideais almejados e valorizados. Por isso, demorar para conhecer seu próprio gosto e querer expressá-lo sem referência constante a outras pessoas pode ser vivenciado, lembrado e narrado como uma falha pessoal (Espindola, 2021, p.83).

Apesar da ruptura da “relação original” com as roupas não equivaler sempre a uma ruptura com o “ser criança” em si, na maioria das narrativas ela é retratada como coincidente com a transição para a adolescência.

A adolescência como período de vida distinto da infância e da vida adulta é uma invenção recente (Ariès, 1986). É somente em 1904 que a adolescência surge como termo médico nos estudos do psicólogo Stanley Hall, que a descrevia como uma fase de emotividade, conflito e estresse. A ideia de que a adolescência é intrinsecamente turbulenta se difunde também graças à sociologia funcionalista, que a considera um momento dramático da socialização, em que os indivíduos devem assumir papéis adultos e efetuar com maior ou menor sucesso sua integração à sociedade (Abramo, 1997).

Esses significados compartilhados associados à adolescência são apropriados pelos entrevistados na hora de interpretarem sua própria história. Eles costumam narrar esse período como um momento em que experimentaram inseguranças e conflitos, relacionados a timidez, vontade de “se encaixar” ou se distanciar de certos grupos, inseguranças sobre o corpo, desenvolvimento de interesses sexuais,

esforços dolorosos para se adequar ou se revoltar em relação a normas de gênero, dinâmicas de dependência e independência em relação a namorados, amigos, família, etc.

Nas narrativas dos entrevistados, essas tensões se manifestam em suas relações com as roupas na forma de uma profunda sensibilidade ao olhar do outro, e de uma tendência a se relacionar com as roupas de modos que eles consideram censuráveis: tentar seguir a moda, se vestir reproduzindo o estereótipo de alguma subcultura, imitar o estilo dos ídolos e querer comprar roupas de marca. Esses comportamentos são mal vistos justamente porque se opõem à individualidade expressa por um *estilo internamente referido*, que é visto como essencial à expressão da personalidade através do vestuário.

A transição da adolescência para o momento presente, por sua vez, costuma ser narrada como a passagem de um *estilo externamente referido* para um *internamente referido*, processo este que é visto como amadurecimento, desenvolvimento de autoconfiança e autodescoberta.

Podemos concluir que as essas narrativas de vida construídas a partir do vestuário costumam idealizar a infância como um período marcado por uma relação *pura* com as roupas, pelo desprezo pela relação *corrupta* com as roupas que caracterizaria a adolescência, e pela descrição do momento presente como caracterizado por uma relação *madura* com as roupas. Embora a relação atual com as roupas seja retratada como mais honesta e tranquila, ela nunca alcançará a total indiferença ao olhar do outro que caracterizava a infância, segundo os entrevistados.

Essa autoconfiança que marca o presente é como se fosse produto de um processo de autodefinição frente aos outros que já está “concluído”, ao passo que na adolescência ele estava sendo dolorosamente conquistado e na infância ele não estava em questão, já que os esforços de autodefinição só se tornariam um problema a partir da ruptura com a infância.

Contudo, por mais frequente que seja a narrativa segundo a qual o momento presente é caracterizado por uma relação mais tranquila e autoconfiante com as roupas, há, porém, uma outra tendência mais discreta, que anuncia um conflito característico do momento pelo qual esses jovens estão passando. Alguns entrevistados comentaram que sentem vontade ou necessidade de se vestir de forma mais profissional, séria e adulta. Tentando entrar no mercado de trabalho, eles começam a sentir que suas roupas são “adolescentes demais”, mas ainda não se sentem totalmente confortáveis em roupas “de adulto”. Nos termos de Goffman (1985), podemos dizer que eles ainda não acreditam totalmente na representação

de si que buscam sustentar. Portanto, o ingresso na vida adulta e o sentimento de ser adulto ainda estão sendo negociados por boa parte desses jovens, criando potencial para conflitos e inseguranças.

Refletir sobre o que significa entrar na vida adulta hoje pode nos ajudar a entender esses dilemas. Segundo Guita Grin Debert (2010), no decorrer do século XX presenciamos uma valorização da juventude. Os valores e comportamentos associados a ela “colonizaram” outras fases da vida: a juventude se descolou da ideia de faixa etária e tornou-se um ideal a ser buscado a qualquer momento. O fato de que agora nos casamos, temos filhos e trocamos de emprego nos mais variados momentos da vida, fazem com que as experiências que no passado marcaram claramente a passagem para a vida adulta possam ser vivenciadas muito mais tarde. Além disso, o encarecimento do custo de vida, a elevação das expectativas sobre um estilo de vida básico e as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho levam os jovens a demorar mais para deixar a casa dos pais. Esses processos têm como efeito um ciclo de vida que já não está tão marcado por rituais de passagem coletivos e institucionalizados entre os grupos etários.

Para Victor Turner (1974), os ritos de passagem são importantes pois administram a ambiguidade contida nos momentos de liminaridade característicos da passagem de uma posição social à outra. Na vida das camadas médias urbanas, a passagem pelas séries escolares parece desempenhar a função dos ritos de passagem coletivos⁴. Mas chegando ao fim da graduação, estes jovens se deparam com um período de suas vidas que já não será organizado nem pelas instituições escolares, nem por rituais claros como o matrimônio e o início de uma vida autosuficiente em termos financeiros. Assim, os jovens que atualmente negociam o ingresso na vida adulta se encontram em um período de liminaridade bem mais difícil de ser administrado, e que parece se estender indefinidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ouvirmos essas histórias sobre as mudanças nas relações com as roupas ao longo do tempo, estamos lidando com histórias muito pessoais e singulares. Mas, por outro lado, cada narrativa ecoa outras em algum aspecto, como em um *déjà-vu*. A infância, a adolescência, a passagem à vida adulta, a “construção” e a “descoberta” de um estilo próprio, as relações entre “pessoa” e “roupa” são lembradas

⁴ Para uma discussão sobre a forma como a passagem pelas instituições escolares foram utilizadas pelos entrevistados para organizar suas narrativas, ver Espindola (2021).

e narradas de maneiras que são simultaneamente particulares e compartilhadas (Espindola, 2021).

No decorrer da pesquisa, percebemos que quando esses jovens falam sobre o tema das roupas que vestiram ao longo do tempo, estão falando também de todo um campo temático composto por seus relacionamentos com os outros e por memórias sobre períodos, lugares, frustrações, desejos e sonhos.

Também identificamos que os entrevistados compartilham discursos sobre as mudanças no modo de vestir ao longo do tempo, revelando narrativas dominantes em nossa cultura sobre a relação entre roupas e infância, adolescência, vida adulta, amadurecimento, e sobre a relação entre vestuário, identidade e personalidade. O estabelecimento de “fases” da vida com o uso de termos que fazem referência não só à idade, mas também a contextos culturais específicos, revelam o “trabalho de enquadramento” (Pollak, 1989) a operar nas narrativas e, com isso, o momento histórico e social a que elas pertencem. Referências a bandas, itens específicos de vestuário, modismos de acessórios ou cortes de cabelo, também são rastros que permitem estabelecer vínculos com os contextos sociais e históricos de pertencimento desses jovens e, com isso, compreender melhor em que condições se opera o enquadramento de suas narrativas, assim como o trabalho de ligação entre o passado e o presente exercido pela narrativa.

Assim, se as narrativas de vida desenvolvidas a partir do tema da roupa são recursos para a construção retrospectiva do “eu”, esse “eu” é sempre relacional, e atribuir-lhe coerência e sentido significa necessariamente narrá-lo posicionando-o em relação a estruturas coletivas de significado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, 1997, pp. 25-36.
- APPADURAI, Arjun (2008). “Introdução: mercadorias e a política de valor”. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- ARIÈS, Philippe (1986). *História social da criança e da família*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BOURDIEU, Pierre (2008). “A ilusão biográfica”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre (2017). *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

- BRUNER, Edward (1983). "The opening up of Anthropology". In: BRUNER, Edward (Org.). *Text, play and story: the construction and reconstruction of self and society*. Washington, DC: American Ethnological Society.
- BRUNER, Edward (1986). "Experience and its expressions". In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward (Orgs.). *The Anthropology of experience*. Champaign: University of Illinois Press.
- BRUNER, Jerome (2014). "A criação narrativa do eu". In: BRUNER, Jerome. *Fabricando histórias: Direito, literatura, vida*. São Paulo: Letra e Voz, p. 73-97.
- CAMPBELL, Colin (2006). "Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno". In: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin (Orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 47-64.
- CRANE, Diana (1999). Diffusion Models and Fashion: A Reassessment. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 566, n. 1, p. 13–24. <https://doi.org/10.1177/000271629956600102>
- CRANE, Diana (2006). *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac.
- CWERNER, Saulo (2001). Sociology of the wardrobe. *Fashion Theory*, vol. 5, n. 1, pp. 79-92. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2752/136270401779045725>
- DAVIS, Fred (1992). *Fashion, culture and identity*. Chicago: The University of Chicago Press.
- DEBERT, Guita Grin (2010). A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, ano 16, n. 34, pp. 49-70.
- ESPINOLA, Clara Calazans (2021). *Falar sobre roupas e falar sobre si: um estudo sobre o lugar das roupas em narrativas de vida*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- GOFFMAN, Erving (1985). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GULLESTAD, Marianne (2005). Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida. *Educação & Sociedade*, vol. 26, n. 91, p. 509-534. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200011>
- HALBWACHS, Maurice (1990). "Memória Coletiva e Memória Histórica". In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais, p. 53-89.
- HALL, Stuart (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro, DP&A.

- KOPYTOFF, Igor (2008). “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun (Org.) *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 89-121.
- LEJEUNE, Philippe (2008). “A autobiografia dos que não escrevem”. In: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 113-191.
- LIPOVETSKY, Gilles (2009). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAUSS, Marcel (1974). “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, Vol. 1. São Paulo: Edusp, p. 207-241.
- POLHEMUS, Ted (2016). No supermercado do estilo. *Contracampo*, vol. 35, n. 2, p. 7-12, <https://doi.org/10.22409/contracampo.v35i2.932>
- POLKINGHORNE, Donald E. (1995). Narrative configuration in qualitative analysis. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, vol. 8, n. 1, p. 5-23. <https://doi.org/10.1080/0951839950080103>
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 3-15. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>
- POLLAK, Michael (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, p. 200-212, <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>
- POLLAK, Michael (2010). A gestão do indizível. *WebMosaica - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, vol. 2, n. 1, p. 9-49. <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/15543>
- ROSENTHAL, Gabriele (2014). História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 2, p. 227-249, <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116>
- TURNER, Victor W. (1986). “Dewey, Dilthey, and drama: an essay in the anthropology of experience”. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (Orgs.). *The Anthropology of Experience*. Urbana, Chicago: University of Illinois Press, p. 33-44.

Como surgem sociedades divididas?*,**

How do divided societies come about?

Rudolf Stichweh, Forum für Internationale Wissenschaft,
Universidade de Bonn (Alemanha)

Traduzido por José Vitor Silva Barros^a

Resumo O artigo analisa forças divisivas nas sociedades contemporâneas e as conecta às esperanças incumpridas oriundas das revoluções do início da modernidade: as esperanças por igualdade, liberdade e fraternidade/solidariedade. Antes de tudo, no século XXI, podemos dizer que há desigualdades persistentes que emergem em todos os sistemas funcionais da sociedade e tornam-se divisivas assim que eclode uma cisão descontínua na distribuição de ganhos. Cisão esta que torna improvável que alguém se movimente de um lado ao outro da distribuição. Em segundo lugar, há fortes dependências assimétricas vinculadas a um aumento dos controles por parte de pessoas e grupos que controlam recursos desejados por outros; essas dependências, por sua vez, fortalecem o acréscimo dos controles dos primeiros sobre os últimos, seja sobre ações, comunicações, opções de saída e/ou modos de perceber o mundo. Quanto maiores as dimensões de controle presumidas numa relação social dada, mais fortes e pervasivas as dependências assimétricas, as quais separam a sociedade entre aqueles que exercem controles e aqueles que são objeto de controle. Há ainda, em terceiro lugar, como estrutura de divisão, a ascensão da polarização sociocultural. Ela cria uma cisão entre subcomunidades significantes de uma sociedade, o que possibilita que comunidades percebam os membros de outras como perigosos e estranhos aos valores e formas de vida considerados essenciais para a própria comunidade. O artigo explica, por fim, tais divisões societais ao estudá-las como formas de inclusão e exclusão. Desigualdades advêm de acumulação nas dinâmicas de inclusão dos sistemas funcionais; dependências assimétricas emergem em instituições e grupos que absorvem pessoas excluídas de participações relevantes em experiências e cursos de ação; polarizações baseiam-se nas

* Tradução brasileira do artigo “How Do Divided Societies Come About?” publicado originalmente no livro *The Future of the Liberal Order: The Key Questions*, editado por Helmut K. Anheier em 2022 para a editora Routledge.

** Agradeço a Helmut Anheier e Rudolf Stichweh pela concessão dos direitos de tradução, a Leopoldo Waibort pela revisão e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelas bolsas de mestrado e para estágio de pesquisa no exterior.

a Mestrando em Sociologia (Teoria Sociológica) na Universidade de São Paulo.

exclusões recíprocas e totalizantes pelas quais comunidades definem membros de outras comunidades como “outros” radicais.

Palavras-chave Sociedade Dividida. Desigualdade. Dependência Assimétrica. Polarização Sociocultural. Inclusão e Exclusão. Estranhos.

Abstract *The paper looks at divisive forces in contemporary societies and it links them to the unfulfilled hopes of the revolutions at the beginning of modernity: the hopes for equality, freedom and fraternity/solidarity. There are, first, in the 21st century situation, persistent inequalities that emerge in all the function systems of society and become divisive as soon as there arises a discontinuous split in the distribution of rewards, a split that makes it improbable that someone might switch from one to the other side of a distribution. There are, second, strong, asymmetrical dependencies that are connected to an escalation of controls by which persons and groups control resources wanted by others and furthermore build up controls regarding the actions, communications, exit options and ways of perceiving the world being available to these other ones. The more control dimensions are implied in a specific social relation, the stronger and more pervasive asymmetrical dependencies become and then definitely separate in society those who exercise controls from those who are objects of control. There is, third, as a structure of division the rise of sociocultural polarization that creates a split between significant subcommunities of a society, on the basis of which communities perceive the members of other communities as strangers and as dangerous for the values and life forms one regards as essential for one's own community. The paper finally explains these societal divisions by studying them as forms of inclusion and exclusion. Inequalities come from cumulations in the inclusion dynamics of function systems; asymmetrical dependencies emerge in institutions and groups that absorb persons that are being excluded from relevant participations; polarizations are based on reciprocal and totalizing exclusions by which communities define the members of other communities as radical 'others'.*

Keywords *Divided Society. Inequality. Asymmetrical Dependency. Sociocultural Polarization. Inclusion and Exclusion. Strangers.*

A ASCENSÃO DA MODERNIDADE GLOBAL

Quando Émile Durkheim publicou *De la division du travail social* em 1893, a “divisão” que analisava era a “divisão do trabalho”, e a divisão do trabalho, ou “solidariedade orgânica” – conceito central de seu livro –, não é de modo algum “divisiva”, mas sim a mais importante força a produzir cooperação na sociedade moderna. As transformações da sociedade moderna consolidaram as estruturas

contemporâneas da “diferenciação funcional” a partir da solidariedade orgânica (Stichweh, 2013), e cabe reiterar que a diferenciação funcional não é de modo algum divisiva. Ela estabelece relações de complementaridade e texturas ricas de interação entre sistemas funcionais. Provavelmente, a mais importante dentre essas estruturas integrativas é a separação de indivíduos e de suas carreiras em relação aos sistemas funcionais. Indivíduos não vivem dentro ou pertencem aos sistemas funcionais. Em princípio, todos os indivíduos estão incluídos em todos esses sistemas. Padrões de participação nos sistemas funcionais, no entanto, variam de indivíduo a indivíduo, e é a diversidade desses padrões que provavelmente gera as fortes forças integrativas da diferenciação societal [*societal differentiation*]. Porém, há muitos outros aspectos a se considerar. Um deles é a representação que cada sistema funcional faz dos demais sistemas funcionais por meio de estruturas especializadas e de mecanismos cognitivos: por exemplo, as políticas [*policies*] de um sistema que regulam outro, a diferenciação dos mercados que lidam com especificidades de outros sistemas funcionais, as perspectivas cognitivas que a ciência inventa para compreender as idiossincrasias dos demais sistemas funcionais e daí transformar essa compreensão em disciplinas internas à ciência, os *corpora* especializados do direito. Tanto a diversidade de inclusões individuais quanto a multiplicidade de perspectivas representacionais (dos sistemas funcionais sobre seus pares) são boas opções para compreender a integração da sociedade.

Há fortes forças divisivas na sociedade moderna, em todo caso. É o objetivo deste artigo prover um panorama sistemático dessas forças de divisão com uma interpretação focada na sociedade mundial do início do século XXI. Porém irei localizar essas divisões em circunstâncias que eclodiram durante a gênese da sociedade moderna, no fim do século XVIII, e em promessas incumpridas e valores não praticados que podem ser vistos como constitutivos da autocompreensão da sociedade moderna. Há três desses valores e promessas. E os três estão atados fortemente, em sua semântica, à autodescrição da Revolução Francesa.

As três promessas que identificamos com a Revolução são igualdade, liberdade e fraternidade/solidariedade, muito embora a consolidação semântica da fórmula tripartite só tenha ocorrido depois dos anos 1790, mais ou menos de 1848 em diante (Ozouf, 1997). Os três termos da fórmula são valores ou promessas ou, ainda, preferências. Eles obviamente não descrevem realidades. Mas, como valores, são indicativos da significante transformação semântica que é característica da modernidade. Inscrevem-se num registro geral e não se limitam à França.

Na sociedade moderna, observadores não têm mais capacidade nem vontade de admirar a desigualdade e venerar pessoas com alto status social. Em vez disso,

preferem a igualdade. Além disso, desde o século XVIII, não há mais recursos semânticos extensivos à disposição para possibilitar a articulação comunicativa de preferências pela dependência face à liberdade. A educação dos jovens não é mais percebida como treinamento para a submissão e a educação política não é orientada para a obediência – e teses como essas podem ser formuladas para todos os sistemas funcionais da sociedade mundial. Pode haver aspectos autoritários na formação do estudante de medicina (Merton, Reader e Kendall, 1957) ou do futuro pesquisador e de outros profissionais. Porém esses padrões autoritários são parciais e percebidos como preparação para o futuro, quando a pessoa em treinamento claramente se tornará um colega, numa situação que será caracterizada pela simetria. Nem mesmo as forças armadas instilam obediência como um traço invariável da pessoa, mas apenas como um papel militar de comportamento. Deve-se ser capaz de mudar de disposição, caso se passe de comandado a comandante.

O argumento pela fraternidade/solidariedade é ligeiramente mais difícil. Porém pode ser dito com clareza que um valor central da sociedade moderna é não vermos a maioria das outras pessoas como inimigos e competidores perigosos, optando ao invés disso por círculos crescentes de solidariedade (Banfield, 1958; Nelson, 1969), que podem incluir eventualmente a humanidade inteira.

Os três valores mencionados aqui, e o tipo ansiado de sociedade que eles projetam, desembocam em uma sociedade baseada em padrões extremamente complicados de diferenciação funcional e de outras formas de formação estrutural que emergem juntas com o sistema social global (redes globais, organizações mundiais, comunidades epistêmicas como formas de formação estrutural complementária à diferenciação funcional (Stichweh, 2007). Porém, trata-se de uma sociedade não-dividida apenas quanto ela esteja baseada na igualdade universal, em liberdade pessoal ao invés de dependências e em solidariedades básicas que incluem todos os outros humanos. Mas é óbvio que essa não é a sociedade em que vivemos. As preferências valorativas básicas e as promessas da modernidade permanecem incumpridas. Vamos olhar para algumas das principais razões disso a seguir.

DESIGUALDADES PERSISTENTES

Sociedades pré-modernas são em muitos aspectos baseadas em desigualdades atribuídas de antemão. Elas são atribuídas via pertença a estamentos, castas e estratos nos quais se nasce. No curso de vida de cada um se vive essas desigualdades. Deve-se praticar um estilo de vida que demonstre diariamente a própria posição na hierarquia que caracteriza a sociedade. Pessoas são explicitamente

ensinadas a viver em desigualdade e são incessantemente lembradas de sua posição social.¹

Essas desigualdades atribuídas despareceram em sua maioria com a ascensão da sociedade moderna. Esse desaparecimento é o maior fator de legitimação para a reivindicação da modernidade originar uma sociedade de iguais. A real mudança, entretanto, encontra-se na passagem da desigualdade atribuída, monodimensional e estável (no singular) para desigualdades dinâmicas (no plural). Desigualdades reproduzem a forma de diferenciação primária da sociedade: a diferenciação funcional. Embora, nos sistemas funcionais haja arranjos institucionais que tentem garantir igualdade nas condições de início de seus participantes – uma homogeneização do início (Luhmann, 1990) –, logo surgem pequenas diferenças de resultados as quais frequentemente levam a maiores diferenças que podem crescer continuamente. Essa é a ideia por trás do “Matthew effect” ou da teoria das vantagens cumulativas, proposta por Robert K. Merton (Di Prete e Eirich, 2006; Merton, 1988). Essa teoria parece ser a melhor explicação para as dinâmicas e para a expansão das desigualdades observadas dentro dos sistemas funcionais da sociedade mundial. Os mecanismos básicos propostos pela teoria postulam que pessoas que atingem sucesso cedo em um contexto funcional terão maiores retornos por sucessos posteriores, se comparadas a pessoas que não tiveram bons resultados no início. Portanto, a partir disso, as diferenças cumulativas se expandem, por vezes progressivamente.

Essa teoria é uma abordagem muito boa para explicar desigualdades em sistemas funcionais. Porém, não é a única e não é em si mesma suficiente. Outra abordagem complementar vai estudar não a escalada de performances e retornos, mas sim a distribuição social (pré-ordenada) de retornos, prêmios e posições de elite ou prestígio em um dado sistema social. Se há tal distribuição institucionalizada, ela claramente limitará ou expandirá os efeitos que podem ser produzidos pelas vantagens cumulativas. Se há apenas um pequeno número de prêmios e posições, haverá provavelmente disparidades enormes entre os participantes e essas disparidades não podem ser explicadas por vantagens cumulativas, pois são de alguma forma instantâneas e aparecem quando os prêmios/posições são atribuídos (um bom exemplo seria os prêmios Nobel, que distinguem certos cien-

1 Um bom exemplo é o Mr. Dombey de Dickens. (Dickens, Charles. 1848. *Dombey and Son*. Oxford: OUP, Oxford World's Classics 2008. 65): „I am far from being friendly to what is called by persons of levelling sentiments, general education. But it is necessary that the inferior classes should continue to be taught to know their position, and to conduct them properly. So far I approve of schools.”

tistas de seus pares de estatura similar). Um caso oposto são as profissões que são institucionalizadas ao criar um considerável número de papéis profissionais que produzem um monopólio em um campo profissional (frequentemente dominando um sistema funcional) (Stichweh, 2008). Esses papéis profissionais são frequentemente descritos como de estatura fundamentalmente igual entre pares (uma igualdade de médicos, professores, advogados etc.) e essas igualdades institucionalizadas neutralizam em muitos casos as vantagens cumulativas que estavam em ação. Esse efeito equalizador dos papéis profissionais cumpre, em muitos sistemas sociais, o efeito de estabilizar uma relação assimétrica entre papéis profissionais de prestação de serviço e todos os outros papéis que lhes são clientes, isto é, seu público. Porém, essas relações são assimetrias, e não desigualdades.

Para além do efeito Matthew (i.e das vantagens cumulativas) e dos efeitos posicionais, há um terceiro tipo de desigualdade nos sistemas funcionais. Esses são efeitos de rede. Em redes, não se recebe retornos ou prêmios/posições. Ao invés, adquire-se conexões [*ties*]. Nelas, há um “*preferential attachment*” [acoplamento preferencial] que opera como mecanismo de crescimento de redes pessoais de modo muito similar ao acúmulo de “vantagens cumulativas”. Se alguns participantes já possuem um número significativo de “conexões”, torna-se mais e mais provável que o próximo ator a entrar na rede estabeleça laços com aqueles que já possuem muitos laços. Conexões de rede, assim como estruturas sociais e desigualdades que advêm com eles – especialmente “*structural holes*” [buracos estruturais] (Burt 1992) –, não são o principal retorno individual dos sistemas funcionais. Mas eles obviamente canalizam o acesso a esses retornos principais. Do “*preferential attachment*” podem surgir “vantagens cumulativas” nos termos dos retornos e recursos principais que caracterizam um sistema.

As desigualdades em sistemas funcionais que discutimos até aqui são as desigualdades dominantes na sociedade mundial do presente e não trazem em si mesmas uma sociedade dividida. Conquanto as desigualdades produzam graduações contínuas na distribuição de recursos, pode-se ter a ideia e a esperança de que indivíduos possam, em princípio, conseguir obter mobilidade ascendente, o que, de alguma forma, preveniria descontinuidades que posicionem indivíduos em uma distribuição extrema, sem chances de passagem de um lado a outro. Tão logo essas descontinuidades apareçam e sejam percebidas como tal, temos provavelmente uma sociedade dividida. Um bom exemplo dessa descontinuidade é o fenômeno do 1% nos sistemas econômicos. Se nos dedicamos a compreender a presente distribuição global de renda, percebemos que de 1988 a 2008, o 1% dessa distribuição conseguiu um aumento cumulativo de renda global de 65%. O grupo do 1% consiste

em 70 milhões de pessoas, metade das quais vive nos Estados Unidos, e a maioria dos demais na Europa, Canadá e alguns poucos países asiáticos (Milanovic, 2016; Autor, 2014). As classes médias baixas dos países europeus e norte-americanos, junto às do Japão, posicionam-se no 80º percentual da distribuição mundial de renda – isto é, podem ser consideradas “ricas” para fins de comparação global. Mas seu real ganho cumulativo de renda nos mesmos vinte anos foi perto de 0% e, nesse período, está entre os mais baixos de todos os grupos de renda do Planeta. A diferença entre 65% e 0% de ganhos reais de renda parece ser um exemplo plausível de uma descontinuidade ou de um *gap* que surge em um número de países, o que produz uma sociedade dividida. As consequências de tais desenvolvimentos são facilmente percebidas em termos de níveis de conflito, polarização política, ascensão do populismo e apoio a Trump e ao Brexit.

Para além de descontinuidades surgindo em sistemas funcionais específicos, há outra possibilidade: descontinuidades surgindo em um sistema funcional específico que se tornam causalmente relevantes para desigualdades em outros sistemas funcionais da sociedade. O caso atual mais importante é a educação, especialmente a educação superior. Por centenas de anos, os participantes da educação superior consistiam em um pequeno segmento de elite das populações que, nos países que criaram instituições de ensino superior entre 1200 e 1945, incluía somente 1-5% da população masculina e, em alguns casos, uma fração ínfima da população feminina. Isso se alterou dramaticamente no século XX, especialmente após 1945. Se comparamos os anos 1980 e 2010, a média de jovens – incluindo homens e mulheres – que obtêm um diploma de ensino superior nos países da OCDE e do G20 cresceu de 20% para 40% da população (OCDE, 2011). Do ponto de vista da diferenciação funcional, isso significa sobretudo que o conhecimento adquirido pela educação superior não é mais uma forma ou fonte de conhecimento tão contrastante se comparado aos demais. Torna-se conhecimento universal e relevante para todos os sistemas funcionais da sociedade e, desse modo, se torna mais ou menos um pré-requisito para o acesso a posições de elite em todos eles. Isso deixa visível que a educação superior pode converter-se em uma fonte de desigualdade societal que transcende as fronteiras dos sistemas funcionais e que implica uma possibilidade de divisão da sociedade, separando aqueles com educação superior aos demais. Há outros indicadores econômicos fortes que apontam para essa direção. A média da OCDE para ganhos de pessoas com nível educacional superior, em 2011, era 55% maior se comparada à média de indivíduos com nível educacional inferior. Nesse quesito, há uma variação de 15 a 160% entre os países. Aqueles com as menores vantagens de renda atreladas à educação superior são – com exceção da

Nova Zelândia – os três países escandinavos, Suécia, Dinamarca e Noruega que, em outros aspectos, são também os países mais igualitários do mundo. Parece ser o caso, nos sistemas contemporâneos de estratificação, que haja uma linha divisória separando os estratos inferiores dos superiores, a qual está principalmente conectada à educação. Esse é um desenvolvimento bastante dinâmico com diferenças que aumentam rapidamente. Se olhamos para os Estados Unidos, esse país certamente é um dos mais desiguais do mundo (ao medir-se a desigualdade por ganhos salariais adicionais atrelados à educação superior) (Autor, 2014): os ganhos de renda para pessoas com diploma universitário aumentaram, de 1979 a 2012, com atualização monetária, de 13 para 23 mil dólares no caso das mulheres e de 17 para 35 mil no caso dos homens. Em um período ligeiramente mais longo (1964 a 2012), o ganho salarial adicional – novamente, se comparado com a média das pessoas apenas com ensino médio completo – cresceu de 45% para 95%. Isso é impressionante, dado que nos mesmos 48 anos a participação de graduados com ensino superior no número total de horas trabalhadas na economia dos EUA cresceu de 18% para 52%. (Autor, 2014).

Isso pode ser visto como um forte indicador de uma cisão na economia e na sociedade dos EUA. Metade da força de trabalho do país é composta por egressos universitários e, por esse trabalho, eles são pagos 100% a mais por hora se em comparação aos demais trabalhadores (os 95% mencionados acima referia-se apenas à comparação de diplomados por universidades com graduados do ensino médio; face a níveis educacionais inferiores, os ganhos relativos dos bacharéis são ainda maiores).

DEPENDÊNCIAS ASSIMÉTRICAS E PERVASIVAS

A segunda promessa da modernidade foi a liberdade como desaparecimento de dependências assimétricas. Em uma fórmula famosa, ela foi batizada de “esclarecimento” como a “saída do homem de sua imaturidade autoinfligida” (Kant, 1783, p. 51). Postulados tais quais “liberdade” e “esclarecimento” jamais podem significar a ausência de dependências. A vida social consiste delas, e uma sociedade complexa e diferenciada é um sistema que multiplica e diversifica dependências. Especialmente em termos de conhecimento, há mais e mais sistemas epistêmicos que quase ninguém entende plenamente e que, por isso, estabelecem dependências generalizadas de especialistas e profissionais. Porém os próprios especialistas e profissionais são tão dependentes quanto todos. O escopo da sua expertise é altamente limitado e sua necessidade por mediação é tão forte quanto a dos demais.

O que é realmente problemático são dependências assimétricas pervasivas que impactam em todo o escopo de práticas da vida de uma pessoa. Proponho uma hierarquia de cinco condições que sequencialmente definem sobre o que são as dependências assimétricas. Como primeira condição, há o controle que uma pessoa exerce sobre os recursos que outra pessoa quer possuir ou utilizar. A situação é próxima de uma relação comercial; enquanto houver mercados efetivos, é improvável que dependências significativas venham a emergir nessa base. A segunda condição postula a existência de direitos de controle (às vezes, apenas a facticidade do controle) que uma pessoa exerce sobre as ações de outra (Coleman, 1990). Essa segunda condição implica a possibilidade de direitos de controle pervasivos sobre praticamente todas as ações da outra pessoa, o que estabeleceria uma dependência assimétrica muito forte entre as duas partes. Em algumas sociedades, as relações entre pais e crianças/adolescentes chegam perto desse controle pervasivo sobre potencialmente todas as ações do infante. A escravidão é obviamente mais um caso de controle completo sobre as ações de outra pessoa. Nesse contexto, o controle de ações passa, em muitos casos, pelo controle de recursos que uma pessoa possui, assim como pelo controle do uso desses recursos, muito embora nem sempre a pessoa controladora seja a dona dos recursos.

Entretanto, embora outra pessoa controle minhas ações e o acesso aos recursos que necessito, é possível que haja a possibilidade de vocalizar discordância e protestar contra o controle. Neste cenário, seria possível iniciar conflitos sobre o controle. Isso aponta para uma terceira condição para dependências assimétricas. Essa condição surge quando a possibilidade de comunicação conflitiva (Luhmann, 1984) ou, em outras palavras, a possibilidade de ter “voz” (Hirschman, 1970) é interditada. Na medida em que se possa protestar abertamente, há esperança de, com o tempo, transformar dependências assimétricas por meio da argumentação consistente. Se não há possibilidade de ter “voz”, uma quarta condição deve ser levada em consideração. Essa é a possibilidade da “saída” (Hirschman, 1970). Para dependências assimétricas pervasivas e estáveis, essa é a *“ultima ratio”*, caso se deseje escapar da dependência. Deve-se apenas deixar o sistema – e o efeito dessa opção pode ser tão pervasivo quanto as dependências assimétricas. Porém, se há estratégias que efetivamente inibem a saída, isso estabelece a mais completa dependência que se pode conceber. No entanto, mesmo nessa condição de dependência quase total, há uma última opção e uma última liberdade, da qual advém a quinta e última condição a ser mencionada aqui. Essa é a possibilidade do retiro a uma forma privada de vivenciar o mundo (Luhmann, 1978). É difícil controlar o modo como alguém vivencia o mundo e essa é a razão por que esse pode ser

compreendido como o último domínio da liberdade. É provavelmente característico de sociedades totalitárias que tentem invadir até esse domínio. Campos de reeducação são uma das instituições sociais por meio das quais se tenta estabelecer esse tipo improvável de controle.

A hierarquia de cinco condições determinantes do nível de pervasividade das dependências assimétricas é formulada aqui como um quadro de compreensão geral para todos os tipos de sistemas sociais. Mas e a sociedade moderna? Em muitas de suas estruturas e valores estão embutidos fortes vieses contra dependências assimétricas. Olhemos primeiro para a socialização e a educação: ambas são entendidas como treinamento para autonomia e independência, e de modo algum como treinamento para a submissão. A sociedade baseia-se em indivíduos autônomos produzidos pela educação, e o sistema político da sociedade é entendido como uma democracia auto-organizada que inclui todos por si mesma, e não como uma perspectiva relacional que concebe possibilidades de participação a partir de relações e dependências sociais (Ahlers et al, 2021). É impressionante, nessa seara, o quanto tarde os sistemas políticos do século XIX começaram a proteger o ato de votar contra influências potenciais de terceiros. Com o tempo, “votar” redefiniu-se como um ato completamente individual. Pressões e influências não são permitidas nem desejadas (Mares, 2015). Por fim, deve-se olhar para a cultura. Transcendendo os contextos mencionados há pouco, não parece haver valores atrelados à dependência na sociedade moderna, mas sim preferências muito fortes pela liberdade e pela igualdade.

Porém há significativas dependências assimétricas e é importante analisar as circunstâncias em que elas surgem. De algum modo, elas parecem sempre estar vinculadas às “exclusões”. Ser fortemente dependente de indivíduos particulares, de várias pessoas ou de instituições de dependência parece estar relacionado a formas de exclusão social. Vamos distinguir as duas principais formas de dependências assimétricas institucionalizadas na sociedade contemporânea.

A primeira dessas formas é o que foi denominado “exclusão inclusiva” por diversos autores (Bohn, 2006; Stichweh, 1997; Stichweh, 2016). O ponto inicial da “exclusão inclusiva” é o diagnóstico ou atribuição de incapacidades, deficiências e desvios a pessoas, diagnóstico que é de praxe feito por um dos muitos especialistas funcionais da sociedade moderna. Se a limitação é significativa, exclusões podem resultar dela: é muito difícil encontrar trabalho em alguns casos, como sabem pessoas seriamente doentes, com deficiência ou que tenham cometido um crime. Para a modernidade, é característico que essas exclusões tomem a forma de inclusão: seja na forma de usuário do sistema de segurança pública, de paciente

em um hospital ou em uma casa de repouso, de uma aluna com deficiência em uma escola especial ou de um criminoso na cadeia. Essas organizações são contextos bastante restritivos que criam fortes assimetrias e dependências. Elas frequentemente podem ser descritas como “instituições totais” no sentido de Goffman (1961). As relações pervasivas de dependência assimétrica que surgem desse modo alegam impor limites a si mesmas. A intenção declarada da maioria dessas instituições é conduzir as pessoas de volta à sociedade convencional [*mainstream society*]. Porém, se elas falham em cumprir suas intenções institucionais – e elas não raro falham –, podem contribuir para a ascensão de uma “*outer class*” [classe excluída] (Ifill, 1993), um dos indicadores de uma sociedade dividida.

A segunda forma de exclusão social de enorme relevância local e global deveria ser chamada de “inclusão exclusiva” (Stichweh, 2009). As pessoas, grupos e populações envolvidas são parcialmente as mesmas que são objeto da exclusão inclusiva. Nessa segunda forma de exclusão social, os processos não começam com um evento possivelmente avaliado como negativo (perda do emprego, doença séria ou deficiência) ou com uma sanção negativa (sentença penal). Ao contrário, começam com uma sanção aparentemente positiva que oferece às pessoas em situações limítrofes pertença a um estilo holístico de vida. Isso pode ser a participação em uma gangue, uma seita religiosa total, um grupo terrorista, um partido ultrarradical, uma profissão insuspeita em um país distante, uma posição de muitos anos em um navio. Porém em todos esses casos, os novos contextos de pertença podem provar-se totais e totalizantes, bloqueando a possibilidade de outras pertenças atuais e futuras na sociedade. Frequentemente, não há saída. A organização nunca quer e nunca permite que as pessoas saiam dali. Já há um corpo significativo de literatura descriptiva (e de ativismo social) sobre o tema da “Escravidão Moderna” (O’Connel Davidson, 2015; Roberts, 2015). Mas a nível conceitual, ainda estamos bem nos primórdios. Nossa hipótese é que a maioria dos casos de “escravidão moderna” tem a ver com estruturas da inclusão exclusiva. No começo, frequentemente há uma oferta de inclusão, uma esperança e uma promessa de saída potencial da marginalidade. Mas essa oferta enganosa oferece resultados de exclusão permanente, com poucas chances de retorno à “normalidade” societal.

POLARIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Pela maior parte da história humana, sociedades estruturavam-se em torno da coleta e da caça. Elas eram pequenos sistemas sociais – quase sempre incluindo algumas centenas de pessoas – nos quais todo mundo conhecia todo mundo e em que o controle social e a solidariedade obrigatória tinham sua base em uma

“sociedade da presença” formada pelas interações entre os membros (Schlögl, 2014). Para a maior parte desses sistemas sociais pequenos, todos os outros seres humanos vivendo na terra eram “estranhos” e seus membros tinham boas razões para considerar estranhos como inimigos (Stichweh, 2010, 2017). Estranhos que se encontrassem accidentalmente não saberiam nada uns dos outros. Esse é o caso mais puro de “dupla contingência” (Luhmann, 1984).² Nesse contexto, parece ser um caminho razoável de mitigação de riscos atribuir a esses estranhos desconhecidos as intenções mais hostis possíveis e, portanto, considerá-los inimigos.

A evolução sociocultural e ascensão dos amplos sistemas territoriais e, finalmente, da sociedade global amplia o círculo daqueles sobre quem sabemos o suficiente para não os considerar como inimigos. A terceira promessa e esperança da modernidade global é a antecipação da fraternidade e da solidariedade a todos os humanos vivendo na Terra. Essa ideia está presente no Esclarecimento e na Revolução Francesa, assim como em muitos outros movimentos sociais e intelectuais que lhes sucederam.

A terceira esperança se torna a terceira frustração da sociedade moderna. “Irmandade tribal” não se torna “irmandade universal” (Nelson, 1969). Benjamin Nelson propõe, como alternativa, uma “alteridade universal” [*universal otherhood*] como descrição adequada da sociedade moderna. Essa é uma boa proposta, uma vez que leva em consideração a institucionalização da individualidade como invenção-chave da sociedade moderna. “Alteridade” é mais compatível com diversidade e diferenciação como registros da sociedade mundial. A grande frustração, entretanto, vem do “outro como inimigo” retornar na forma da polarização sociocultural. Há, para isso, muitas formas e variantes.

A primeira dessas formas é o medo e a prática da violência (Elias, 1976), seguida pelo medo da criminalidade (Merry, 1981) e, então, pelo medo do terrorismo. Todas as três formas são temas que produzem e simbolizam divisões da sociedade, uma cisão societal entre aqueles que são vistos como ameaça à ordem social, e aqueles que reivindicam defendê-la. A violência física descontrolada pode ser vista como uma forma própria ao início da modernidade. Ela é praticada por aqueles que são violentos e, também, pelos defensores da ordem, que punem os violadores de maneiras extremamente violentas.

2 Apenas encontros entre civilizações no espaço são ainda mais incertos. Cixin Liu construiu uma “sociologia cósmica” extraordinariamente inventiva na base de uma interpretação cósmica da dupla contingência. Liu, Cixin. 2015 - 2017. *The Three-Body Problem* (Vol. 1-3). London: Head of Zeus.)

A criminalidade é o equivalente moderno da violência pré-moderna. O comportamento criminoso é frequentemente orientado a fins, racional e pode ser visto como parte do disciplinamento social da sociedade (Oestreich, 1980). Mas ele nega normas constitutivas e valores, de modo que o criminoso é, para muitos, a figura que representa o outro como inimigo. Não é uma surpresa que aqueles que enxergam imigrantes e refugiados como outros perigosos não raro gastem muita energia tentando provar que a maioria dos criminosos vêm de um grupo de imigrantes e refugiados. Há uma contradição óbvia nas disposições modernas para com os criminosos: de um lado, há a tradição de Beccaria e outros autores do Esclarecimento que veem a punição como forma de ressocializar os criminosos. Por outro lado, o medo dos criminosos e os estereótipos negativos atribuídos a eles são muito fortes. É característico que a primeira campanha presidencial inteiramente negativa e destrutiva da história norte-americana recente, a disputa entre George Bush e Michael Dukakis em 1998, tenha terminado com uma vitória de Bush (em 40 estados), embora ele tenha iniciado a corrida eleitoral 17 pontos percentuais atrás do seu opositor nas pesquisas. Nessa campanha, o tema mais proeminente se tornou a história de um criminoso afro-americano que estuprou e agrediu uma mulher durante uma saída temporária. O fato do perpetrador ser preto não foi mencionado explicitamente pela campanha de Bush (Nagourney, 2020). Mas havia uma mensagem potente e implícita que combinava a alteridade sociocultural das pessoas pretas com o desvio radical de atos criminosos atribuídos a elas. Esse acoplamento forte de diferentes identidades, fortalecido pela comunicação implícita, é frequentemente o material por meio do qual polarizações socioculturais são construídas (Mendelberg, 2001).

Outra questão central é a “negatividade”. Não se argumenta em prol das formas de vida e políticas [*policies*] que se prefere. Ao contrário, pinta-se um quadro complexo do outro como radicalmente diferente e, portanto, como inimigo. Ao olhar para a política norte-americana, Ezra Klein fala de “partidarismo negativo”: “um comportamento partidário que é movido, não por sentimentos positivos em relação ao partido que se apoia, mas sim por sentimentos negativos para com o partido que se opõe” (Klein, 2020, p. 9-10) – e ele ainda explica a maior disposição para votar ao longo do tempo pela prevalência de sentimentos negativos no eleitorado: “nos tornamos mais fieis ao partido em que votamos não porque passamos a gostar mais dele... mas porque passamos a desgostar ainda mais do partido opositor” (Klein, 2020, p. 10). Isso é conectado a uma mudança de assuntos para identidades. Klein faz um argumento interessante ao pontuar que não há “divergência na diversidade” [*diversity divergence*] na política dos Estados Unidos. A crescente diversidade

demográfica da sociedade americana se movimenta sobretudo em prol do Partido Democrata, o que leva a um aumento ainda maior da diferença demográfica entre os dois partidos. Em 1952, dos eleitores que se identificavam como democratas, 6% não eram brancos; enquanto para os republicanos, a porcentagem era de 2%. Em 2012, a porcentagem de não-brancos com identificação democrata saltou para 43% em oposição a 9% de não-brancos republicanos. Como migrantes vivem primariamente em cidades, a “divergência na diversidade” produz ademais uma “divergência na densidade”. Pode-se prever a orientação política de uma comunidade com base em sua densidade populacional. E, finalmente, surge a conexão com identidades. Eleitores que possuem engajamento político fraco olham para questões políticas e políticas públicas tendo em vista os próprios interesses materiais. No entanto, quanto mais forte o engajamento político dos eleitores se torna, mais eles passam a olhar para questões em termos de identidade: “o que esta decisão política específica diz sobre mim?” (Klein, 2020, p. 63).

Uma última dimensão central é a educação. A divisão entre bacharéis/não-bacharéis, outrossim central para a desigualdade, é fortemente conectada à polarização sociocultural. Como já pontuamos acima, nos EUA, a cisão educacional divide o país em duas metades aproximadamente iguais. Hillary Clinton, que ganhou o voto popular, mas perdeu a eleição de 2016, argumentou de um modo relativamente excessivo em prol das elites urbanas e instruídas dois anos depois: “eu ganhei em lugares que representam dois terços do PIB da América. Ganhei em lugares que são otimistas, diversos, dinâmicos, progressistas” (Klein, 2020, p. 41). O que se torna claro aqui é como os lados de uma situação de polarização sociocultural se excluem reciprocamente. E eles o fazem por temer serem excluídos pelo outro lado, eles reciprocamente temem se tornar “estranhos na própria terra” (Hochschild, 2016).

INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Olhando para as três dimensões de divisão societal examinadas neste artigo, surge a questão se há uma forma de diferenciação societal que permita entender a ascensão e a interconectividade dessas divisões. Minha proposta é olhar para os dois aspectos primários da diferenciação da sociedade que definem a modernidade global: a diferenciação funcional e inclusão/exclusão.

Os sistemas funcionais da sociedade moderna são mais ou menos baseados em inclusão universal (de indivíduos). Pode-se postular que eles partem da premissa (e da promessa) de igualdade na inclusão para todos. A desigualdade que observamos não é uma contradição, mas o resultado de processos extremamente dinâmicos que surgem em todos os sistemas funcionais a partir de milhões e, finalmente,

bilhões de endereços de inclusão individual. A desigualdade não é a desigualdade tradicional. Ela vem das revoluções inclusivas da modernidade.

Algo diferente ocorre com a gênese de dependências assimétricas pervasivas e fortes. Elas não estão conectadas ao lado “inclusão” da forma “inclusão/exclusão”. Ao contrário, se referem a exclusões. Isso é verdade nas duas principais formas de exclusão: por um lado, exclusões que emergem de deficiências e desvios e que são administradas por organizações inclusivas que constroem dependências fortes; por outro, as inclusões sedutoras de organizações marginais, das quais é possível que nunca se consiga sair.

A terceira força divisiva é a polarização sociocultural. Ela é, mais uma vez, referente ao lado “exclusão”, mas de um modo completamente diferente. A polarização sociocultural introduz uma divisão em uma população, uma divisão que é baseada em medo de ser excluído da sociedade pela preponderância de um grupo opositor. Esse medo de exclusão é compartilhado por ambos os lados da distribuição polar. Em outras palavras, o medo recíproco da exclusão ou o medo recíproco de ser tornado um estranho cria um tipo de dupla contingência negativa, na qual a construção da confiança não se firma e, ao invés, a desconfiança é intensificada em ambos os polos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHLERS, Anna L., Damien Krichewsky, Evelyn Moser, and Rudolf Stichweh. 2020. *Democratic and Authoritarian Political Systems in 21st Century World Society. Vol. 1 - Differentiation, Inclusion, Responsiveness*. Bielefeld: Transcript.
- AUTOR, David H. 2014. “Skills, education, and the rise of earnings inequality among the “other 99 percent”. *Science*, v. 344, p. 843-51.
- BANFIELD, Edward C. 1958. *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: Free Press.
- BOHN, Cornelia. 2006. *Inklusion, Exklusion und die Person*. Konstanz: UVK.
- BURT, Ronald S. 1992. *Structural Holes. The Social Structure of Competition*. Cambridge, Mass.: Harvard U.P.
- COLEMAN, James S. 1990. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- DICKENS, Charles. 1848. *Dombey and Son*. Oxford: OUP, Oxford World’s Classics 2008.
- DIPRETE, Thomas A., and Gregory M. Eirich. 2006. “Cumulative Advantage as a Mechanism for Inequality.” *Annual Review of Sociology* 32:271-97.
- DURKHEIM, Émile. 1893. *De la division du travail social*. Paris: P.U.F. 1973.
- ELIAS, Norbert. 1976. *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.

- GOFFMAN, Erving. 1961. *Asyle. Über die soziale Situation psychiatrischer Patienten und anderer Insassen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp 1973.
- HIRSCHMAN, Albert O. 1970. *Exit, Voice and Loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge/Mass.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. 2016. *Strangers in Their Own Land. Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press.
- IFILL, Gwen. 1993. "Clinton's Tightrope; Presidency Takes on Shifting Politics Of U.S. Role in Curbing Violent Crime." in *The New York Times*. New York.
- KANT, Immanuel. 1783. „Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?“ p. 51-61 in *Werke Bd. 9*, edited by Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1975.
- KLEIN, Ezra. 2020. *Why We're Polarized*. New York: Avid Reader Press.
- KLUCKHOHN, Clyde. 1951. "Values and Value Orientations in the Theory of Action: An Exploration in Definition and Classification." Pp. 388-433 in *Toward a General Theory of Action*, edited by Talcott Parsons and Edward A. Shils. New York: Harper & Row.
- LIU, Cixin. 2015 - 2017. *The Three-Body Problem* (Vol. 1-3). London: Head of Zeus.
- LUHMANN, Niklas. 1978. „Erleben und Handeln.“ p. 67-80 in *Soziologische Aufklärung* 3, edited by Niklas Luhmann. Opladen: Westdeutscher Verlag 1980.
- LUHMANN, Niklas. 1984. *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- LUHMANN, Niklas. 1990. Die Homogenisierung des Anfangs: Zur Ausdifferenzierung der Schulerziehung.“ p. 73-111 in *Zwischen Anfang und Ende: Fragen an die Pädagogik*, edited by Niklas Luhmann and Karl Eberhard Schorr. Frankfurt a.M.
- MARES, Isabela. 2015. *From Open Secrets to Secret Voting. Democratic Electoral Reforms and Voter Autonomy*. Cambridge: Cambridge U.P.
- MENDELBERG, Tali. 2001. *The Race Card. Campaign Strategy, Implicit Messages, and the Norm of Equality*. Princeton: Princeton University Press.
- MERRY, Sally Engle. 1981. *Urban Danger. Life in a Neighborhood of Strangers*. Philadelphia: Temple University Press.
- MERTON, Robert King. 1988. "The Matthew Effect in Science, II. Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property." *ISIS* 79:606-23. Merton, Robert King, George G. Reader, and Patricia L. Kendall. 1957. *The Student Physician: Introductory Studies in the Sociology of Medical Education*. Cambridge/Mass.: Harvard University Press.
- MILANOVIC, Branko. 2016. *Global Inequality. A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press.
- NAGOURNEY, Adam. 2020. "1988 rally could help show way for Trump." in *The New York Times International Edition*.

- NELSON, Benjamin. 1969. *The Idea of Usury. From Tribal Brotherhood to Universal Otherhood*. Chicago: University of Chicago Press.
- O'CONNELL DAVIDSON, Julia. 2015. *Modern Slavery: The Margins of Freedom*. London: Palgrave Macmillan.
- OECD. 2011. "Education at a Glance. OECD Indicators." in <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>: OECD Publishing.
- OESTREICH, Gerhard. 1980. *Strukturprobleme der frühen Neuzeit*. Berlin: Duncker & Humblot.
- Ozouf, Mona. 1997. "Liberté, égalité, fraternité." p. 4353-88 in *Les Lieux de mémoire*, edited by Pierre Nora. Paris: Gallimard.
- ROBERTS, John. 2015. *Freedom as Marronage*. Chicago: University of Chicago Press.
- SCHLÖGL, Rudolf. 2014. *Anwesende und Abwesende. Grundriss für eine Gesellschaftsgeschichte der frühen Neuzeit*. Konstanz: Konstanz University Press.
- STICHWEH, Rudolf. 1997. „Inklusion/Exklusion, funktionale Differenzierung und die Theorie der Weltgesellschaft.“ *Soziale Systeme* 3:123-36.
- STICHWEH, Rudolf. 2007. "The Eigenstructures of World Society and the Regional Cultures of the World." p. 133-49 in *Frontiers of Globalization Research: Theoretical and Methodological Approaches*, edited by Ino Rossi. New York: Springer.
- STICHWEH, Rudolf. 2008. „Professionen in einer funktional differenzierten Gesellschaft.“ p. 329-44 in *Moderne Mythen der Medizin. Studien zur organisierten Krankenbehandlung*, edited by Irmhild Saake and Werner Vogd. Wiesbaden: VS Verlag.
- STICHWEH, Rudolf. 2009. „Leitgesichtspunkte einer Soziologie der Inklusion und Exklusion.“ p. 29-42 in *Inklusion und Exklusion. Analysen zur Sozialstruktur und sozialen Ungleichheit*, edited by Rudolf Stichweh and Paul Windolf. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- STICHWEH, Rudolf. 2010. *Der Fremde. Studien zu Soziologie und Sozialgeschichte*. Berlin: Suhrkamp.
- STICHWEH, Rudolf. 2013. "The History and Systematics of Functional Differentiation in Sociology." p. 50-70 in *Bringing Sociology to International Relations. World Politics as Differentiation Theory*, edited by Mathias Albert, Barry Buzan, and Michael Zürn. Cambridge: Cambridge U.P.
- STICHWEH, Rudolf. 2016. *Inklusion und Exklusion. Studien zur Gesellschaftstheorie*. Bielefeld: Transcript.
- STICHWEH, Rudolf. 2017. „Gibt es Fremde der Weltgesellschaft? Der Fremde und die soziokulturelle Evolution des Gesellschaftssystems.“ p. 245-53 in *Europa Neu Denken, Bd. 4*, edited by Ilse Fischer and Johannes Hahn. Salzburg: Anton Pustet.

Outras casas, outras leis – entrevista com Nair Jane de Castro Lima*

*Other houses, other laws – interview with
Nair Jane de Castro Lima*

Victor Hugo Criscuolo Boson^a



Figura 1. Nair Jane expõe sua Carteira de Trabalho. Fonte: Jornal do Brasil, 1988.

Mulher negra, trabalhadora doméstica aposentada e atuante líder sindical, Nair Jane definiu a legislação das domésticas como uma “colcha de retalhos”, em que cada fragmento, cada ponto de costura e cada remendo não se fissuram da luta social.

Na década de 1970, quando militante da Juventude Operária Católica, Nair presidiu a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro.

* Agradecimento especial a Jade Castro, bacharelanda em Direito pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pelo apoio na transcrição da entrevista.

a Professor adjunto do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Porto Seguro/BA. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: victorboson@gmail.com

Após, participou de sua transformação em sindicato, do qual se tornou a primeira presidente, em 1988, e atuou ativamente na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também foi uma das fundadoras da Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas, formada, em 1988, por meio de uma rede de mulheres trabalhadoras domésticas que mobilizaram atuação mais larga, em termos internacionais, refletindo práticas e esforços daquilo que Angela Davis (2018) denominou e refletiu como “solidariedade transnacional”.

Além disso, foi uma das fundadoras do sindicato da categoria na Baixada Fluminense, onde atualmente ocupa o cargo de vice-presidenta. Em 2003, Nair Jane recebeu o “Prêmio Bertha Lutz” do Senado Federal e, em 2019, foi homenageada com o “Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro” na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Como ocorre com milhões de mulheres negras, Nair Jane começou a trabalhar em “casas de família” quando ainda era criança, em troca de comida e de um quarto, denunciando, por meio de sua trajetória, o caráter servil idealizado nas relações entre famílias empregadoras e as empregadas. O percurso de Nair engendra de muitas maneiras os traços identificados por Lélia González quanto à situação da mulher negra e doméstica no país: ao trabalhar junto às famílias de classes média e alta do mundo social brasileiro, ela sofre um processo de “reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares” (González, 2018, p. 44-45).

Tendo em conta que, em depoimento anterior, concedido ao CPDOC/Fundação Getúlio Vargas em agosto de 2017, aspectos da história de vida de Nair foram abordados como objeto central (Lima, 2017), o enfoque conferido nesta entrevista que se segue aponta para a específica relação entre agência individual e coletiva e a tessitura de direitos trabalhistas. Nessa perspectiva, também novas abordagens despontam por questões cronológicas mais recentes, a exemplo das impressões da entrevistada acerca do quadro político neoliberal e autoritário que se afirma no Brasil governado pelo presidente Jair Bolsonaro e das consequências impostas ao mundo do trabalho pela crise sanitária de Covid-19¹.

A pauta da entrevista que se segue, com a líder sindical Nair Jane de Castro Lima, hoje com noventa anos, é paradigmática no sentido de alinhar trajetos de vida, experiências coletivas e conflitos pelo direito desde a segunda metade do século passado até os dias atuais. Hoje, vice-presidenta do sindicato da categoria

¹ Várias delas estão analisadas por Castro (2020), autora citada na entrevista como uma das interlocutoras de Nair Jane.

na Baixada Fluminense, Nair Jane, como prefere ser chamada, nos concedeu essa entrevista no dia 14 de novembro de 2020 em sua casa.

A fala de Nair Jane, em sua potência de vida, percorre por grande parte do processo de afirmação e expressão do movimento nacional de trabalhadoras domésticas, desde as associações até os atuais sindicatos, desde a ditadura até a democratização. Ao explorar sua própria agência, Nair nos convida a refletir sobre como as relações de trabalho se mantêm e se transformam, mas nunca sem resistências daqueles que fazem o mundo do trabalho.

Ao longo da entrevista, fica evidente a insurgência da mulher sindicalista contra a exclusão jurídica das domésticas, por décadas validada pela CLT, e contra uma realidade absorvida pela precariedade no mundo da vida concreta. Essa mesma realidade forja um mundo do trabalho atravessado por marcadores de classe, raça, gênero e geração, por um campo de forças assimétricas de poder, apesar dos avanços na legislação nos últimos anos. No entrecruzar de casas, lugares de trabalho e de vida, a trajetória de Nair Jane se fez também na luta por outras leis, buscando outros sentidos de experiência à vida no trabalho, a dela e a de milhões de brasileiras e brasileiros.

Entre a realização da entrevista e hoje, meados de 2022, duas lideranças sindicais citadas no depoimento de Nair Jane vieram a falecer. Aída del Carmen Moreno Valenzuela, combativa sindicalista chilena, com projeção de atividades em toda a América Latina e Caribe², e Lenira de Carvalho, líder sindical atuante em Pernambuco, indicada ao Prêmio Nobel da Paz de 2006³. Aos seus legados, nosso reconhecimento.

Revista Plural *Nair, sobre a sua história de vida, você poderia nos falar um pouco das suas origens?*

Nair Jane de Castro Lima Meu nome é Nair Jane de Castro Lima, eu sou originária do Maranhão, da cidade de Imperatriz. Estou no Rio de Janeiro há uns setenta e poucos anos, mas me considero maranhense. Nasci em 1932, tenho oitenta e oito anos. Sou negra e comecei a trabalhar exatamente com nove anos de idade. Antes desses nove anos, eu já brincava com as crianças, pois no orfanato onde eu es-

2 Aída Valenzuela (1939-2021) foi uma dirigente sindical atuante na luta contra a ditadura chilena e no Movimento de Mulheres de Chile. Em 1988, ocupa a primeira secretaria da nascente CONLACTRAHO.

3 Lenira de Carvalho (1933-2021) exerceu atividade como empregada doméstica, no Recife, a partir dos 12 anos. Na década de 1960, começou a participar da Juventude Operária Católica (JOC), criando um grupo formado por trabalhadoras domésticas. Em 1979, fundou a Associação das Empregadas Domésticas do Recife.

tava tinha muita criança, a gente vivia ali. Eu não esqueço da minha “meninice”, eu era muito peralta. Depois, alguém me trouxe para o Rio de Janeiro – para a Tijuca, com nove anos, para cuidar de duas crianças, uma de seis e outra de cinco anos. Fiquei nesse trabalho durante onze anos e tudo o que eu aprendi na minha vida foi nessa casa⁴.

Revista Plural *E como era o trabalho nessa casa?*

Nair Jane de Castro Lima Era uma casa onde eu não tinha salário. Como não tinha ninguém do meu tamanho, tinham que me levar para as lojas para escolher as roupas porque eu não podia vestir as dos meus patrões. Lá eles me matricularam em uma escola e eu estudei até o último ano do ginásio, tinha quatorze anos quando terminei. Foi uma correria, fiz uma admissão em menos de um ano e nunca repeti. Eu tinha sorte porque meus patrões nunca interferiram no meu trabalho, eles sempre diziam para as crianças: “Vocês têm alguém que cuida de vocês, só não pode bater, mas o resto... põe de castigo, eu não quero saber porquê”. Nesse tempo, eu fui aprendendo. Eu era criança e no sábado meu patrão parava para ver os cadernos dos filhos e via os meus também, com isso, fui me aperfeiçoando, aprendendo. Quando eu já estava lá há onze anos, as crianças já tinham crescido e meu trabalho era acompanhá-las nos clubes, minha patroa propôs que eu passasse a dirigir a casa. Só que ela tinha uma empregada, uma cozinheira, que foi para a casa dela quando ela se casou, na noite de núpcias. E eu falei: “A senhora está doida? Eu vou dirigir a sua casa com a Totonha? Com aquele facão que ela usa lá na cozinha, nessa casa só entra quem ela quer. Não, eu quero continuar amiga de todo mundo, inclusive dela”. Tinha um médico da família, que também cuidava de mim – Dr. Orlando, que se propôs a me ajudar a arrumar um outro emprego e arranjou através de uma agência. Antes, eu estava em uma casa de gente católica, me formei catequista, fiz primeiros socorros. Eu ainda tocava piano, do que eu gostava e continuo gostando, só que eu não tenho. Com o novo emprego, eu fui para uma casa de israelitas e todo mundo dizia pra mim: “Olha, os israelitas são ruins. Cuidado, você é negra. Olha lá, você vai cuidar de meninos brancos”. Eu respondia: “Mas eu cuidei de meninos brancos até agora, eu não cuidei de negros”. Eu me formei catequista e dava aula para toda a cor, branco, negro, pardo, não tinha esse problema não, e ainda era cantora da igreja. A casa era no Leblon e para cuidar de um menino. Às vezes não tinha tem-

4 Nota do editor: Na Plural, privilegiamos a literalidade e o uso coloquial da língua, valorizando o modo de expressão dos entrevistados. Por esse motivo, mantivemos as falas da entrevistada tal como foram transcritas pelo entrevistador.

po para entrar no banheiro. Como não conhecia a criança, perguntei: “Cadê o menino?”. Aí a patroa respondeu: “Está em Bariloche. Chega não sei quantos dias, daqui a pouco”. Na segunda-feira, quando eu fui trabalhar, a patroa havia viajado. Ela tinha uma cozinheira também antiga, que disse pra mim: “Ali está uma passagem para você ir buscar o seu trabalho”. Eu disse: “Como é que é?”. E ela: “A patroa viajou e deixou uma passagem para você ir buscar o menino lá em Bariloche”. Então, eu falei: “A sua patroa regula bem da cabeça? Eu estou entrando no trabalho hoje e ela não me conhece”. Mas a colega disse: “Você que pensa que ela não te conhece. Para você entrar aqui foi uma pesquisa muito grande”.

Revista Plural *E foi então para Bariloche?*

Nair Jane de Castro Lima Lá fui eu para Bariloche. Conheci o menino, conheci a família dele, os parentes deles, com quem o garoto estava. Eles tinham um casal de filhos diferentes, e eu fiquei vinte e dois dias em Bariloche com eles. Depois, voltamos para o Brasil. Chegamos aqui, o patrão não estava, fomos para Teresópolis, onde eles tinham um sítio. Fiquei lá e a cozinheira da casa disse para mim: “Você só pode cuidar do seu menino”. Aí eu disse “Ai, meu Deus, que coisa horrível, só cuidar do meu? Mas as outras crianças não têm babá. Vou fazer lanche para o Daniel e deixar os outros dois olhando? Não”. A cozinheira disse: “Ah, mas a madame vai brigar com você”. Eu disse a ela o seguinte: “Bom, quando ela vier brigar comigo, a gente conversa”. Então, fiquei. Nessa família, tinha também a avó que não gostava de barulho à tarde, pois gostava de dormir. Então, à tarde, eu ia brincar de chicotinho queimado com os três no quintal. Tinha um quintal imenso, a gente fazia tiro ao alvo, fazia tudo que era possível, tudo coisa de criança. Um dia a cozinheira falou para mim: “Olha, a senhora vai reclamar com você. Você não parece empregada não, você gosta de tudo!”. Eu disse a ela: “Quando ela me procurar, a gente conversa. E olha, é isso mesmo, eu sou empregada, eu não sou escrava. Sei que no Brasil teve escravidão, mas eu me sinto livre, então livre eu posso dialogar, eu posso conversar”. Então, um dia, a senhora perguntou para mim: “Posso brincar com vocês?” – essa senhora que a outra empregada disse que ia brigar comigo. Eu disse “Ah! Que bom, então vamos nós duas! Nós duas somos grandes e eles pequenos”, para não dizer que ela era velha. “Nós duas grandes e as crianças. Vamos ficar nós e eles”. Olha, foi uma amizade só, uma maravilha, até que Deus a levou, mas foi muito bom. Minha patroa regressou da viagem dela e ficou chocada com a história que eu tinha misturado seu filho com os primos. Mas eles são primos! Tem um episódio esquisito que as crianças só entravam no carro se eu entrasse. Ah, meu Deus, que horror. Eu ganhei uma semana de folga

e tive que esperar todo mundo dormir para o motorista me levar para a casa da família que me adotou, onde moro hoje, para poder sair deles porque durante o dia eu não podia. Quando viam a minha mala, começava todo mundo a chorar. A mãe, essas israelitas bem ortodoxas, dizia assim: “Nunca vi meu filho chorar por causa de empregada”. Mas eu não respondia nada. Fiquei em casa quinze dias. Quando voltei fizeram uma festa. Quando eles viajavam, eles me levavam porque o menino era pequeno, então eu fui para Israel, Alemanha, Bélgica – porque minha patroa era alemã, meu patrão era belga. Olha, corri o mundo.

Revista Plural *A essa altura já havia a inserção na associação das trabalhadoras domésticas?*

Nair Jane de Castro Lima Nesse tempo eu não era nada nas organizações de empregadas domésticas, conhecia só as coisas da Igreja Católica, onde eu militava muito porque era catequista. E nesse meu trabalho, a única coisa que eu disse para a patroa: “Eu sou católica, tenho as missas ao domingo, o domingo que eu estiver em sua casa, quero ir à missa. E sou catequista, então se tiver uma oportunidade...”. Como a Igreja era pertinho, era uma maravilha. Eu ficava no paraíso, andava cinquenta metros, estava na Igreja, andava cinquenta metros, estava no apartamento. E nessa a gente já tinha ido Copacabana, Leblon, Visconde de Mauá – era onde ela tinha uma pousada, e era tudo um paraíso.

Revista Plural *Quantos anos nesse emprego?*

Nair Jane de Castro Lima Sabe quantos aninhos eu fiquei nessa casa? Trinta e sete.

Revista Plural *Foi então durante esse período que começou a atuar nas associações...*

Nair Jane de Castro Lima Quando, em 1970, eu estava uma vez caminhando em Copacabana, andando com o menino, vi um papel caído na rua, escrito o seguinte: “minha patroa é a mais bonita”. Eu peguei aquele panfleto e li que tinha uma associação de empregadas domésticas no Rio de Janeiro que estava fazendo um concurso com Flávio Cavalcante, que era da TV Tupi, que elegia a patroa mais bonita. Quando eu cheguei no trabalho, passei por minha patroa: “Olha, eu vou botar o menino para dormir e vou lá na biblioteca de Copacabana que tem um negócio lá que eu quero conhecer”. Ela disse: “Que negócio?”. Eu só disse: “Ah, quando eu voltar, conto para a senhora”. Mentira que eu não ia contar. Botei o menino para dormir. Se ele não acorda, não tem problema, e como ele já tinha cinco anos, não acordava. Deixei ele no quarto e fui para o tal do concurso. Cheguei lá e foi aque-

le mundo de luz na minha cara. Todo mundo admirado: “Como você chegou até aqui?”. Respondi a eles que tinha achado um papel na rua e fui conhecer o espaço. Assisti à eleição e à apuração, me convidaram para conhecer a associação. A associação era um quartinho ali na [rua] Álvaro Ramos, em Botafogo. Eu fui, mal cabia meu pé porque era tão pequeno o espaço e tinha muita gente.

Revista Plural *Então você chega por um anúncio dessa associação...*

Nair Jane de Castro Lima Eu cheguei na associação por um anúncio. Conheci a cúpula. Era uma cúpula mesmo. A gente chamava a direção de “as capas pretas”. Tinha a Teresinha Ramos⁵, tinha a Maria da Hora⁶, que ainda está viva e a gente ainda se dá muito bem. E tinha as outras meninas que nunca mais tive contato depois que saíram da direção da associação. Nisso aí já estava chegando 1973. Em 1972, tinha uma assistente social e uma professora da Bélgica que vinha muito ao Brasil, e era muito amiga dessa assistente social, e ajudava muito a associação das domésticas. O pessoal falou: “Ah! Que bom, nós precisamos resolver um negócio”. A menina que tinha fundado a Associação tinha chegado muito chocada, no domingo à tarde, contando uma história que havia passado na porta da Igreja São Paulo Apóstolo, em Copacabana. Ela contou que, à meia-noite, viu uma senhora com uma mala, uma senhora bem velha, e ela chegou perto para perguntar por que aquela senhora estava na porta da Igreja. E a senhora respondeu: “Porque minha patroa me mandou embora depois de trinta e oito anos na casa”. Imagina uma velha, trinta e oito anos de trabalho, está na rua, de mala e cuia, porque a patroa se indispôs com ela de noite. Então, a fundadora disse: “A gente tem que resolver uma coisa”. O Médici era o presidente da República, em plena ditadura militar, o que a gente poderia fazer? Veio aí a nossa ideia. A gente estava conversando e decidimos fazer uma carta para ele, para ver se resolvia alguma coisa para a doméstica, como dar um honorário de trabalho, pois não se pode colocar na rua assim. Mandamos a carta em agosto. Passou agosto, setembro, outubro, novembro, ele não respondeu. Quando estava quase chegando perto do Natal, meu patrão diz assim: “Ô moça, você viu televisão ontem?”, “Não, eu

5 Trata-se da primeira vez que, em entrevista, Nair recupera o nome de Teresinha Ramos.

6 São escassas as referências escritas disponíveis acerca da biografia de Maria da Hora Santos Silva. Fragmentos de seu percurso foram retratados em entrevistas e por jornais impressos dos anos 1960 e 1970 (Diário de Notícias, 1973; Gropper, 1971; Ribeiro, 1976; Montero, 1971). Natural do estado da Bahia, atuou fortemente junto à Associação dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro. Em meados do ano de 1972, quando o número de filiadas da Associação girava em torno de 350, Maria da Hora, que ocupava o cargo de tesoureira, era responsável pela ministração de aulas de corte e costura e estava matriculada em curso de datilografia “para ajudar a bater os documentos da entidade” (Jornal do Brasil, 1972).

não vi televisão porque eu estava servindo seu jantar". Na casa que eu trabalhava tinha bastante funcionários, mas eu era a única que dormia. Como eles não tinham horário de jantar, quem servia o jantar era eu e eu disse "Não, senhor, eu estava servindo seu jantar, que por sinal nesta noite estava no horário da televisão". Ele falou "Ah, pois é. É porque na televisão disse que vocês que trabalham" – não falou empregada, não – "Vocês que trabalham nas nossas casas vão ter direito a carteira assinada e vinte dias úteis de férias⁷, mas você sabe que eu deixei vocês ficarem em casa todo ano trinta dias, né?". Eu disse "Sim, e daí?", "Daí que não", "Por quê?", "Olha, vinte dias úteis você pode contar aí que vai dar mais de trinta". Ele contou. E eu disse: "Não vai entrar sábado, não vai entrar domingo, não vai entrar feriado. Tá bom? Então o senhor faça as contas aí que vai dar mais de trinta dias". "Outro problema, as carteiras eu só vou assinar a sua". Eu falei "Ah não, o senhor vai assinar as carteiras de todo mundo", "Mas eu não vou pagar INPS⁸". "Então vai para lá fazer as inscrições". Eu falei "Vou". Ele assinou as carteiras, lá em Botafogo. Eu fiz a inscrição de todas nós, entreguei para ele, ele assinou. Estava tudo certo. Todo fim de mês ele me dava um dinheiro para ir ao banco pagar o INPS. Então, eu ia ao INPS todo mês pagar. Mas era uma coisa muito boa, ele nunca deixou de pagar. A minha carteira só tem a assinatura deles, eles assinaram no dia 8 de abril de 1973.

Revista Plural *E você já trabalhava há décadas...*

Nair Jane de Castro Lima Na casa, quatorze anos. Eu já estava na casa havia quatorze anos quando veio a primeira lei das domésticas, em 1973.

Revista Plural *Sim. Nessa casa, quatorze, além das outras experiências anteriores...*

Nair Jane de Castro Lima Exatamente. E nessa época também eu já estava sendo candidata à presidência da associação das domésticas. Conversei com eles. Disseram: "Tudo bem, desde que você esteja aqui na hora que eu precisar de você, está tudo bem". Porque o menino já estava grande, já estava morando sozinho lá na Austrália e eu aqui no Brasil. Porém, ainda tinha a avó, que dizia "agora você é minha, porque o menino foi embora, então agora você é minha, fica comigo". Eu

7 Em seu texto original, a CLT excluiu trabalhadoras domésticas de seu campo de aplicação. Em 1972, com a Lei n. 5.859, foi-lhes atribuída a condição de seguradas obrigatórias da Previdência Social, além de registro na carteira de trabalho e férias anuais remuneradas de vinte dias úteis. O Decreto n. 71.885/1973 estendeu às domésticas a aplicação do capítulo da CLT concernente às férias.

8 Órgão criado em 1966 como resultado da fusão dos institutos de aposentadoria e pensões então existentes.

disse: “Pois é, eu sempre dirigi essa casa e esse apartamento; agora também vou cuidar da senhora”. Aceitei e aceitei o cargo lá na associação, caso eu fosse eleita.

Revista Plural *E qual foi a reação dos empregadores com seu envolvimento na associação?*

Nair Jane de Castro Lima Uma coisa muito interessante é que eu tive apoio total, sem discussão, só com essa frase: “quando eu precisar de você, você tem que estar aqui, não tem problema nenhum”. E na associação eu fui eleita presidente. Nossa, tinha muito trabalho, muita coisa para ser organizada, congresso sendo organizado, congresso das domésticas no ano em que eu fui eleita. O congresso foi no [bairro] Santa Teresa, e eu me lembro que o Jornal do Brasil ficou em cima, porque todo mundo queria dar entrevista, menos eu. Na realidade, eu não conhecia direito a organização, como é que eu ia dar entrevista, em plena ditadura militar? Mas eu tinha umas irmãs de caridade, tinha aquela assistente social, tinha outra colega que morava no Recife e morreu no ano passado. Eu não sabia o que falar, mas falei e me saí bem.

Revista Plural *E as reuniões aconteciam normalmente durante a ditadura?*

Nair Jane de Castro Lima A gente tinha muita amizade com o pessoal da Igreja Católica, e eu vou te dizer, acho que a sobrevivência da organização das domésticas foi mais por isso. Porque a gente fazia reunião nas igrejas, fazia reunião nos colégios, no Sacré-Coeur de Marie, em Copacabana, lá na Nossa Senhora da Paz, sem problemas. O Padre Agostinho Pretto⁹, na época, era aqui da Baixada, acompanhava muito a gente porque ele era muito amigo da associação. Ele ajudava muito a gente. Então tivemos muitos advogados, pareciam que eles eram realmente só da categoria de domésticas. Foi muito bom, foi um período de aprendizado muito grande para a vida da gente, de trabalho e pessoal.

Revista Plural *Você se recorda de alguma advogada ou de algum advogado em específico?*

Nair Jane de Castro Lima Eu me recordo de uma que, infelizmente, não está mais conosco. Não me recordo o nome, acho que era doutora Margarida Santos. Era excelente advogada e muito amiga da gente. Tinha também uma advogada que ficou na associação e no sindicato, doutora Cláudia. Ela foi embora para São Paulo, mas mo-

⁹ Agostinho Pretto (1924-2011), padre da Igreja Católica, foi uma das principais lideranças da JOC, atuando, na década de 1960, como Assessor Nacional, e depois Latinoamericano, da JOC. Em 1970, foi preso pela ditadura militar, juntamente com outros militantes da JOC.

rava na Barra. Ela foi nossa advogada, uma defensora ferrenha. A doutora Paola, que ainda está lá no sindicato do Rio, foi para lá acho que em 1991 ou 1992, eu saí de lá e ela continuou. Até dois anos atrás eu sei que ela estava ainda advogando lá.

Revista Plural *Conseguiria enfatizar, destacando, as pautas jurídicas mais sensíveis para a categoria no período do seu ingresso na associação?*

Nair Jane de Castro Lima Nesse período da associação, a gente ficou lutando, todo mundo ficou muito eufórico com a carteira assinada e com férias de vinte dias. Para quem não tinha férias, realmente foi muito bom, mas eram vinte dias úteis. Antes, tinha feriado e a gente estava no trabalho, sábado e domingo estávamos ali. Com a lei, a gente estava feliz. É interessante uma coisa: as carteiras assinadas tinham que estar com os salários. Quando Fernando Henrique Cardoso instituiu o fundo de garantia para a doméstica, no final do texto da lei ele colocou “facultativo”. Também assim era o salário da doméstica em 1973. Quando a carteira foi assinada, o patrão tinha que colocar, para pagar o INSS em cima desse valor. Mas não precisava pagar esse valor em dinheiro para a empregada¹⁰. A gente, graças a Deus, ganhava um pouco mais, as meninas que trabalhavam junto comigo também ganhavam bem mais, então a gente não tinha problema. Mas eram seis. E essa multidão de domésticas no Brasil ganhando muito menos que o necessário? Hoje eu estou nessa situação, ganhando o mínimo do mínimo. Me aposentei com três salários mínimos e meio e hoje ganho menos de um por causa de uma cláusula boba que eu fiz e agora não consigo reverter. Nesse período, a gente teve o congresso em Belo Horizonte, em 1978. Um congresso muito grande, com muitas autoridades presentes, como o ministro do trabalho, aquela encenação toda. Em 1979, recebi meu primeiro convite para representar a associação das domésticas em Brasília. Foi a minha terceira ida a Brasília, porque fui na inauguração e depois fui de novo porque eu era amiga da babá da filha do Juscelino Kubitschek e, quando da inauguração da Capital, fui convidada com ela para lá.

Revista Plural *Nair, como era circular em Brasília, um ambiente altamente conservador, sobretudo naquele momento?*

¹⁰ Desde 1966, as empregadas domésticas foram legalmente consideradas seguradas facultativas do INPS. No entanto, estavam sujeitas ao desconto de 16% do salário a título de contribuição previdenciária, o dobro descontado dos trabalhadores urbanos. Em depoimento, Maria da Hora expressa a demanda das domésticas pelo amparo da previdência social em outras bases, seja reformulando o desconto de contribuição para 8%, de modo isonômico aos empregados urbanos, seja estabelecendo a vinculação obrigatória da categoria ao INPS, repartindo-se os ônus entre empregador e empregado, à base de 8% para cada – medida esta posteriormente prevista pela Lei n. 5.859, de dezembro de 1972 (JORNAL DO BRASIL, 1972).

Nair Jane de Castro Lima Olha só, acho que sou muito audaciosa. Eu não sei não, porque entrava em tudo que era lugar, conversava com todo mundo, dava as minhas respostas. Não sei se na época agradavam ou não, mas eu recebia um sorriso amarelo, uma batidinha no ombro e seguia em frente. Não tive problema, ainda mais que eu estava na residência oficial. A primeira residência do Presidente da República, eu estava ali na ala sul, ala norte, sei lá como é que eles chamam, tantas alas. Eu estava ali, então era muito bajulada, não era assim como eles achavam “ah, coitadinha, então deixa aí”. Depois começaram os convites dos estados. Com isso, o problema no trabalho, aquela palavra “você pode fazer o que você quiser, mas tem que estar aqui quando eu precisar” começou a complicar. Porque era muito jornalista, era muita imprensa e, por incrível que pareça, quando a patroa atendia a telefonemas de imprensa, ela me chamava correndo, mas, quando atendia telefone de amigas, ela dizia “ah, ela tá muito ocupada agora, pode atender não”.

Revista Plural *Como você lê essa diferenciação por parte dela?*

Nair Jane de Castro Lima A discriminação. Mas todo mundo achava que ela era uma patroa muito boa porque a imprensa dizia “olha, mas a gente liga para lá e não tem problema, a gente vai lá fazer entrevista com a Nair e não tem problema”.

Revista Plural *Nair, voltando a 1973, você consegue se lembrar dos nomes das envolvidas com a carta ao Médici?*

Nair Jane de Castro Lima A gente começou a brigar por causa da carteira assinada com o salário que ganhava. Depois, em 1985, eu fui vice-presidente da moça que fez a carta. Todo mundo diz “a lei chegou”, mas ninguém diz o nome dela, eu digo “precisa dizer que foi uma empregada que trabalhou cinquenta anos em uma casa e foi quem resolveu que tinha que ter uma organização das domésticas e foi ela que deu início para que viesse uma lei – Odete Maria da Conceição¹¹”. Essa quem foi a fundadora da associação de empregadas domésticas do Rio de Janeiro e também a que teve a ideia de fazer a carta para o presidente Médici em 1973.

Revista Plural *Depois disso que vem a Maria da Hora?*

Nair Jane de Castro Lima Não, a Maria da Hora saiu da associação. Fui secretária dela, secretária da associação, em 1973. Quando terminou o processo de transformar a associação em sindicato, eu era presidente de novo. Então eu tinha ga-

¹¹ Participou da fundação da Associação dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, registrada em 1963. Em 1989, atuou como fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do município do Rio de Janeiro, tendo sido uma de suas presidentas.

nho da Zica, Anazir Maria de Oliveira¹², que hoje é pedagoga e assistente social, mas era diarista na época. Muito importante isso para a gente.

Revista Plural *Seria importante registrarmos a atuação dessas mulheres...*

Nair Jane de Castro Lima Sim. Ela [Zica] mora na zona oeste. Uma pessoa muito instruída – é mais nova que eu um ano –, depois que ela ficou velha, fez duas faculdades. Fez Pedagogia e Assistência Social pela PUC, terminou Assistência Social um ano atrás. Então hoje está muito bem. Ela não perde as origens não, está sempre conosco, sempre nos orientando em alguma coisa que ela acha que não está correto. É muito bom. Em 1985, começou a luta pela criação do Conselho [Estadual] dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro. Lá fui eu, empregada doméstica que já tinha terminado meu curso de auxiliar de enfermagem, mas continuava doméstica, e me juntei àquela turma de feministas, como a Jacqueline Pitanguy¹³, a Leila Linhares¹⁴, a Moema Toscano¹⁵, a Branca Moreira Alves¹⁶, e a gente conseguiu fundar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, do qual eu também fiz parte, durante uns doze ou quatorze anos. Eu não sou mais do Conselho estadual, sou vice-presidenta do Conselho municipal de Nova Iguaçu e também do meu sindicato de empregadas domésticas. E não quero mais presidência de nada, chega. Foi muito trabalho e agora, que eu caminho de bengala, é muito difícil. Às vezes você precisa correr, eu não consigo mais correr, mas vou. Quando a Jacqueline e a Leila me convocam para a CEPIA¹⁷, estou chegando lá, porque também é outra parceria que parece família. Muito boa, pessoal muito amigo. Entrei para o Conselho, veio a Constituinte. Era Brasília e Rio de Janeiro. Eu cheguei para a minha patroa e disse “Olha, eu vou propor uma coisa para a senhora”, ela disse “O que é?”, “Eu tenho que viajar um pouco mais agora”, ela dis-

¹² Presidiu a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro e foi uma das fundadoras do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do município do Rio de Janeiro. Nos anos 2000, graduou-se em Pedagogia e em Serviço Social.

¹³ Socióloga e cientista política, foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1986-1989). Nesta condição, atuou na composição e no movimento político reivindicatório expresso na “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, entregue à Assembleia Constituinte em março de 1987.

¹⁴ Advogada brasileira, atualmente coordenadora executiva da CEPIA.

¹⁵ Feminista e professora universitária, na década de 1970 engajou-se como militante do movimento de mulheres, sendo uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira.

¹⁶ Atuou como promotora de justiça do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, em 1987, e, mais tarde, em 1992, assumiu a direção regional para o Brasil e Cone Sul do UNIFEM.

¹⁷ Com sede no Rio de Janeiro, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) é uma organização, sem fins lucrativos, fundada em 1990 e voltada para a efetivação dos direitos humanos e para o fortalecimento da cidadania de segmentos historicamente excluídos, como as mulheres em sua diversidade.

se “Um pouco mais? Você já trabalha menos de quinze dias”, “Bom, aí a senhora vai decidir. Eu tenho que ir para Brasília, porque nós estamos lutando para a doméstica entrar na Constituinte, na Constituição”, “Tá bom, eu te dou o tempo que você precisa ir para lá”. E assim eu fui, pegava assim umas dez, doze companheiras empregadas domésticas e diaristas, íamos para Brasília. Tínhamos muito apoio da Jacqueline, quando ela era presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, lá em Brasília, da Benedita da Silva¹⁸ e da Ana Maria Rattes¹⁹, que era da direita, mas estava também junto com a gente.

Revista Plural *Sim, ela era do PMDB à época...*

Nair Jane de Castro Lima É, pois é. Era mulher, então estava ali. A gente teve “essa coisa” de viajar para Brasília, meu Deus do céu, que luta! Que luta! Porque a gente ficava naquele Congresso, primeiro era uma luta para entrar, depois eles ficavam fazendo jogo. Aquele que já morreu [Ulysses Guimarães], ele era o presidente da sessão, na hora que ia entrar o debate sobre as domésticas, ele invertia, e a gente saía dali geralmente três, quatro horas da manhã, e nada resolvido. Até que uma manhã chegamos no Congresso e não tinha ninguém, levamos um susto, ficamos caminhando, caminhando, e alguém atrás de nós “Quê que vocês procuram?”, “Nós saímos 3:30h daqui”, ele respondeu “Vocês são o quê, empregadas domésticas? Eles cochilaram e votaram tudo o que vocês queriam”. Eu disse: “Tudo o que nós queríamos?”. Ele disse: “Sim”. Então fui batendo nas lideranças e estavam as salas todas fechadas, só tinha o escritório do PT que estava aberto e uma menina lá. Eu perguntei a ela o que havia acontecido, onde estava a Bené [Benedita da Silva]. Ela disse “A Bené viajou”. Eu disse, “Mas como? Tem doméstica hospedada na casa dela. Como ela viajou?”. E eu estava dormindo no Guará, em uma creche, em uns papelões, porque não tinha cama, mas estava bem.

Revista Plural *A Benedita da Silva chegou, então, a hospedar lideranças?*

Nair Jane de Castro Lima Muitas. Muita gente. O Carlos Santana também, quando estava lá em Brasília, recebia muita gente, ajudava muito, ele morava em uma pousada, então às vezes ficavam três quartos ocupados por empregadas, quando elas iam a Brasília. Nisso eu voltei para o Rio e continuei o meu trabalho. Depois

¹⁸ À época, exercia mandato de deputada federal constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT), eleita em 1986, tendo por agenda substancial a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres, a igualdade racial e as questões relativas às condições de trabalho das domésticas.

¹⁹ Iniciou sua carreira política em novembro de 1986, elegendo-se deputada federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro.

veio a luta para ver o que tínhamos ganhado ou não. E não foi fácil. Porque foi aquela briga louca. A gente começou a receber aquele mundo de imprensa. Todos queriam saber se estava bom ou se não estava.



Figura 2. Em Brasília, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, Nair Jane (centro) e sindicalistas entregam relação de pautas e demandas ao deputado Ulysses Guimarães (esquerda da foto). Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

Revista Plural *Nair, você chegou também a participar de mobilizações que se articulavam internacionalmente, certo?*

Nair Jane de Castro Lima Em 1988, recebi o primeiro convite internacional para ir para a Colômbia. Tinha uma casa de indigenistas que queriam fazer um congresso e fui eu do Rio de Janeiro, foi a Lenira de Carvalho, de Pernambuco, foi a Isabel Cleto, de São Paulo²⁰, e a Eva Moraes, do Rio Grande do Sul²¹. Éramos quatro representantes do Brasil, e a saída do Rio foi a que não aceitássemos cargos porque não saberíamos como fazer, principalmente por causa do idioma. Lá em Bogotá estava muito cheio, tinha uns quinze países presentes. Estando lá, a gente sabia que eles estavam criando uma organização latino-americana e caribenha, então as meninas me chamaram e disseram: “Nair, parece que vai ter votação, e se uma de nós for eleita, a gente vai aceitar sim. Quando chegar no Brasil, a gente resolve”. Nós fomos e fui eleita secretária de organização da Confedera-

20 Isabel Cleto de Souza foi presidente da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Estado de São Paulo.

21 Atuou como liderança sindical no Rio Grande do Sul.

ção Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas²². Todos falavam, “olha, mas você não sabe espanhol...” Voltamos para o Brasil, quando cheguei aqui, os três primeiros anos foram de muita luta, ninguém aceitava muito essa história. Por que não aceitavam? Porque a gente tinha ido representar, mas não tinha ido com a autorização para pegar cargo. Essa senhora, a Odete Azevedo Soares²³, que era assistente social, tinha feito tantas recomendações, por isso brigou muito, mas nunca me deixou sentada. Quando, no início, eu não conseguia responder nada em *portunhol*, nem espanhol, nem nada, ela me dizia como fazer e eu respondia a todos os questionários e propostas que foram feitas e fui reeleita. Quer dizer, fiquei seis anos na confederação, então nós votamos uma representante do Brasil, a menina para quem passei o meu cargo [na reunião da] Guatemala, em 1994, e tinha uma outra que eu levava sempre, que você deve conhecer bem, que é a Creuza de Oliveira²⁴. A Creuza me acompanhou muito, mas quem ficou em meu lugar foi a Teresinha da Silva, lá de Campinas, que hoje também é advogada e era faxineira. Hoje é uma advogada muito atuante. Ela ficou três anos na Confederação, não quis ficar mais e daí é que entrou a Creuza. E a Creuza já tinha me acompanhado muito dois anos seguidos lá para o Chile, onde fazíamos as nossas reuniões. Ela se saiu muito bem e hoje você sabe como ela é: uma potência.

Revista Plural *Como você enxerga a importância dessa participação em associações internacionais naquele período?*

Nair Jane de Castro Lima Não tenha dúvida de que foi muito rico. Era difícil? Era, mas foi muito gratificante. Também isso proporcionou a minha ida à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, em 1995²⁵. Todo mundo ficou muito preocupado. “Como é que você vai? Você não sabe falar em inglês... você só fala em espanhol e português.”. Eu viajei uma parte do mundo sem falar inglês, só falando o *portunhol*, mas foi tudo bem. Lá fui eu, não representando o Brasil, mas representando a América Latina, porque eu tinha visitado Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador, tudo para saber como eram as associa-

²² Fundada em 1988, a Confederação agrupa diversas entidades de trabalhadoras domésticas da América Latina e do Caribe. Do secretariado a que faz menção Nair Jane, participaram, além dela, Jenny Hurtado, da Colômbia, Adelinda Díaz, do Peru, e Aída Moreno, do Chile.

²³ Odete Azevedo Soares foi assistente social e colaboradora do movimento sindical das trabalhadoras domésticas.

²⁴ Foi uma das fundadoras da Associação Profissional das Domésticas da Bahia nos anos 1980 e, em maio de 1990, do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia, do qual foi a primeira presidente.

²⁵ Encontro organizado pelas Nações Unidas em setembro de 1995.

ções das domésticas nesses países. Verifiquei que eram muito sacrificadas, iguais ou piores que no Brasil. Em Quito, então, no Equador, era uma coisa horrorosa de ver a situação da trabalhadora doméstica. O UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres) me bancava na época e eu fui para a China para representar as trabalhadoras domésticas da América Latina. E lá estavam Jacqueline Pitanguy, Benedita da Silva e Ruth Cardoso²⁶. Acho que saí mais fortalecida do que se eu tivesse dito “não, não vou, porque tenho problema com a língua”. No dia da América Latina apresentar os trabalhos, estavam a Mary Castro²⁷, a Aída Moreno [do Chile], a Virginia, do Paraguai, e eu. Todo mundo estava preocupado com quem iria traduzir a nossa fala. Não sei de onde saiu uma menina negra e disse assim: “Eu vou traduzir tudo”. E ela realmente traduziu. Eles tinham preparado uma sala de cinquenta lugares. Na hora tiveram que arrumar uma sala muito maior, porque a anterior não cabia as pessoas que queriam assistir à apresentação. Foi um marco. Foi um marco também a entrada da Ruth Cardoso na tenda da América Latina, onde o pessoal fez uma mesa linda cheia de violetas com pratos virados de boca para baixo. E o pessoal perguntava: “Qual era o significado daqueles pratos?”. Era o significado da fome na América Latina. Ela entrou com um batalhão de repórteres e no dia seguinte não havia uma palavra da visita dela, por causa dessa resposta que nós demos. Foi muito importante. Retorno ao Brasil e a luta se intensificou. Agora eu pertencia a uma Organização Internacional. Além disso, tem, agora, a OIT, que fez a [Convenção n.] 189. E tem também a última, que ainda não tive conhecimento. Estou procurando. É a que trata sobre a COVID. Eu preciso ler. Tem patrões que concordam que a empregada fique em casa e pagam. Mas não é a maioria, é um número pequeno. E tem muita gente passando muita necessidade. Tem muita gente com muitos problemas. Porque tem criança no meio. A escola não está funcionando. E aí como é que fica essa criançada? Aqui no meu quintal tem, acho, onze crianças. O meu quintal é um terreno de família. Começa em uma rua e termina na outra. Tudo está aqui. A coisa caminha desse jeito e eu preciso me inteirar um pouco mais [sobre as normas da OIT], porque a pandemia da COVID está muito séria e a gente já perdeu algumas companheiras e muitos amigos.

26 Ruth Cardoso (1930-2008) foi antropóloga e professora universitária. Casada com Fernando Henrique Cardoso, tentou ressignificar o papel tradicionalmente atribuído às esposas de presidentes da República durante os mandatos de FHC (1995-2003). Engajou-se no Programa Comunidade Solidária desde 1995.

27 Socióloga brasileira, é professora aposentada da UFBA.

Revista Plural É uma situação muito difícil, de fato, a que atravessamos agora. E me parece que algumas categorias sentem esses problemas de forma mais intensificada.

Nair Jane de Castro Lima Infelizmente. Deveria ser um período de união, para todo mundo dar as mãos, todo mundo estar unido. Mas não é assim. Vamos ver amanhã com a eleição municipal. Vou assistir e esperar o resultado.

Revista Plural Sim. Você está aqui em Nova Iguaçu há muitos anos?

Nair Jane de Castro Lima Eu moro em Nova Iguaçu há sessenta anos. Só que eu morava mais no meu emprego do que aqui. Aqui eu vinha só para fazer visita. Moro na casa que era da minha avó. A minha avó era nortista, da Paraíba. Desde 1995, estou direto aqui e sou vice-presidenta do Sindicato das Empregadas Domésticas de Nova Iguaçu. Você sempre tem que lembrar de quem você é, da sua origem. Às vezes as pessoas diziam pra mim: “Olha, mas você está há 37 anos nessa casa [de empregadores], você já faz parte da família”. Eu dizia “Não, eu tenho salário, eu tenho folgas, eu tenho férias. Da família é quem entra a hora que quer, sai a hora que quer, eu preciso pedir autorização para poder sair”. Não sou da família, é uma família que quero bem, porque eu não poderia ficar em uma casa tantos anos e depois dizer que não gosto da família. Mas eu quero dizer que não podemos nos esquecer de onde viemos e para onde vamos voltar. Porque a gente não vai ficar a vida toda naquelas casas luxuosas, querendo ter o que tem lá, porque não teremos.

Revista Plural Nair, eu gostaria de retomar um pouco os governos Lula e Dilma e as conquistas de direitos das domésticas promovidas nesse período mais recente da história. Você tem, inclusive, uma expressão que eu gosto muito, que é a da “colcha de retalhos”²⁸...

Nair Jane de Castro Lima Eu sempre disse para as pessoas que a nossa legislação, a nossa lei, é uma verdadeira “colcha de retalhos”. Ela vem de 1972, com aqueles pedacinhos. Em 2006, quando Lula era presidente da República, a gente tinha muita luta com os advogados, porque a Constituição dizia que nós tínhamos trinta dias de férias e os advogados continuavam dizendo que tínhamos vinte²⁹.

28 A expressão foi utilizada por Nair Jane quando de sua entrevista ao CPDOC/FGV, em agosto de 2017. Para ela, “agora mesmo, eu digo que quando completou a *colcha de retalho*, porque eu digo que a lei das domésticas é uma *colcha de retalho*, que todo mundo passou a ter todos os direitos” (Lima, 2017).

29 Embora a Constituição de 1988 tenha garantido a trabalhadores urbanos, rurais e domésticos férias anuais, sem fazer distinções, o Tribunal Superior do Trabalho não reconhecia a equipara-

Nós brigamos muito por isso. O Lula veio e trouxe a Lei 11.324, de 2006, retroagiu a de 1993, férias de 30 dias corridos³⁰. Conta sábado, domingo e feriado, mas pelo menos definiu. Foi importantíssimo para nós essa afirmação do presidente Lula. Eu acho que foi uma época que eu só queria que tivesse, ele e a Dilma, validado o FGTS. O FGTS de 2001, ainda antes de o Lula assumir, foi criado pelo FHC para domésticas, mas era facultativo³¹. Isso era uma coisa que eu reclamava sempre. Como tive muita intimidade com o Lula quando ele era um operário como eu, sempre reclamava isso com ele. Infelizmente não aconteceu³², mas foi um período bom, a gente teve muita liberdade, a gente firmou mais os nossos objetivos e a nossa vontade de que tudo que conquistamos permaneça. Hoje eu digo para as pessoas que nós, na nossa época, íamos para Brasília, de Kombi, de ônibus, hoje vai todo mundo de avião. Eu fico muito feliz porque eu ainda estou aqui vendo tudo acontecer. A Cleide Pinto, presidente do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu, está se tornando uma potência, ela já fez vídeo até para a Universidade de Santa Cruz lá na Califórnia. Mas quando eu falo da “colcha de retalhos” é porque vieram pedacinhos de legislações até essa de agora, a [Convenção] 189 de Genebra. Então por isso eu quero dizer: foi luta, muitas já não estão mais aqui. Mas quem está, eu, Lenira e Eva Moraes, que acompanhamos isso desde a criação das associações até o ato sindical, nós entramos no Partido dos Trabalhadores. Foi um partido que a gente lutou para que acontecesse, além de uma Central Única de Trabalhadores, da qual também fui diretora um período.

Revista Plural *Esse é um ponto que eu gostaria de explorar um pouco mais. Como se dava a relação das domésticas com a criação das centrais?*

Nair Jane de Castro Lima Nós fomos fundadores da CUT. O projeto era, como o próprio nome diz, de uma Central Única dos Trabalhadores. Só que, com o passar dos anos, foram surgindo outras centrais. E eu sempre me questionava sobre o nome da CUT. A gente achava que deveria ter um outro nome. Mas a CUT é que

ção quanto ao número de dias. Apoiado na Lei n. 5.859/1972, o TST reconhecia às empregadas domésticas vinte dias úteis, e não os trinta dias corridos previstos na CLT. Apenas após o advento da Lei Complementar n. 150/2015 passou a jurisprudência nacional a deferir o direito a trinta dias de férias para as empregadas domésticas.

³⁰ Com a entrada em vigor da Lei, em julho de 2006, as empregadas domésticas passaram a ter direito a trinta dias de férias após cada período de doze meses de trabalho.

³¹ A Lei n. 10.208/2001 passou a prever ser facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante requerimento do empregador. A obrigatoriedade, como deixa claro o depoimento de Nair Jane, foi uma pauta de luta do movimento sindical, bastante acentuada nos anos subsequentes ao da edição da Lei de 2001.

³² Só aconteceria durante o governo Dilma Rousseff, quando, por meio da Lei Complementar n. 150/2015, tornou-se o recolhimento do FGTS das trabalhadoras domésticas obrigatório a partir de outubro de 2015.

é a nossa central. Basicamente todos os sindicatos das empregadas domésticas são filiados à CUT. Hoje, inclusive, a diretora do meu sindicato é diretora da CUT do Rio de Janeiro, a Cleide. Só tem dois sindicatos no Brasil que não se filiaram à CUT. Um é filiado à CGT, e o outro eu não sei se é filiado a alguma central. Com a CUT nós sempre tivemos um relacionamento muito bom, a gente participa de todos os seminários e congressos. Eu participei no ano passado do 13º Congresso Nacional da CUT, que foi muito interessante. E assim é o Brasil inteiro. Minas Gerais é que eu não tenho contato, a gente tem muito contato com o sindicato de Juiz de Fora, que não se tornou nunca um sindicato, continua associação profissional, mas que tem muita presença. Eles estão sempre juntos.

Revista Plural *Se pudermos voltar à questão da criação das centrais...*

Nair Jane de Castro Lima Uma pessoa que eu admirei muito é a Izabel Picaluga³³. Época da ditadura, época da criação da Central Única dos Trabalhadores. E ela estava ali como uma professora, como uma mãe, do lado da gente nos orientando “isso pode e isso não pode; isso deve e isso não deve; por favor, não deslize para vocês escorregarem e depois não conseguirem se levantar”. A Izabel Fontenelle Picaluga, a Ângela Borba³⁴ e a Heloneida Studart³⁵ foram pessoas que estiveram sempre nos fundamentando o que podíamos e o que não podíamos na política. Para mim, a Central Única dos Trabalhadores, com isso, deu um suporte no nosso trabalho e na nossa luta. Porém, a doméstica nunca tinha tempo para estar nas mobilizações e nas greves, porque ela nunca saia da casa do patrão. Eu dizia que enquanto uma mulher, para se promover e para se empoderar, permitir que outra mulher fique na casa para cuidar dos outros, não se tem liberdade. As feministas ficavam loucas quando eu dizia isso, mas é uma realidade. O trabalhador tem seus horários, já a doméstica trabalha cada uma em um pedaço. Não tem como recusar. Belo Horizonte nos deu uma lição que não foi copiada. Tinha um prédio em Belo Horizonte de dezesseis ou vinte andares. Um dia o elevador das domésticas enguiçou e a síndica não permitia que nenhuma empregada doméstica entrasse no elevador social. Então, algumas corajosas sentaram na portaria e não deixaram nenhuma colega subir de escada. Então a síndica desceu e pergun-

33 Izabel Fontenelle Picaluga (1932-1992), foi uma socióloga e dirigente da CUT do Rio de Janeiro.

34 Ângela Borba (1953-1999) foi uma historiadora, política e ativista feminista brasileira. Em 1986, foi indicada membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, na gestão de Branca Moreira Alves.

35 Jornalista, política e feminista, Heloneida Studart (1925-2007) foi eleita presidente do Sindicato das Entidades Culturais (1966). Oposição ao regime militar, foi destituída do cargo e presa em março de 1969, ano em que publicou *Mulher, objeto de cama e mesa*. No período da Constituinte de 1987, participou do *Lobby do batom*.

tou: “O que é isso aqui na portaria, esse *auê*?” . E elas responderam: “Vai ter *auê*, porque ninguém vai subir pra chegar lá em cima e ter que trabalhar. E a gente já chega cansada porque leva duas horas nas conduções”. Foi muito interessante porque ela permitiu que as empregadas subissem no elevador social, mas essa coisa não pegou no Brasil, foi só lá em Belo Horizonte.

Revista Plural *Nair, e como é olhar para 2020?*

Nair Jane de Castro Lima Nessa pandemia que nós estamos, eu espero que as pessoas se fortaleçam mais. Se unam mais. Se tornem mais amigas umas das outras. E na luta por direitos, ser firme nas decisões. Hoje a gente pode e deve discutir: posições, direitos, tudo o que você quiser, dentro dos limites. Com mais conhecimento e mais sentimento de justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Mary Garcia (2020). Trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 159, jul. out., p. 126-50.
- DAVIS, Angela (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. As dependências incompletas de empregada. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 12/06/1973, n. 15.530, p.13.
- GONZÁLEZ, Lelia (2018). *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana.
- GROPPER, Simone. Domésticas promovem sua Semana e visam direitos trabalhistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/08/1971, p. 26.
- JORNAL DO BRASIL. Nair Jane Lima quer que as domésticas se conscientizem da importância da carteira de trabalho assinada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04/06/1988, n. 57, p. 4.
- JORNAL DO BRASIL. VIDA MODERNA. RIO DE JANEIRO, 02/07/1972, n. 73, p. 38.
- LIMA, Nair Jane de Castro. Nair Jane de Castro Lima (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, (2h 22min).
- MONTERO, Isabel. Empregadas ajudam-se umas às outras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03/12/1971, caderno B, p.5.
- RIBEIRO, Alfredo. As empregadas domésticas: na cozinha, na Justiça e no pinel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/07/1976, caderno B, p. 5.